

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
DEPARTAMENTO DE DIREITO – DIR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD

ROBERTA ESPINDOLA MIRANDA

**A CULTURA DO CONTROLE DO CRIME: entre o direito e a
violência**

Florianópolis
2011

Roberta Espindola Miranda

**A CULTURA DO CONTROLE DO CRIME: entre o direito e a
violência**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Direito, área de concentração Direito, Estado e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre
Morais da Rosa

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

M672c Miranda, Roberta Espindola

A cultura do controle do crime [dissertação/ : entre o direito e a violência / Roberta Espindola Miranda : orientador Alexandre Moraes da Rosa. Florianópolis, SC, 2011.

1 v.

Inclui referências

1. Direito. 2. Pós-modernismo. 3. Estado de direito. 4. Pena (Direito). 5. Controle social. 6. Processo penal. 7. Prevenção do crime. 8. Criminologia. I. Rosa, Alexandre Moraes da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU 34

Roberta Espindola Miranda

**A CULTURA DO CONTROLE DO CRIME: entre o direito e a
violência**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Direito, e aprovada em sua forma final pelo Programa do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 15 de junho de 2011.

Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior
Coordenador do Programa – PPGD/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Morais Da Rosa
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a. Vera Regina Pereira de Andrade
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a. Jânia Maria Lopes Saldanha
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

RESUMO

As sociedades contemporâneas, desde as últimas décadas do século passado, apresentam profundas transformações estruturais e culturais no seu modo de vida que impulsionam as formas de reação social ao crime. Os novos arranjos do controle do crime intensificam a exclusão social, a essencialização e alienação de grupos, as diferenças e preconceitos, a demonização e construção de inimigos públicos, o medo, a expansão do sistema penal e o agravamento de seus procedimentos, a sensação de insegurança pública, o descrédito estatal, a crescente participação privada no controle, a segregação punitiva, a banalização de vida descartáveis, o emparedamento dos jovens pobres, a extrema vigilância social, o encarceramento em massa e tendências de autoritarismo. Tais características constituem a cultura do controle do crime que reproduzem a ordem social nas sociedades pós-modernas.

A pós-modernidade é compreendida, por alguns, como o período vivido diante da quebra das metanarrativas e valores modernos. Outros não entendem por essa ruptura, mas, pela continuidade do projeto da modernidade tanto como consequências como programa. Ainda assim, existem muitas outras maneiras de classificar o presente como sociedade do controle, dos riscos, do consumo, do espetáculo, etc., que possuem em comum, independentemente de suas peculiaridades, a consciência de drásticas modificações na lógica cultural e nas novas formas de produzir a vida e a ordem social nas sociedades centrais e latino-americanas na fase do capitalismo tardio que atinge a forma globalizada.

Essas mudanças alcançam o Estado contemporâneo que se estabelece como um Estado de exceção cotidiano verificado a partir do totalitarismo moderno para evidenciar nas realidades das práticas de controle democráticas, a normalidade da suspensão contínua de direitos, isto é, uma força de lei sem lei ou, a abertura de um espaço sem direito como prática de gestão que atua elegendo seus inimigos, antecipando-os a tipificação e a pena e se revestindo na característica biopolítica de um Estado punitivo sem limites no interior do Estado de direito.

Tais intensas emergências, apresentam suas raízes numa nova experiência coletiva do crime estruturadas por mudanças econômicas, culturais e sociais que possuem aderência popular por um administrativismo penal pautado na prevenção de riscos e em formações legislativas neoconservadoras e discriminatórias que separam o sistema entre nós e os outros e na retribuição punitiva como um fim em si.

Deste modo, observa-se que a cultura do controle do crime se manifesta como um conjunto de atuação preventiva que ante a ineficácia estatal

em controlar e resolver o problema da “criminalidade”, além de uma série de outras transformações destacadas, visa a proteção pública/privada através de mudanças das rotinas diárias que resultam desde pequenos efeitos culturais até o deslocamento na racionalidade criminológica oficial. Assim, ao que tudo indica, sob influências de discursos neoliberais, a possibilidade de ressocializar o criminoso como uma das funções da pena, até então, estabelecida nos parâmetros de tratamento criminal, ao longo do tempo, é percebida como irreal e desobrigada do ponto de vista procedimental e moral.

Palavras-chave: Sociedade contemporânea, pós-modernismo, Estado de exceção, Direito de punir, inimigo, controle social, sistema penal, cultura do controle do crime, criminologia crítica.

ABSTRACT

In contemporary societies, since the last decades of the last century, have deep cultural and structural changes in their lifestyle that drive the forms of social reaction to crime.

The new arrangements of crime control intensify social exclusion, alienation and essentializing groups, differences and prejudices, demonization and construction of public enemy, fear, expansion of the penal system and the worsening of its procedures, sense of public insecurity, discrediting state, increasing private participation in control, punitive segregation, trivialization of life disposable, walling off of the poor youth, extreme vigilance social, mass incarceration and tendencies of authoritarianism. These characteristics constitute the culture of crime control that reproduce the social order in post-modern societies.

Post-modernity is understood by some as the time spent before the fall of metanarratives and modern values. Others do not understand why this break, but by continuing the project of modernity as much impact as a program. Still, there are many other ways to classify this as a society of control, risk, consumption, spectacle, among others, have in common, regardless of their peculiarities, awareness of drastic changes in the cultural logic and in new ways to produce the life and social order in societies central and Latin American at the stage of late capitalism that reaches the globalized way.

These changes reach the contemporary state that is established as a state of exception checked daily from totalitarianism to modern realities reflected in the practices of democratic control, normal continuous suspension of rights, that is to say, a force of law without law or, the opening of a space without law and practice of management that acts by electing their enemies, in anticipation of the typifying of penalty is in the coating characteristic of a punitive state biopolitics without limits within the rule of law.

These intense emergencies have their roots in a new collective experience of crime structured by economic changes, cultural and social changes that have a grip popular for penal managerialism ruled on risk prevention and neoconservative and discriminatory laws formations that separate the system from us and others and in punitive retribution as an end in itself.

Thus, it is observed that the culture of crime control is manifested as a set of preventive measures that given the inefficiency of state control and resolve the problem of "crime" as well as a number of other changes highlighted, seeks to protect public private sector through changes in daily routines that result from the small effects to the cultural to the shift in official criminological rationality. Thus, it seems, under the influence of neoliberal discourse, the possibility of re-socialize the criminal as a function of the penalty, so far, established the parameters of criminal treatment, over time, it is perceived as unrealistic and released from the procedural point of view and moral.

Key-words: Contemporary society, postmodernism, State of exception, Right to punish, enemy, social control, penal system, culture of crime control, critical criminology.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1 MAPEANDO O PENSAMENTO SOBRE O CONTEMPORÂNEO..... | 13 |
| 1.1 DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL ÀS CONDIÇÕES PÓS-MODERNAS..... | 15 |
| 1.2 UM PROJETO INACABADO OU A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO TARDIO..... | 31 |
| 1.3 O PÓS-COLONIALISMO E A TRANSMODERNIDADE..... | 42 |
| 1.4 O SUJEITO NO NOVO ESPAÇO-TEMPO..... | 55 |
| 2 ENTRE O DIREITO E A VIOLÊNCIA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO..... | 65 |
| 2.1 ESTAR-FORA, E AO MESMO TEMPO, PERMANECER..... | 68 |
| 2.2 A LUTA PELO VAZIO..... | 87 |
| 2.3 EM BUSCA DO INIMIGO..... | 103 |
| 2.4 O PARADOXO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO..... | 116 |
| 3 A CULTURA DO CONTROLE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA..... | 133 |
| 3.1 O MODO DE VIDA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA..... | 140 |
| 3.1.1 A sociedade de consumo: consumidores ou consumidos?..... | 145 |
| 3.1.2 A sociedade do controle: o medo e a mídia de massa..... | 154 |
| 3.2 A CULTURA DO CONTROLE DO CRIME..... | 167 |
| 3.2.1 Alguns sinais da mudança: em tempos de <i>Gulag ou Depósito</i> | 175 |
| 3.2.2 Essencializando o outro no regime dos excessos..... | 192 |
| CONCLUSÃO..... | 208 |
| REFERÊNCIAS..... | 210 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa fala das transformações ocorridas nas últimas décadas no modo de vida das sociedades capitalistas e de seus desdobramentos no Estado no controle social e no controle do crime. Trata da sociedade contemporânea a partir da observação de alterações em âmbito econômico, social, cultural e político que impulsionam a resposta ao crime.

Por conseguinte, analisa-se o pensamento sobre o contemporâneo através de algumas das teorias críticas que deram ao campo autoridade filosófica ao descrever e questionar a profundidade de tais mudanças em termos de que resultam na transição da modernidade para a pós-modernidade gerando uma ruptura nas metanarrativas modernas; constituem reflexos da própria modernidade como uma continuidade ou entendem como o momento de construção e práxis de um projeto periférico autêntico e libertador.

Deste modo, utilizam-se estas interpretações generalizadas investigando suas peculiaridades para conhecer o tempo em que se vive. Os conceitos pós-modernidade, pós-industrial, pós-fordista, modernidade tardia, modernidade recente, entre outros, bem como suas variações, servem para identificar a sociedade contemporânea em suas transformações numa tentativa de “pensar historicamente o presente” observando como que esse momento compartilhado de desenvolvimento histórico afeta a experiência do crime e do controle nas sociedades capitalistas, onde cada um de seus países e regiões possui sua própria essência, cultura, formas de reações políticas e processos sociais, mas, contudo, sofrem influências de tendências estruturais que são comuns a todas as cidades avançadas nesse estágio de dominação do poder mundial, nesse caminho, é sobre essas tendências que se deve concentrar.

Ademais, vale ressaltar aqui a existência de uma importante distinção entre pós-modernidade que denota uma periodização histórica e pós-modernismo que se refere a uma “lógica cultural do capitalismo tardio”, num deslocamento da anti-estética do modernismo que, autenticamente mobiliza para o pós-modernismo que, pelo contrário, funciona reativamente em garantia da mercantilização de toda a experiência sensível para o prazer do mero consumismo, nesse último sentido, e não sobre a ruptura histórica em si que se centra a descrição das novas formas de relações subjetivas, sociais e de poder que atingem o controle social e a atuação estatal.

Tratar do tempo presente, nesses moldes, não é tarefa fácil, sua extrema ambivalência pode expressar um irreprimível impulso histórico ou efetivamente o desviar. Pode parecer apenas um estado de espírito ou a destruição do social. Pode significar uma alienação em massa ou o alvorecer da resistência. Assim, a teoria do pós-modernismo parte da incerteza, mantendo certa distância de suas contradições internas e reafirmando a inconsistência de suas representações, não se caracteriza como dominante cultural de uma nova ordem social, mas se constitui nos desdobramentos e efeitos de uma modificação da própria ordem capitalista.

Desta forma, na subsunção real do trabalho ao capital concebe-se o capitalismo tardio. No mercado transnacionalizado a mercadoria decresce seu valor de uso afastando-o a necessidade de auto-reprodução do sistema, subordinando-o ao valor de troca. A mercadoria reduz sua vida útil, agilizando o ciclo reprodutivo. A lógica cultural contemporânea está subordinada a maximização desses parâmetros do capital e do sistema reprodutor de mercadorias inflamado cotidianamente pelos meios de comunicação de massa.

O espetáculo midiático reforça as sensações de medo e insegurança, impõe a dinâmica do consumismo e da prevenção dos riscos, a imagem adquire a “forma final de reificação da mercadoria”, a cultura do simulacro transforma-se na realidade onipresente, a espacialização-temporal, a crise de historicidade, o descentramento do sujeito individual, a consolidação do estilo de vida da burguesia, a ausência de profundidade, a democratização da arte *pop*, o multiculturalismo, as mudanças no mercado de trabalho, o desemprego estrutural, o saber científico na “lógica do melhor desempenho”, a diversidade e a diversificação das possibilidades de escolha que minam os pontos de referência, a atomização do social, o esfriamento da luta de classes, as descrenças morais e ideológicas, o hedonismo, o individualismo institucionalizado, a falta de vanguarda, a identificação e demarcação do outro, a banalização da violência institucional e estrutural, a extrema intensificação da exclusão social, entre outras, são características de um novo modo de vida no mundo pós-industrializado. Mapear esse terreno em suas bases epistemológicas surge da necessidade de indicar tais modificações como fatores que impulsionam e alteram o controle social em suas formas de lidar com “complexo do crime” nas sociedades pós-modernas.

A transição do Estado social para o Estado neoliberal, ou seja, a esgarçada do tecido social em favorecimento de um modo econômico de tomadas de decisões é compreendida por alguns teóricos, em análise

as sociedades centrais, como a principal mudança que influenciou o campo criminal, nesse sentido, haja vista a dificuldade de tratar dessa transição no contexto latino-americano privilegia-se por identificar o Estado contemporâneo sob o viés da teoria política e sua imbricação com a teoria jurídico-penal apontando para a atuação punitiva de um Estado de exceção cotidiano no interior do Estado de direito.

Nesta direção, a importância de trazer as concepções schmittianas tratando de sua construção normativa do Direito como decisão que busca capturar a Exceção no Direito, muito criticada e considerada fundamentadora do holocausto, está na surpreendente leitura do agir estatal contemporâneo que se faz a partir de sua descrição teórica. Ainda mais clara, quando observada a partir do *jus puniendi* como instrumento de controle ordenador.

A maneira de uma ampla generalização levanta-se a hipótese de que o Estado atual, em termos político-jurídicos, possui duas formas de procedimentos de punição, as legítimas que percorrem o devido processo legal e as ilegítimas que violam o processo legal em decorrência de suas lacunas, que de outra perspectiva, tão-só ocorrem revelando a imanência da dialética entre Direito e Violência.

Sobretudo quando as práticas ilegais são permanentes constituindo-se como regra do agir estatal em todos os seus âmbitos, nas instituições e na ação de seus servidores, a única forma de manter o Estado de Direito é concebê-lo em sua troca de paradigma dos governos contemporâneos para Estado de exceção cotidiano que mais suspende do que mantém o Direito, que instaura e legitima a reprodução e a banalidade da violência institucional na dinâmica procedimental de cada dia.

Assim, numa tentativa de identificar como Estado de exceção cotidiano movimentada sua engrenagem aproxima-se das técnicas de gestão *biopolítica* como o controle que age sobre a vida, que aniquila os corpos presos e aterroriza os corpos livres sob o discurso de organização da massa e proteção da sociedade ou da nação. Sobre o *hostis* sempre se permitiu qualquer tipo de tratamento indigno, no Estado de exceção cotidiano verifica-se que o inimigo ou o outro, são tratados na ausência de limites e na vigência do ordenamento. A *vida nua* se apresenta no cotidiano pós-moderno, tanto nas práticas do sistema penal, como no que existe aqui, ainda com certo apelo dos discursos de reabilitação, como em teorias penais de bases funcionalistas como o direito penal do inimigo, nas velocidades do direito penal e nos novos discursos criminológicos oficiais.

Chega-se, portanto, no que se busca compreender, a cultura do controle do crime apresentada como reflexo das múltiplas transformações ocorridas nas sociedades capitalistas contemporâneas, no campo do controle punitivo.

Desde os estudos de economia política da pena sabe-se que as transformações ocorridas nos meios de penalidade se relacionam com modificações do sistema econômico, isto é, estabelecer como objeto fundamental da interpretação histórica da pena “a relação das categorias de derivação marxistas às reconstrução dos processos de desenvolvimento das instituições penais”. O que essa pesquisa pretende verificar nessas transformações sofridas no controle penal atual é que para além de suas explicações a partir da transição para o capitalismo tardio, a lógica cultural desse novo sistema vem transformando a racionalidade da criminologia oficial, passando de uma racionalidade disciplinar/ressocializadora que percebe o crime como uma conduta negativa, o criminoso em relação ao meio social, e estabelece na pena a função reabilitadora para uma racionalidade atuarial/preventiva que entende o crime como um fato normal, o criminoso como aquele que aproveita as oportunidades e situações favoráveis à realização do crime e constitui na pena a função formalmente neutralizadora.

Por uma série de motivos que serão investigados a frente o controle do crime se ampliou para além da função punitiva do Estado. As mudanças estruturais e culturais minaram as formas de pensar e agir sobre o problema da “criminalidade”, desde a concepção do senso comum até novos mecanismos de controle sociais, tecnológicos e de encarceramento em massa. Com o crescimento das instabilidades, da complexidade social, das possibilidades instrumentais, entre muitas outras transformações traçadas nos países centrais e na América Latina no início do século XXI a obsessão preventiva dos riscos, o redescobrimento da neutralização/incapacitação e a expansão do controle do crime se desenham como os riscos mais reais.

1 MAPEANDO O PENSAMENTO SOBRE O CONTEMPORÂNEO

A descrição das teorias críticas que interpretam as transformações sociais e culturais no modo de produção da vida na sociedade contemporânea por intermédio de uma variedade de ramos do pensamento científico e correntes ideológicas é necessária na medida de sua inter-relação com a visão criminológica que se fundamenta no paradigma da reação social, de bases interacionista e materialista unindo esforços para compreender essas mutações em sua conexão funcional com o sistema de controle punitivo.

A crise da modernidade se representa na “inadimplência de suas promessas, [que] em razão da violência imanente no direito, minou a confiança iluminista na verdade, na subjetivação humana e, no progresso”¹. Nessa relação entre direito e violência que constitui um movimento em si, *Gewalt*, são os valores, da mulher, do homem e da sociedade numa interação hiper-complexa que os dão fluidez, são eles que mesclam as extremidades, que disponibilizam os fluxos e as pulsações dessa hibridez equilibrando-os ou não. São os valores das pessoas que formam qualquer sociedade, materializados nas situações concretas, que oferecem os significados de direito e violência e as maneiras pelas quais serão utilizados na parte que contém um ao outro, nessas partes que serão, mais ou menos, usadas, simuladas, e transfiguradas.

Na forma jurídica esta dialética pode ser mimetizada pelo direito de punir como os limites legais da sanção estatal em suas várias direções. Na perspectiva crítica criminológica pode ser materializada na investigação do sistema penal por inteiro, em suas formas de controle social e em sua relação funcional com o sistema econômico capitalista. Com isso se torna importante mapear as transformações sociais ocorridas na sociedade contemporânea que descreve tanto a descrença quanto a manutenção e criação de novos valores.

Para algumas destas diversas leituras da “situação de nosso tempo” expressam uma sociedade onde os ideais modernos são questionados, considerados inacabados, ou vencidos, desacreditados por sua própria essência; rompidos num momento de suspensão, sem profundidade, vazio, conquistado, que mesmo num ritmo acelerado de compromissos e atividades cotidianas paira no ar um “não sei para onde ir”, uma sensação de impotência criativa do *devir*. Assim, a sociedade

¹ BARATTA, Alessandro. *Ética e pós-modernidade*. In: KOSOVSKI, Ester (org.). *Ética na comunicação*. – Rio de Janeiro: Mauad, 1995, p. 124.

que sofre a imposição da “coletividade global” reflexa da evolução do modo de vida da burguesia e das tecnologias se distanciou da inquietude, do combate se aconchegando na adaptação, no amor pelo conforto, na ausência de crítica e no desdobramento do individualismo numa ética do consumo que não parece deixar muitas saídas, salvo alguns mais otimistas.

Para outros, é hora de emancipação social e conscientização subjetiva para uma transição paradigmática de reconstrução a partir dos discursos periféricos e para a periferia no abandono da concepção de cultura homogênea e na afirmação da diversidade de identidades culturais em resistência às diretrizes do capitalismo globalizado. É também, momento de superação para além da negação da negação, num movimento analético apresentado como opção para as vítimas contra a dominação, a exploração, a crueldade e a subsunção do Outro no mito irracional da modernidade que violentamente ocultou a história dos povos colonizados que nem deveriam ter como conceber sua crise.

Pois bem, “o que era vidro se quebrou?” ou, nem nos deixaram construir nosso próprio “vidro”? O que parece, é que independentemente dessa história eurocêntrica não ser, de fato, a nossa, como colonizados fomos constituídos sobre os ideais modernos e talvez, com suas devidas apropriações, nas palavras de Karl Marx “tudo que era estável e sólido desmancha no ar”² também sirva para cá, principalmente, no que se refere a uma sociedade que - deslocou o tempo e o espaço achatando a história na imediatez dos acontecimentos e na instantaneidade tecnológica da informação; que transfigurou a estética e a cultura se proliferando numa massa consumidora sob a lógica do desejo e da expansão universalizante da forma mercadoria; que se estabelece nos “progressos” das democracias liberais que evoluíram o individualismo, minimizaram o papel estatal e disseminaram a atividade política; que por intermédio dos meios de comunicação em massa intensificaram o medo e a insegurança e que, concebe o direito em um juridismo procedimental encobridor-legitimador de genocídios – deve ser analisada a partir dessas novas manifestações, na medida que auxiliem na produção dos discursos críticos criminológicos alargando seu horizonte de projeção.

² ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. – Porto Alegre: L&M, 2007, p. 29.

1.1 DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL ÀS CONDIÇÕES PÓS-MODERNAS

Apesar de se verificar as primeiras aparições do termo pós-modernismo³ na década de 30 do século XX, na arte e, posteriormente na arquitetura, seu real desenvolvimento teórico se dá no fim dos anos 70, com a finalidade de qualificar o novo estado cultural da sociedade capitalista avançada.

Antes de tudo, vale trazer a útil distinção que realiza Terry Eagleton entre as variações pós-modernismo e a pós-modernidade. Nesse caso, o conceito pós-modernismo destaca de forma geral um modo de cultura contemporânea, mais abrangente e estritamente ligado à pós-modernidade que denota um período histórico específico, sendo uma

linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e

³ A ideia de um “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu aparecimento nos Estados Unidos e na Inglaterra. Foi um amigo de Unamuno e Ortega, Federico de Onís, quem imprimiu o termo *postmodernismo*. Usando-o para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo contrastando este modelo com um ultramodernismo vanguardista. A influência desse uso não se restringiu à Espanha, percebendo-se também no Brasil conforme descreve Bezerra de Freitas, na obra *Formas e expressão no romance brasileiro – Do período colonial à época postmodernista* – 1947, o modernismo brasileiro é datado da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, sob o impacto do futurismo e associado essencialmente à ruptura promovida por Mário de Andrade, e o pós-moderno dito como inaugurado por uma reação indigenista nos anos 30 fugindo dos tradicionais modelos europeus na busca de meios de expressão autenticamente nacionais. A partir da década de 50 surgiram algumas teorias críticas ou de análises culturais americanas e inglesas. Na poética, Charles Olson desenvolveu a ideia do “mundo pós-moderno” posterior à era imperialista e industrial definindo-o como um “presente vivo em andamento”. Na história, Arnold J. Toynbee, apresentou o argumento de que o século XX podia ser descrito como uma era pós-moderna. No início dos anos 70 a discussão pós-moderna se consolida nos meios acadêmicos, na teoria literária, Ihab Hassan lança a tendência de radicalizar ou rejeitar as principais características do modernismo como noção de pós-modernismo e, mais tarde, escreve *A guinada pós-moderna – 1987* afirmando que o pós-modernismo preso no seu próprio *kitsch* tornou-se a “refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis”. Na arquitetura, Charles Jencks data a passagem episódica do modernismo para o pós-modernismo e Robert Venturi escreve o manifesto arquitetônico *Aprendendo com Las Vegas* que indicava uma renovação na histórica relação entre arquitetura e pintura. Por fim, na pintura, o pós-modernismo é revelado na obra de Andy Warhol, *Diamond dust shoes – 1980* onde uma coleção de sapatos femininos desprovidos de indícios são postos na tela como se estivessem pendurados provendo um novo tipo de achatamento, uma ausência de profundidade que enfatiza o fetichismo da mercadoria. ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. - Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 09-21 e 93 e JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. – São Paulo: Ática, 2007, p. 34-5.

objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e coerência de identidades. Essa maneira de ver, como sustentam alguns, baseia-se em circunstâncias concretas: ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de “políticas de identidade”. Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre cultura “elitista” e a cultura “popular”, bem como entre a arte e a experiência cotidiana. O quão dominante ou disseminada se mostra essa cultura – se tem acolhimento geral ou constitui apenas um campo restrito da vida contemporânea – é objeto de controvérsia.⁴

A obra *La condition postmoderne – 1979*⁵ de Jean-François Lyotard foi a primeira a tratar do tema como uma mudança geral na condição humana anunciando a morte das grandes narrativas. Considerado um dos mais importantes pensadores sobre a pós-modernidade afirma que “o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que

⁴ EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 07.

⁵ Esta obra resultou de uma encomenda feita ao autor pelos franco-canadenses, através do conselho das universidades junto ao governo de Quebec, de uma série de respostas para enfrentar os impactos da modernização ocidental a partir do modelo nipo-americano. SANTIAGO, Silviano. *A explosiva exteriorização do saber*. In: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p.125.

as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na dita sociedade pós-moderna.”⁶

Para desenvolver a *condição pós-moderna* Lyotard parte de pontos das teorias de Alain Touraine e Daniel Bell sobre a passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial baseada na informação, e coloca no cerne do pensamento pós-moderno a transição social e política nas linguagens da comunicação das sociedades avançadas. Trata-se das noções mais importantes de Bell e Touraine, no sentido daquelas que parecem ser as que mais estimularam na construção das ideias de Lyotard.

Alain Touraine no livro intitulado *La société post-industrielle - 1969* analisa a formação da ação histórica definindo a sociedade por sua realidade histórica, por sua práxis, e dessa maneira, encara o problema conceitual da sociedade contemporânea observando as inúmeras transformações ocorridas na realidade social. Descreve as novas classes sociais representadas em movimentos sociais e empresas, aposta na resistência e da importância à revolta cultural em sua ligação com as novas obrigações sociais. Explica que essa sociedade pode ser denominada de sociedade pós-industrial para se distanciar da industrial, de sociedade tecnocrática para salientar o poder que a domina ou de sociedade programada para considerá-la a partir de seu sistema de produção e organização.⁷

Para o autor as formas de dominação da sociedade industrial restam profundamente transformadas. Sendo assim, a sociedade da exploração econômica dá lugar à sociedade da alienação. E a alienação deve ser compreendida, em termos de relações sociais, como a redução do conflito social por uma participação dependente ou na ausência de participação dos indivíduos nos sistemas de decisão e organização. De fato, na sociedade pós-industrial

as classes dominadas não são definidas pela miséria, mas pelo consumo e o desempenho, e, portanto pela dependência de formas de organização e de cultura desenvolvidas pelos grupos dirigentes. Não são excluídas, mas integradas e utilizadas. Em nossas sociedades, um movimento de classe se manifesta na luta política direta e na rejeição à alienação, portanto por uma

⁶ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna...*, p. 03.

⁷ TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial*. – Barcelona: Ariel, 1971, p. 05-7.

rebelião contra um sistema de integração e manipulação.⁸

Com efeito, a noção de conflito de classes sociais desde a industrialização vem constantemente perdendo importância face ao conceito de relações de classes definido como elemento central da dinâmica econômica. Touraine analisa o modo concreto de representação de uma organização social onde a criação do conhecimento, o poder de produção, distribuição e de informação e a vinculação das decisões econômicas e políticas se transformaram, os antigos fundamentos culturais das classes sociais desapareceram, nesta sociedade de massa os estilos de vida são substituídos por padrões de vida.⁹

Surge a nova sociedade industrial com suas novas classes dominantes (tecnocratas, burocratas e racionalizadores) e dominadas (dirigidos, empregados e operadores) assim como seus núcleos de resistência (professores, estudantes e trabalhadores). Nesse novo cenário as grandes organizações de produção se dirigem ao poder e não ao progresso, mais tecnicistas e burocratizadas do que racionalizadoras e organizadas constituem um dos principais problemas sociais das sociedades industriais avançadas. E

a forma extrema desta patologia social é o totalitarismo; é dizer: a submissão do conjunto da sociedade aos instrumentos de desenvolvimento econômico e do progresso social, sacrificando seus fins a seu próprio poder. (...) Um regime totalitário se manifesta menos pela acumulação de riquezas do que por um controle absoluto da informação em todas as suas formas, desde o conteúdo das *mass-media* até os programas escolares e a doutrina dos movimentos da juventude.¹⁰

⁸ TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 77. (Tradução nossa). Las clases dominadas no se definen ya por la miseria, sino por el consumo y la ejecución, y, por tanto, por la dependencia de formas de organización y de cultura elaboradas por los grupos dirigentes. No son excluidas, sino integradas y utilizadas. En nuestra sociedades, pues, un movimiento de clase se manifiesta a la vez por una lucha directamente política y por el rechazo de la alienación; por tanto, por la rebelión contra un sistema de integración y de manipulación.

⁹ TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 31-89.

¹⁰ La forma extrema de esta patologia social es el totalitarismo; es decir: la sumisión del conjunto de la sociedad a los instrumentos del desarrollo económico y del progreso social, sacrificando sus fines a su propio poder. (...) Um régimen totalitário se manifesta menos por el

Apontando o nascimento de um movimento social antitecnocrático, vale destacar escrevendo no contexto da revolução de maio de 68 na França, o Touraine assevera que a rigidez do sistema de decisões políticas e administrativas e a crise da universidade “explicam a agitação, a revolta e a ruptura”. Desde que o conhecimento se tornou indispensável à produção, a organização do ensino se transformou em um problema político geral, sendo assim, as universidades não podem se colocar em função das tradições sociais e nem das exigências técnicas. O novo papel da universidade é inseparável de uma transformação econômica e social. O movimento estudantil possui sua força em atacar os centros de poder diretamente sem ter que defender interesses econômicos poderá se converter em movimento social ao se tornar um “chamamento a luta generalizada e não particular”.¹¹

Em relação à transição de uma sociedade a outra, e se, a partir da formação da sociedade pós-industrial pode-se verificar o momento como continuidade ou ruptura¹² com o passado, o autor sustenta que

quando surgem novos problemas e novos conflitos sociais, é comum que alguns movimentos, todavia pouco organizados se apoiem espontaneamente a análises herdadas da situação anterior e insistam na continuidade entre as grandes lutas do passado e aquelas em que se aventuraram. Também é mais difícil de insistir em uma ruptura com o passado na oposição a uma nova situação. E ainda mais difícil, uma vez que praticamente pode haver uma certa continuidade. Da mesma forma que uma nova *classe dirigente* não realiza necessariamente uma ruptura com a que o precedeu, mas muitas vezes se associa a ela no interior de uma elite e com o objetivo de não abrir a brecha por onde poderiam entrar violentamente forças de contestação social, também acontece com frequência que os militantes do movimento social fornecem sua influência, sua vontade de luta e de

acapariamiento de las riquezas que por el control absoluto de la información en todas sus formas, desde el contenido de los mass-media hasta los programas escolares y la doctrina de los movimientos juveniles. TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 74.

¹¹ TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 100-2.

¹² Recentemente na obra *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui* – 2005 Touraine aponta uma ruptura, uma mudança de paradigma na sociedade que já não se representa em termos sociais e precisa construir uma nova representação entendida como a passagem de uma linguagem social da vida coletiva a uma linguagem cultural.

formação ideológica aos que lhe sucedem. (...) Porém, (...) não se deve concluir que os novos movimentos sociais são a prologação ou o rejuvenecimento do movimento da classe operária, considerado segundo suas próprias orientações e não segundo sua resposta ao poder político. (...) A principal diferença entre a sociedade programada e a sociedade de industrialização capitalista é que o conflito social já não se define no interior de um mecanismo econômico fundamental, e que o conjunto das atividades sociais e culturais está comprometido mais ou menos diretamente – e nunca de uma maneira simples – nesse conflito.¹³

Enfim, as características que marcam a ruptura com a sociedade precedente e a construção de uma nova estrutura social que produz seus novos conflitos já não se manifestam somente no campo das lutas de classes e se dirigem para um fenômeno de rompimento dos laços entre a atividade cultural e a formação de grupos sociais reais. A saída das sociedades avançadas, para Touraine é “reencontrar, contra as pressões exercidas por todos os aparatos e todas as estratificações, a reivindicação e a criatividade do indivíduo, ao mesmo tempo das exigências internas do conhecimento e de sua linguagem”.¹⁴

Daniel Bell, por sua vez, influenciando os pensamentos de Lyotard desenvolveu o conceito de sociedade pós-industrial em 1973 na

¹³ Cuando aparecen problemas nuevos y nuevos conflictos sociales, resulta habitual que unos movimientos todavía poco organizados se apoyen espontáneamente en análisis heredados de la situación anterior e insistan en la continuidad entre las grandes luchas del pasado y aquellas en las que se aventuran ellos. Es también más difícil insistir sobre la ruptura con el pasado que sobre la oposición a una situación nueva. Y tanto más difícil cuanto que prácticamente puede existir una cierta continuidad. De la misma manera que una nueva clase dirigente no se forma necesariamente en ruptura con la que le ha precedido, sino que a menudo se asocia a ella, en el interior de una élite y con el objeto de no abrir la brecha por la que podrían entrar violentamente fuerzas de contestación social, también ocurre con frecuencia que los militantes de un movimiento social aportan su influencia, su voluntad de lucha y su formación ideológica al que le sucede. (...) Pero (...) no hay de concluir que los nuevos movimientos sociales que surgen son la prolongación o un rejuvenecimiento del movimiento obrero, considerado según sus orientaciones propias y no según su respuesta al poder político. (...) La principal diferencia entre la sociedad programada y la sociedad de industrialización capitalista es que el conflicto social ya no se define en el interior de un mecanismo económico fundamental, y que el conjunto de las actividades sociales y culturales se halla comprometido más o menos directamente - y nunca de una manera simple - en este conflicto. (Tradução nossa). TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 16, 18 e 27.

¹⁴ TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial...*, p. 213 e 231.

obra *The coming of post-industrial society* onde, no prefácio, declara que

no decorrer dos próximos trinta ou cinquenta anos presenciaremos o aparecimento do que designei como “sociedade pós-industrial”. Como deixo bem claro, trata-se antes de tudo de uma mudança na estrutura social, mudanças cujas consequências serão variáveis de acordo com as diferentes configurações políticas e culturais. Todavia, como forma social, ela constituirá uma característica primordial do século XXI. (...) Trata-se de um esforço empírico visando a identificar tanto o caráter essencial das mudanças estruturais na sociedade, já que estas decorrem da natureza da economia em transformação, assim como o novo e decisivo papel do conhecimento teórico na determinação da mudança social e o rumo dessa mudança. Trata-se de uma especulação sobre o provir.¹⁵

Desta maneira, utilizando como referencial empírico a sociedade americana, o autor apresenta sua ideia de sociedade pós-industrial como uma tentativa de previsão social, especificada num aspecto, e não como configuração total da sociedade que, se constitui em cinco dimensões e se divide em três componentes de transformação sendo que: “no setor econômico, representa uma transposição da manufatura para os serviços; na tecnologia, é a centralidade das modernas indústrias com bases científicas; em termos sociológicos, é a ascensão de novas elites técnicas e o advento de um novo princípio de estratificação”.¹⁶

Assim, esta sociedade tem por base os serviços e a fonte do poder nela existente radica na informação. Na interpretação de Bell as estruturas sociais são maneiras de organização que se dão através das instituições primordiais que ordenam a existências dos indivíduos em sociedade, entretanto, não são reflexos da realidade social, mas esquematizações conceituais. O conhecimento se demonstra como função das convenções que aceitamos para determinar as coisas corretamente. Na sociedade pós-industrial o conhecimento teórico toma importância como o “eixo a cujo redor se organizarão o

¹⁵ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. – São Paulo: Cultrix, 1977, p. 10-1.

¹⁶ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial...*, p. 538.

desenvolvimento econômico e a estratificação social”. Como fonte de mudanças na sociedade a cultura adquire o lugar da tecnologia, a partir da produção em massa e do consumo ascende uma forma hedonística de viver.¹⁷

Em virtude disto, o autor também argumenta que nas sociedades avançadas vem ocorrendo à separação entre cultura e estrutura social sendo cada uma delas regidas por diferentes fundamentos. A estrutura social tem suas bases na racionalidade funcional, a cultura na justificação antinômica do enaltecimento do eu. Com isso,

o resultado foi uma disjunção no interior da própria estrutura social. Na organização da produção e do trabalho, o sistema exige um comportamento previdente, atividade e autocontrole, dedicação a uma carreira e sucesso. No domínio do consumo, ele promove a atitude de *carpe diem*, de prodigalidade e ostentação, e a busca compulsiva de distrações. (...) As justificativas históricas da sociedade burguesas – nos domínios da religião e do caráter – desapareceram. A legitimidade tradicional da propriedade e do trabalho está hoje subordinada às empresas burocráticas, que podem justificar os privilégios, por serem capazes de produzir bens materiais com maior eficiência que os outros modos de produção. Mas a sociedade tecnocrática não confere foros de nobreza. Os bens matérias só proporcionam uma satisfação transitória ou uma superioridade odiosa sobre os que possuem menos. (...) Uma sociedade pós-industrial não pode oferecer uma ética transcendental – a não ser para os poucos que se consagram ao templo da ciência. E a atitude antinômica mergulha o indivíduo num autismo radical, que acaba por desfazer os laços da comunidade e a atitude de compartilhar com os outros. A falta de um sistema moral de convicções arraigadas é a contradição cultural da sociedade, o desafio mais profundo à sua sobrevivência.¹⁸

¹⁷ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial...*, p. 134-7

¹⁸ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial...*, p. 527, 530-1.

Portanto, Bell arroga a crise da sociedade pós-industrial, de certa forma, à ruptura entre cultura, sociedade e seus fundamentos, em outras palavras, no rompimento entre uma cultura vanguardista e as exigências do sistema econômico.

Avançando estas ideias da transformação da sociedade industrial Lyotard refere-se à *condição do saber* no estado presente - afirmando que esta se reconfigura na emergência da sociedade pós-industrial ou, à medida que as sociedades ingressam na cultura pós-moderna. Assim, esclarece que “pós-moderno é provavelmente um termo muito ruim, porque transmite a idéia de uma periodização histórica. Todavia, periodizar ainda é um ideal clássico ou moderno. Pós-moderno indica simplesmente uma disposição de espírito, um estado da mente”, interpretado numa sociedade cuja premissa é um movimento em direção a ordem pós-industrial.¹⁹

Com efeito, as mutações realizadas nas técnicas de legitimação do conhecimento se manifestam em paralelo com o movimento da sociedade capitalista atual, com as novas tecnologias de produção, de disseminação e de uso desse saber, o que vem acontecendo realmente é uma

modificação na natureza mesma da ciência (e da universidade) provocada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. A consequência mais imediata desse novo cenário foi tornar ineficaz o quadro teórico proporcionado pelo filósofo (leia-se metafísico) moderno que, como sabemos, elegeu como sua questão a problemática do conhecimento, secundarizando as questões ontológicas em face às gnoseológicas. Mas, ao proceder dessa maneira, fez da filosofia um metadiscurso de legitimação da própria ciência. A modernidade do quadro teórico em questão encontra-se exatamente no fato de conter certos *récits* aos quais a ciência moderna teve que recorrer para legitimar-se como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito razoável ou do trabalhador, crescimento da riqueza e outros. Desde o momento em que se invalidou o

¹⁹ “First, ‘postmodern’ is probably a very bad term, because it conveys the idea of a historical ‘periodization’. Periodizing however, it still a ‘classic’ or ‘modern’ ideal. ‘Postmodern’ simply indicates a mood, or better, a state mind”. (Tradução nossa). LYOTARD, Jean-François. *Rules and paradoxes or svelte appendix*. In: Cultural critique, nº 05. – University of Minnesota Press, 1986-1987, p. 209.

enquadramento metafísico da ciência moderna, vem ocorrendo não apenas a crise dos conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. (...). O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes.²⁰

Desta forma, o momento contemporâneo em crise revela a “incredulidade diante das metanarrativas” da modernidade. Não há metanarrativa ou metalinguagem capaz de representar todas as coisas, condenando as idéias totalizantes, Lyotard persiste na pluralidade de formações de “jogos de linguagem”, utilizando o conceito desenvolvido por Ludwig Wittgenstein²¹ que

recomeçando o estudo da linguagem a partir do zero, centraliza sua atenção sobre os efeitos dos discursos, chama os diversos tipos de enunciados que ele caracteriza desta maneira, e dos quais enumerou-se alguns, de jogos de linguagem. Por este termo quer dizer que cada uma destas diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las. Três observações precisam ser feitas a respeito dos jogos de linguagem. A primeira é que suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (o que não quer dizer todavia que estes as inventem). A segunda é que na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um “lance” ou um enunciado que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo definido por elas. A terceira observação acaba de ser inferida: todo

²⁰ BARBOSA, Wilmar do Valle. *Tempos pós-modernos*. In: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 8ª edição. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. vii.

²¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. – Petrópolis: Vozes, 1994.

enunciado deve ser considerado como um “lance” feito num jogo.²²

Assim, Lyotard indica que os atos de linguagem provêm de uma agonística geral como o primeiro princípio de seu método: falar é jogar, sem ocultar que o vínculo social observável é feito de “lances” de linguagem que dependem de uma série de combinações linguísticas estáveis que podem resultar também na atomização do social em flexíveis redes de jogos de linguagem.

De fato, o saber mudou de estatuto na sociedade pós-industrial transformando a natureza de seu vínculo social. O “redesdobramento” do capitalismo atual auxiliado pelas evoluções técnicas e tecnológicas segue em conformidade com a mudança de função dos Estados, realizadas cada vez mais por autômatos do que por administradores. O acesso às informações será para todos os tipos de *experts*. Os “decisores” serão as classes dirigentes que não se constituem como classe política, o que a representa são grandes cargos empresariais, públicos, políticos, sindicatos, etc.²³

A posição do saber na *condição pós-moderna* se demonstra como principal, pois se entendermos a sociedade como uma grande máquina, o papel do conhecimento é indispensável para o seu funcionamento. Contudo, não optando por essa inter-relação pode-se contar com sua função crítica. A indagação que Lyotard levanta é: funcionalismo ou criticismo do saber? E afirma que se

tentou delas escapar distinguindo duas espécies de saber: um positivista, que encontra facilmente sua aplicação às técnicas relativas aos homens e aos materiais e que se presta a tornar-se uma força produtiva indispensável ao sistema, e uma espécie crítica ou reflexiva ou hermenêutica que, interrogando-se direta ou indiretamente sobre os valores ou os fins, opõe um obstáculo a qualquer “recuperação”.²⁴

Neste sentido, o autor pretende indicar àqueles que estudam a pós-modernidade como teoria crítica, o fracasso da tentativa de reproduzir uma compreensão total, da mesma forma que a

²² LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*..., p. 16-7.

²³ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*..., p. 27.

²⁴ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*..., p. 24.

impossibilidade de evitar todas as totalizações, legitimações e sistematizações. “O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos *experts*, mas na paralogia dos inventores”.²⁵

Para além do vácuo deixado pela crise da ciência que procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber surge um novo dispositivo legitimador da produção científico-tecnológica numa era que se pretende pós-industrial: o desempenho. Aquelas novas classes dirigentes se fundamentam nessa “lógica do melhor desempenho”. Com esse novo enquadramento teórico o que importa é aumentar a eficácia, a potência, a otimização das *performances* do sistema.

Ao examinar a pragmática da pesquisa, Lyotard informa que ela é afetada por duas modificações importantes: o enriquecimento dos argumentos que diz respeito a duas formas de “progresso” no saber, uma sendo um novo “lance”, quer dizer, uma nova argumentação no quadro de regras e a outra sendo uma invenção, um novo quadro de regras, um novo jogo. E a administração das provas,

que em princípio não é senão uma parte da argumentação destinada a obter o consentimento dos destinatários da mensagem científica, passa assim a ser controlada por um outro jogo de linguagem onde o que está em questão não é a verdade mas o desempenho, ou seja a melhor relação *input/output*. O Estado e/ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder.²⁶

O poder legitima a ciência por sua eficiência, o saber passa a ser concebido como “valor de troca” tornando-se desde o século XX na principal força de produção. Na política internacional, o saber, é a moeda nos jogos de hegemonia entre nações e empresas multinacionais. Segundo o autor “os jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos

²⁵ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna...*, Introdução, xvii.

²⁶ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna...*, p. 83.

de ricos, onde os mais ricos têm mais chances de ter razão. Traça-se uma equação entre riqueza, eficiência e verdade”.²⁷

Percebe-se, então, que sem saber científico não há riqueza. A ciência na cultura pós-moderna passa a ser compreendida “como um conjunto de mensagens possíveis de ser traduzidas em quantidade (*bits*) de informação”. As enciclopédias tomam forma em banco de dados de todo o tipo de saber, nesse contexto, a disputa se dá na capacidade de estocar, distribuir, organizar e produzir essas informações. Diante dessa paisagem o “saber pós-moderno é a imanência a si mesmo, mas explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam”.²⁸

Ademais, para Lyotard a pós-modernidade também pode ser entendida como o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e as artes a partir do final do séc. XIX. Em termos estéticos, o modernismo já não ameaça como deveria, deixou-se burocratizar, tornou-se vendável e perdeu seu elo revolucionário tornando-se o estilo pós-moderno. Dessa maneira, o

que é então o pós-modernismo? (...) ele certamente faz parte do moderno. Tudo o que foi recebido, mesmo que seja de ontem (...) deve ser posto sob suspeita. (...) A obra não pode tornar-se moderna se não for primeiro pós-moderna. O pós-modernismo assim compreendido não é modernismo em seu fim, mas no estado nascente, e esse estado é recorrente.²⁹

Nesta linha, o pós-modernismo representa a ruptura interminável com o passado, conforme Krishan Kumar o conceito de Lyotard foi vanguardista, ao tratar de uma corrente de pós-modernistas que levou a lógica do modernismo às últimas consequências, aduz que

todos eles entendiam o pós-modernismo como uma “tradição do novo” – um princípio modernista -, ao passo que o pós-modernismo propriamente dito mantinha uma “relação complexa com o passado”. Interessava-se por contexto e continuidade – e comunidade, também – e não por ruptura e descontinuidade. (...) O pós-

²⁷ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna...*, p. 81.

²⁸ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna...*, p. ix e 100.

²⁹ LYOTARD, Jean-François. *Resposta à questão: o que é pós-moderno?* In: Arte em revista, ano 05, nº 07, 1983. Disponível em: <http://www.consciencia.org>. Acesso: 26 de fevereiro de 2011.

modernismo não repudiava nem imitava o passado; recuperava-o e “expandia-se” para enriquecer o presente.³⁰

Encontra-se aí uma chave para entender a dificuldade de Lyotard em definir se as transformações que inseriram a sociedade pós-industrial resultam na ruptura ou na continuidade da modernidade. O autor divide sua interpretação, em termos estéticos ele propõe que o próprio compromisso com o novo seja entendido como parte integrante da reavaliação e da reinvenção do alto modernismo. Nesta concepção onde o artista “tinha um papel criativo a desempenhar na definição da essência da humanidade” após a tomada de consciência de que o *eterno e imutável* não podia mais ser pressuposto.³¹

Rompe com o ideal subversivo de destruição da continuidade histórica que necessariamente nega o passado como referencial diante da urgência em liquidar a herança das vanguardas estabelecida por muitos artistas pós-modernos ou, como denomina o autor “transvanguardistas”, valorizados pelo mercado da arte - como por exemplo a arquitetura de Charles Jencks -, responsáveis por uma restauração fraudulenta de um realismo degradado no meio do caminho entre o academicismo e o *kitsch*³². O poder do capital transfigura-se num ecletismo cínico onde o valor da arte não está nos critérios estéticos, mas no lucro que elas propiciam. “Fazendo-se *kitsch*, a arte lisonjeia a desordem que iniciou no ‘gosto’ do amador que não pode ter gosto”.³³ Na arte, portanto, não deve ocorrer uma ruptura com o passado, mas, com a ideia de romper com o passado, ao se deparar com os “transvanguardistas” Lyotard acredita ser necessário retornar a crítica do alto modernismo se direcionando para a continuidade.

Já em termos social e político há uma ruptura que ascende um novo sistema social para além do capitalismo clássico – a sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento muda seu estatuto tornando-se a

³⁰ KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 121.

³¹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. - São Paulo: Loyola, 1992, p. 27.

³² A expressão *kitsch* representa um novo sistema estético ligado à emergência da classe burguesa e da cultura de massa, uma função de conforto acrescida às funções tradicionais das coisas. É o supérfluo, a negação do autêntico, um estilo sem estilo, uma secreção artística derivada dos produtos de uma sociedade consumidora que será tratada mais a frente no terceiro capítulo.

³³ LYOTARD, Jean-François. *Resposta à questão: o que é pós-moderno?* ..., p. [s/n].

principal força econômica de produção numa corrente desviada dos Estados, numa cultura dita pós-moderna.

Sobre isto, Perry Anderson no livro *The origins of postmodernity* - 1998 onde fornece um relato histórico das origens das ideias da pós-modernidade, esclarece que se

o problema de Lyotard para teorizar uma arte pós-moderna estava no desvio das tendências estéticas dos rumos que ele sempre defendera – forçando-o a declarar a pós-modernidade artística um princípio perene em vez de uma categoria de período, em flagrante contradição com seu conceito de pós-modernidade científica como um estágio do desenvolvimento cognitivo.³⁴

De certo, para Lyotard “o conhecimento em sua forma pós-moderna, não seria apenas uma extrusão cultural da sociedade pós-industrial, mas sim, de forma mais exata, um aspecto da sociedade de conhecimento”³⁵. Tal perspectiva da *condição pós-moderna* serviu para colocá-lo em destaque por descrever os pressupostos objetivos que fundam uma transformação da forma de produção, de distribuição e de legitimação dos saberes na sociedade pós-industrial.

Mais tarde na década de 90, o autor escreve na obra *Moralités postmodernes* - 1993, *uma fábula pós-moderna* que narra o conflito de dois processos de energia que levariam a extinção do Sol e ao possível desaparecimento da Terra, mas, realmente “o que faz sonhar nas últimas palavras dessa história” são as coisas que devem a isto *escapar*.

O desenvolvimento não é uma invenção dos Humanos. Os Humanos são uma invenção do desenvolvimento. (...) A espécie humana não é o herói da fábula. É uma forma complexa de organização de energia. (...) A fábula que a considero pós-moderna. Pós-moderna não significa recente. Significa como se situa a escritura, no sentido mais amplo do pensamento e da ação, depois de ter sofrido o contágio da modernidade e de ter tentado se curar dele. (...) a fábula não responde à demanda da remissão ou da emancipação. Na falta da escatologia, a

³⁴ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 38-9.

³⁵ KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna...*, p. 125.

mecanicidade e a contingência conjugadas a história que ela conta deixam o pensamento na expectativa de finalidade. Essa finalidade é o estado pós-moderno do pensamento, o que atualmente se convencionou chamar sua crise, seu mal-estar ou sua melancolia. (...) O conteúdo da fábula, o sentido daquilo de que fala, significa o fim das esperanças.³⁶

Ao tratar da fábula pós-moderna Anderson argumenta que “a *condição pós-moderna*, anunciada como a morte da grande narrativa, acaba assim na sua quase imortal ressurreição com a alegoria do desenvolvimento”, passado mais de uma década entre uma obra e outra, num período de importantes modificações do sistema capitalista, Lyotard não enfrenta essa nova realidade no plano político, mas se desloca para a astrofísica e no espaço intergaláctico identifica o capitalismo como “um redemoinho numa aventura cósmica mais vasta”.
 Todavia,

a fábula pós-moderna não significava nenhuma conciliação final com o capital. Ao contrário, Lyotard retomava agora uma inflexão oposicionista de há muito silenciada em sua obra: a denúncia da desigualdade, da lobotomia cultural globais e o desprezo pelo reformismo-social democrata, lembrando seu passado revolucionário. Mas as únicas resistências eram internas: a reserva do artista, a indefinição infantil, o silêncio da alma. Longe estava o “júbilo” da ruptura inicial da representação do pós-moderno.³⁷

Entre estas duas obras de Lyotard verifica-se sua trajetória intelectual e política na passagem de um socialismo revolucionário da época que era membro do grupo *Socialisme e Barbarie* para um hedonismo niilista de um tempo em que a classe operária já se encontra integrada a um capitalismo que não requer normatividade, não necessita de legitimação e está em toda parte como finalidade.

³⁶ LYOTARD, Jean-François. *Moralidades pós-modernas*. – Campinas/SP: Papirus, 1996, p. 82-97.

³⁷ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 43.

1.2 UM PROJETO INACABADO OU A LÓGICA CULTURAL DO CAPITALISMO TARDIO

Num discurso proferido em Frankfurt denominado *Die moderne: ein unvollendetes projekt* - 1980 Jürgen Habermas sustenta que “deveríamos aprender com os desacertos que acompanham o projeto”. Dessa maneira, não adere à ideia de decomposição dos grandes relatos da modernidade, nem de uma continuação linear desta, mas procura combatê-las em defesa do projeto iluminista. Continuando sua afirmação deveríamos também aprender

com os erros dos ambiciosos programas de superação, ao invés de dar por perdidos a própria modernidade e seu projeto. Mediante o exemplo da recepção artística talvez se possa ao menos *indicar* uma saída para as aporias da modernidade cultural. Desde a crítica de arte desenvolvida no romantismo existiram tendências conflitantes, que se polarizaram de modo mais intenso com o surgimento das correntes de vanguarda: a crítica da arte ora reivindica o papel de complemento produtivo na obra de arte, ora o papel de advogado da exigência interpretativa do público em geral. A arte burguesa despertou ambas as expectativas nos destinatários: ora o leigo fruidor de arte devia se instruir como especialista, ora podia se comportar como conhecedor que aplica experiências estéticas aos próprios problemas da vida. Permanecendo indistintamente presa ao primeiro, esse segundo modo de recepção, aparentemente mais inofensivo, talvez tenha perdido sua radicalidade.³⁸

Interpretando a definição do crítico de arquitetura Wolfgang Pehnt “A pós-modernidade se apresenta decisivamente como uma antimodernidade”, Habermas escreve que esta “serve para caracterizar uma tendência emocional, que penetrou todos os âmbitos da vida intelectual, originando teorias do pós-iluminismo, da pós-modernidade,

³⁸ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado*. In: ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto modernos de Jürgen Habermas*. – São Paulo: Brasiliense, 1992, p.118.

da pós-história, enfim, um novo conservadorismo”. E questiona, logo em seguida,

a modernidade é assim tão *passé*, quanto afirmam os pós-modernos? Ou será a tão decantada pós-modernidade apenas *phony*? Será o “postmodern” uma divisa sob a qual, imperceptivelmente, se herdam as disposições que a modernidade cultural mobilizou contra si desde meados do século XIX?³⁹

A modernidade estética ou modernismo que se desenvolve nas correntes de vanguarda em torno de uma concepção do tempo modificada que antecipa o futuro indeterminado avançando rumo ao que ainda não foi explorado, valorizando o transitório, cultuando o novo, o efêmero, exprime-se na “nostalgia da verdadeira presença”. A arte vanguarda combateu “a falsa normatividade de uma compreensão histórica inspirada na imitação de modelos”, mas conforme o autor envelheceu. Pode-se então, falar em pós-vanguarda com a consciência da derrota do surrealismo? E esta derrota pode significar a entrada na pós-modernidade?⁴⁰

Habermas discorda da interpretação de Bell, o qual coloca entre os neoconservadores por atribuir à modernidade cultural as consequências incômodas de uma modernização capitalista, visto que

obscurece as relações entre os processos propícios da modernização social, de um lado, e a crise de motivação, condenada como catatônica, de outro; visto que não revela as causas sócio-estruturais das mudanças nas paralisações do trabalho, nos hábitos de consumo, nos níveis de reivindicação e na orientação do lazer, ele pode imputar aquilo que agora aparece como hedonismo, como falta de disposição à identificação e obediência, como narcisismo, como descaso pelo *status* e competição pelo êxito, a uma cultura que só intervém nesse processo de um modo altamente mediado. A falta de tais causas não-analisadas tem então de ser suprida por aqueles intelectuais que

³⁹ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p.100.

⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p. 102, 104-5.

ainda se sentem comprometidos com o projeto da modernidade.⁴¹

Sustentando que algo pode ser resgatado da inócua revolta surrealista e também dos interesses das concepções experimentais de Bertold Brecht e Walter Benjamin que se dedicaram a descobrir a maneira como obras de arte *desprovidas de aura* podiam ainda ser recepcionadas com impacto revelador, Habermas afirma que

um reatamento diferenciado entre cultura moderna e uma prática do dia-a-dia dependente de legados vitais, mas empobrecida pelo mero tradicionalismo, certamente só será alcançada se *também* a modernização social puder ser dirigida por *outras* vias não-capitalistas, se o mundo da vida puder desenvolver por si instituições limitadas pela própria dinâmica dos sistemas de ação econômico e administrativo.⁴²

Assim, traça uma alternativa à falsa superação ou fracasso da arte⁴³, além de descrevê-la no âmbito do conhecimento teórico e da moral:

com efeito, de um modo semelhante, as ciências, de um lado, e a teoria moral e do direito, de outro, tornaram-se autônomas como a arte. Ambas as esferas, todavia, mantêm vínculo com formas especializadas da prática: uma, com a técnica cientificista, e a outra com uma prática administrativa organizada segundo o direito e dependente, em seus fundamentos, de justificação racional. E, no entanto, a ciência institucionalizada e o debate prático-moral isolado no sistema jurídico se afastaram tanto da prática da vida que, também aqui, o programa do

⁴¹ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p. 107-8.

⁴² HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p. 120.

⁴³ Para Lyotard “o que pede Habermas às artes e à experiência que elas acarretam é, em suma, lançar uma ponte sobre o abismo que separa os discursos do conhecimento, o da ética e o da política, e assim franquear uma passagem a uma unidade da experiência”. LYOTARD, Jean-François. *Resposta à questão: o que é pós-moderno? ...*, p. [s/n].

Iluminismo (*Aufklärung*) pode converter-se no programa de superação (*Aufhebung*).⁴⁴

O modernismo quase não encontra ressonância, mas o projeto da modernidade ainda não se cumpriu, ele visa modificar os laços da cultura moderna com a práxis da cultura cotidiana, do debate moral e da ciência institucionalizados com a prática da vida, ao invés de renunciá-lo como causa perdida, deveríamos aprender a lição dos enganos daqueles programas extravagantes que tentaram negá-lo. Da mesma forma,

quem aproxima sendo o projeto da modernidade ao grau de consciência e às ações públicas espetaculares de indivíduos terroristas, comporta-se de uma maneira não menos falaciosa do que alguém que o explicasse o incomparavelmente mais constante e abrangente terror burocrático – praticado na obscuridade, nos padrões da polícia militar e da polícia secreta, nos campos de concentração e em instituições psiquiátricas – como sendo a *raison d'être* do Estado moderno (e de sua dominação legal positivamente alcançada), apenas porque tal terror se serve dos meios dos aparelhos de coerção do Estado.⁴⁵

Nos termos da teoria social de Habermas esta desilusão com o projeto estatal esclarece a diferença entre “as perturbações da reprodução material e deficiências na reprodução simbólica do mundo da vida” que mantém o sistema de dominação e os fenômenos de colonização da vida que podem ser combatido a partir de uma nova relação entre as esferas públicas autônomas e auto-organizadas e os domínios da ação controlados através do dinheiro e do poder, onde os impulsos do mundo da vida influenciam no autocontrole dos sistemas, mediante processos de reprodução correspondentes, e estes por meio da ação comunicativa como uma racionalidade que comporta a capacidade de unificar sem coagir instituindo um consenso em prol de um acordo

⁴⁴ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p. 116-7.

⁴⁵ HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado...*, p.117-8.

racionalmente motivado que supera as noções iniciais subjetivas dos participantes.⁴⁶

Entre as concepções de Habermas e Lyotard existem algumas coincidências, sendo denominados por um lado de pró-modernistas, para Anderson apesar de as duas posições serem “estranhamente indecisas”, foram elas as primeiras a dar ao “campo o selo de autoridade filosófica”, sendo marxista a formação original dos dois pensadores é

espantoso o pouco que daí trouxeram para suas análises da pós-modernidade. Também não tentaram uma verdadeira interpretação histórica do pós-moderno que fosse capaz de defini-lo no tempo e no espaço. Em vez disso, apresentaram significantes mais ou menos vazios ou flutuantes do marco do seu aparecimento: a deslegitimação das grandes narrativas (sem data) no caso de Lyotard e, no de Habermas, a colonização do mundo da vida (quando é que ele não foi colonizado?). (...) Recuando ante evidências incômodas do que ele parecia significar, Lyotard se viu reduzido a negar que fosse outra coisa que não uma dobra interna do próprio modernismo. Habermas, mais interessado em envolver-se com as artes em perspectivas pode reconhecer uma passagem do moderno para o pós-moderno mas mal consegui explicá-la. (...) Comum a todos era a subscrição dos princípios do que Lyotard – outrora o mais radical chamou de democracia liberal como o horizonte insuperável da época. Não podia haver nada mais que o capitalismo. O pós-moderno foi uma sentença contra as ilusões alternativas.⁴⁷

Para Fredric Jameson conhecido por sua análise da cultura contemporânea principalmente depois da publicação do livro *Postmodernism: the cultural logic of late capitalism – 1984* onde descreveu o pós-modernismo de forma ampla a partir das alterações sofridas no sistema do capital que instauraram um novo estágio na história do modo de produção, sendo a cultura pós-moderna sua própria lógica.

⁴⁶ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 438-505.

⁴⁷ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 52-4.

Assim, pode-se dizer que o processo de modernização se completou e com isso deu lugar ao pós-modernismo, “a natureza se foi para sempre (...) num mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a cultura se tornou uma verdadeira segunda natureza”, segundo o autor aqui se encontra um ponto importante para detectar o pós-moderno, assim

na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço para forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo.⁴⁸

Jameson se baseia na ideia do economista Ernest Mandel descrita em sua obra *Late capitalism- 1972* resultado de sua tese onde propõe uma “anatomia da originalidade histórica dessa nova sociedade” além de afirmar que o período demarca um terceiro estágio na evolução da forma do capital sendo entendido como a fase do capitalismo mundial ou globalizado.

Refere-se a um capitalismo mais puro a qualquer outro antecedente em sua evolução. Contrariamente, as teorias que designam uma sociedade pós-industrial como uma nova formação social que não mais corresponde às regras do capitalismo clássico, é dizer, a produção industrial e a luta de classes, a tradição marxista não resiste à contribuição de Mandel que estabelece que o crescimento tecnológico é mais uma instância determinante em si do que uma consequência do desenvolvimento do capital. Fundamentando sua tese central apresenta três momentos essenciais no capitalismo:

As revoluções fundamentais na tecnologia de propulsão – a tecnologia para produção de força motriz por máquinas – aparecem, portanto, como os momentos determinantes nas revoluções tecnológicas como um todo. A produção de motores a vapor a partir de 1848; a produção de motores elétricos e de combustão a partir dos anos

⁴⁸ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. - São Paulo: Ática, 2007, p. 14.

90 do século XIX; a produção de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX – são essas as três grandes revoluções gerais da tecnologia, engendradas pelo modo de produção capitalista desde a revolução industrial “original” de fins do século XVII.⁴⁹

Partindo deste entendimento Jameson se distancia da noção de que o crescimento tecnológico, de alguma forma seja a determinação de nossa produção cultural, é ela uma figuração distorcida de algo mais profundo – o sistema capitalista multinacional.

Em relação às fragmentadas concepções sobre a pós-modernidade Jameson, diferentemente de Lyotard, acredita ser fundamental compreender a partir do pós-modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio e não da pós-modernidade como uma ruptura periódica de estilo determinada pelas mudanças estilísticas do alto modernismo. Ele argumenta que

os últimos anos têm sido marcados por um milenarismo invertido segundo o qual os prognósticos, catastróficos ou redencionistas, a respeito do futuro foram substituídos por decretos sobre o fim disto ou daquilo (o fim da ideologia, da arte, ou das classes sociais; a “crise” do leninismo, da social-democracia, ou do Estado de bem-estar etc.); em conjunto, é possível que tudo isso configure o que se denomina, cada vez mais frequentemente, pós-modernismo.⁵⁰

O pós-modernismo pode ser entendido “como uma tentativa de pensar historicamente o presente em uma época que já esqueceu como pensar dessa maneira. Nestas condições, o conceito ou ‘exprime’ um irreprimível impulso histórico mais profundo ou efetivamente o ‘reprime’ e ‘desvia’, dependendo de que lado da ambiguidade nos colocamos”.⁵¹

As teorias pós-modernas se constituem em diversas abordagens, duas delas, se constituem como as mais diferentes formas de conceituar o fenômeno em geral, sendo que uma se manifesta como julgamento moral, e a outra se apresenta como uma “tentativa genuinamente

⁴⁹ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. – São Paulo: Abril cultural, 1982, p. [s/n].

⁵⁰ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 27.

⁵¹ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 13.

dialética de se pensar o nosso tempo presente na história”. Filiando-se a essa, para Jameson, a tentativa de um julgamento final do pós-moderno, em termos de moral, deve ser entendida como um erro categorial. O problema do pós-modernismo é estético e político e o que se deve observar é que a maioria das posições políticas que informam um debate estético são moralistas e buscam um conceito de pós-modernismo estigmatizado como corrupto ou como uma forma cultural de inovação.⁵²

Tratando sobre os confrontos entre o moderno e o pós-moderno, o autor afirma não ser possível, simplesmente fazer apologia ou condenar o pós-modernismo. Em termos culturais, aprecia a arquitetura, a fotografia, a poesia, o cinema e entende que todas essas áreas melhoraram, mas, por outro lado, seu elemento linguístico tornou-se “descuidado e débil, e não pode se tornar interessante sem muita engenhosidade, ousadia e uma enorme motivação”. Agora, no que tange as teorias pós-modernas,

quando nos detemos para observar o próprio “sistema das belas-artes”: a relação entre as formas e as mídias (ou melhor, o próprio formato que adquiriram as mídias, suplantando tanto a forma quanto o gênero), a maneira pela qual o próprio sistema genérico, como uma reestruturação e uma nova configuração (ainda minimamente modificada), expressa o pós-moderno e, através dele, todas as outras coisas que estão acontecendo conosco. Mas descrições como esta parecem não só envolver uma comparação obrigatória com o moderno em si, como também abrem espaço para as questões do “cânone”: certamente só mesmo um crítico ou jornalista cultural muito antiquado estaria interessado em provar o óbvio. (...) no inconsciente político de uma era, tais comparações – seja de obras individuais, seja de estilos culturais em geral – são na realidade a figuração e a matéria-prima expressiva de uma comparação mais profunda

⁵² Quatro posições do pós-modernismo: 1) Perspectiva antimoderna/ pró-pós-moderna; 2) Perspectiva pró-moderna/anti-pós-moderna. Ambas estão de acordo quanto à ruptura fundamental entre moderno e pós-moderno; 3) Avaliação positiva do pós-moderno e 4) Avaliação negativa de pós-moderno. Ambas repudiam as concepções de ruptura histórica e, inclusive, colocam em questionamento a utilidade do termo. JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 72-3, 80-6.

entre os próprios modos de produção (...). O exemplo do moderno/pós-moderno, no entanto, demonstra que isso também se aplica aos estágios no interior de um mesmo modo de produção, nesse caso o confronto entre o estágio modernista (ou imperialista, ou monopolista) do capitalismo e seu estágio pós-moderno (ou multinacional).⁵³

Uma das maneiras de Jameson narrar esta transição para a pós-modernidade é demonstrar como no decorrer do tempo o moderno aniquila o velho. É na ausência do velho no cenário moderno que se dá o pós-moderno. Ou seja, o “fim do moderno” no sentido de não coexistir mais o velho na experiência do novo como sendo uma questão constitutiva do pós-moderno. Designa, portanto, o pós-modernismo como um fenômeno histórico associado a amplas transformações culturais nas experiências cotidianas contemporâneas.⁵⁴

Assim, a noção do pós-modernismo de Jameson se dá na direção de considerar uma nova dominante cultural dando vazão à existência de uma série de características bem diversas, “toda a análise cultural isolada e disjuntiva sempre envolve uma teoria subjacente, ou reprimida, de periodização histórica” enfrentando à objeção de que essa acarreta na obliteração da heterogeneidade, entende que, pelo contrário, somente a partir de um tipo de norma hegemônica, seria possível medir e avaliar a real diferença, no sentido de que “o instrumento crítico da contradição é inseparável de uma concepção da totalidade”.⁵⁵

Não me parece, de modo algum, que toda produção cultural de nossos dias é pós-moderna no sentido amplo que vou usar esse termo. O pós-moderno é, no entanto, o campo de forças em que vários tipos bem diferentes de impulso cultural – (...) – têm que encontrar seu caminho. Se não chegarmos a uma idéia geral de uma dominante cultural, teremos que voltar à visão da história do presente como pura heterogeneidade, como diferença aleatória, como a coexistência de inúmeras forças distintas cuja efetividade é impossível aferir. De qualquer modo, foi esse o

⁵³ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 305-6.

⁵⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 315.

⁵⁵ JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio: Adorno, ou a perspectiva da dialética*. – São Paulo: Boitempo, 1997, p. 29 e 299.

espírito político em que se planejou a análise que segue: projetar uma certa concepção de uma nova norma cultural sistemática e de sua reprodução, a fim de poder fazer uma reflexão mais adequada a respeito das formas mais efetivas de política cultural radical de nossos dias.⁵⁶

Significa dizer, sobretudo, que a periodização precisa ser sempre reiterada, o pós-modernismo não representa, portanto, apenas a dominante cultural de uma nova ordem social, mas, é um reflexo concomitante de mais uma transformação do sistema capitalista – o capitalismo tardio. De fato, o autor busca realizar “uma tentativa de teorizar a lógica específica da produção cultural deste terceiro estágio, e não [tratá-la] como mais uma crítica cultural desencarnada, ou um diagnóstico do espírito da época”.⁵⁷

Anos antes Jameson publicou uma obra literária denominada *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act – 1981* na qual declarou o marxismo como uma grande narrativa “só o marxismo pode nos dar uma visão adequada do mistério essencial do passado cultural”, questões esquecidas “podem recuperar sua urgência para nós se forem recontados dentro da unidade de uma única grande história coletiva”, uma luta coletiva que deve ser compreendida como “episódios vitais numa única e vasta trama inacabada”⁵⁸.

Na conclusão de seu ensaio sobre a cultura pós-moderna Jameson sustenta que não passou despercebida sua abordagem totalizante do pós-modernismo, sobre o impulso generalizado de condenar as concepções de direção totalizante ou revolucionária, bem como de sua validade ao fracasso, pela própria estrutura de seu pensamento entende serem idealistas “uma repetição das doutrinas do pecado original em seu pior sentido religioso”. Porém, as condições de possibilidade do pensamento totalizador podem ser avaliadas para além da discussão de seu conteúdo revolucionário, utópico ou de validade.

Não se trata mais então exatamente de filosofar, ou, se preferirmos, trata-se de filosofar num nível sintomático, no qual nos afastamos de nossos julgamentos imediatos sobre um dado conceito (“o pensamento pós-moderno mais avançado nos

⁵⁶ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 31-2.

⁵⁷ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 396-7.

⁵⁸ JAMESON, Fredric. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act.* – New York: Cornell University Pres, 1986, p.19-20.

ensina a não utilizar conceitos de totalidade ou periodização”) e os estranhamos através do questionamento dos determinantes sociais que nos possibilitam ou nos impedem o pensamento. Será que o atual tabu da totalidade é um simples resultado do progresso filosófico e de uma maior autoconsciência? Será porque chegamos hoje a um estado tal de esclarecimento teórico e de sofisticação conceitual que nos permite evitar os piores erros e disparates dos pensadores do passado?⁵⁹

Com efeito, o ponto crucial está no fato de que podemos reconhecer a presença do conceito de totalidade sem perder a diferença desde que se entenda que há apenas um deles com as características de uma situação histórica e social que o torna possível – o modo de produção e seus vários níveis. Portanto, para Jameson a resistência a conceitos globalizantes e totalizantes como o proposto é justamente a função da universalização do capitalismo.

⁵⁹ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 398.

1.3 O PÓS-COLONIALISMO E A TRANSMODERNIDADE

Num mundo onde praticamente a metade da população vive em estado de pobreza e miséria a mais importante das teorias culturais e das ciências sociais que denuncia esta condição opressiva de relações desiguais é o pós-colonialismo.⁶⁰ Desde a década de 70 despontaram esses estudos que se desdobraram do anticolonialismo e de suas análises nas ex-colônias britânicas. Tal crítica tem por essência a proposta de desvelar os efeitos do colonialismo sob as sociedades colonizadas na investigação e compreensão do mundo contemporâneo. Enquanto relação política o colonialismo resta acabado, o que não significa que em relações sociais como “mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória”⁶¹ isso tenha ocorrido. O prefixo “pós” no conceito colonialismo “não se limita a descrever período ou condição posterior a suposta superação dos laços coloniais. Indica a releitura da narrativa histórica sobre outro viés”.⁶²

Na interpretação de Terry Eagleton em *After theory - 2003* a teoria pós-colonial, emergiu como consequência do fracasso das nações colonizadas em estabelecer sua soberania política e econômica após libertarem-se da dominação ocidental, o “socialismo provou-se menos possível onde era mais necessário”. Assim a partir dos anos 70 com o aumento da corrupção e da estagnação econômica nesses países, e com a busca de reestruturação da crise capitalista, instaurou-se o fim das ilusões de independência nacional-revolucionária surgindo às idéias pós-coloniais.⁶³

Eagleton afirma que muitos partiram de uma percepção cosmopolita do mundo onde os Estados pós-coloniais estavam sendo

⁶⁰ O pós-colonialismo é um produto da “viragem cultural” das ciências sociais na década de oitenta, tendo como precursores Frantz Fanon (1961, 1971) e Albert Memmi (1965). Inspirado nos trabalhos pioneiros de Edward Said *Orientalism* (1978), de Richard Werbner (1996) e de Stuart Hall (1996a, 1996b) sobre as culturas diaspóricas, veio a consolidar-se através dos trabalhos de Partha Chatterjee (1986), Paul Gilroy (1993), Homi Bhabha (1994) e Gayatri Spivak (1996), Arif Dirlik (1994) e Aijaz Ahmad (1995) bem como dos debates que eles suscitaram. Se inicialmente foi considerada uma corrente animada fundamentalmente por intelectuais diaspóricos, com raízes nos países colonizados pelo império britânico e a trabalhar no Ocidente, hoje em dia a perspectiva pós-colonial está presente em muitas das análises que incidem sobre o impacto das relações imperiais modernas. SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. – São Paulo: Cortez, 2006, p. 234.

⁶¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo...*, p. 28.

⁶² CHAMECKI, Eduardo. *A hermenêutica filosófica à hermenêutica crítico alternativa: caminhos para a descolonização do saber jurídico*. – Curitiba: UFPR, 2010, p.121.

⁶³ EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, p. 22-3.

absorvidos pela lógica do capitalismo global e rejeitaram a noção de nacionalidade e de classe relacionada à nação revolucionária. Transferiram sua atenção da luta de classes para o colonialismo, da classe e da nação para a etnicidade, representando uma passagem conceitual da política à cultura.⁶⁴

Neste sentido, Stuart Hall na obra *The question of cultural identity* – 1992 tratando da identidade cultural na sociedade contemporânea acrescenta o argumento de que as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior de uma representação, sendo a nação um sistema de representação cultural, uma comunidade simbólica capaz de produzir sentimentos de identidade e lealdade. A nação não se trata apenas de uma entidade política, mas de algo que gera sentidos. Do abandono a diferença étnica e religiosa à constituição de uma cultura nacional cria-se uma cultura homogênea que “atua como uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação”. Não se importando com a diversidade existente entre os indivíduos da nação, a cultura nacional busca unificá-los numa identidade nacional.⁶⁵

Segundo Benedict Anderson que num espírito antropológico persegue os processos que engendram os mecanismos dos conceitos de nacionalidade - a nação deve ser entendida como uma *Comunidade Imaginada*, sendo imaginada porque os membros de uma nação “nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros da mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”. Ao invés de acreditarmos que o “nacionalismo é a patologia da história moderna do desenvolvimento”, “façamos lentamente o melhor que conseguirmos para apreender a experiência real, bem como a experiência imaginada, do passado”, as diferenças entre as nações estão justamente nas diferentes formas que elas são imaginadas.⁶⁶

Nesta direção, Hall analisa como é imaginada e contada a narrativa da cultura nacional e questiona se esta - que se constitui das memórias do passado, do desejo por viver em conjunto e da perpetuação da herança – pode anular e subordinar a diferença cultural? E indica que

⁶⁴ EAGLETON, Terry. *Depois da teoria...*, p. 24-6.

⁶⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 48-9 e 57-8.

⁶⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. – São Paulo: Editora 70, 2005, p. 25 e 217.

em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. (...) Uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las como expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo. É tentador, portanto, tentar usar a etnia dessa forma “fundacional”. Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. (...) *As nações modernas são, todas, híbridos culturais.*⁶⁷

Portanto, as culturas nacionais vinham dominando até o século XX e as identidades nacionais se sobrepunham às identidades culturais, no entanto, com o processo de mudanças globais as identidades nacionais vêm se deslocando. Como consequência de “um complexo de processos e forças de mudança” em escala mundial, alguns destacam a homogeneização das identidades. Hall aponta que a globalização caminha em paralelo com um *fortalecimento das identidades locais* e da produção de *novas identidades*. Ela possui o efeito de “contestar os contornos estabelecidos pela identidade nacional e de expor seu fechamento às pressões da diferença, da ‘alteridade’ e da diversidade cultural”. Os crescentes fluxos migratórios criam novas culturas híbridas como novos tipos de identidades que são o produto de novas diásporas pós-coloniais que também abrem possibilidades de novas articulações. Os desvios contraditórios da globalização “pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente”.⁶⁸

Ao tratar da identidade no mundo globalizante em *The individualized society – 2001* Zygmunt Bauman explica que “a ‘identidade’ agora se tornou um prisma, através do qual outros aspectos tópicos da vida contemporânea são localizados, agarrados e

⁶⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade...*, p. 62.

⁶⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade...*, p. 83-97.

examinados”. O problema da identidade mudou de forma e conteúdo, os fins se tornaram ainda mais difusos e incertos, a tarefa parece não ser mais a de “juntar forças e determinação para agir, mas (...) escolher o desvio menos arriscado na encruzilhada mais próxima e mudar de direção antes que a estrada à frente se torne intransitável”. A escolha da identidade não presume mais compromissos e consequências, a identidade é o *substituto da comunidade* numa época em que se tornou difícil verificá-las na realidade. Mesmo entendendo que a “identidade brota no túmulo das comunidades, mas floresce graças à sua promessa de ressuscitar os mortos”⁶⁹,

quem sabe, em vez de falar sobre identidades, herdadas ou adquiridas, estaria mais próximo da realidade do mundo globalizado falar de identificação, uma atividade que nunca termina, sempre incompleta, na qual todos nós, por necessidade ou escolha, estamos engajados. (...). A busca frenética por identidade (...) é o efeito colateral e o subproduto da combinação das pressões globalizantes e individualizadoras e das tensões que elas geram. As guerras de identificação não são nem contrárias nem estão no caminho da tendência globalizante: são crias legítimas e companhias naturais da globalização, e, longe de deter sua marcha, lubrificam suas rodas.⁷⁰

Apostando bem mais no discurso das identidades Boaventura de Sousa Santos no livro *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* – 1995 declara que o processo histórico de descontextualização das identidades não é tão homogêneo quanto parece já que corre em paralelo velhos e novos processos de recontextualizações e de particularizações das identidades e de suas práticas a conduzir uma reformulação das inter-relações entre o

vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual. Tal reformulação é exigida pela verificação de fenômenos convergentes ocorrendo nos mais díspares lugares do sistema mundial: o novo racismo na Europa; o declínio geral da política de

⁶⁹ BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 178-192.

⁷⁰ BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada...*, p. 193.

classe, sobretudo evidente nos EUA, onde parece substituída pela política étnica do multiculturalismo ou pela política sexual dos movimentos feministas; os movimentos dos novos indígenas em todo o continente americano, que contestam a forma política do Estado pós-colonial; o colapso dos Estados-Nação – afinal, multinacionais – e os conflitos étnicos no campo devastado do ex-império soviético; a transnacionalização do fundamentalismo islâmico; a etnicização da força do trabalho em todo o sistema mundial como forma de desvalorizar; etc; etc.⁷¹

Ademais, descrevendo como desafios do que denomina de semiperiferia, Santos indica que “o ponto de partida se dá na necessidade de re-analisar as culturas das nações questionando as construções oficiais da cultura nacional”. Sendo assim, agindo num movimento de resistência que se baseia no impulso globalizante do retorno às identidades, ao multiculturalismo, à localização e à transnacionalização propício para uma nova forma cultural de fronteira, uma zona de passagem, híbrida onde os contatos se mantêm ou não, de acordo com micro-hierarquias pouco suscetíveis à globalização capitalista.⁷²

No mesmo caminho à resistência Homi K. Bhabha em *The location of culture* – 1994 defini a pós-colonialidade como sendo “um salutar lembrete das relações ‘neocoloniais’ remanescentes no interior da ‘nova’ ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional” que permite a “autenticação de histórias de exploração é o desenvolvimento de estratégias de resistência”.⁷³

Em obra mais recente Santos desenvolve uma proposta de emancipação social reconstruída a partir e em aprendizagem com o Sul⁷⁴, apostando num “pensamento alternativo de alternativas” confere

⁷¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. – São Paulo: Cortez, 2001, p. 144-5.

⁷² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice...*, p. 148 e 153-4.

⁷³ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. – Belo Horizonte, 1998, p. 26

⁷⁴ Neste sentido, na interpretação de Milton Santos “Os países subdesenvolvidos, parceiros cada vez mais fragilizados nesse jogo tão desigual, mais cedo ou mais tarde compreenderão que nessa situação a cooperação lhes aumenta a dependência. (...) Esse mundo globalizado produz uma racionalização determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. (...) Uma reação em cadeia poderá ensejar o renascimento de algo como o antigo élan terceiro-mundista tal como o presidente Nyerere, da Tanzânia, havia sugerido em seu livro

ao pós-colonialismo um caráter oposicionista se colocando em conflito com algumas de suas perspectivas dominantes. Como o viés unicamente culturalista, a articulação entre capitalismo e colonialismo que privilegia esse último como fator explicativo das relações sociais e a ideia de provincialização e descentração da Europa. De certo, a emancipação social não necessita de uma teoria geral nem de ser descartada por ser um termo moderno e ocidental, deve-se centrar como uma exigência ética e política reconfigurada para integrar as propostas de transformação social contra-hegemônicas.⁷⁵ Com efeito, “o mundo pós-colonial fora da Europa e da América do Norte constitui efetivamente a maior parte do mundo povoado moderno”, de acordo com Partha Chatterjee devemos “voltar nossos olhos para longe dessa quimera da modernidade universal e liberar um espaço em que pudéssemos nos tornar os criadores da nossa própria modernidade”.⁷⁶

A concepção do pós-colonialismo de oposição parte do entendimento de que, “a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis (...) por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem [é] produz[ido]”. Dessa maneira, Santos explica que o pós-colonialismo deve ser compreendido a partir de duas premissas: a de um período histórico que sucede às independências coloniais e a de um conjunto de discursos e práticas que “desconstroem a narrativa colonial, escrita pelo colonizador, e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado”.⁷⁷

Desta relação de ambivalente entre o colonizador e o colonizado numa dialetização que cria, destrói e recria (*Aufhebung*) fazendo um dependente do outro, o colonizado é justamente o que não é o colonizador, a ideologia que sustenta o colonialismo está na superioridade imposta do colonizador e na inferioridade tolerada do colonizado. Albert Memmi acrescenta que o colonizado possui duas saídas: “tentar ou tornar-se outro, ou reconquistar todas as suas dimensões das quais foi amputado pela colonização”.⁷⁸

O desafio ao Sul. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. - Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 151-3.”

⁷⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo...*, p. 34-5 e 38-41.

⁷⁶ CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidades e Política*. - Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004, p. 58 e 74.

⁷⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo...*, p. 28-9 233.

⁷⁸ MEMMI, Albert, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 106.

De início a tentativa mais sedutora ao colonizado é igualar-se a seu opressor, requer a assimilação “a recusa de si mesmo e o amor ao outro são comuns a todos os candidatos” nesse processo. Para libertar-se aceita destruir-se. Mesmo assim, se depara com a recusa do colonizador e com a impossibilidade da assimilação no quadro colonial. A ruptura, a revolta, a luta contra o colonizador é o que resta ao colonizado quando toma consciência de sua condição alienada num processo de superação que pode chegar à plena afirmação de si, de suas diferenças, de seu povo e de pertencimento a ele. O colonizado se identifica e se afirma num movimento de redescoberta de si.⁷⁹ A diferença pode alterar as relações de poder quando descredibiliza as representações hegemônicas confunde a contradição e não conseguem mais manter as polarizações puras que o constituíram, se tornando homens livres.

Em outro aspecto Bhabha numa posição crítica ao multiculturalismo - por presumir a ideia de uma cultura central que estabelece as regras que limitam as formas legítimas de manifestação das culturas menores e de afirmação da diferença cultural - aposta no hibridismo da cultura, o *inter* “é o *entre-lugar* que carrega o fardo do significado da cultura” nesse traçado fronteiriço a relação é com o “novo como ato insurgente de tradução cultural” tornando-se um espaço de intervenção no aqui e no agora. A contramodernidade pós-colonial emerge como “uma forma de reinscrição cultural que se move de volta para o futuro”, um *passado projetivo*, para frente, um futuro anterior,

uma narrativa histórica da alteridade que explora formas de antagonismo e contradição social que ainda não tiveram uma representação adequada, identidades políticas em processo de formação, enunciações culturais no ato do hibridismo, no processo de tradução e transvalorização de diferenças culturais.⁸⁰

Assim a tradução cultural se identifica como aquelas formações de identidades que cruzam as fronteiras naturais dessacralizando “as pressuposições transparentes da supremacia cultural e, nesse próprio ato exige uma especificidade contextual, uma diferenciação histórica no interior das posições minoritárias”⁸¹.

⁷⁹ MEMMI, Albert, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador...*, p. 106-116.

⁸⁰ BAHABA, Homi K. *O local da cultura...*, p. 27, 69 e 347.

⁸¹ BAHABA, Homi K. *O local da cultura...*, p. 314.

Na perspectiva de Santos trata-se de uma “transição paradigmática”, uma reconstrução da emancipação social a partir do Sul que promove a “dispersão” ou “dissolução” do eurocentrismo e opta por alianças de estratégias teóricas, ao invés de insistir na diferença desqualificadora.

Tal reconstrução só [pode] ser completada a partir das experiências das vítimas, dos grupos sociais que tinham sofrido com o exclusivismo epistemológico da ciência moderna e com a redução das possibilidades emancipatórias da modernidade ocidental às tornadas possíveis pelo capitalismo moderno. (...). O meu apelo em aprender com o Sul – entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo – significava precisamente o objectivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da prática social e política que ela subscrevera.⁸²

Mesmo compartilhando com certas noções do pós-modernismo quando o desenvolve em contraposição a uma hegemonia pós-moderna celebratória a tentativa de Santos da emancipação social que ascende de dentro para fora se identifica mais pós-colonial do que pós-moderna.

Vale trazer a interpretação de Anderson sobre o pós-colonialismo como reação direta à influência pós-modernista, tratando de certa versão do pós-colonialismo “que denota um período histórico em que de fato ocorreu, a descolonização, mas no qual persiste a dominação neo-imperialista”, chama atenção para como a “insistência sobre a força de penetração do mercado nas culturas populares fora da área central do capitalismo avançado” muito se assemelha ao impacto do pós-modernismo descrito por Jameson em *Late marxism*⁸³. Sob uma concepção certamente eurocêntrica no entender dos pós-colonialistas o autor soluciona a questão: se nas sociedades com um estágio de desenvolvimento industrial e de consumo bem menos avançado deveria

⁸² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo...*, p. 27.

⁸³ Neste sentido ver JAMESON, Fredric. *Sobre a substituição de importações literárias e culturais no Terceiro mundo: o caso da obra testemunhal*. In: *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson*. Ana Lúcia Almeida Gazzola (org.). – Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 107-128 e JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: Ensaio sobre a globalização*. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. Livro organizado e publicado apenas no Brasil que trás algumas considerações sobre a globalização na América Latina.

prevalecer uma configuração mais próxima do modernismo, argumentando que

hoje, os sistemas de comunicação global garantem um grau incomparavelmente maior de penetração cultural dos antigos Segundo e Terceiro Mundos pelo Primeiro. Nessas condições, a influência das formas pós-modernas é inevitável – na arquitetura de cidades com Xangai ou Kuala Lumpur, nos espetáculos artísticos de Cararas ou Pequim, nos romances e filmes de Moscou a Buenos Aires. (...) Enquanto prevalecer o sistema do capital, cada novo avanço da indústria da imagem aumenta o raio de alcance do pós-moderno.⁸⁴

Muito menos preocupadas como o que vem de fora do que com o que brota de dentro, voltadas para a violência irracional do mito da modernidade e não para o seu relevante fracasso, a “teoria do paradigma outro” se coloca em total exterioridade cultural e epistemológica à modernidade ocidental, mais que a descrença, ou ainda descentramento, realiza uma ruptura total. Trata-se de uma crítica onde se pressupõe a exterioridade daqueles “que só foram parte da modernidade pela violência, exclusão e discriminação que esta lhes impôs”. As correntes do pós-colonialismo ou (des)colonialismo, possuem pelo conceito de exterioridade um apreço fundamental.⁸⁵

Nesta linha, segue o que Enrique Dussel preferiu denominar de *Transmodernidade* para indicar a opção fornecida pelas vítimas à modernidade ocidental em sua condição de resistência. Para essa perspectiva tanto a modernidade como a pós-modernidade são categorias eurocêntricas, historicamente construídas sob interesses locais que não podem ir além desse mundo de hegemonias. A modernidade como fenômeno histórico ocorreu exclusivamente na Europa - o centro político e econômico desde a formação dos Estados nacionais – enquanto suas influências sobre a periferia do mundo, tratando da América Latina em especial, foram a opressão, a violência, um projeto cruel de “negação da cultura periférica enquanto Outra, diferente, autêntica”, de um lado o progresso europeu na realização de premissas modernas, de outro o colonialismo e o genocídio dos povos indígenas. Com efeito,

⁸⁴ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 136-141.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo...*, p. 28 e 35.

a Modernidade surgiu, de fato, em 1492 com a “centralidade” da Europa (o “eurocentrismo” nasce quando a Europa consegue cercar o mundo árabe, que a até o século XV tinha sido o centro do mundo conhecido). Aquele “Eu”, que se inicia com o “Eu conquisto” do Cortés, ou Pizarro, praticamente anterior por um século ao ego cogito de Descartes, é causador do genocídio do índio, da escravidão do negro africano e das guerras coloniais da Ásia. A maioria da humanidade presente (o sul) é “a outra face” da Modernidade (não é nem pré-modernidade, nem antimodernidade, nem pós-modernidade, nem pode realizá-la, como pretende Habermas).⁸⁶

Refere-se, aqui ao mito da modernidade como encobrimento do Outro fundante na racionalidade universal que se configura na falácia do eurocentrismo e do desenvolvimentismo e deve ser combatido não apenas em seu núcleo racional, mas na “irracionalidade da violência do mito moderno (...); na irracionalidade pós-moderna; afirma[ando] a ‘razão do Outro’ até uma mundialização *Transmoderna*”. Assim, Dussel propõe uma ruptura radical com a razão tradicional europeia em busca da razão do oprimido, pois, a modernidade da Europa constitui todas as outras culturas como sua periferia.⁸⁷

O “paradigma sacrificial” caracteriza o mito moderno, ou seja, o sofrimento e o massacre do colonizado são percebidos como custo necessário à modernização, como justificativa de uma práxis irracional de violência. Para a realização plena do conceito modernidade se exigirá sua superação e a inclusão da “Alteridade do Outro, negado antes como vítima culpada, permite des-cobrir pela primeira vez a outra-face oculta e essencial à ‘modernidade’: o mundo periférico colonial”. De fato, a

“realização” seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível

⁸⁶ DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. – São Paulo: Paulus, 2005, p. 47 e 90-8.

⁸⁷ “Sino la irracionalidad de la violencia del mito moderno; (...) sino la irracionalidad postmoderna; afirmamos la ‘razón del Otro’ hacia una mundialidad *Transmoderna*”. (Tradução nossa). DUSSEL, Enrique. *1492 - el encubrimiento del otro: hacia el origen del ‘mito de la modernidad’*. – La Paz: UMSA, 1994, p. 22 e 32.

para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, etnias e classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc; não por pura negação, mas por incorporação partindo da Alteridade.⁸⁸

Essa Alteridade se designa como a transcendência do sujeito, no encontro com o Outro, na responsabilidade pelo Outro como concepção de justiça que se revela no rosto sem máscara “a simples presença do oprimido como tal é o fim da boa consciência do opressor”. A ética da alteridade funda-se na experiência metafísica do encontro face a face na exposição de um diante do outro é o além da totalidade mundana, prévia a ela mesma e originária. “A partir da Totalidade do mundo (o ontológico) abria-se a Europa, o varão e o pai ante a Exterioridade (o meta-físico, se a *physis* é o ‘ser’ como horizonte do mundo) das culturas periféricas, a mulher e o filho”.⁸⁹

A totalização isola o sujeito na negação do Outro, a alteridade pelo contrário, aproxima, identifica, responsabiliza-se, reconhece e atua no âmbito da exterioridade enquanto a categoria mais importante da filosofia da libertação significa um novo discurso histórico além do horizonte do ser do sistema, uma transcendentabilidade interior à totalidade ou ainda, uma expressão precisa do Outro em si, a revelação de sua face. Por tudo isso, Dussel assinala a necessidade de superação metodológica da dialética negativa e desenvolve o momento analético - um momento dentro da dialética que presumi a aceitação ética do discurso do oprimido e a mediação da práxis e “não é somente negação da negação do sistema desde a afirmação da totalidade. É superação da

⁸⁸ “La ‘realización’ sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas), se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica (o analógica, sincrética, híbrida o ‘mestiza’) del Centro/Periferia, Mujer/Narón, diversas razas, diversas etnias, diversas clases, Humanidad/tierra, Cultura occidental/culturas del Tercer Mundo, etcétera; no por pura negación, sino por subsunción desde la Alteridad. *Europa, modernidade e eurocentrismo*”. (Tradução nossa). DUSSEL, Enrique. *1492 - el encubrimiento del otro...*, p. 167. Ou DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. – Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar>. Acesso: 05 de março de 2011.

⁸⁹ DUSSEL, Enrique. *Caminhos de libertação latino-americana: reflexões para uma teologia da libertação*. –São Paulo: Paulinas, 1984, p.16.

totalidade, é (...) realizar o novo (...) o que surge a partir da liberdade incondicionada, revolucionária, inovadora.”.⁹⁰

A analética como método da filosofia da libertação latino-americana partindo da revelação do Outro e de seu discurso apresenta-se como uma questão metafísica aberta que desdobrando a percepção dialética não se limita a negativa do ser ôntico, mas se redimensiona na afirmação da exterioridade encerrando a totalidade na condição ética primeira: a Alteridade. É uma passagem transcendental criadora e “não apenas abertura para o Outro, e sim trabalho criador a partir do Outro”.⁹¹

Em *Ética de la libertación* – 1998 Dussel tenta justificar filosoficamente a práxis da libertação desenvolvendo uma ética de afirmação total da vida humana diante da realidade de um agir irracional num processo mundial de globalização excludente. Sustenta-se como uma ética da vida “a partir do exercício da crítica-ética onde se afirma a dignidade negada da vida da vítima, do oprimido ou excluído”, e se alcança, a “validade crítica da razão libertadora” através da “luta pelo re-conhecimento das próprias vítimas excluídas, que se tornaram sujeitos responsáveis por sua própria libertação”. “São as vítimas, quando irrompem na história, que criam o novo” se constituindo como sujeito sócio-histórico da práxis de libertação que “é a ação possível que transforma a realidade (subjéctiva e social) tendo como última referência sempre alguma vítima ou comunidades de vítimas”.⁹²

O critério crítico-ético da transformação libertadora é a factibilidade como possibilidade de libertação da vítima ante os sistemas dominantes. No entanto, “nem tudo que é factível técnico-economicamente é ético-moralmente possível, ‘aceitável’”, com isso passa-se de um mero critério de factibilidade para o princípio de factibilidade ética, “o ético subsume o meramente factível”, o possível de ser feito torna-se o que se pode fazer se desdobrando no que é eticamente permitido fazer e no que se deve fazer necessariamente. Esse princípio deontológico “é agora não só possível, mas bom, justo, ético e moralmente adequado”, sua eficácia fica “subsumida dentro do âmbito do ‘conteúdo’ concreto de realidade material”, a partir do “juízo de

⁹⁰ DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. – São Paulo: Loyola, 1977, p. 45-9 e 163-4.

⁹¹ CHAMECKI, Eduardo. *A hermenêutica filosófica à hermenêutica crítico alternativa...*, p.119-0.

⁹² DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. – Petrópolis: Vozes, 2002, p. 15, 93, 465-558.

fato”, da possibilidade concreta da reprodução da vida da vítima e da vida humana em geral.⁹³ De maneira que não se trata de um

projeto pré-moderno, como afirmação folclórica do passado, nem um projeto antimoderno de grupos conservadores, de direita, de grupos nazistas ou fascistas ou populistas, nem um projeto pós-moderno como negação da Modernidade como crítica de toda a razão para cair num irracionalismo niilista. Deve ser um projeto “transmoderno” (e seria então uma “Transmodernidade”) por subsunção real do caráter emancipador racional da Modernidade e de sua Alteridade negada (“o Outro” da Modernidade), por negação de seu caráter mítico (que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e que por isso se torna contraditoriamente irracional). (...) Sua real superação (como subsunção e não meramente como *Aufhebung* hegeliana) (...) é o projeto de libertação de sua Alteridade negada: “A Transmodernidade” (como projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso e etc).⁹⁴

A ética da libertação é uma ética cotidiana no “exercício da práxis de libertação, desde as vítimas, de normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, sem ter que esperar o tempo das revoluções quando estas são impossíveis”, um contradiscurso com pretensão de *mundialidade*.⁹⁵

⁹³ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação...*, p. 265-278.

⁹⁴ “De manera que no se trata de un proyecto pre-moderno, como afirmación folklórica del pasado; ni un proyecto anti-moderno de grupos conservadores, de derecha, de grupos nazis o fascistas o populistas; ni un proyecto post-moderno como negación de la Modernidad como crítica de toda razón, para caer en un irracionalismo nihilista. Debe ser un proyecto “trans-moderno” (y sería entonces una “Trans-Modernidad”) por subsunción real del carácter emancipador racional de la Modernidad y de su Alteridad negada (“el Otro” que la Modernidad), por negación de su carácter mítico (que justifica la inocencia de la Modernidad sobre sus víctimas y por ello se torna contradictoriamente irracional). (...) Su real superación (como Subsunção y no meramente como *Aufhebung* hegeliana) es el proyecto mundial de liberación de su Alteridad negada: la “Trans-Modernidad” (como nuevo proyecto de liberación político, económico, ecológico, erótico, pedagógico, religioso, etcétera)”. (Tradução nossa). DUSSEL, Enrique. *1492 - el encubrimiento del otro...*, p. 178.

⁹⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação...*, p. 13 e 73.

1.4 O SUJEITO NO NOVO ESPAÇO-TEMPO

Tratando da fragmentação do sujeito pós-moderno Stuart Hall em seus estudos sobre as identidades culturais mapeia sucintamente a história da noção do sujeito moderno, do indivíduo soberano e racional a um modelo sociológico interativo até seu deslocamento com uma série de rupturas no discurso do conhecimento moderno. Concentrando-se nas concepções mutantes do sujeito unificado organiza o seu descentramento por intermédio de cinco saltos nas ciências humanas e sociais:

a primeira descentração importante refere-se às tradições marxistas. (...) O estruturalista marxista Louis Althusser afirmou, que ao colocar as relações sociais e não uma noção abstrata de homem no centro de seu sistema teórico, Marx deslocou duas proposições-chave na filosofia moderna: que há uma essência universal de homem e que essa essência é o atributo de ‘cada indivíduo singular’, o qual é seu sujeito real. (...) O segundo dos grandes ‘descentramentos’ no pensamento ocidental do século XX vem da descoberta de inconsciente por Freud. (...) Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através dos processos inconscientes, e não no momento do nascimento. (...) O terceiro descentramento está associado à linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, ‘nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos’. (...) O quarto descentramento ocorre no trabalho de Michel Foucault que produziu uma espécie de ‘genealogia do sujeito moderno’ destacando um novo tipo de poder, o poder disciplinar que está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo. (...) O quinto descentramento é o impacto do feminismo, tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social.⁹⁶

⁹⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade...*, p. 23-44.

Sobre as identidades das mulheres e dos homens na sociedade contemporânea, Bauman na obra *Postmodernity and its discontents* – 1997 argumenta que esses como novos sujeitos possuem a característica de “viverem permanentemente com o problema da identidade não resolvido”, sendo afetados por uma “crônica falta de recursos com o quais pudessem construir uma identidade verdadeiramente sólida e duradoura, ancorá-la e suspender-lhe a deriva”. Todavia, aprofundando a questão não se trata de construir, descobrir ou inventar a identidade, pois o “eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe”. No mundo atual a liberdade de escolha corresponde ao *status* conquistado na hierarquia social e se configura como o mais essencial fator de estratificação. Aos que não atingem determinado nível nesta escala à impossibilidade de se identificar, mas não de ser identificado.⁹⁷

Trazendo sua perspectiva em relação ao sujeito pós-moderno, em termos estéticos com a morte do sujeito ou fim da individualidade como tal Jameson a coloca como o novo componente que talvez justifique a ascensão do pós-modernismo sob o modernismo “organicamente ligado à concepção de um eu e de uma identidade privada únicos, a uma personalidade e individualidade singulares”; que contrariando essa identidade pessoal do sujeito individual burguês a considera um mito ou coisa do passado, de modo que “ninguém mais tem esse tipo de mundo e estilo particulares únicos para expressar” instaurando a sensação de que não a mais como inventar novos estilos, já foram esgotadas todas as combinações.⁹⁸

Desta maneira, a partir desse descentramento do sujeito que deixa a alienação representada no alto modernismo para se tornar fragmentado no pós-modernismo ou com o desaparecimento do estilo único, bem como dos ideais coletivos de vanguarda artística e política ascende à impossibilidade de um estilo, o fim do pessoal, “da reprodução mecânica em detrimento da pincelada individual”, dotado de alguns sentimentos ou “intensidades” auto-sustentadas e impessoais que costumam ser dominadas por uma específica euforia.⁹⁹

Assim, esta “crescente inviabilidade de um estilo pessoal, engendra a prática quase universal em nossos dias do que pode ser

⁹⁷ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 38 e 114.

⁹⁸ JAMESON, Fredric. *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*. In: KAPLAN, E. Ann. (org.). *O mal estar no pós-modernismo*. – Rio de Janeiro: 1993, p. 29-30.

⁹⁹ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 37-43.

chamado de *pastiche*, que designa tal qual a paródia, “o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar de uma máscara linguística, é falar uma linguagem morta”. No entanto, trata-se de uma “prática neutralizada de tal imitação, sem nenhum dos motivos inconfessos da paródia, sem o riso e a convicção de que, ao lado dessa linguagem anormal ainda existe uma saudável normalidade linguística”¹⁰⁰. O *pastiche* é a paródia vazia, sem ímpeto satírico, dos estilos do passado, disseminando-se como argumenta Anderson “da arquitetura para o cinema, da pintura para o *rock*, tornou-se a mais padronizada assinatura do pós-moderno em todas as artes”.¹⁰¹

Em *Late marxism* Jameson resgata Theodor W. Adorno¹⁰² e propõe seu modelo dialético negativo como conveniente numa situação em que “a relação entre o indivíduo e o sistema parece maldefinida, se não fluida, ou mesmo dissolvida”. Com a morte do sujeito como indivíduo autônomo ou com o “fim do mônada” ou do ego burguês ocorre também o fim das psicopatologias desse ego que Jameson denomina de esmaecimento dos afetos, o que não significa dizer que todos os sentimentos e emoções tenham desaparecido na cultura pós-moderna, dotada de sentimentos ou “intensidades” auto-sustentadas e impessoais que costumam ser dominadas por uma específica euforia.¹⁰³

¹⁰⁰ O termo *pastiche* é construído por “Thomas Mann em Doutor Fausto, que, por sua vez, o devia ao trabalho fundamental de Adorno sobre os dois grandes caminhos experimentalismo musical (...), deve ser claramente distinguido da idéia facilmente assinalada de paródia”. JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...* p. 44.

¹⁰¹ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 72-3.

¹⁰² “A relevância de Adorno para o pós-modernismo, em seu sentido forte como dominante cultural, deve ser buscada em outro lugar, nas polêmicas filosóficas e sociológicas. De fato, o que Adorno chamava positivismo é precisamente o que hoje chamamos pós-modernismo, apenas num estágio mais primitivo. A mudança terminológica é, com certeza, importante: uma tacanha filosofia da ciência pequeno-burguesa, republicana, do século XIX, surgindo do casulo de sua cápsula de tempo com o esplendor iridescente da vida consumista cotidiana no veranico do super-Estado e do capitalismo multinacional. (...) O pós-moderno, nesse sentido, é a realização e a abolição do liberalismo, o qual, não mais sustentável como ideologia e como valor, mais do que o conservadorismo tradicional, pode funcionar de modo mais eficaz após sua própria morte como ideologia, realizando-se em sua forma mais tradicional como um compromisso com o sistema de mercado que se tornou mero senso comum, e não mais um programa político. Todas as críticas de tal positivismo são verdadeiras e inúteis ao mesmo tempo, pois só conseguem mobilizar representações antiquadas e ideologias datadas. Nessa altura, mesmo referir-se ao não-ser do pensamento deixa de ser eficaz, que era o que se desejava desde o início. O que não é mais está tão ausente como o que nunca foi, ou o que não é ainda, ou não será; só resta ser, mas não o chamamos mais assim, pois a própria palavra é destituída de sentido sem o seu oposto, o nada, que foi retirado de circulação”. JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio: Adorno, ou a perspectiva da dialética...*, p. 319 e 321. Ver ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

¹⁰³ JAMESON, Fredric. *O marxismo tardio: Adorno, ou a perspectiva da dialética...*, p. 324.

Pode-se considerar como emblemas sentimentais da pós-modernidade: a estranheza, a falta de profundidade e expressão, “uma superfície que parece não estar apoiada em nenhum tipo de volume”, “nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo”. Essa característica de uma espacialização do tempo influenciou completamente na fragmentação do sujeito pós-moderno.¹⁰⁴

Nesta direção, sobre as categorias básicas da existência humana: o espaço e o tempo e suas transformações na condição pós-moderna David Harvey, por um viés marxista indica que nas duas últimas décadas tem se percebido uma intensa fase de percepção desses conceitos com “um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” visando estabelecer os vínculos materiais entre processo político-econômicos e processos culturais, trata da compreensão do espaço-tempo na reprodução da vida social. Para o autor “o pós-modernismo é alguma espécie de resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo”.¹⁰⁵

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a partir da recessão de 1973 pôs em movimento uma sequência de novas experiências em “um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político” que Harvey denomina de “acumulação flexível” como um processo marcado pelo “confronto direto com a rigidez do fordismo” que se apoiou na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” e de serviços com o surgimento de formas totalmente novas de organização e de tecnologias produtivas “que envolve um novo movimento” de “compreensão espaço-tempo” no mundo capitalista.¹⁰⁶

Estas mudanças ocasionaram na aceleração do tempo de giro na produção pelas tecnologias e na redução do tempo de giro no consumo por uma estética cultural pós-moderna. Dentre as diversas causas da aceleração do giro do capital, Harvey aponta a volatilidade e a efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas como as mais impactantes na maneira de pensar, sentir e agir na sociedade atual. Assim, esse impulso acelerador resulta na perda de um sentido futuro,

¹⁰⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 40-3.

¹⁰⁵ HARVEY, David. *Condição pós-moderna...*, p. 185 e 256-7.

¹⁰⁶ HARVEY, David. *Condição pós-moderna...*, p. 137-140.

salvo no que pode ser “descontado do presente” atingindo “a experiência cotidiana comum do indivíduo”.¹⁰⁷

Vive-se, portanto num “processo de aniquilação do espaço por meio do tempo”. A comunicabilidade instantânea e a efemeridade no espaço, de “tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins”. A indústria se especializa na aceleração generalizada do tempo de giro na produção, na troca e no consumo através da produção e venda de imagens, sistemas de comunicação, fluxo de informações, técnicas de distribuição que afetam as representações da vida produzindo a perda de um sentido de futuro perpetuando o presente na indiferença ao passado.¹⁰⁸

Na análise de Jameson sobre a espacialização do temporal trata-se de “acentuar o esforço impossível de imaginar algo como uma pura experiência do presente espacial, além da história passada e do destino ou projeto futuro”, o tempo é perpetuado no presente, aprisionado no espaço. A cultura pós-moderna é, cada vez mais, dominada pela lógica espacial dificultando a representação das formas de temporalidades, suas produções estéticas somente podem se voltar para o passado, o novo se configura no parasitismo do velho. Não existe o velho no contexto pós-moderno, mas o novo se manifesta imitando o velho ironicamente, uma “imitação de estilos mortos, a fala através de todas as máscaras estocadas no museu imaginário de uma cultura que agora se tornou global”.¹⁰⁹

Assim, o hiperespaço pós-moderno “conseguiu ultrapassar a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável”, ou seja, “de mapear a grande rede global multinacional e descentralizada de comunicações”. O efeito dessa espacialização sobre o sujeito é a sua perda de “capacidade de estender de forma ativa suas pretensões e recensões em um complexo temporal e organizar seu passado e seu futuro como uma experiência coerente”, tornando-se um “amontoado de fragmentos”.¹¹⁰

Jameson utilizando a exposição de Jacques Lacan¹¹¹ sobre a esquizofrenia, mais como descrição do que como diagnóstico

¹⁰⁷ HARVEY, David. *Condição pós-moderna...*, p. 148, 258

¹⁰⁸ HARVEY, David. *Condição pós-moderna...*, p. 257 e 260.

¹⁰⁹ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 45 e 171.

¹¹⁰ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 52 e 70.

¹¹¹ LACAN, Jacques. *D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose*. In: *Ecrits*. - New York: Norton, 1977, p. 179-225.

denominando-a de modelo estético sugestivo destaca que “com a ruptura da cadeia de significação, o esquizofrênico se reduz à experiência dos puros significantes materiais, ou, em outras palavras, a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo”, uma experiência no presente em dois níveis: primeiro a identidade pessoal é efeito de uma certa unificação temporal, e segundo, essa unificação temporal ativa é uma função da linguagem, da sentença enquanto se move no tempo, ao redor de seu círculo hermenêutico. O significado se torna efeito-de-significado “como a miragem objetiva da significação gerada e projetada pela relação interna dos significantes” quando rompida essa cadeia de significação temos a esquizofrenia “sob a forma de um amontoado de significantes distintos e não relacionados” o autor descreve tal experiência narrada por Marguerite Séccheyae¹¹² e afirma que

no contexto de nossa discussão, essa experiência sugere o seguinte: o primeiro, que a ruptura da temporalidade libera, repentinamente, esse presente do tempo de todas as atividades e intencionalidades que possam focalizá-lo e torná-lo um espaço de práxis; assim isolado o presente repentinamente invade o sujeito com uma vivacidade indescritível, uma materialidade da percepção verdadeiramente esmagadora, que dramatiza, efetivamente, o poder do significante material – ou melhor, literal – quando isolado. Esse presente do mundo, ou significante material, apresenta-se diante do sujeito com maior intensidade, traz uma misteriosa carga de afetos, aqui descrita nos termos negativos da ansiedade e da perda da realidade, mas que seria possível imaginar nos termos positivos da euforia, do “barato”, de uma intensidade alucinógena ou intoxicante.¹¹³

O objetivo desta construção interdisciplinar é indicar o que o autor chama de disjunção esquizofrênica e questionar seus resultados estéticos quando esse presente do tempo se generaliza como um “estilo

¹¹² SÉCCHÉHAYE, Marguerite. *Autobiography of a schizophrenic girl*. – New York, 1968.

¹¹³ Conforme Jameson “Lacan descreve a esquizofrenia como sendo a ruptura na cadeia dos significantes, isto é, as séries sintagmáticas encadeadas de significantes que constituem um enunciado ou um significado”. In: JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 53-4.

cultural”, se distanciando do conteúdo patológico tornando se disponível para outras “intensidades” mais positivas.

A teoria do pós-modernismo infere uma certa suplementariedade da espacialidade no período contemporâneo e sugere que (...) o nosso [modo de produção] foi espacializado em um sentido único, de tal forma que o espaço para nós é uma dominante existencial e cultural, uma característica tematizada, enfatizada ou um princípio estrutural.¹¹⁴

Neste sentido, esse deslocamento do espaço-tempo implica na supressão da distância, na crescente saturação dos vazios e expõe o corpo humano a uma sistemática de imediatividade desmoralizante e deprimente, esse novo espaço e sua desorientação é o “momento da verdade” do pós-modernismo.

Bauman visando demonstrar o fenômeno da globalização para além de sua aparência levanta a questão da “compreensão tempo-espaço” como a expressão que “encerra a multifacetada transformação em curso dos parâmetros da condição humana”, analisando as consequências sociais dessa compreensão afirma que no processo globalizador o uso do tempo e do espaço são diferenciados e diferenciadores, nesse “novo mundo globalizado” onde a distância perde seu significado, pois as fronteiras geográficas já não resistem no mundo real, à distância antes medida de forma física pelo tempo que se levava para chegar de um lugar ao outro, agora, também é percebida através da velocidade com a qual pode ser vencida como um produto social e econômico.¹¹⁵

O transporte das informações por intermédio das redes se realiza de maneira incorpórea e virtual, o espaço se tornou cibernético emancipado das restrições da materialidade dos corpos e inscrito na temporalidade instantânea, o perto e o longe se ressignificam na sociedade pós-moderna, entretanto, ao invés, de “homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais-

¹¹⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 364.

¹¹⁵ A globalização é um totalitarismo planetário, pois estende a sua lógica a todos os âmbitos da vida. Na realidade, “o termo globalização traduz-se em um significado que não pode ser determinado, nem disciplinado, de autopropulsão dos temas do mundo, sem um centro, sem um painel de controle, desorganizado, sem a presença de uma comissão diretora ou de um setor administrativo é a “nova desordem mundial”. BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 19, 67 e 73.

espaciais tende a polarizá-las”, assim se de um lado temos a globalização, de outro consequentemente teremos a localização. De certo, as causas dessa aproximação da distância é para “algumas pessoas, (...) uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir, mas, para outras prenuncia a “impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar”.¹¹⁶ Não significa, então, controlar o futuro,

mas se recusar a empenhá-lo: tomar cuidado para que as consequências do jogo não sobrevivam ao próprio jogo e para renunciar à responsabilidade pelo que produzam tais consequências. Proibir o passado de se relacionar com o presente. Em suma, cortar o presente nas suas duas extremidades, separar o presente da história. Abolir o tempo em qualquer outra forma que não a de um ajuntamento solto, ou uma sequência arbitrária, de momentos presentes: aplanar o fluxo do tempo num presente contínuo. Uma vez disfarçado e não mais um vetor, não mais uma seta com um indicador, ou um fluxo com uma direção, o tempo já não estrutura o espaço.¹¹⁷

Buscando examinar o regime do tempo social que governa nossa época para reconceitualizá-lo, Gilles Lypovetsky afirma que “o passado ressurge. As inquietações com o futuro substituem a mística do progresso (...) e o presente assume [uma] importância crescente”. Discordando de Lyotard no que se refere às desilusões políticas como o fenômeno ensejador da mudança para uma temporalidade presentista, entende que “é com a revolução do cotidiano, com as profundas convulsões nas aspirações e nos modos de vida estimuladas pelo último meio século, que surge a consagração do presente”. O autor parte de dois novos arranjos influenciadores no regime do tempo, sendo: a passagem do capitalismo de produção para uma economia de consumo e de comunicação de massa e a transposição de uma sociedade disciplinar por uma sociedade-moda fundamentada na lógica do efêmero. Assim, a

¹¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas...*, p. 24-5.

¹¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade...*, p. 113.

primazia do presente se deu mais pelo excesso das solicitações hedonistas do que pela ausência de um projeto histórico.¹¹⁸

Aponta um presentismo de segunda geração, subjacente à globalização neoliberal e à revolução informática, que tendem a comprimir o espaço-tempo reestruturado pelas técnicas da brevidade,

De um lado, a mídia eletrônica e informática possibilita a informação de intercâmbios em tempo real, criando uma sensação de simultaneidade e de imediatez que desvaloriza sempre mais as formas de espera e de lentidão. De outro lado, a ascendência crescente do mercado e do capitalismo financeiro pôs em xeque as visões estatais de longo prazo em favor do desempenho a curto prazo, da circulação acelerada dos capitais em escala global, das transformações econômicas em ciclos cada vez mais rápidos. Por toda a parte, as palavras-chave da organizações são flexibilidade, rentabilidade, *just in time*, concorrência temporal, atraso-zero (...) – uma modernização exacerbada que contrai o tempo numa lógica urgentista. Se a sociedade neoliberal e informatizada não criou a mania do presente, não há dúvida de que ela contribuiu para a culminância disso ao interferir nas escalas do tempo, intensificando nossa vontade de libertar-nos das limitações espaço-tempo.¹¹⁹

À medida que o presente amplia seu domínio produz novas formas de relação como o futuro e o passado. O futuro está ligado à dinâmica técnica e científica, com o fim das utopias coletivas “intensificam-se a cultura de prevenção [e previsão] e a ‘ética do futuro’ dão nova vida aos imperativos da posteridade menos ou mais distante”. A cultura do bem-estar individualista do aqui-agora dá lugar a uma concepção de um futuro incerto e precário que gera um presentismo cada vez mais integrado e “minado pela obsessão do que está por vir”. É

¹¹⁸ Na concepção de Lypovetsky invadimos o tempo da sociedade hipermoderna, trata-se de “modernizar a própria modernidade, racionalizar a racionalização – ou seja, na realidade destruir os ‘arcaísmos’ e as rotinas burocráticas, pôr fim à rigidez institucional e os entraves protecionistas, rebocar, privatizar, estimular a concorrência”. “A pós-modernidade não terá sido mais que um estágio de transição, um momento de curta duração. E este já não é mais o nosso”. LIPOVETSKI, Gilles. *Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna*. In: *Os tempos hipermodernos*. – São Paulo: Barcarolla, 2004, p. 50-103.

¹¹⁹ LIPOVETSKI, Gilles. *Tempo contra tempo...*, p. 63.

o retorno do futuro numa perspectiva voltada para si. A vida em nossa época “se acomoda, bem ou mal, ao presente, garantia de eternidade vivida no dia a dia”¹²⁰.

O passado só é revisitado num “frenesi histórico-patrimonial e comemorativo” numa “investida das identidades nacionais, regionais e religiosas”. A valorização do passado, do *vintage*; o interesse por objetos antigos e pelo *retro* demonstra que a nostalgia e a antiguidade se tornaram instrumentos mercadológicos agregando o valor emotivo-mnêmico ao valor de uso e ao valor de troca dos produtos de consumo nostálgico. Sua relação como o presente é paradoxal, pautado na cultura hedonista, o passado se recicla num presente que não pára de exumá-lo e de redescobri-lo.¹²¹

Nesta direção, continua-se a analisar a sociedade contemporânea, agora, na perspectiva da teoria política e da teoria jurídico-penal, buscando compreender a noção crítica do Estado contemporâneo e, mais precisamente, sua desenvoltura no direito de punir.

¹²⁰ MAFFESOLI, Michel. *Liberdades intersticiais*. In: MORIN, Edgar e BAUDRILLARD, Jean. *A decadência do futuro e a construção do presente*. – Florianópolis: UFSC, 1993, p. 70.

¹²¹ LIPOVETSKI, Gilles. *Tempo contra tempo...*, p. 86-88.

2 ENTRE O DIREITO E A VIOLÊNCIA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

A união da estética com a economia permite a totalização da cultura contemporânea hegemônica, e aqui está, conforme Perry Anderson, o problema mais geral apresentado pela situação do pós-moderno: a ausência de qualquer critério político na discriminação das diferentes representações do desejo “em roupagem comercial ou na imaginação profética”. Dessa maneira,

foi um grande pensador da direita que deu expressão consequente a essa ênfase no campo da política: a definição de Schmitt do político como inseparável de uma divisão de aliado e adversário não é, naturalmente, exaustiva. Mas dificilmente se pode duvidar que ela capta uma dimensão inexpugnável de toda política; e é esse sentido do político que tem a ver com a cultura do pós-moderno. O estético e o político não devem certamente ser iguados e confundidos. Mas se podem ser mediados é porque têm algo em comum. Ambos estão intrinsecamente comprometidos com o julgamento: a discriminação entre obras de arte, forma de Estado. Num e noutro campo, abster-se de criticar equivale a aprovar. O pós-modernismo, como o modernismo, é um campo de tensões. A divisão é uma condição inevitável do compromisso com ele.¹²²

Trilhando esta interpretação no sentido de que a definição do político de Carl Schmitt¹²³ -, na lógica reacionária de um sistema

¹²² ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 151-2.

¹²³ De acordo com Antônio Bento o poema épico *Nordlicht (Aurora boreal)* de Theodor Däubler influenciou profundamente o pensamento de Carl Schmitt em torno de um sistema de antagonismos, de contraposições, de dualismos ou antíteses elementares. Tanto que na obra *Theodor Däublers Nordlicht: Drei Studien über die Elemente, den Geist und die Aktualität des Werkes – 1916*, Schmitt interpreta o poema que representa o desenvolvimento cósmico capaz de trazer de volta, o espírito da humanidade, ou ainda, que aspira a reunificação da humanidade com o espírito onde se afirma a dualidade geral do mundo sensível e se contrapõe a superficialidade, a falta de espiritualidade e a banalidade da cultura moderna. Nesse modo, a própria definição do político enfrenta a questão central da dualidade constitutiva do ser humano. Schmitt chegou, portanto, a declarar que *Nordlicht* é “um livro do tempo, o livro da eternidade” onde não se pode “dizer que o seu interesse pelo presente seja mais direto que aquele por outro período (...), todavia, o trabalho reconhece e pinta o presente de uma maneira

político crítico à democracia liberal parlamentar ou de um teórico político do nazismo – que se representa numa condição inseparável da distinção amigo e inimigo é compatível com a cultura pós-moderna, trata-se de estudá-la, juntamente com o núcleo de sua teoria política, ou seja, de sua concepção de soberania ligada ao Estado de exceção, verificando, quando possível, se essa pode revelar-se como uma descrição da realidade do sistema político-jurídico vigente e observando as aproximações frutíferas realizadas em sua decorrência.

Por conseguinte, em certa parte, segue-se a mapear o contemporâneo, só que agora em âmbito político e jurídico, descrevendo, nessa mesma direção, o Estado de exceção cotidiano ou permanente como paradigma de governo no qual a ordem jurídica é suspensão com normalidade até virar regra transbordando para além dos seus limites. Quando a ausência de regras se torna a regra; o direito deflagra a violência fundadora e conservadora ou refundadora que contém em si e o Estado de exceção se transformam na estrutura político-jurídica que resguarda ao *homo sacer* uma *vida nua*, que lhe *causa a vida e devolve a morte*.

Diante de uma série de transformações epistemológicas do saber científico e das mudanças na lógica cultural da sociedade contemporânea, traçadas até aqui, para resumir, que retratam uma sociedade que modificou suas formas de se comunicar, e logo, modificou também suas formas de controle social e, especificamente, de controle estatal - parece cara ao saber penal, tal qual já demonstrado, uma interpretação a partir da contraposição entre amigo e inimigo como essência do político que decide e identifica o *hostis* a ser perseguido em uma tarefa permanente do poder punitivo, mas com diversas (re)configurações, no sentido de um instrumento de controle ordenador, para demonstrar, ao trazer a dinâmica autoritária do Direito como decisão, que por trás do véu democrático contemporâneo encontram-se técnicas de gestão *biopolítica* da massa também executadas pelo Estado de punir.

Que conforme avança, esclarece, a redução do Estado de direito, e a relação dialética que existe entre eles, essa relação se intensifica e se torna extrema no Estado contemporâneo situado num

mais tocante do que não seja a condição de fazer uma crítica histórica, o penetra com uma clareza intuitiva de uma visão clarividente”. (Tradução nossa). In: SCHMITT, Carl. *Aurora boreale: ter studi sugli elementi, lo spirito e l'attualità dell'opera di Theodor Daubler*. - Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995, p. 89 e 91 *apud* BENTO, Antônio. *Teologia e Mitologia política: um retrato de Carl Schmitt*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bento-antonio-carl-schmitt-teologia.pdf>. Acesso: 11 de abril de 2011.

locus vazío normatizador chamado Estado de exceção cotidiano o qual se manifesta de várias formas, além da legitimação da violência institucional e estrutural num tipo de *autoritarismo cool*, na expansão do controle penal, em propostas legislativas de prevenção, de endurecimento de penas, bem como de descriminalizações, de tratamento diferenciado como no direito penal do inimigo, e nos procedimentos e nas execuções criminais realizadas diariamente. Desse modo, em que estado legal se encontra o Estado que sem declarar a guerra elege seus inimigos?

2.1 ESTAR-FORA, E AO MESMO TEMPO, PERMANECER

No prefácio da obra *Der Begriff des Politischen – 1932* escrito para a reimpressão em 1963, Schmitt acerca do conceito do político adverte que “deve apenas enquadrar teoricamente um problema incomensurável”, mas levando a diante esse conceito “trata-se, principalmente, da relação e oposição recíproca dos conceitos de estatal e político, de um lado, e de guerra e inimigo, de outro, para reconhecer seu conteúdo de informação”. Sua análise conforme avisa se dá como um desafio genuíno ou uma provocação, que melhor se representa no termo alemão *Herausforderung*, podendo ser, em geral, compreendida como a luta pelo espaço autônomo do político. Contudo, ao fim do prefácio, o autor questiona: “como seria possível, numa época que produz meios de aniquilamento nuclear e simultaneamente apaga a distinção entre guerra e paz, deter uma reflexão acerca da distinção amigo e inimigo?”¹²⁴

No que se refere à identidade recíproca entre os conceitos de estatal e de político pode-se evidenciar no pensamento de Schmitt a distinção que faz entre o Estado e o político. Assim, o político designa o grau de intensidade de uma associação ou dissociação entre os homens, cujos motivos podem ser de cunho econômico, religioso, nacional, entre outros que se separam e se juntam de diferentes formas em diferentes épocas. Político é o agrupamento humano determinante onde a unidade política será a unidade normativa e soberana. O Estado, por sua vez, é definido a partir dessa concepção do político. Nessa definição, “o conceito de Estado pressupõe o conceito de político”. Diversamente da teoria jurídica, em âmbito da teoria geral do Estado, que entende o fenômeno político como uma atividade genuinamente estatal, a teoria schmittiana considera a relação entre Estado e Política contingencial e histórica, indicando que essa “evolução vai do Estado absoluto do século XVIII, passando pelo Estado neutro do século XIX até o Estado total do século XX”.¹²⁵

Ademais, o que justifica esta identificação entre estatal e político é a perspectiva de que a sociedade democrática organizada tornou todos os assuntos políticos em sociais e estatais, e vice-versa, gerando uma indiferenciação entre Estado e sociedade onde nada mais se reconhece como “absolutamente apolítico e que exige a abolição das

¹²⁴ SCHMITT, Carl. *O conceito de político*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 31-40.

¹²⁵ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 47 e 64-5.

despolitizações do século XIX” caracterizando esse Estado total que abrange qualquer área, onde tudo se torna potencialmente político e a referência ao Estado já não é capaz de fundamentar um marco distintivo do político.¹²⁶

Neste modo, Schmitt investe na noção de unidade política, no livro *Der Hüter der Verfassung – 1931* suscita a controvérsia entre legitimidade e jurisdição constitucional, bem como qual deve ser o papel das cortes constitucionais compreendendo a democracia a partir da vontade de todos e não dá maioria. Num Estado democrático, diferentemente do que pensam os liberais, é imprescindível a vontade una, é dizer, que entre o povo e o Estado haja unanimidade. Referindo-se à ideia de identidade total entre Estado e povo se opõe à pluralidade no interior do Estado e indica que a representatividade deve ser banida ao máximo, sendo protetor da constituição o representante do *Reich* que, garante a vontade do povo como conjunto político e a integridade da nação numa posição neutral, mediadora, reguladora e tutelar pela continuidade e permanência da unidade política. Por conseguinte, o controle de constitucionalidade é político, deixá-lo na esfera do poder judiciário, para Schmitt é o mesmo que criar em tempos contemporâneos uma nova aristocracia: a aristocracia de toga.¹²⁷ Com efeito, nessa unidade política define-se o agrupamento amigo-inimigo, pois, conforme o autor trata-se de uma unidade suprema justamente porque decide e pode, no seu interior, impedir todos os outros agrupamentos conflitantes até a hostilidade extrema. Identifica-a como a unidade determinante que quando está presente determina a vontade do povo representada pelo soberano no caso decisivo.

Sobre o poder constituinte em sua Teoria da constituição constata que demanda uma unidade de poder na qual a pluralidade de sujeitos constituintes deve acordar pela unidade de um só poder, nesse contexto, significa que o poder constituinte é a “vontade política cuja força ou autoridade é capaz de adotar a concreta decisão de conjunto sobre modo e forma da própria existência política, determinando, assim, a existência da unidade política como um todo”.¹²⁸

Neste sentido, para Schmitt o Estado se dá na forma desta unidade política na qual toda a contraposição transforma-se em contraposição política ao manifestar sua força na capacidade de agrupar

¹²⁶ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 47.

¹²⁷ SCHMITT, Carl. *La defensa de la Constitución*. Madrid: Tecnos, 1998, p. 214-245.

¹²⁸ SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. – Madrid: Revista de Derecho Privado, [s/d], p. 86.

os homens como amigo e inimigo e esclarece, dessa maneira, que uma comunidade religiosa que decide declarar ou não seu adversário como inimigo constitui uma unidade política, isso se aplica em todos os âmbitos, como também, no caso econômico que

mesmo uma classe no sentido marxista do termo deixa de ser algo puramente econômico e transforma-se em grandeza política ao atingir este ponto decisivo, ou seja, quando levar a sério a “luta” de classes e tratar o opositor de classe como verdadeiro inimigo e o combater, quer na forma de Estado contra Estado, quer numa guerra civil no interior de um Estado. (...) Se suceder que toda a humanidade se agrupe segundo a contraposição entre proletariados e burgueses, como Estados proletários e capitalistas, e se neles desaparecerem todos os demais agrupamentos de amigos e inimigos, então justamente se mostrara a plena realidade do político contida nestes conceitos que de início pareciam “puramente” econômicos.¹²⁹

Entretanto, observando o contexto da democracia parlamentar-representativa Schmitt como crítico ferrenho do liberalismo fundado no século XIX que se refere à limitação do Estado face à liberdade individual e da proteção à propriedade privada ignorando o Estado e a Política e os submetendo “em parte a uma moral individualista” atribui a era de despolitização à polaridade de ética e economia, sustentando que o “*patos* ético e a objetividade econômico-materialista se reúnem em toda manifestação tipicamente liberal e dão uma fisionomia modificada a cada conceito político”. O liberalismo não desenvolveu nenhuma teoria positiva do Estado, nenhum tipo de reforma estatal, mas, visou prender o político ao ético subordinando-o ao econômico. Na essência da política não existe política liberal, mas somente crítica liberal da política.¹³⁰ A política é estagnada como uma esfera de poder conquistador e de luta onde o Estado se torna uma sociedade que, de um lado, se representa numa ideologia humanitária, de outro, numa unidade econômico-técnica. Com isso, o autor demonstra que assim como, poderia ter sido atingido por qualquer outro domínio objetivo, o político, no liberalismo, foi afetado a partir da economia, sendo

¹²⁹ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 63-4.

¹³⁰ Neste sentido ver KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

empregado hoje comumente como sinônimo de “político partidário”; a inevitável “falta de objetividade” de todas as decisões políticas, que apenas representam um reflexo da distinção amigo-inimigo, imanente a todo comportamento político, expressa-se, então, nas pobres formas e horizontes da ocupação político-partidária de posições e da política de sinecuras, a exigência daí decorrente de uma “despolitização” significa apenas a superação do político partidário, e assim por diante.¹³¹

O desafio da discussão sobre o político, portanto, é observar a confusa relação intermediária entre os conceitos jurídicos clássicos e revolucionários que através do liberalismo desnaturalizaram todas as representações políticas para legitimar seus interesses, ou seja, “quando conceitos como direito e paz são usados politicamente de forma a impedir um pensamento político claro”, legitimando “os próprios empenhos políticos” e desqualificando o inimigo. Para Schmitt, na trilha de sua teoria decisionista “o direito, seja ele privado, seja ele direito público, tem, como tal – com toda certeza à sombra de uma grande decisão política”.¹³²

Tratando-se da relação e oposição recíproca entre guerra e inimigo como o outro lado a ser analisado em busca da compreensão do conceito do político, o autor afirma que “o desdobramento iniciado em 1939 entre guerra e inimigo levou a novas e mais intensas formas de guerra [e] a concepções de paz completamente confusas” que não poderão ser investigadas com o encobrimento da consciência científica da noção de que existe inimizade entre os homens. Sobretudo, no direito público interestatal, o Estado implica o reconhecimento de um inimigo de direito, “também o inimigo tem o seu *status*: ele não é um criminoso”. Dessa forma, a delimitação da guerra reproduz a relativização da inimizade, entretanto, “não é fácil de efetuar-la, pois aos homens é difícil não considerar seu inimigo um criminoso”.¹³³

Ademais, em análise ao fenômeno da inimizade o autor sustenta que a guerra passou por um processo onde quebrou seus princípios conceituais, desconstruiu suas bases, descartou todas as suas regras e se fixou na separação entre amigo e inimigo, em virtude disso, aposta na

¹³¹ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 58 e 96-104.

¹³² SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 92-3.

¹³³ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 33.

conscientização e na relativização da inimizade como resposta do problema da delimitação da guerra. E nos oferece um trecho de sua Teoria da guerrilha - 1963 na qual descreve essa desconstituição em duas espécies modernas de guerra:

na atual guerra de guerrilhas (...) unem-se dois processos opostos, duas espécies bastantes diversas de guerra e de inimizade: de um lado, uma resistência autóctone, essencialmente defensiva, opostas à invasão estrangeira pela população de um país, e além disso o apoio e telecomando de tal resistência por terceiros interessados, potências mundialmente agressivas. (...) Também na segunda espécie moderna de guerra atual, na assim chamada guerra fria, quebram-se todos os eixos conceituais que até aqui sustentavam o sistema tradicional de delimitação e resguardo das formas da guerra. A guerra fria faz pouco caso de todas as distinções clássicas entre guerra, paz e neutralidade, entre política e economia, militar e civil, combatentes e não-combatentes – só não da distinção entre amigo e inimigo, cuja consequência lógica constitui sua origem e essência.¹³⁴

Por estas razões, vale destacar o que Schmitt constrói como conceito do político definindo sua essência nas distinções tomadas entre amigo e inimigo que ao deixar de existir levará consigo a própria vida política. De certo, se um povo não tiver “mais força ou vontade de se manter na esfera do político, não é o político que desaparece do mundo. Desaparece apenas um povo fraco”. Todavia, se nenhum outro povo passar a travar guerra, ao menos no caso de necessidade, abrindo a possibilidade de decisão, a unidade política estará destruída, pois, não pode mais realizar a função de estabelecer a ordem quando não foi instaurada a desordem. Mantidas as distinções que elegem os inimigos em nome da paz tanto em âmbito externo como também em âmbito interno declara-se a hostilidade extrema que finda na guerra civil. De tal maneira, a guerra se apresenta como um pressuposto de possibilidade real, a determinar a decisão política. Assim,

¹³⁴ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 39.

a função bem desempenhada de um Estado normal consiste porém sobretudo em produzir no interior do Estado e de seu território uma satisfação completa, estabelecer “tranquilidade, segurança e ordem”, e assim criar a situação normal que é pressuposição para que as normas jurídicas possam valer, porque cada norma pressupõe uma situação normal e nenhuma norma pode ter validade para uma situação que frente a ela é totalmente normal. Esta necessidade de satisfação dentro do Estado leva, em situações críticas, a que o Estado, enquanto unidade política, enquanto se mantém, determine por si mesmo também o “inimigo interno”. Em todos os Estados existe por isso em alguma forma aquilo que o direito político das repúblicas gregas conhecia como declaração de *hostis*, mais rigorosas ou mais brandas, entrando em vigor *ipso facto* ou vigorando em razão de leis especiais nas formas da justiça, ilimitadas ou ocultas sob paráfrases genéricas, mas sempre formas de desterro, de banimento, de proscricção, desamparo legal (*Friedloslegung*), colocação como *hors-la-loi*, numa palavra, formas da declaração de hostilidade dentro do Estado.¹³⁵

Nesta linha, são as ações e os motivos políticos que reportam a distinção especificamente política de discriminação entre amigo e inimigo no interior ou para fora do Estado. No entanto, Schmitt adverte que não se trata de uma definição exaustiva, mas de um critério que deve ser identificado nas categorias políticas, por mais que existam outros critérios que representam outras categorias como em aspecto estético o belo e o feio ou em aspecto moral o bom ou o mau. Embora em nível psicológico o inimigo também possa ser tratado como mau ou feio, além de a guerra utilizar desses outros critérios para transformá-los em monstros desumanos; a natureza objetiva e a autonomia intrínseca do político se revelam nessa possibilidade extrema de distinguir uma contraposição específica de amigo e inimigo de todas as outras diferenciações percebendo-a como algo independente.¹³⁶

¹³⁵ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 72 e 79.

¹³⁶ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 51-3.

De fato, na interpretação do autor a sociedade democrática liberal como esfera da justiça pacífica se coloca acima do Estado e o degrada numa região de imoralidade violenta, no que se refere aos seus procedimentos “os detentores do poder econômico caracterizarão toda tentativa de alteração ‘extra-econômica’ de sua posição de poder como violência e crime e tentaram impedi-lo”. Em consequência, sob esse vocábulo pacifista que escamoteia a violência não se

conhece mais a guerra, mas somente execuções, sanções, expedições punitivas, pacificações, defesa dos tratados, polícia internacional, medidas de assegurar a paz. O adversário (...) é posto *hors-la-loi* e *hors l'humanité* como agressor e perturbador da paz, e uma guerra levada a efeito para a defesa ou extensão de posições de poder econômico tem de ser transformada pelo emprego de propaganda numa ‘cruzada’ e na ‘última guerra da humanidade’. Assim exige a polaridade de ética e economia. Nela se mostra em todo o caso uma incrível sistemática e consequência lógica, mas também este sistema supostamente apolítico e aparentemente antipolítico, ou serve aos agrupamentos amigo e inimigo já estabelecidos, ou conduz a novos agrupamentos destes e não consegue escapar à consequência do político.¹³⁷

Continuando, Schmitt indica a lei secreta deste vocábulo técnico e pacifista, argumentando que “hoje a guerra mais terrível se realiza somente em nome da paz, a mais medonha opressão só se realiza em nome da liberdade e a mais terrível desumanidade só em nome da humanidade”.¹³⁸ O agressor vai se designando como inimigo à maneira de uma instrução jurídica que o constrói para dar sentido à guerra desregulada. O direito internacional do pós-guerra vem se moldando como uma autêntica legislação penal transformando o inimigo em criminoso.

Estas conclusões schmittianas, mesmo que descoladas de seu contexto, sugerem uma série de questões ao desenvolvimento do direito de punir contemporâneo, como: uma sociedade que está em paz, mas declara seu inimigo pode continuar em paz? A indicação do inimigo imediatamente decreta a guerra? Ou ainda, em que estado legal se

¹³⁷ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 105.

¹³⁸ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 119-131.

encontra a sociedade que não está em guerra, mas elege seus inimigos como criminosos? Transparece que na guerra contra o inimigo não existe nenhum limite ao soberano, pois sua existência elimina o próprio conceito de inimigo e lhe impede de promover a paz.

Dessa maneira, não se admite uma guerra sem inimigos, nem a concepção de inimigo fora da guerra. Ademais, tudo o que não é guerra, é paz, da mesma forma, que tudo o que não é paz, é guerra, nesse caminho, uma deve ocorrer quando não estiver ocorrendo à outra. Guerra e política superpõem-se, porque a guerra é necessária para criar e manter a paz interna, onde o Estado também possui seus inimigos e em situações críticas, do mesmo jeito, os responde com guerra. Contudo, analisando o Estado contemporâneo sob as lentes da polarização amigo e inimigo como essência do político concebe-se uma guerra permanente e irregular diferente da guerra extraordinária ou como fim. Zaffaroni interpretando que, para Schmitt a guerra é a própria política, afirma que ele confunde o momento bélico e o momento político e por isso não concebe a guerra como continuação da política, o que é verdadeiro, mas, não impede de serem dois os momentos:

no momento político, não há inimigos, mas infratores; o poder de guerra (contra inimigos) do momento bélico passa a ser poder punitivo (contra infratores) no momento político. Schmitt os confunde para que os inimigos subsistam no momento político, porque sua guerra é permanente. Trata-se da guerra suja (...). Quando se obscurece o limite entre a guerra e o poder punitivo, introduzindo-se o inimigo na não-guerra, guerra limitada ou meia guerra ou como se queira chamar ou encobrir, ampara-se, sob o equivoco nome de direito penal, uma guerra que não conhece limites jurídicos.¹³⁹

Considerando, no plano real, o inimigo político representa a figura interna ou externa daquele que ameaça a estrutura dominante e que, por isso, deve ser neutralizado, inclusive com guerra. Por criminoso, nessa lógica, entende-se aquele identificado como autor de alguma conduta tipificada no ordenamento jurídico. Na guerra o inimigo deve ser exterminado. Na paz o criminoso deve ser devidamente punido. Ao longo de séculos de construção dos meios de

¹³⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal...*, p. 149.

punição nutri-se um mimetismo entre inimigo e criminoso que resulta, muitas vezes, na sua indiferenciação, na confusão entre um e outro. Ocorre que o criminoso até podia se estabelecer como inimigo, e vice-versa, em estruturas estatais anteriores ao Estado absoluto ou no Estado autoritário, todavia, contemporaneamente, no Estado de direito democrático o criminoso com *status* de inimigo deflagra a contradição.

Além do mais, Schmitt pensando numa situação intermediária entre guerra e paz, questiona há possibilidade de uma terceira via alternativa que, permanece aberta enquanto é mantida por uma ficção jurídica que representa um estado normal das coisas dando-lhe *status* de paz, mas, na realidade, reproduz violência. Tal instituto pode ser denominado como Estado de exceção sendo utilizado como subterfúgio legal que instaura uma situação ilegal por designar uma circunstância extrema que de *per si* suspende as regras de atuação de um ordenamento.

Iniciando sua busca em incluir o Estado de exceção na esfera do jurídico, em 1921, Schmitt publica o ensaio *Die Diktatur* na qual apresenta alguns autores do direito natural do século XVII que entendiam a soberania como uma questão da decisão sobre o Estado de exceção e, trata da fundação da República de Weimar - 1919, enfatizando o ofício do *Reichspräsident* identificado na figura do presidente do *Reich* como um ditador forte com a capacidade de encarnar a vontade popular mais efetivamente do que um corpo legislativo constitutivo de um sistema parlamentar representativo incompatível com a democracia. Com efeito, essa teoria visa livrar o chefe do executivo de qualquer limite a seu poder, sob a aplicação do conceito de *Ausnahmezustand* (*Estado de exceção*) pode-se instaurar, inclusive, a ditadura. As questões de ordem e segurança devem ser resultantes de uma decisão soberana que se clarificavam nas situações de exceção, assim, de forma geral,

pode-se chamar ditadura a toda exceção de uma situação considerada como justa... uma exceção da democracia; uma exceção dos direitos de liberdade garantidos pela constituição, ... uma exceção da separação dos poderes ou bem... uma exceção do desenvolvimento orgânico das coisas.¹⁴⁰

¹⁴⁰ SCHMITT, Carl. *La dictadura: Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberania hasta la lucha de clase proletaria*. – Madrid: Revista Occidente, 1968, p. 193-5.

Nesta lógica, Schmitt constrói sua teoria da ditadura constitucional autorizando a suspensão contínua da ordem constitucional no Terceiro *Reich* alemão utilizando-se do artigo 48 da constituição de Weimar para fundamentar sua visão sobre o estado de exceção¹⁴¹. De fato, se por qualquer motivo estiver ameaçada ou abalada à integridade do *Reich*, o próprio presidente deverá delegar poder a uma comissão de ação, ilimitada juridicamente, dando ensejo ao que denominou de ditadura comissária, na qual o presidente adota as medidas necessárias para defender ou reformar a constituição com o restabelecimento da segurança e da ordem. A ditadura soberana, por sua vez, identifica-se como a própria figura da exceção se estabelecendo numa nova constituição. Conforme, o autor o estado de exceção escapa a qualquer consideração de direito, no entanto, é essencial que se mantenha sua relação com ordem jurídica. Para tal, realiza uma série de distinções para inferir a ditadura num contexto jurídico. Na ditadura comissária, desenvolve a distinção entre norma de direito e norma de realização do direito onde a constituição pode estar suspensa quanto a sua aplicação, mas continua em vigor. Na ditadura soberana a distinção ocorre entre poder constituinte e poder constituído onde o primeiro mantém com a constituição vigente uma relação onde aparece como poder fundador e, o segundo, como poder mantenedor.¹⁴²

Desta maneira, continuando sua tentativa de articulação entre Estado de exceção e ordem jurídica, um ano mais tarde, na obra *Politische Theologie – 1922* Schmitt identifica o soberano como “quem decide sobre o estado de exceção”. O soberano é, na verdade, aquele que instaura o estado de exceção e se encontra fora da lei, mas, que por ter decidido sobre a exceção se estabelece na lei. É aquele que sempre terá de resolver no caso de conflito, que decidirá sobre a luta efetiva

¹⁴¹ Constitución de la República de Weimar de 11 de agosto de 1919 – Artículo 48 – Si um Land no ejecuta las obligaciones que le incumben por la Constitución o por las leyes, el presidente del Reich puede obligarse con la ayuda de las fuerzas armadas. Em el caso de que, em el Reich alemán, la seguridad y el orden públicos Sean sensiblemente turbados o amenazados, el presidente do Reich puede tomar las medidas necesarias para el restablecimiento de la seguridad y el orden públicos, empleando em caso necesario las fuerzas armadas. Para conseguir tal fin puede suspender totalmente o em parte los derechos fundamentales reconocidos em los artículos 114, 115, 117, 118, 123, 124 y 153. El Reichstag debe ser informado sin tardanza de todas las medidas tomadas a título de los párrafos 1 y 2 de este artículo. A petición del Reichstag, estas medidas serán anuladas. Em caso de peligro inminente, el gobierno de um Land puede aplicar las medidas previstas em el párrafo 2. Estas serán suspendidas a petición del Reichstag o del presidente del Reich. In: KLEIN, Claude. *De los espartaquistas al nazismo: la República de Weimar*. – Barcelona: Península, 1970, p. 115-6.

¹⁴² SCHMITT, Carl. *La dictadura...*, p. 126-189 e 257-8.

contra o inimigo, representando uma unidade suprema que se baseia nesse caráter político e identifica a unidade política dominante.¹⁴³

Na apresentação do livro Eros Roberto Grau escreve que esse se compõe de duas teologias políticas – a de 1922 e a de 1969, na qual, de um lado, trata de soberania e decisionismo e, de outro, de “uma lição sobre o lugar da exceção no bojo do direito” e afirma que “Schmitt dedica os dois primeiros capítulos da primeira etapa de Teologia Política precisamente à impossibilidade estrutural de a norma geral apreender o caso da exceção”. Observando “como ele escapa à norma, ainda que esteja no interior do direito – e neste ponto a ambiguidade é extremamente rica – ao soberano, aquele que decide sobre ela, incumbe à definição que a inclua no marco das normas jurídicas”.¹⁴⁴

O conceito de soberania é considerado por Schmitt como um conceito limítrofe, no sentido de uma esfera extrema que não corresponde à normalidade, pois, uma norma geral nunca pode conceber a exceção absoluta, com também não pode servir como fundamentação à decisão no caso excepcional. Nessa lógica jurídica se percebe o estado de exceção adequado para a definição jurídica de soberania. Sendo que, “a competência para revogar a lei vigente – seja de forma geral ou no caso isolado – é o que realmente caracteriza a soberania”.¹⁴⁵

Desta forma, o soberano coloca-se fora da ordem jurídica normalmente vigente, no entanto, a ela pertence, por ser competente para decidir sobre a suspensão total da constituição. Apesar disso, no caso excepcional, a norma e a decisão se localizam no âmbito jurídico, pois, segundo o autor,

não existe norma que seja aplicável ao caos. A ordem deve ser estabelecida para que a ordem jurídica tenha um sentido. Deve ser criada uma situação normal, e soberano é aquele que decide, definitivamente, sobre se tal situação normal é realmente dominante. Todo Direito é ‘direito situacional’. O soberano cria e garante a situação como um todo na sua completude. Ele tem o monopólio da última decisão. Nisso repousa a natureza da soberania estatal que, corretamente, dever ser definida, juridicamente, não como monopólio coercitivo ou imperialista, mas como

¹⁴³ SCHMITT, Carl. *La defensa de la Constitución...*, p. 217-9.

¹⁴⁴ SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. – Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. ix.

¹⁴⁵ SCHMITT, Carl. *Teologia Política...*, p. 07-10.

monopólio decisório, em que a palavra decisão é utilizada no sentido geral ainda a ser desenvolvido. O estado de exceção revela o mais claramente possível a essência da autoridade estatal.¹⁴⁶

Neste sentido, na decisão que declara o estado de exceção, fica claro que “em detrimento do Direito o Estado permanece”. Diferentemente, de todas as tendências do desenvolvimento jurídico-estatal moderno que conduzem à eliminação do soberano. Conforme Schmitt, seus autores, entre eles Hans Kelsen, resolvem o problema do conceito de soberania negando-o. De fato, trata-se da “antiga negação liberal do Estado frente ao Direito e a desconsideração do problema autônomo da realização do Direito”. A tendência jurídico-estatal de regular o estado de exceção revela-se tão-só em descrever, precisamente, o caso no qual o Direito suspende a si.¹⁴⁷

Ao buscar o significado da *teologia política*, Schmitt apresenta um panorama sobre a transição da Igreja e do Estado para o âmbito político, bem como, da sua estrutura sistemática ocorrendo uma “anulação involuntária em toda crença divina politicamente relevante e de toda teologia socialmente relevante” e, sendo assim, afirma que todos os conceitos da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados, o Deus onipotente tornou-se o legislador onipotente e o Estado de exceção, assume, para a jurisprudência, o mesmo que o milagre para a teologia. Em outras palavras, a teoria política dirige o Estado da mesma forma que a teologia faz com Deus. Por essa razão,

quem se esforça em investigar a literatura jurídico-estatal da jurisprudência positiva nos seus últimos conceitos e argumentos vê que o Estado interfere em todos os âmbitos, às vezes, como um deus *ex machina* a caminho da legislação positiva, decidindo uma controvérsia que não poderia levar o ato livre do conhecimento jurídico a uma solução que geralmente é óbvia; às vezes, como o bondoso e caridoso que comprova sua superioridade sobre suas próprias leis através de anistias e indultos; mas sempre a mesma identidade inexplicável, como legislador, como poder executivo, como polícia, como instância de

¹⁴⁶ SCHMITT, Carl. *Teologia Política...*, p. 13-4.

¹⁴⁷ SCHMITT, Carl. *Teologia Política...*, p. 14 e 21.

clemência, como assistência social, de forma que ao observador que se esforça para deixar que a visão geral da jurisprudência atual, de uma certa distância, tenha efeito sobre si, parece uma grande parte de um manto e espada na qual o Estado age sob muitos disfarces, contudo sempre como a mesma pessoa invisível.¹⁴⁸

Na concepção do autor até a primeira guerra mundial (1914-1918) as estruturas das institucionalizações se apoiavam na separação entre religião e política na qual “religião era coisa de igreja, exclusivamente privada. Mas, política era questão do Estado”, porém, o Estado perdeu o monopólio político quando outras formas políticas de combate, “sobretudo quando a classe revolucionária, o proletariado de indústria, tornou-se um novo objeto efetivo do âmbito político”, ou seja, desde de o momento em que se perdeu a possibilidade de definir o político a partir do Estado. Atualmente, pelo contrário, o que pode ser chamado de Estado deve ser determinado e concebido a partir do âmbito político, e nesse sentido, o Schmitt argumenta que os princípios do conceito do político devem abranger “as concepções acerca do crime e asilo político e decisões sobre questões políticas tomadas de forma jurídica”, isto é, nos estudos sobre o político deve-se investigar o alargamento do procedimento jurídico no caminho da recuperação da área autônoma do político¹⁴⁹, retornando à obra *O conceito do político* a destaca como uma doutrina constitucional e não como uma teoria do Estado, sustentando que

o critério do âmbito político ainda não pode ser hoje uma nova substância, uma nova matéria um novo domínio autônomo. O único critério ainda cientificamente defensável é, atualmente, o grau de intensidade de uma associação ou de uma dissociação, ou seja: a distinção amigo e inimigo.¹⁵⁰

Neste modo, o âmbito político não possui um objeto determinável, retira seu material de qualquer aspecto conforme as condições oferecidas pela sociedade. Sob a premissa decisionista, o

¹⁴⁸ SCHMITT, Carl. *Teologia Política...*, p. 35-7 e 69.

¹⁴⁹ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 31-5.

¹⁵⁰ SCHMITT, Carl. *Teologia Política...*, p. 75-7.

inimigo é inquestionavelmente político, ou melhor, é politicamente assinalado pelo soberano. Para Zaffaroni “trata-se de uma identificação vazia de conteúdo, que o poder pode preencher a seu bel prazer, porque sempre necessita de ter um inimigo”¹⁵¹. De fato, antes mesmo da guerra encontra-se presente a decisão política acerca de quem é o inimigo.

Nesta trilha, Giorgio Agamben em sua obra *Stato de eccezione* – 2003 (*Homo sacer II, 1*) trata do conceito Estado de exceção “como termo técnico para o conjunto coerente dos fenômenos jurídicos que se propõe a definir ” destacando que apesar da proximidade fundamental entre Estado de exceção e soberania, apontado por Schmitt, ainda “falta uma teoria do Estado de exceção no direito público, e tanto juristas quanto especialistas parecem considerar o problema muito mais como uma *quæstio facti* do que como um genuíno problema jurídico”.¹⁵²

Por se situar num local de passagem entre o Direito e a Política, o Estado de exceção tornou complexa sua conceituação, enquanto suspensão da ordem jurídica exprime seu conceito-limite. Nesse sentido, descreve-se o Estado de exceção como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. O autor esclarece que é esta “teoria de ninguém, entre o direito público e o fato político que se propõe a explorar (...) para chegar a compreender o que está em jogo na diferença – entre o político e o jurídico (...) e, talvez responder à pergunta: o que significa agir politicamente?”. Outros elementos que dificultam tal conceituação podem ser identificados pela “estreita relação entre guerra civil, insurreição e resistência”, sendo dessa maneira, a guerra o oposto do estado normal, que se encontra numa zona de indecidibilidade quanto ao Estado de exceção, ou seja, à resposta imediata no interior do Estado aos conflitos extremos.¹⁵³

No período entre 1934 e 1948, provavelmente também pelo fracasso das democracias européias, a teoria do Estado de exceção foi operada com evidente sucesso, manifestada sob a forma pseudomórfica da *ditadura constitucional*, nesse momento, várias obras, geralmente, fundadas na teoria schmittiana, registraram a transformação dos regimes democráticos em consequência da progressiva expansão dos poderes do executivo durante as duas guerras mundiais, onde o governo identifica o instituto como técnica de gestão e não, como medida excepcional. De certo, conforme Agamben,

¹⁵¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal...*, p. 142.

¹⁵² AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. – São Paulo: Boitempo, 2007, p. 11 e 15.

¹⁵³ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 12.

o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda, que eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos. Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante de uma política contemporânea.¹⁵⁴

Nesta direção, os acontecimentos ocorridos a partir da primeira guerra mundial demonstram que seu desenvolvimento se dá independentemente de sua formalização legal aparecendo “como o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos funcionais do Estado de exceção como paradigma de governo”. Uma simples análise das características essenciais desse Estado, é dizer, de sua abordagem provisória da diferenciação entre poder executivo, judiciário e legislativo demarca a tendência de transformar-se em uma política permanente. A chave da questão está no problema de identificar “o significado jurídico de uma esfera de ação em si extrajurídica”.¹⁵⁵

Da mesma maneira, opõem-se duas correntes da teoria geral do Estado: a primeira denominada de teoria monísta concebe que o Direito coincide com a norma, e a segunda, a teoria pluralista entende que o âmbito do Direito excede a norma. Concordam, porém, em excluir a existência de uma esfera da ação humana que escape totalmente do Direito. Na realidade, o Estado de exceção não está nem fora nem dentro do Direito, o problema referente à sua definição, diz respeito, a uma zona de indiferenciação entre dentro e fora onde não se excluem, mas, se indeterminam. Para compreender a confusão terminológica do Estado de exceção se pressupõe uma correta determinação de sua localização ou deslocalização, demonstrando uma disputa sobre o *locus* que lhe cabe. O

¹⁵⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 13 e 17-8.

¹⁵⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 19 e 23-4.

que está em jogo nessas teorias é o próprio limite do ordenamento jurídico. Nesta perspectiva de inserção legislativa do estado de exceção aparece o principal problema: o significado jurídico de um agir político em si extrajurídico. Assim,

se o que é próprio do estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal? E se, ao contrário, o estado de exceção é apenas uma situação de fato e, enquanto tal, estranha ou contrária à lei; como é possível o ordenamento jurídico ter uma lacuna justamente quanto a uma situação crucial? E qual é o sentido dessa lacuna?¹⁵⁶

Por conseguinte, no estudo do Estado de exceção nota-se a divisão entre adeptos à ideia de ordenamentos jurídicos que o regulam na constituição e de ordenamentos que não o regulam na constituição, isto é, a separação entre os que procuram inserir o Estado de exceção no ordenamento jurídico e aqueles que o consideram exterior a esse ordenamento, como um fenômeno extrajurídico. Alguns criticam a pretensão de regular por lei o que, por definição, não pode ser normatizado. Segundo Agamben, ao menos na esfera constitucional formal, tal discussão é importante, pois, o ato do soberano realizado fora da constituição se caracteriza como um ato ilegal que deve-ser corrigido, contudo, no que se refere à esfera constitucional material, o Estado de exceção existe claramente em todos os ordenamentos naqueles que o regulamentam ou não.

Para alguns teóricos (Santi Romano, Hauriou) o Estado de exceção é considerado parte do direito positivo, pois a necessidade que o ascende age como fonte autônoma de Direito. Para outros (Rossiter, Hoerni) é como um direito subjetivo do Estado à sua própria conservação. E ainda numa terceira concepção o Estado de exceção e a necessidade podem ser entendidos como elementos substancialmente extrajurídicos, mesmo que possam vir a gerar consequências na esfera do Direito.¹⁵⁷

O conceito de necessidade, por sua vez, é colocado como fundamento do Estado de exceção. “Segundo o adágio latino *necessitas legem non habet* – a necessidade não tem lei, o que deve ser entendido

¹⁵⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 24 e 39.

¹⁵⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 38.

em dois sentidos opostos: ‘a necessidade de não reconhecer nenhuma lei’ e a ‘necessidade cria sua própria lei’”. De fato, conforme Agamben, nas duas direções a teoria do Estado de exceção se resolve na do *status necessitatis*, assim, “o juízo sobre a subsistência deste esgota o problema da legitimidade daquele”. A necessidade age como “justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio de uma exceção”.¹⁵⁸

Dito isso, o Estado de necessidade na modernidade tende a ser introduzido no sistema jurídico expondo-se como o próprio estado de lei. A necessidade pode ser concedida como fonte originária do Direito. O fundamento que a descreve como uma determinada circunstância onde a lei perde sua obrigação se transforma naquele em que ela se instaura como a fonte da lei.

Assim, o Estado de exceção configurado como necessidade “apresenta-se, pois (...) como uma medida “ilegal”, mas perfeitamente ‘jurídica e constitucional’, que se concretiza na criação de novas normas ou ordem jurídica”. Todavia, parte da teoria do Estado de necessidade falha justamente no que se refere a sua própria natureza quando identifica a necessidade como uma situação objetiva. Outros, ao contrário, entendem que a necessidade pressupõe um juízo subjetivo e que suas excepcionalidades se constituem em correspondência com as situações declaradas como tal. Nessa tentativa de incluir na ordem jurídica o Estado de exceção por via do Estado de necessidade, os procedimentos de fato e o direito se indeterminam. Diante disso, verifica-se que a necessidade se reduz à decisão, onde aquilo que ela decide é, na realidade, indecidível de fato e de direito.¹⁵⁹

Para Agamben a teoria schmittiana do Estado de exceção estabelece, no interior do direito, “uma série de cesuras e divisões cujos termos são irreduzíveis, um ao outro, mas que, pela sua articulação e oposição, permite que a máquina do direito funcione.” Interpretando tal estrutura topológica do Estado de exceção como um *Estar-fora e, ao mesmo tempo permanecer*, assim

¹⁵⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 40.

¹⁵⁹ Na opinião de Agamben são falaciosas todas estas correntes que buscam a vinculação direta entre o estado de exceção e o direito, o que se pode verificar na teoria da necessidade ao ser admitida como fonte primária do direito, e na teoria que vislumbra no Estado de exceção uma “restauração de um originário estado pleromático do direito”. Além das teses que visam introduzir indiretamente o Estado de exceção em âmbito jurídico, fundando-se na separação entre normas de direito e de realização do direito, entre poder constituinte e constituído, entre norma e decisão, como a construção teórica schmittiana. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 44-7 e 78-9.

o lugar e o paradoxo do conceito schmittiano de soberania derivam do estado de exceção, e não ao contrário. E certamente não foi por acaso que Schmitt definiu primeiro, no livro de 1921 e em artigos anteriores, a teoria e a prática do estado de exceção e que, apenas num segundo momento, definiu sua teoria da soberania em *Politische Theologie*. Esta representa, indubitavelmente, a tentativa de ancorar sem restrições o estado de exceção na ordem jurídica; mas tal tentativa não teria sido possível se o estado de exceção não tivesse sido articulado anteriormente na terminologia e na conceitualidade da ditadura e, por assim dizer, não tivesse sido “juridicizado” pela referência à magistratura romana e, depois, graças à distinção entre normas do direito e norma de realização.¹⁶⁰

Neste viés, o Estado de exceção separa a norma de sua aplicação, para tornar possível a aplicação, inseri no Direito uma zona de anomia que o permite realizar a normatização efetiva do real. Na maioria dos ordenamentos jurídicos contemporâneos existem lacunas que são admitidas pela lei, entretanto, o Direito não as permite, desse modo, o Estado de exceção é interpretado como lacuna no direito público, a qual o poder executivo tem o dever de reparar, haja vista que essas não podem ser solucionadas por analogia, então,

o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal permanece em vigor.¹⁶¹

¹⁶⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 57.

¹⁶¹ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 48-9.

Esta concepção reflete um *locus* vazio de Direito que parece ser, dialeticamente, essencial à própria ordem jurídica. Sendo assim, para que ocorra seu fundamento, o Direito deve manter-se, necessariamente, em relação com sua ausência.

2.2 A LUTA PELO VAZIO

A interrupção jurídica que se instaura no estado de exceção, de um lado é inaceitável pelo direito, mas de outro, é reformulada numa relevância estratégica onde o direito tenta apropriar-se de sua própria ausência. Nesse sentido, vale mencionar um trecho do ensaio *Zur Kritik de Gewalt – 1921* oferecido a Carl Schmitt após a publicação de *Die Diktatur* por Walter Benjamin:

A função da violência, na institucionalização do direito, é dupla no sentido de que, por um lado, a institucionalização almeja aquilo que é instituído como direito, como o seu fim, usando a violência como meio; e por outro lado, o ato da instituição do fim como um direito, não dispensa a violência, mas só agora a transforma, no sentido estrito e imediato, num poder instituinte de violência estabelecendo como direito não um fim livre e independente de violência, mas um fim necessário e intimamente vinculado a ela, sob o nome do poder. A institucionalização do direito é institucionalização do poder e, nesse sentido, um ato de manifestação imediata da violência. A justiça é o princípio de toda finalidade divina, o poder é o princípio de todo direito mítico.¹⁶²

A tarefa de uma crítica da violência pode ser representada em suas relações com o direito e a justiça. Para o direito natural a violência-poder é um produto da natureza, para o direito positivo é considerado em sua transformação histórica. A crítica benjaminiana afirma que “o direito natural visa, pela justiça dos fins, ‘legitimar’ os meios e o direito positivo visa ‘garantir’ a justiça dos fins pela legitimidade dos meios” e apresenta o ponto cego do positivismo no “caráter incondicional de seus

¹⁶² La función de la violencia en la creación jurídica es, en efecto, doble en el sentido de que la creación jurídica, si bien persigue lo que es instaurado como derecho, como fin, con la violencia como medio, sin embargo -en el acto de fundar como derecho el fin perseguido- no depone en modo alguno la violencia, sino que sólo ahora hace de ella en sentido estricto, es decir inmediatamente, violencia creadora de derecho, en cuanto instaura como derecho, con el nombre de poder, no ya un fin inmune e independiente de la violencia, sino íntima y necesariamente ligado a ésta. Creación de derecho es creación de poder, y en tal medida un acto de inmediata manifestación de violencia. Justicia es el principio de toda finalidad divina, poder, el principio de todo derecho mítico. (Tradução nossa). BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. In: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Disponível em: <http://www.philosophia.cl>. Acesso: 19 de abril de 2011, p. 14-5.

“fins” e do jusnaturalismo no “caráter condicional de seus meios”, excedendo essas tradições filosóficas coloca a esfera do direito como pertencente à filosofia da história, advertindo que a questão central passa a ser a da legitimidade de determinados meios que constituem a violência enquanto autoridade.¹⁶³ Nessa direção, o autor alerta que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade”.¹⁶⁴

De certo, toda violência funda ou conserva o direito. Assim, o autor distingue a violência fundadora que é capaz de criar, justificar e legitimar um novo direito e a violência conservadora que mantém o direito por meio de um poder ameaçador. Não no sentido de intimidação como entendem alguns teóricos liberais, pois nessa, ainda existe a esperança de escapá-la, mas, no sentido da indefinição da ameaça do direito que somente será revelada posteriormente na esfera do destino, de onde se origina. Benjamin indica que no campo das penas e, especificamente, da pena de morte pode-se encontrar indícios fortes para questionar a validade do direito positivo. O sentido da pena “não é punir a infração da lei, mas afirmar o novo direito. Pois, no exercício do poder da vida e da morte o direito se fortalece mais do que em qualquer ato jurídico” e, nisso, o direito deixa transparecer algo de podre em seu âmago. Além de observar os subterfúgios do direito de punir, o autor trata do militarismo, da greve e da polícia como outras formas de violências instituintes mantenedoras do direito.¹⁶⁵

Para Benjamin a violência mítica se opõe a violência divina. Se a violência mítica funda o direito a divina o destrói. Para uma crítica da violência ou crítica do poder se faz necessário compreendê-la como a filosofia de sua história “porque somente a ideia do seu resultado permite um enfoque crítico, diferenciador e decisivo de seus dados temporais”, dirigindo um olhar para as coisas mais próximas percebe-se um movimento dialético entre as formas de violência que fundam e que conservam o direito. Dessa maneira, ao final do ensaio, o autor sustenta que:

Se a dominação do mito em alguns pontos já foi rompida, na atualidade (...). Se a existência do poder, enquanto poder puro e imediato, é garantida, também além do direito, fica provada a

¹⁶³ BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica de la violencia...*, p. 03.

¹⁶⁴ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. – Lisboa: Assírio Alvim, 2004.

¹⁶⁵ BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica de la violencia...*, p. 07-8.

possibilidade do poder revolucionário, termo pelo qual deve ser designada a mais alta manifestação do poder puro (...). Mas não é, para os homens, nem igualmente possível nem igualmente urgente decidir quando uma violência foi efetiva num caso determinado. Pois com certeza, apenas a violência mítica se deixa conhecer como tal, ao menos que não seja em seus efeitos incomparáveis, já que o poder que absolve a culpa é inacessível ao homem. Mais uma vez, o puro poder divino dispõe de todas as formas eternas que o mito transformou em bastardos do direito. O poder divino pode aparecer tanto na guerra verdadeira quanto no juízo divino da multidão sobre o criminoso. Mas deve-se rejeitar toda violência mítica, a violência fundadora do direito, que podemos chamar de violência governante. Deve-se rejeitar também a violência conservadora do direito, a violência governada que está a seu serviço.¹⁶⁶

Jacques Derrida na obra *Force de loi – 1994* realiza uma leitura deste ensaio de Benjamin que se divide em duas partes,¹⁶⁷ na segunda o descreve como um texto inquieto, “assombrado pelo tema da destruição radical, do extermínio, da aniquilação total; e, primeiramente, da aniquilação do direito, se não da justiça”. Trata-se de uma crítica à

¹⁶⁶ Si el imperio del mito se encuentra ya quebrantado aquí y allá en el presente (...). Pero si la violencia tiene asegurada la realidad también allende el derecho, como violencia pura e inmediata, resulta demostrado que es posible también la violencia revolucionaria, que es el nombre a asignar a la suprema manifestación de pura violencia (...). Pero no es igualmente posible ni igualmente urgente para los hombres establecer si en un determinado caso se há cumplido la pura violencia. Pues sólo la violencia mítica, y no la divina, se deja reconocer con certeza como tal; salvo quizás en efectos incomparables, porque la fuerza purificadora de la violencia no es evidente a los hombres. De nuevo están a disposición de la pura violencia divina todas las formas eternas que el mito ha bastardeado con el derecho. Tal violencia puede aparecer en la verdadera guerra así como en el juicio divino de la multitud sobre el delincuente. Pero es reproable toda violencia mítica, que funda el derecho y que se puede llamar dominante. Y reproable es también la violencia que conserva el derecho, la violencia administrada, que la sirve. (Tradução nossa). BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia...*, p. 18.

¹⁶⁷ A primeira parte do texto *Do direito à justiça* foi apresentada em um colóquio na *Cardozo Law School* em 1989 sob o título *Deconstruction and the Possibility of Justice*. E a segunda *Prenome de Benjamin* foi lida em 1990 na Universidade da Califórnia em outro colóquio intitulado *Nazism and the 'Final Solution': Probing the Limits of Representation*. DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento mítico da autoridade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. VII.

representação como perversão, à queda da linguagem e “da representação como sistema político da democracia formal e parlamentar”. Sua análise retrata a crise do modelo europeu da democracia burguesa, e logo, de seu inseparável conceito de direito. Para Derrida o ensaio concerne à questão do direito, como uma própria filosofia do direito. Inscreve-se numa perspectiva judaica que se “opõe a justa violência divina (judia) que destrói o direito, à violência mítica (da tradição grega), que instaura e conserva o direito”. Na distinção entre as violências, fundadora e conservadora no interior do direito mitológico, *Gewalt* pode significar além de violência, poder, “domínio ou soberania do poder legal, a autoridade autorizante ou autorizada: a força de lei”, a força legítima ou violência autorizada.¹⁶⁸

Na concepção de Derrida na crítica à violência o conceito de violência somente pode dar lugar à crítica a partir da consciência de que ele “pertence à ordem simbólica do direito, da política e da moral – de todas as formas de autoridade ou de autorização, ou pelo menos de pretensão à autoridade”. Refere-se da dimensão crítica da avaliação e da justificação da violência em si que visa ultrapassar as tradições do direito natural e do direito positivista mesmo admitindo, de certa maneira, o fundo teológico dos jusnaturalistas e o sentido da historicidade do direito dos juspositivistas trazendo o interesse fundamental do direito, a manutenção da ordem jurídica face às violências que a ameaçam desdobrando-se no monopólio da violência enquanto autoridade (*Gewalt*), nessa linha, permite pensar “a homogeneidade do direito e da violência, a violência como exercício do direito e o direito como exercício da violência. A violência não é exterior ao direito. Ela ameaça o direito no interior do direito”.¹⁶⁹

O direito estatal teme a violência fundadora que poderá instaurar um novo direito e um novo Estado, essa violência pertence à ordem de um direito de transformar ou fundar que “determina a violência como sendo uma coisa diferente do exercício natural da força”, se estabelecendo dentro do direito tornando possível o momento revolucionário ou fundador do direito, a instauração de uma instância de não-direito no direito. Para o autor a fundação bem sucedida de um Estado (*felicitous*) resultará a produção de “modelos interpretativos próprios para serem lidos retrospectivamente, para dar sentido, necessidade e, sobretudo, legitimidade à violência que produziu”, institui-se a ordem simbólica do direito, em outras palavras, cria-se

¹⁶⁸ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 61-74.

¹⁶⁹ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 75-7.

“uma violência jurídico-simbólica, uma violência performativa no próprio interior da leitura interpretativa”. Discordando da oposição pura de Benjamin entre greve geral política que pretende re-fundar outro Estado e greve geral proletária que pretende destruir o Estado, Derrida afirma

(...) para além do propósito explícito de Benjamin, proporei a interpretação segundo a qual a própria violência da fundação ou da instauração do direito (*Rechtsetzende Gewalt*) deve envolver a violência da conservação do direito (*Rechtserhaltende Gewalt*) e não pode romper com ela. É próprio da estrutura da violência fundadora solicitar sua própria repetição e fundar o que deve ser conservado, conservável, destinado à herança e à tradição, à partilha. Uma fundação é uma promessa. (...) Consequentemente, não há fundação pura ou instauração pura do direito, portanto pura violência fundadora, assim como não há violência puramente conservadora. A instauração já é iterabilidade, apelo à repetição auto-conservadora. A conservação, por sua vez, é ainda re-fundadora para poder conservar o que pretende fundar.¹⁷⁰

Neste contexto, é o que Derrida denomina de contaminação diferencial, uma contaminação no próprio âmago do direito, naquilo que Benjamin argumenta ao tratar da pena de morte como algo podre no direito, da mesma forma, como o direito de guerra ou de greve, todos considerados como “uma anomalia no interior da juridicidade com quem parece romper”. Assim, a pena de morte constitui o direito como uma violência contrária à natureza. No entanto, aquilo que, nesse sentido, melhor representa a forma espectral do direito é a instituição da polícia moderna sob a indiferenciação entre a violência fundadora e a violência conservadora. Essa polícia não se contenta “em aplicar a lei pela força e, portanto, em conservá-la; ela a inventa, ela publica decretos e intervém cada vez que a situação jurídica não é suficientemente para garantir a segurança. Ela é a força de lei, ela tem força de lei”.¹⁷¹

A ausência de fronteiras entre as duas violências que constituem a polícia a caracterizam como “estruturalmente repugnante, imunda por

¹⁷⁰ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 75-90.

¹⁷¹ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 101-5.

essência, em razão de sua hipocrisia constitutiva”, destacando sua possibilidade e necessidade moderna Derrida desconstrói, nesse ponto, o discurso crítico da violência benjaminiano de distinção das violências. Com isso, escreve que o texto configura como o “fantasma de um texto”, no qual “uma demonstração arruína (...) as distinções que propõe”, “não escapa à lei que enuncia”, Benjamin não se refere ao paradoxo da iterabilidade e o rigor da distinção entre as violências fica ameaçado. A iterabilidade “faz com que a origem deva originariamente repetir-se e alterar-se, para valer como origem, isto é, para se conservar”. Ela impede que existam grandes fundadores ou puros fundadores. A violência do direito representada pela polícia não é natural, mas espiritual. A degenerescência do poder (*Gewalt*) democrático não poderia ter outro nome que polícia. Na democracia liberal enquanto meio toda a violência funda ou conserva o direito.¹⁷²

A crítica da violência configura-se, portanto, de “uma atitude que permita escolher, decidir e resolver na história e a respeito da história”, assim “toda indecidibilidade está situada, bloqueada, acumulada no lado do direito, da violência mitológica” e “toda decidibilidade, ao contrário, se situa no lado da violência divina”, significa dizer, que a história em oposição ao mito é uma nova era histórica que seria também uma nova era política. Ademais, o que Benjamin chama de “dialética dos altos e baixos” representa uma oscilação a qual a violência conservadora deve exercer constantemente a “repressão contra-violências hostis” enfraquecendo a violência fundadora que a constitui, reconhecendo aqui, por conseguinte, a lei da iterabilidade, pois, a violência fundadora sempre estará representada na violência conservadora.¹⁷³

Entretanto, a definição do mito como a violência fundadora e conservadora do direito deve ser rejeitada por escamotear a realidade da violência fora do direito, conforme Benjamin a violência mítica pode ser concebida como uma ficção jurídica “uma violência que teria ‘abastardo’ as formas eternas da violência divina pura”. Derrida interpreta que Deus é o nome dessa violência pura e justa “não há outra, não há nenhuma antes dela e diante da qual ela tenha de se justificar. Autoridade, justiça, poder e violência nele se unem”. E é essa violência divina que pode ser chamada soberana. Soberana como a “potência violenta dessa apelação originária”, que precedeu e dá todos os prenomes. Privilégio absoluto, a prerrogativa infinita que “fornece a

¹⁷² DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 90-107.

¹⁷³ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 126-7.

condição”.¹⁷⁴ Soberana é “insígnia e selo, nunca meio de execução sagrada”, simplesmente age e se manifesta.¹⁷⁵

Podemos agora apresentar o que Agamben escreve do debate entre Walter Benjamin e Carl Schmitt sobre o Estado de exceção como a “luta de gigante acerca de um vazio”. Percorrendo a direção de uma leitura schmittiana do ensaio benjaminiano, a teoria da soberania de Schmitt deve ser lida como resposta a crítica da violência de Benjamin. O objetivo desse ensaio é garantir a existência de uma violência fora do direito, uma violência pura, divina ou revolucionária que poderia superar a dialética da fundação e conservação do direito. Como já dissemos, o caráter próprio dessa violência inaugura uma nova era histórica. Tratando sobre a decisão a reconhece como categoria metafísica, mas adverte que de fato demarca a “experiência da indecidibilidade última de todos os problemas jurídicos”. Em resposta a essa indecidibilidade Schmitt sustenta a soberania como lugar da decisão extrema. Para Agamben “enquanto a estratégia da crítica da violência visava assegurar a existência de uma violência pura e anômica, para Schmitt trata-se, ao contrário, de trazer tal violência para um contexto jurídico”. Nesse sentido,

O estado de exceção é o espaço em que ele procura capturar a ideia benjaminiana de uma violência pura e inscrever a anomia no corpo mesmo do *nomos*. Segundo Schmitt, não seria possível existir uma violência pura, isto é, absolutamente fora do direito, porque, no estado de exceção, ela está incluída no direito por sua própria exclusão. O estado de exceção é, pois, o dispositivo por meio do qual Schmitt responde à afirmação benjaminiana de uma ação humana inteiramente anômica.¹⁷⁶

A discussão entre os autores encontra-se nesta zona de anomia que de uma perspectiva deve a qualquer custo ter relação com o direito e, de outra, deve ser justamente liberada dessa relação. Da violência em constante relação com o direito à violência pura fora do direito. Em ambos, trata-se de “um espaço vazio: a anomia, *vacuum* jurídico de um lado e, de outro, ser puro, vazio de toda determinação e de todo

¹⁷⁴ DERRIDA, Jacques. *Força de lei...*, p. 131-4.

¹⁷⁵ BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica da violência...*, p. 18.

¹⁷⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 83-6.

predicado real”. No âmbito do direito esse espaço de uma ação humana sem relação com a norma “coincide com uma figura extrema e espectral do direito, em que ele se divide em uma pura vigência sem aplicação e em uma aplicação sem vigência: a força-de-lei”, ou meio puro no qual o critério de distinção entre os dois autores se dá na solução da relação entre violência e direito.¹⁷⁷

De certo, o Estado de exceção - espaço sem direito onde aplicação e norma apresentam sua separação e em que a força-de-lei sem lei exerce uma regra cuja aplicação foi desativada, pois, todas as determinações jurídicas estão suspensas, “uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real”. Agamben indica que a secreta solidariedade entre direito e anomia resulta num duplo paradigma que marca o direito com uma ambiguidade:

de um lado, uma tendência normativa em sentido estrito, que visa a cristalizar-se num sistema rígido de normas cuja conexão com a vida é, porém, problemática, senão impossível (o estado perfeito de direito, em que tudo é regulado por normas); de um lado, uma tendência anômica que desemboca no estado de exceção ou na ideia do soberano como lei viva, em que uma força-de-lei privada de norma age como pura inclusão da vida. As festas anômicas (...) celebram e reproduzem, sob forma de paródia, a anomia em que a lei se aplica ao caos e à vida sob a única condição de tornar-se ela mesma, no estado de exceção, vida e caos vivo.¹⁷⁸

Nesta ambiguidade essencial do direito constituída por um elemento normativo e jurídico em sentido estrito (*potestas*) e um elemento anômico e metajurídico (*auctoritas*) funcionalmente ligados onde um se afirma na ausência do outro percebe-se o Estado de exceção como o dispositivo que deve “articular e manter juntos [esses] dois aspectos da máquina jurídico-política, instituindo um limiar de indecidibilidade entre anomia e *nomos*, entre vida e direito”. Para o autor a anomia sob a forma de *auctoritas* ou força de lei ainda se estabelece em relação com a ordem jurídica e o poder de suspender a norma está em contato com a vida que apesar de fundada numa ficção

¹⁷⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 92-6 e 111.

¹⁷⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 63-79.

sua dialética pode funcionar de algum modo. Porém, quando esse Estado de exceção se torna a regra essa máquina tende a se transformar em numa máquina letal. O Estado de exceção que demarca o “espaço vazio onde a ação humana sem relação como o direito está diante da norma sem relação com a vida” é a ficção que governa o nosso tempo, conforme Agamben o paradigma de governo dos Estados contemporâneos que “atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário” quando como gestão política, uma violência governamental, em âmbito externo, ignora o direito internacional e, em âmbito interno, produz um Estado de exceção permanente, pretendendo, contudo, aplicar o direito. Com isso,

mostrar o direito em sua não-relação com a vida e a vida em sua não-relação com o direito significa abrir entre eles um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome “política”. A política sofreu um eclipse duradouro porque foi contaminada pelo direito, concebendo-se a si mesma, no melhor dos casos, como poder constituinte (isto é, violência que põe o direito), quando não se reduz simplesmente a poder negociar com o direito. Ao contrário, verdadeiramente política é apenas aquela ação que corta o nexo entre violência e direito.¹⁷⁹

Por conseguinte, para Agamben pode-se conceber o autoritarismo moderno como um regime que por intermédio da exceção admitiu a neutralização e eliminação dos seus adversários políticos, permitindo a perseguição de caráter biologista de determinadas pessoas suspeitas em manter um modo de vida que não se integrava ao sistema político em vigor. Essa captura pelo estranho, de maneira não declarada, se tornou uma prática dos Estados democráticos contemporâneos. E o Estado de exceção tende, cada vez mais, a se apresentar como continuidade, inserido em um lugar de indiferenciação entre autoritarismo e democracia. No aceleração na produção legislativa contra o indivíduo indesejável ou não-integrado a ordem política reveste-se do significado imediatamente *biopolítico* do Estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão.¹⁸⁰

¹⁷⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 131-3.

¹⁸⁰ “Diversas leis, como a *military order* - 2001, que autoriza a *indefinite detention* e o processo perante a *military commissions* dos não-cidadãos – assumindo o novo modelo

Nesta linha, o conceito de biopolítica construído por Michel Foucault em seus cursos no *Collège de France*, na década de 70, surge em desenvolvimento do conceito de microfísica do poder, entretanto, pode-se observar que sua ideia começava a se construir em uma passagem especial alguns anos antes no livro *Surveiller et punir – 1975*:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo em funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (...) Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (...) O homem em que nos falamos e que nos convidam a libertar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.¹⁸¹

Já na obra *Historie de le sexualidad: I la volonté de savourir – 1976* o autor entende a sexualidade como um modelo estratégico que deve ser tratado em âmbito político e escreve o discurso da sexualidade como produto de aspirações morais e científicas fundadas na vontade de

normativo do direito penal do inimigo - suspeitos de participação em atividades de terrorismo. Além do *USA Patriot Act - 2001* que estabelece a anulação do estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, um ser juridicamente indeterminável, que não pode ser definido como prisioneiro, nem como acusado, mas tão-somente como objeto de uma pura dominação de fato”. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 14-5.

¹⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. – Petrópolis: Vozes, 1999, p. 14-5.

saber, em prol do ideal de normalidade e da obsessão em destruir a anormalidade. É nesse contexto que desenvolve o termo biopolítica.¹⁸²

Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* a morte. Talvez seja assim que se explique esta desqualificação da morte, marcada pelo desuso dos rituais que a acompanhavam. A preocupação que se tem de esquivar a morte está menos ligada a uma nova angústia que, por acaso, a torne insuportável para nossas sociedades, do que ao fato de que os procedimentos de poder não cansarem de se afastar dela. Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa; o fausto que a acompanhava era da ordem do cerimonial político. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece todos os seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais ‘privado’. (...) Essa

¹⁸² Ao final do curso realizado no *Collège de France* (1978-1979) intitulado como *nascimento da biopolítica* Foucault indica: o que deveria ser estudado agora é a forma como os “problemas específicos da vida e da população foram postos no interior de uma tecnologia de governo, que sem ter sido sempre liberal, não parou de ser acossada desde o fim do século XVIII pela questão do liberalismo”. Assim, o autor interpreta o liberalismo a partir do que chama de um ponto de análise possível como a “razão governamental dos tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal”, através da distinção entre Estado e sociedade uma forma de esquematização de tecnologia de governo. O liberalismo se constituiu num instrumento crítico da realidade, a uma governabilidade anterior de que se diferencia e a uma governabilidade atual cujos abusos visam limitar. Embora o mercado e a teoria econômica tenham desempenhado um papel importante no liberalismo não foram sua consequência nem tão pouco deu desenvolvimento. O mercado, na crítica liberal, serviu como um teste, um espaço de experiência onde se pôde averiguar e demarcar os excessos da governabilidade. Analisando o liberalismo alemão dos anos 1948-1962 e o liberalismo americano da escola de Chicago, informa que “o que mas chamou a atenção nesse neoliberalismo America não foi um movimento totalmente oposto ao que encontramos na economia social da Alemanha enquanto esta considera que a regulação dos preços pelo mercado – único fundamento de uma economia racional – é de *per si*, tão frágil que precisa ser sustentada, arranjada, “orientada” por uma política interna e vigilante de intervenções sociais (...), esse neoliberalismo americano procura, em vez disso, ampliar a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos. É o caso da família e da natalidade, é o caso da delinquência e da política criminal”. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. – São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 431-9.

obstinação em morrer, tão estranha e, contudo tão regular, tão constante em suas manifestações, portanto tampouco explicável pelas particularidades ou acidentes individuais, foi uma das primeiras surpresas de uma sociedade em que o poder político acaba de assumir a tarefa de gerir a vida. Concretamente, este poder pela vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais: (...) um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos que caracterizam as disciplinas: *anátomo política do corpo humano*. O segundo que se tornou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *biopolítica da população*. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.¹⁸³

Com efeito, requerendo a vida como elemento político a biopolítica superou o antigo poder soberano. Com os investimentos de poder centrados no homem-espécie, a vida passa a ser gerida e regulada pelo Estado. Em nome do princípio: *poder matar* para *poder viver* onde se preserva a vida de uns, enquanto se autoriza a morte de outros. Assim, “o efeito do poder soberano sobre a vida só exerce a partir do momento em que o soberano pode matar”. Essa soberania instaura um novo direito de fazer morrer ou deixar viver. O biopoder demarca-se entre o direito de vida e de morte, sendo o poder de regulação da vida da

¹⁸³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. – Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 130-1.

população. Trata-se do aprimoramento da espécie, no qual o racismo cumpre seu papel, isto é,

no contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma censura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como misturas de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o poder.¹⁸⁴

Por conseguinte, no limiar da modernidade biológica a espécie ingressou no jogo de poder das estratégias políticas. A biopolítica investe sobre a vida: por meio da norma coloca dentro ou fora indivíduos e categorias ajustando seus corpos a processos desejados. Refere-se a um poder expansivo que se direciona a vida do homem-ser vivo, buscando intervir para fazer viver os mais aptos, na diminuição dos riscos e por intermédio da segurança pública, haja vista que o Estado não pode impedir a morte. Essa tecnologia de dominação que forja a alma e aliena os corpos não se reduz ao homem-espécie e, direciona-se também aos fenômenos globais. Os processos ligados a morte, a vida, a longevidade, a produção, os níveis de saúde, aos relacionamentos pessoais etc. se entrelaçam a uma série de outros de ordem política e econômica. Em âmbito geral, a morte constitui o quadro da biopolítica se instalando permanentemente sobre a vida. Ademais, de acordo com Foucault “se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.286-305.

de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça, e dos fenômenos maciços de população”.¹⁸⁵

Desta forma, Agamben também se refere ao aspecto moderno de desqualificação da morte, afirmando que a morte do sujeito moderno, sob viés da biopolítica, tem o mesmo valor da morte do *homo sacer*, que pode ser definido como uma figura do direito romano arcaico cuja morte não era ritualizada pelo direito público, na qual o caráter de sacralidade conjuga-se a vida humana correspondendo a uma situação paradoxal e de difícil compreensão, pois ao sancionar a sacralidade do indivíduo se autoriza sua morte. O *homo sacer* se constitui na ligação de suas especificidades, ou seja, da conjunção da impunidade de sua morte com a exclusão do sacrifício, é aquele que possui uma vida matável e insacrificável, uma vida sacra ou vida nua, trata-se de “uma pessoa que é simplesmente posta fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina”.¹⁸⁶

Neste aspecto, o *homo sacer* representa a formulação política original da imposição do vínculo soberano, o que significa uma

esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de exceção. Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e assim implica nela a vida nua. Devemos perguntar-nos, então, se as estruturas da soberania e da *sacratio* não sejam de algum modo conexas e possam, nesta conexão, iluminar-se reciprocamente. Podemos, aliás, adiantar a propósito uma primeira hipótese: restituído ao seu lugar próprio, além tanto do direito penal quanto do sacrifício, o *homo sacer* apresenta a figura originária da vida presa no *bando* soberano e conservaria a memória da exclusão originária através da qual se constituiu a dimensão política. O espaço político da soberania ter-se-ia constituído, portanto, através de uma dupla exceção, como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. *Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, é sacra, isto é, matável e*

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber...*, p. 129-134.

¹⁸⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 80-5.

*insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera. (...) A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono.*¹⁸⁷

De fato, ao conceber a *vida nua* percebe-se um entrelaçamento praticamente indistinto entre política e vida, a partir dessa associação íntima característica da política moderna se perde sua inteligibilidade. Surge o que foi denominado politização da vida¹⁸⁸ - como sendo o critério fundamental da política dos Estados autoritários, além de observar sua contiguidade com as sociedades de massa, sendo assim “o rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do *homo sacer*, corre de modo subterrâneo, mas contínuo”.

Neste sentido, “o triunfo do capitalismo não seria possível sem o controle disciplinar do biopoder e suas tecnologias para a produção de corpos dóceis”, conforme Vera Malaguti em análise à obra de Agamben, o ponto central é a vida do *homo sacer*, a qual é incluída no ordenamento jurídico através de sua exclusão, ou seja, a partir de sua capacidade de ser morto, introduzindo a noção do campo de concentração como paradigma biopolítico moderno. Assim, o

longo processo que leva ao reconhecimento de direitos e liberdades formais aparece junto como o corpo do *homo sacer* e sua soberania paradoxal, sua vida que não pode ser sacrificada, mas pode ser morta. O desafio é compreender por que a democracia, ao triunfar, se mostra incapaz de preservar a zoê, para cuja felicidade se dirige todos os esforços. A decadência da democracia moderna e sua convergência gradual ao totalitarismo (de Tocqueville a Debord) deve-se a esta aporia. A consciência deste paradoxo é que pode levar à sua superação e à invenção de novas políticas. (...) Para Carl Schmitt, soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção. A questão é o conceito-limite das doutrinas da lei e do Estado, nas quais a soberania é fronteira à

¹⁸⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer...*, p. 90-1.

¹⁸⁸ Conforme Agamben foi Karl Löwith (1984) o primeiro a definir este termo - politização da vida. AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer...*, p. 126-7.

esfera da vida e se torna indistinguível. Hoje, quando as grandes estruturas estatais estão em colapso e a exceção (como previra Benjamin) virou regra, estamos maduros para atacar o problema da estrutura originária e dos limites do Estado numa nova perspectiva.¹⁸⁹

Ademais, nas interpretações de Agamben em análise ao texto da declaração dos direitos de 1789, nota-se a *vida nua* pelo simples fato natural do nascimento como fonte do Direito e da passagem de soberania divina para soberania nacional. O súdito transforma-se em cidadão que devido ao nascimento é portador imediato de soberania. A cidadania nomeia o novo estatuto da vida como origem e fundamento da soberania indicando a ambiguidade de sua noção no pensamento político moderno em suas diversas tentativas de precisar os conceitos de homem e cidadão acertados do ponto de vista da articulação e restrição dos critérios *ius sanguinis* e *ius soli* que em regimes autoritários coincidem com a função política, plenamente compreensível se observada em seu pano de fundo biopolítico.¹⁹⁰

Com o surgimento de refugiados e apátridas europeus a partir da primeira guerra mundial ocorre uma interrupção na reciprocidade entre nascimento e nacionalidade não podendo mais ser capaz de legitimar o Estado-nação. Produzem-se legislações que permitem a desnacionalização dos seus próprios cidadãos e a desnaturalização de cidadãos de origem inimiga. Problemas políticos como esses dão origem à criação de órgãos internacionais que, de acordo com seus estatutos deveriam ter caráter unicamente humanitário e social. Atualmente, os refugiados representam um fenômeno de massa e, tais órgãos, nem ao menos, o percebem de maneira acertada. Essa separação entre caráter humanitário e político na constituição e atuação dessas instituições demonstra uma fase de deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão.¹⁹¹ A vida deixa de ser importante, no sentido da ação política transformando-se na vida sem valor que pode ser injustificadamente eliminada, essa categoria jurídica de vida corresponde, ainda que em sentido diferente, à *vida nua* do *homo sacer*.

¹⁸⁹ BATISTA, Vera Malaguti. *Vida nua e Soberania*. Resenha Bibliográfica. In: Revista Discursos sediciosos: Crime, direito e sociedade, nº 12, p. 387-8.

¹⁹⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer...*, p. 134-7.

¹⁹¹ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer...*, p. 140.

2.3 EM BUSCA DO INIMIGO

Por conseguinte, “não se pode dominar sem organizar-se previamente em forma dominante”, de acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni ao longo dos últimos séculos a procura e demarcação do inimigo “foi uma tarefa permanente do poder punitivo”, no sentido de um instrumento verticalmente ordenador, ao citar Tobias Barreto¹⁹², sobre a questão do inimigo, que já havia alertado antes de Schmitt reafirma que ao procurar o fundamento jurídico da pena deve-se também procurar o fundamento jurídico da guerra.

Passados cinco séculos de distância os textos legitimantes conservaram idêntica estrutura autoritária. No plano social real tudo indica que esta alternância é proveniente da luta de corporações pelo domínio do poder do discurso da questão penal: os dominicanos hegemonizaram o da inquisição contra o diabo (século XIV), até que os jesuítas o reorganizaram sobre o modelo espanhol contra os hereges (protestantes) (século XVI), e, finalmente tiveram que deslegitimar o discurso da corporação dominicana. Por isso, foram benevolentes com o primeiro discurso crítico (século XVII). Logo, os iluministas e liberais (corporação de filósofos e juristas) deslegitimaram o discurso teocrático com um novo discurso que respondia à estrutura crítica que haviam inaugurado os jesuítas contra os dominicanos. Quando a classe dos industriais alcançou o poder, os médicos e policiais deram-lhe um novo discurso autoritário com a estrutura do inquisitorial. O discurso penal degradou-se à coação policial (administrativa) sempre que assumiu a estrutura inquisitorial: justificou o emprego da força para eliminar uma suposta ameaça coletiva por parte de inimigos poderosíssimos em uma guerra mais ou menos alucinada.¹⁹³

¹⁹² BARRETO, Tobias. *Obras completas*, Tomo V, Direito, menores e loucos. – Sergipe, 1929.

¹⁹³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Buscando o inimigo: De Satã ao Direito Penal Cool*. In: *Criminologia e Subjetividade*. MENEGAT, Marildo e Neri, Regina (Org.). – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 03-10.

Com efeito, o tratamento de alguns indivíduos como inimigo remonta a dinâmica da guerra que, como vimos, no interior do Estado de direito só pode se manifestar na exceção quando nega a condição de pessoa e a percebe como coisa. É essa a perspectiva que representa a realidade operativa contínua do poder punitivo e da teoria jurídico-penal e que permite a figura do *hostis* na sociedade contemporânea, o qual

é submetido à contenção como indivíduo perigoso apenas na estrita medida da necessidade, ou seja, só se priva o inimigo do estritamente necessário para neutralizar seu perigo, porém deixa-se aberta a porta para seu retorno ou incorporação, mantendo todos os seus outros direitos. Em outras palavras, esta não seria nada além de uma simples limitação do princípio do Estado de direito imposta pela necessidade e em sua estrita medida. O que esta resposta desconhece é que, para os teóricos (...) da exceção, sempre se invoca uma necessidade que não conhece lei nem limites. A estrita medida da necessidade é a estrita medida de algo que não tem limites, porque esses limites são estabelecidos (...) pelo juízo subjetivo do individualizador, que não é outro senão o que exerce o poder.¹⁹⁴

De certo, em âmbito acadêmico trata-se de duas estruturas discursivas, sendo a primeira autoritária ou inquisitória e a segunda crítica ou liberal, no entanto, no plano real ambas possuem a mesma natureza inquisitorial. Na obra *El enemigo en el derecho penal - 2006*, Zaffaroni aborda a dialética do Estado de direito e o Estado de polícia descrevendo historicamente o tratamento diferenciado através de um poder punitivo discriminatório que afasta a condição de pessoa a alguns, nessa direção, o inimigo da sociedade é o ser humano considerado como ente perigoso ou daninho que não possui autonomia ética.

Sobre a essência do inimigo o autor sustenta que foi Schmitt quem melhor aprofundou o tema em sua teoria política ao resgatar no direito romano o conceito *hostis* para identificar o inimigo político, assim,

¹⁹⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 23-5.

o inimigo (...) não é o concorrente ou o adversário em geral. O inimigo também não é o adversário particular, que odiamos por sentimentos de antipatia. Inimigo é um conjunto de homens, pelo menos eventualmente, isto é, segundo a possibilidade real, combatente, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas inimigo público, pois tudo que refere a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por isto, público. Inimigo é *hostis*, e não *inimicus* no sentido *lato*.¹⁹⁵

Desta forma, o conceito de inimigo “remonta à distinção romana entre o *inimicus* e o *hostis*”, no qual o *inimicus* era o inimigo pessoal e o *hostis* o inimigo político sobre o qual era “colocada a possibilidade de guerra como negação absoluta do outro ser ou realização extrema da hostilidade”. A alegoria *hostis* se configura como o inimigo declarado pelo poder, Zaffaroni indica os eixos fundamentais de suas posteriores classificações trazendo a descrição de Agamben das categorias originárias de *hostis alienígena* e de *hostis iudicato*.¹⁹⁶

O *hostis alienígena* era de alguma forma protegido pelo *ius gentium*. Mas, tipicamente concebido como o estrangeiro, estranho, desconhecido, potencialmente perigoso; para os romanos eram todos *barbari* que inspiravam insegurança e, por isso, tornavam-se suspeitos. O *hostis iudicato* era o inimigo declarado, aquele cidadão romano que ameaçava a segurança da República mediante conspiração ou traição, que podia ser declarado pela *auctoritas* do senado como *hostis*, ou seja, como inimigo público sendo privado de todo o estatuto jurídico além de poder ser destituído da posse de seus bens e condenado a morte.¹⁹⁷

Investigando o inimigo no exercício real do poder punitivo Zaffaroni destaca que “o ser humano não é concebível fora das relações interativas (...) que vão criando estruturas de poder inicialmente em sociedades pequenas (tribos, clãs), depois em outras mais amplas (nacionais) e, por fim, estendem-se para abarcar o planeta” num processo expansivo do poder. O surgimento do poder punitivo se deu quando a luta foi abandonada “e a verdade começou a ser estabelecida através do interrogatório ou *inquisitio*”. O sujeito do conhecimento (*inquisidor*) obtém a verdade e é quem pergunta e arranca do objeto de

¹⁹⁵ SCHMITT, Carl. *O conceito de político...*, p. 55.

¹⁹⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal...*, p. 21-3.

¹⁹⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção...*, p. 122-3.

conhecimento (*inquirido*) a resposta suficiente, ou seja, a que lhe outorga poder. Ao lado do inquisidor ou interrogador que passa a ser investigador está à virtude daquele que possui o poder soberano de confiscar o papel da vítima. Deus foi sequestrado pelo senhor, pelo *dominus* “que monopolizava o bem e quem lhe opunha era sempre o mal” sua generosidade estava em possibilitar a libertação dos males “que se expressavam em Satã, através da bruxaria ou da heresia”.¹⁹⁸

Neste sentido, cabe mencionar a descrição de Georg Rusche na obra *Punishment and Social Structure* - 1939, - a primeira a ser publicada na nova fase americana da Escola de Frankfurt em parceria com Otto Kirchheimer -, das condições sociais e de administração da pena na baixa idade média. Nessa época,

quem não podia esperar por um destino favorável que lhes tirasse de suas condições miseráveis vivia numa atmosfera de opressão, irritação, inveja, raiva, ódio e desespero. A superstição era comum e a perseguição às bruxas atingiu proporções epidêmicas. As classes subalternas desafogavam a fúria e a dor nos representantes dos poderes sobrenaturais na Terra, ou seja, naqueles que eram suspeitos de lidarem com “magia negra”. O crime de bruxaria poderia ser nada além do que uma atribuição de certos poderes que a aparência pessoal, os hábitos excêntricos ou as blasfêmias confirmavam. Mas as bruxas eram perseguidas não apenas pelas massas que lhes atribuíam desgraças de toda sorte, mas também pelas autoridades, que eram, sem dúvida, sinceras em seu ódio e medo do sobrenatural e viam nesse novo ódio das massas, provavelmente num estado nebuloso de semiconsciência, um meio de desviar a atenção das responsabilidades que lhes caberiam, como representantes do poder.¹⁹⁹

O poder punitivo possui esta característica diferenciada de confiscação do conflito, em outras palavras, da usurpação do lugar da

¹⁹⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 29 e 38-9.

¹⁹⁹ KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social*. – Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 39-0. Sobre o período de quatro séculos de repressão a mulheres consideradas bruxas ver o manual oficial de caça às bruxas *Malleus maleficarum* publicado em 1484. In: KRAEMER, Heinrich Kraemer e James Sprengere SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007.

vítima pelo poder público, o que lhe confere desde então, uma enorme capacidade de decisão e, conseqüentemente, de arbitrariedade nos conflitos, sendo um instrumento de controle social que proporcionou à sociedade a organizar-se exercendo um constante poder de gestão que também se demonstrou “indispensável para o êxito do genocídio colonialista”. Nesse período a distinção no exercício desse poder era muito clara entre iguais ou estranhos, pois o “discurso teocrático, usado durante a primeira etapa da planetarização do poder, apresentava o genocídio colonialista como uma empresa piedosa, cujo nome se matavam os dissidentes” mediante todo o tipo de penas cruéis, de tortura e de morte. Dessa maneira, “todo obstáculo ao saber inquisitorial do *dominus* é inimigo do bem e aliado do mal”. Sendo assim,

(...) quando, no século XVI, a inquisição romana entrou em decadência, o modelo permaneceu nas mãos do poder político e os inimigos eram os hereges ou os reformistas, que protagonizavam o espetáculo particular e festivo das execuções públicas nas principais praças de todas as cidades da Europa. Na Espanha, os principais inimigos nunca foram as bruxas – embora muitas tenham sido eliminadas –, mas sim os opositores do monarca, acusados de hereges ou dissidentes, isto é, de *hostis judicatus*, prolongando-se a Inquisição até o século XIX. Fora da Europa, o poder colonialista legitimado por estes discursos exerceu-se sob a forma de genocídio, eliminando a maior parte da população americana, desbaratando suas organizações sociais e políticas e reduzindo os sobreviventes à condição de servidão e escravidão.²⁰⁰

No desenrolar do período mercantilista os métodos de punição começaram a modificar-se profundamente configurando-se para além das penas cruéis e de morte como espetáculos públicos de caráter repressivo e imediatista, como por exemplo, a pena de galés que ascende da necessidade de remadores em fins do século XV, “devido ao estopim de um período de guerras navais entre as potências cristãs e maometanas mediterrâneas” quando os condenados eram recrutados como remadores submetidos à produção de energia motriz nas embarcações, na

²⁰⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 31-34 e 37-41.

interpretação de Rusche “o significativo no uso das galés como método punitivo é o fato de ser uma iniciativa calcada em interesses somente econômicos e não penais”, como também em alcançar o maior proveito da força de trabalho de um serviço descartado pelo trabalhador livre.

A opinião corrente nos séculos XVI e XVII estava ciente do destino terrível dos escravos das galés, mas nada era feito para melhorar suas condições. Graças à sua posição como primeiro tutor da família Gondi, que havia adquirido de Luís XIII a concessão para comandar as galés no mar e os exércitos no Levante, São Vicente de Paulo devotou-se à salvação espiritual dos remadores. Ele tornou-se, em 1619, encarregado geral da caridade para todas as galés e prisioneiros, porém não pôde efetivar nenhuma melhora na situação material dos condenados. O hospital para escravos das galés velhos e enfermos, que ele fundou em Marselha em 1643. (...) não altera o fato de que o trabalho forçado nas galés era equivalente a uma morte lenta e dolorosa.²⁰¹

A escravidão nas galés foi gradualmente substituída até sua abolição no século XVIII por diversos motivos como avanços técnicos nas formas de guerra e com a criação das embarcações a vapor que resultavam no desinteresse pelo recrutamento de remadores. Ademais, outro meio de punição que emerge no período mercantilista é a pena de deportação para as colônias, que se relacionava diretamente com a necessidade de força de trabalho nas galés, mas com o intenso processo de formulação dos meios de penas, chega a ser constituída no início do século XVIII como a “sentença regular para furto e assalto”. No entanto, com a oferta de trabalhadores nas colônias, a deportação deixou de ser lucrativa frente à escravidão negra e à oposição dos colonos em receber os renegados dos colonizadores. À medida que as declarações de independências das colônias foram acontecendo esses moldes da pena de deportação foi se extinguindo.²⁰²

Conforme Rusche as queixas características do fim da idade média “quanto aos delitos contra a propriedade e outros crimes graves cometidos por criaturas desesperadas (...) dão lugar a queixas sobre o ócio de mendigos” instituindo a primeira meta de um novo tratamento

²⁰¹ KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social...*, p. 83-9.

²⁰² KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social...*, p. 87-94.

dos pobres, no século XVI: a eliminação da mendicância através de punição imediata e sem limites. De certo, em virtude do desenvolvimento econômico que já percebia as possibilidades de exploração da força de trabalho, a repressão aos crimes de vadiagem tornaram-se mais humanas. Nesse viés, visando limpar a sociedade de vagabundos e mendigos surgem as casas de correção que em sua essência foi constituída pela “combinação de princípios das casas de assistência aos pobres (*poorhouse*), oficinas de trabalho (*workhouse*) e instituições penais”. As atenções foram mantidas para aproveitar a reserva de mão de obra, absorvendo os internos às atividades econômicas, mas, sobretudo, para recuperá-los transformando sua força de trabalho e tornando-a “socialmente útil”, assim, “através do trabalho forçado dentro da instituição, os prisioneiros adquiririam hábitos industriais”, treinamento profissional e ao obterem a liberdade se encaminhariam voluntariamente ao trabalho.

o segmento visado era constituído por mendigos aptos, vagabundos, desempregados, prostitutas, ladrões. Primeiramente, somente os que haviam cometido pequenos delitos eram admitidos; posteriormente, os flagelados, marginalizados e sentenciados com penas longas. Com a reputação da instituição tornou-se firmemente estabelecida, cidadãos começaram a internar nelas suas crianças rebeldes e dependentes dispendiosos.²⁰³

Estas instituições podiam ser administradas pelas autoridades ou por empregadores privados, desse modo, é inegável seu sucesso, pelo menos, do ponto de vista estritamente financeiro, a partir do século XVII, a possibilidade de lucros era um fator decisivo para a instituição das casas de correção que se tornaram interessantes no que tange a expansão do poder punitivo quando elas passaram a ser empregadas com a função de poupar as classes privilegiadas dos castigos corporais, da escravidão às galés, da deportação, além de servir para punir crimes menos graves, cometidos pelos inferiores. Desse modo, foi com a experiência das casas de correção e de trabalhos manufatureiras com o objetivo principal de recrutar os internos ao trabalho, ao treinamento visando à produção, além da necessidade de tratamento diferenciado para as diversas classes sociais e para as mulheres que surge, ainda no mercantilismo, o sistema de aprisionamento como forma regular de

²⁰³ KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social...*, p. 66-9.

punição restando à tarefa de sua promoção e elaboração à modernidade.
²⁰⁴

Definitivamente, de acordo com Zaffaroni nota-se a constante facilidade de introdução e da identificação do inimigo como uma característica constitutiva na realidade operativa do sistema punitivo através de sua normatização legitimadora que se transforma na mesma medida que a sociedade. Com a revolução industrial o controle punitivo foi atenuado, a pena de morte foi limitada somente para os crimes graves e para os dissidentes, reafirmando a dualidade do tratamento penal, foram mantidas as garantias aos iguais e a hostilidade aos estranhos. Com a ascensão das classes comerciais e industriais, em concorrência com o clero e a nobreza, determinou-se que essas novas classes deveriam debilitar o poder das velhas hegemonias através da redução do poder punitivo o que acabou por se tornar funcional à nova classe dominante. “Como não era tolerável continuar matando nas praças, foi preciso procurar outras formas de eliminação. A solução encontrada foi o encarceramento em prisões com altas taxas de mortalidade”. Um dos fatores fundamentais para essa transformação do poder punitivo foi a concentração urbana que aumentou e fez perceber os indesejáveis.²⁰⁵

Até então, a ideologia que acompanhava a construção do sistema de punição não encontrou apoio nas teorias penais como a partir de meados do século XVIII²⁰⁶, no marco histórico do iluminismo inaugura-se as bases fundacionais do direito penal liberal visando a limitação do poder de punir do Estado absoluto por intermédio de garantias legais. Com o excedente de trabalhadores, também resultante da introdução da máquina a vapor, a situação das casas de correção já não era favorável, em geral, elas perderam paulatinamente a característica de casas de trabalho, oficinas modelos e educativas.

Em relação à mendicância, da mesma forma, houve mudanças passando a não ser considerada crime se voluntária, ou seja, apenas na ausência de qualquer exército industrial de reserva. As fábricas substituem as casas de correção. Em fins do século XVIII as massas empobrecidas eram conduzidas ao crime contra a propriedade, até

²⁰⁴ KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social...*, p. 70-8 e 99-104.

²⁰⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 43-5.

²⁰⁶ Sobre a construção histórica do saber penal: do moderno saber penal ao impulso desestruturador do sistema penal e à mudança de paradigma em criminologia ver ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. - Porto Alegre: Livraria do advogado, 1997.

meados do século XIX se instaurava pela Europa “um quadro de crescimento da fome, da imortalidade e do alcoolismo”, diante do aumento da criminalidade muitos chegaram a desejar o retorno das penas corporais, o volume de condenações elevou as prisões à superlotação. As condições carcerárias produziram horror, doenças e mortes, como a força do trabalho dos prisioneiros não possuía mais valor, o trabalho foi instituído como meio de punição até fins do século XIX. Surgem também, nos Estados Unidos, as penas de confinamento solitário ou prisão celular de caráter puramente punitivo, com ou sem trabalho, que na concepção de Rusche retrata o “sintoma de uma mentalidade que, como resultado do excedente populacional, abandona a tentativa de encontrar uma política racional de reabilitação, ocultando este fato com uma ideologia moral”.²⁰⁷

O final do século XIX advindo de diversas transformações, de novos fatores científicos, econômicos, históricos e de ideologias políticas com fundamento social, o valor da força de trabalho era visto novamente como útil, com o aumento da população o período de escassez de emprego havia acabado e com isso, as taxas de crimes e condenações diminuíram. O encarceramento irracional, retributivo, puramente punitivo tornou-se indesejável. O criminoso passou a ser observado, identificado como inferior e suscetível a tratamento. Mesmo que ainda se aplicassem penas cruéis, a tendência foi à liberalidade com a redução da duração e da severidade das penas com a consolidação da ideologia da defesa social através da dogmática jurídico-penal e um claro movimento de demarcação da periculosidade, de identificação do inimigo.

Por conseguinte, para Zaffaroni “embora o século XIX tenha introduzido grandes novidades legislativas, não se pode negar que o círculo de iguais continuava sendo muito reduzido em todo o planeta”. Por toda a Europa e os Estados Unidos as maiorias eram concebidas como perigosas excluídas de cidadania. Na periferia colonizada e neocolonizada o poder punitivo se configurou em campos de concentração para nativos que eram considerados degenerados, selvagens, inimputáveis pelo direito penal, “desse modo, racionalizava-se sua exclusão e convertiam-se os mais rebeldes em inimigos”. A independência significou a ascensão das classes descendentes dos colonizadores, a justiça era exercida por proprietários de terras, pena de morte privadas, degola, tortura, assassinatos de dissidentes, repressão em massa, recrutamento forçado de mestiços e mulatos para os

²⁰⁷ KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social...*, p. 123-192.

exércitos, arbitrariedades, estado de exceção permanente, era dessa forma, que o poder punitivo era exercido na América Latina,

com altíssima seletividade e discriminação (...) os governos da oligarquias locais – grupos proconsulares vinculados a interesses de países centrais – sancionaram constituições e códigos penais, inicialmente liberais, depois perigosistas, copiando o primeiro dos Estados Unidos e os segundos da Europa continental. Tratava-se do momento da chamada república oligárquica, como o patriarcado peruano, o porfirismo mexicano, a oligarquia pastoral argentina, a do estanho na Bolívia ou república velha no Brasil.²⁰⁸

Em contrapartida os movimentos populistas e nacionalistas latino-americanos combateram as classes oligárquicas, essas resistências iniciadas por pequenos grupos armados de influência marxista serviram de pretexto para a intervenção dos Estados Unidos, principalmente nos países do cone sul, incitando golpes de Estado que instauraram ditaduras e regimes militares exterminando uma geração de lideranças. Para eliminar totalmente as políticas populistas foram identificados os inimigos, ou seja, todos aqueles adeptos a mudança social progresista. Assim, quanto aos dissidentes se estabeleceram duas formas de punição: uma pelo sistema penal paralelo “que os eliminava mediante detenções ilimitadas” pervertendo as constituições, invocando estados de emergência duradouros, “e um sistema penal subterrâneo”²⁰⁹, que procedia à eliminação direta por morte e ao desaparecimento forçado, sem nenhum processo legal” que chama a atenção, segundo Zaffaroni quanto à sua “calculadíssima planificação e execução, cuja analogia com a *solução final* é inegável”.²¹⁰

Sobre o velho autoritarismo europeu do século XX, o discurso penal resgatou fortemente seu caráter biologista que embora nutrido pelo perigosismo do século anterior deflagrasse em sua natureza inquisitorial. De fato, “os perigosos ou inimigos foram parasitas para os soviéticos, subumanos para os nazistas e inimigos do Estado para os fascistas”, no plano formal foram submetidos ao sistema penal paralelo constituído por tribunais especiais, no plano real “esses autoritarismos

²⁰⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 45-9.

²⁰⁹ Sobre o controle social subterrâneo ver CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. – Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.128-132.

²¹⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 45-51.

exerceram seu poder repressivo de forma genocida” em sistema penais subterrâneos. A principal característica desse sistema punitivo formal, ou melhor, de todo o cenário autoritário, era a frontalidade. Conforme o autor, as leis de proteção do Estado nazista eram dirigidas ao *Führer* para agradá-lo e ao público para servir de propaganda, “especialmente em uma época em que se adquiria clara consciência do formidável poder da propaganda”, assim essas leis dirigidas ao público não devem ser confundidas com leis democráticas, pois,

a rigor, a novidade é essa denominação *völkisch*, mas não o fenômeno em si, uma técnica presente há séculos na fabricação do inimigo. A técnica *völkisch* (ou popularesca) consiste em alimentar e reforçar os piores preconceitos para estimular publicamente a identificação do inimigo da vez.²¹¹

Neste contexto, toda identificação do inimigo se baseia num mito. Estabelecendo uma “relação inversa entre o grau de irracionalidade e brutalidade do poder repressivo e o nível de elaboração do discurso que procura legitimá-lo”, além da capacidade de se adequarem melhor às demandas publicitárias. Transcorrido os autoritarismos idealistas do século XX emerge um novo autoritarismo, segundo Zaffaroni, “num tempo em que a globalização promoveu a livre circulação de capitais e mercadorias, mas não a de seres humanos”.²¹²

A partir de 1920 com o crescimento econômico dos Estados Unidos ocorreu a convergência de imigrantes em seu território, que de fato foram selecionados a partir de aspectos racistas. Vencida a crise de 1929 desenvolveram-se as ideias de um Estado de bem-estar social e, posteriormente, com o fim da guerra fria o país se consolida como potência hegemônica. No proceder deste caminho americano, o sistema penal se movimentou em diversas direções e, após o atentado de 11 de setembro de 2001, paradoxalmente aos princípios democráticos, apresenta-se como um direito penal inquisitório, indicando a identidade do poder punitivo como poder bélico contra o inimigo.²¹³

Na Europa, após 1989, tornou-se extremamente mais recorrente a circulação de imigrantes, em seu território, facilitando o aparecimento de preconceitos e, em consequência, a formulação de seu poder de punir

²¹¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 53-8.

²¹² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 59 e 69.

²¹³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 59-64.

contra essas categorias de estrangeiros, identificada como inimigos. Já na América Latina, o que mais estarrece sobre o poder punitivo, diz respeito à função das medidas de contenção (medida cautelar) do sistema penal, isso é, a recorrente neutralização de indivíduos sem condenação justificada tão-só pela presunção de periculosidade, pela necessidade de prevenção e segurança que escorre acidamente da publicidade. Nesse tipo de tratamento punitivo evidencia-se um novo autoritarismo, que como escreve Zaffaroni:

se propaga a partir de um aparato publicitário que se move por si mesmo, que ganhou autonomia e se tornou autista, impondo uma propaganda puramente emocional que proíbe denunciar e que, ademais – e fundamentalmente –, só pode ser caracterizado pela expressão que esses mesmos meios difundem e que indica, entre os mais jovens, o superficial, o que está na moda e se usa displicentemente: é *cool*. É *cool* porque não é assumido como uma convicção profunda, mas sim como uma moda, à qual é preciso aderir para não ser estigmatizado como antiquado ou fora de lugar e para não perder espaço publicitário. (...) O signo da legislação autoritária *cool* de nossos dias é a opacidade, a tristeza, a depressão, a mediocridade, a falta de criatividade, a superficialidade, o desrespeito para com o cidadão: é simplesmente a decadência. Não existe nela a frontalidade da perversão brilhante do autoritarismo ideológico, mas sim a opacidade frontal da ausência de ideias; é absolutamente *cool*.²¹⁴

Na América Latina, e especificamente no Brasil, o sistema penal é representado por um poder de punir seletivo extremamente violento, de um Estado social que nem existiu para um Estado penal que se caracteriza em uma função de eficácia invertida²¹⁵ controlando os excluídos, perseguindo os que oferecem riscos no qual a prisão se constitui tanto como campo de concentração neutralizador quanto como campo de extermínio produtor de genocídio.²¹⁶ Nesse Estado “enfraquecido”, a política se constitui em espetáculo. Com o

²¹⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 67-71 e 80.

²¹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão da segurança jurídica...*, p. 289 e 301-6.

²¹⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 73.

autoritarismo publicitário *cool* a comunicação convertida em publicidade impõe um discurso que nem mesmo o Estado controla, sendo o seu único inimigo quem desqualifica a repressão, que é seu produto, com isto, “não reconhece outro inimigo senão aquele que nega as qualidades do produto que promove”.²¹⁷

²¹⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 77-8.

2.4 O PARADOXO DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

Quando um esquema normativo, por mais justificado que esteja, não dirige a conduta das pessoas, carece de realidade social, afirma Günther Jakobs na obra *Direito penal do inimigo: noções e críticas – 2005* publicada em conjunto com Manuel Cancio Meliá, dando sequência a uma perspectiva na qual se aproximou pela primeira vez em 1985, de forma ampla, e que a partir de 1999 ²¹⁸, iniciou uma segunda fase orientada aos delitos graves contra bens jurídicos individuais que se manifesta claramente após o atentado de 11 de setembro de 2001, buscando algumas alterações político-criminais nas quais já não vigoram os princípios de garantias constitucionais de um Estado democrático de direito aos infratores considerados inimigos.

Indagando a pena como contradição ou segurança, Jakobs destaca que “não se pode esperar nada daqueles que buscam razão em todas as partes, garantindo-se a si mesmo que a tem diretamente e proclamando-a sempre em tom altivo, ao invés de dar-se o trabalho de configurar sua subjetividade, examinando aquilo que é e pode ser”. Trata-se de mostrar duas tendências em um só contexto jurídico-penal, pois, em sua perspectiva como primeira consideração “é perfeitamente possível que essas tendências se sobreponham, isto é, que se ocultem aquelas que tratam o autor como pessoa e aquelas outras que o tratam como fonte de perigo ou como meio para a intimidação dos demais”. A segunda consideração, do autor, diz respeito à denominação direito penal do inimigo que não pretende ser sempre pejorativa, sendo que, a instituição desse direito penal, implica num comportamento desenvolvido por regras e não de uma conduta espontânea e impulsiva.²¹⁹

Ademais, “tanto o fato como a coação penal são meios de interação simbólica”. A pena é coação; portadora da resposta do fato e portadora de significado como uma desautorização da norma, e também, como algo que “significa que a afirmação do autor é irrelevante e que a norma segue vigente (...) mantendo-se, portanto, a configuração da sociedade”. Assim, Jakobs, parte da perspectiva do funcionalismo

²¹⁸ Quando em “um congresso realizado em Berlim, Günther Jakobs, anunciou ao mundo, *urbi et orbi*, a ‘má notícia’ de que nas sociedades democráticas haveria de se admitir, ao lado de um direito penal do cidadão, um ‘direito penal do inimigo’ (*Feindstrafrecht*)” limitador de garantias. CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo*. – São Paulo: Revista dos tribunais, nº 83, 2010, p. 94.

²¹⁹ JAKOBS, Günther e MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. – Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005, p. 21-4.

jurídico-penal que se estabelece nesse sentido, “o direito penal está orientado a garantir a identidade normativa”, constituindo a sociedade. Nessa medida, o sistema jurídico não pode ser desenvolvido a partir de uma perspectiva puramente interna, deve-se levar em conta a função da normatividade jurídica,

seja como for, a solução de um problema social por meio do Direito Penal tem lugar em todo caso por meio do sistema jurídico enquanto sistema social parcial, e isso significa que tem lugar dentro da sociedade. Portanto, é impossível separar o Direito Penal da sociedade; o Direito Penal constitui um cartão de visitas da sociedade altamente expressivo, igualmente, sobre a base de outras partes da sociedade cabe derivar conclusões bastante confiáveis sobre o Direito Penal. Por exemplo, que a pena máxima se imponha por bruxaria, por contar piadas sobre o *Führer* ou por homicídio caracteriza, ambos, o Direito Penal e a sociedade.²²⁰

Por conseguinte, a sociedade mantém as normas e se nega a conceber-se de outro modo. Sobretudo, o direito penal e, especificamente, a aplicação da “pena não é tão-somente um meio de manter a identidade social, mas constitui essa própria manutenção”. No que se refere à concepção de sociedade sob o ponto de vista da consciência individual, como um conjunto de sujeitos que firmam contrato ou se expandem de modo similar, Jakobs escreve que “a exposição mais esclarecedora da diferenciação de sistemas sociais e sistemas psíquicos”, na atualidade, encontra-se na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann²²¹, apesar de destacar que essa teoria não intervém, em absoluto, em sua teoria jurídico-penal e nem sequer em suas questões fundamentais.²²²

Nesse sentido, a coação constitui simplesmente uma medida que se pretende efetiva “que não se dirige a pessoa em direito, mas contra o indivíduo perigoso”. Diante das projeções futuras de uma

²²⁰ JAKOBS, Günther. *Sociedade, norma e pessoa: teoria de um direito penal funcional*. – Barueri/SP: Manole, 2003, p. 01 e 07.

²²¹ Sobre o autor ver LUHMANN, Niklas. *Legitimidade como procedimento*. – Brasília: Editora universidade de Brasília, 1980. *Sociologia do Direito I e II*. – Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1983. *Social Systems*. – California: Stanford University Press, 1995. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

²²² JAKOBS, Günther. *Sociedade, norma e pessoa...*, p. 03.

tendência de cometimento de crimes graves de efeitos consideráveis contra a generalidade, a pessoa capaz que se contradiz através da pena dá lugar ao “indivíduo perigoso, contra o qual se procede (...) através de uma medida de segurança, e não mediante uma pena”, é “a luta contra o perigo em lugar de comunicação, o direito penal do inimigo (...), ao invés, do direito penal do cidadão”.²²³

Trazendo à luz alguns esboços filosóficos, o autor assevera que “a relação com um inimigo não se determina pelo direito, mas pela coação”, qualquer tipo de pena se dirige contra um inimigo, “o *status* de cidadão, não necessariamente, é algo que não se pode perder”, todavia, o ordenamento jurídico deve manter em seu interior, o criminoso, pois, “por um lado, o delinquente tem direito a voltar a ajustar-se com a sociedade, e para isso deve manter seu *status* de pessoa (...). Por outro, o delinquente tem o dever de proceder à reparação”, justificando a existência de personalidade, salvo, porém, em situações extremas como uma rebelião ou delito de alta traição e condutas que representem a “rescisão da submissão”, nas quais não são tratados como súditos, mas como inimigos, assim,

para Rousseau e Fichte, todo delinquente é, de *per si*, um inimigo; para Hobbes, ao menos o réu de alta traição, assim o é. Kant que fez uso do modelo contratual como ideia reguladora na fundamentação e na limitação do poder do Estado, situa o problema na passagem do estado de natureza ao estado estatal. Na construção de Kant, toda pessoa está autorizada a obrigar a qualquer outra pessoa a entrar em uma constituição cidadã. (...) o que diz Kant àqueles que não se deixam obrigar? (...) “aquele ser humano ou povo que se encontra em um mero estado de natureza, priva... [da] segurança [necessária], e lesiona, já por esse estado, aquele que está ao meu lado, embora não de maneira ativa, mas sim pela ausência de legalidade de seu estado, que ameaça constantemente; por isso, posso obrigar que, ou entre comigo em um “estado comunitário-legal” ou abandone minha vizinhança”. Consequentemente, quem não participa na vida em um “estado comunitário-legal”, deve retirar-se, o que significa que é

²²³ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 22-3.

expelido (ou impelido à custódia de segurança); em todo o caso, não há que ser tratado como pessoa, mas pode ser tratado, como anota expressamente Kant, “como um inimigo”.²²⁴

Ocorre a despersonalização do acusado de alta traição, pois esse nega, por princípio, a constituição existente. Segundo Jakobs, Hobbes e Kant realizam uma distinção reconhecendo um direito penal do cidadão – utilizado contra aqueles que não delinquem de modo persistente por princípio, de certa forma, trata-se do direito que se refere ao criminoso – e um direito penal do inimigo aplicado contra quem se desvia por princípio e perde a condição de pessoa, em outras palavras,

o Direito penal do cidadão é o Direito de todos. O Direito penal do inimigo é daqueles que o constituem contra o inimigo: frente ao inimigo, é só coação física, até chegar à guerra. (...) a medida executada contra o inimigo não significa nada, mas só coage. O Direito penal do cidadão mantém a vigência da norma, o Direito penal do inimigo (em sentido amplo: incluindo o Direito das medidas de segurança) combate perigos.²²⁵

Abordando sobre a vigência da norma, ao menos em certas normas, nas quais se pode esperar fidelidade, necessita-se de alguma confirmação cognitiva para poder converter-se em real, além do que, também se requer para que alguém seja considerado pessoa que se manifeste uma garantia cognitiva suficiente de um comportamento pessoal, sem isso, a vigência da norma se transforma numa promessa vazia, “quando já não oferece uma configuração social realmente susceptível de ser vivida”. Na perspectiva fenomenológica de Jakobs,

o legislador está passando a uma legislação (...) de luta, no âmbito da criminalidade econômica, do terrorismo, da criminalidade organizada, nos delitos sexuais e outras infrações penais perigosas, assim como, em geral, no que tange aos crimes. Pretende-se combater, em cada um destes casos, a indivíduos que em seu comportamento, (...) em sua vida econômica ou

²²⁴ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 25-9.

²²⁵ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 29-30.

mediante sua incorporação a uma organização terrorista, se tem afastado, provavelmente, de maneira duradoura, ao menos de modo decidido, do Direito, isto é, que não proporciona a garantia cognitiva mínima necessária a um tratamento como pessoa. A reação do ordenamento jurídico, frente a esta criminalidade (...) não se trata, em primeira linha, da compensação do dano à vigência da norma, mas da eliminação de um perigo: a punibilidade avança um grande trecho para o âmbito da preparação, e a pena se dirige à segurança frente a fatos futuros, não à sanção de fatos cometidos.²²⁶

O que deve ser instituído no Estado contemporâneo, na reflexão do autor, sob pena de sucumbir, é que um indivíduo que não admite a imposição de viver em um estado de cidadania não pode se beneficiar da condição de pessoa. Para não recair continuamente em um Estado de natureza, “quem ganha a guerra determina o que é norma, e quem perde há de submeter-se a esta determinação”. Jakobs questiona se a fixação estrita e exclusiva à categoria de delito no tratamento de todos os delinquentes “não impõe ao Estado uma atadura”. E conclui o capítulo reafirmando que o direito penal conhece duas posições em suas regulações: uma sendo realizada no “tratamento com o cidadão, esperando-se até que se exteriorize sua conduta para reagir, com o fim de confirmar a estrutura normativa da sociedade”, e a outra, no “tratamento com o inimigo, que é interceptado já no estado prévio, a quem se combate por sua periculosidade”. Isto é, numa medida de segurança antecipada que se chama pena. Com efeito, o Estado não deve tratar o inimigo como pessoa, pois, caso contrário, deixará vulnerável a segurança de todos os demais cidadãos.²²⁷

Desta forma, a proposta entende que “o delito contra a segurança pública se converteu em uma verdadeira punição de atos preparatórios”, a regulação trata-se da conduta apenas planejada e não realizada, ou seja, não importa tanto o dano à vigência da norma que se realizou, mas, o fato futuro, o realizável, estabelecendo-se, então, uma mudança radical na função da pena. O perigo do dano atual à vigência da norma é cedido pelo perigo de danos futuros: uma regulação própria do direito penal do inimigo. O Estado possui o monopólio da violência

²²⁶ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 33-6 e 45.

²²⁷ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 36-8 e 42.

sendo o autor de um delito a ele submetido antes menos de seu ato configurando um estado de certeza, de segurança de que o Estado presta proteção suficiente para as expectativas normativas da vítima. Na dimensão do direito penal do inimigo o único a ser tratado como tal é, de maneira geral, o terrorista; já no direito penal do cidadão qualquer um pode vir a ser identificado como inimigo. Portanto, para Jakobs um direito penal do inimigo, “claramente delimitado, é menos perigoso, desde a perspectiva do Estado de direito, que entrelaçar todo o direito penal com fragmentos de regulações próprias do direito penal do inimigo”.²²⁸

Nos últimos anos, assiste-se uma mudança estrutural de orientação no discurso político-criminal, “os ordenamentos penais do ‘mundo ocidental’ têm começado a experimentar um desvio que os conduz, de uma posição relativamente estática, dentro do *núcleo duro* do ordenamento jurídico”. Manuel Meliá busca, nesse texto que dá sequência a obra, analisar o direito penal do inimigo verificando seu significado na teoria do direito penal. E inicialmente já informa que “como direito positivo, o direito penal do inimigo só integra nominalmente o sistema jurídico-penal real: direito penal do cidadão”, trata-se de um pleonismo; sendo o direito penal do inimigo, uma contradição em termos.²²⁹

Assim, as características principais do estado da arte da política criminal, para o autor, podem resumir-se no movimento de expansão do direito penal que se configura em outros dois conceitos: o direito penal simbólico e o “ressurgir do punitivismo”. No entanto, esses conceitos “só identificam aspectos fenotípico-setoriais da evolução global e não aparecem de modo clinicamente ‘limpo’ na realidade legislativa”. Essas linhas de evolução - simbólica e punitivista - constituem a linhagem do direito penal do inimigo.²³⁰

Em relação ao conceito direito penal simbólico importa em primeiro lugar àqueles fenômenos de neocriminalização que cumprem efeitos meramente simbólicos num entrelaçamento necessário ao direito penal. Sob uma concepção crítica entende-se o simbolismo do direito penal²³¹ fazendo referência “a que determinados agentes políticos tão-só

²²⁸ JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo...*, p. 44-7 e 50.

²²⁹ MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 53-4.

²³⁰ MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 55-7.

²³¹ Sobre o poder simbólico do direito penal ver também BARATTA, Alessandro. *Funções instrumentais e simbólicas do direito penal: lineamentos de uma teoria do bem jurídico*. - São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 05, 1994.

perseguem o objetivo de dar a impressão tranquilizadora de um legislador atento e decidido, isto é, que predomina uma função latente sobre a manifesta”, que se reduz ao mero ato de promulgação de normas destinadas a não ser aplicadas. Para além desse cenário fantasmagórico também se produzem os “processos de criminalização à moda antiga”, o que Meliá denomina como o “ressurgir do punitivismo” que se verifica em “processos que conduzem a normas penais novas para serem aplicadas, ou [para] o endurecimento das penas [de] normas já existentes”. Em âmbito político percebe-se, “um verdadeiro clima punitivista”. Isso se refere a um ambiente político-criminal que, desde logo, não carece de antecedentes e que supera o tradicional discurso populista da legislação penal,

evidentemente, o quadro estaria incompleto se não fizéssemos referência a uma mudança de atitude também da direita política: no contexto da evolução das posições destas forças. (...) a direita política (...) tem descoberto que a aprovação de normas penais é uma via para adquirir matizes políticas “progressistas”. A esquerda política tem apreendido o quanto rentável pode resultar o discurso da *law and order*, antes [talvez] monopolizado pela direita. (...) uma situação que gera uma escala que ninguém está disposto a discutir, verdadeiramente, questões de política criminal no âmbito parlamentar e na qual a demanda indiscriminada de maiores e mais efetivas penas já não é um tabu político para ninguém. (...) a evolução mais recente se dirige a uma ulterior avalanche de endurecimento.²³²

Com efeito, o direito penal simbólico e o punitivismo mantêm uma relação fraternal e, dessa união, emerge o direito penal do inimigo. A realidade do direito positivo “é reagir com firmeza dentro de setores regulados, no marco da luta contra a criminalidade, isto é, com um incremento das penas previstas”. Na tentativa de determinar o conteúdo e a relevância sistêmica do direito penal do inimigo, Meliá menciona as velocidades do direito penal desenvolvida por Silva Sánchez assim,

uma primeira velocidade, representada pelo Direito Penal “da prisão”, na qual se haveriam de manter rigidamente os princípios político-

²³² MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 59-63.

criminais clássicos, as regras de imputação e os princípios processuais; e uma segunda velocidade, para os casos em que, por não tratar-se já de prisão, senão de penas de privação de direitos ou pecuniárias, aqueles princípios e regras poderiam experimentar uma flexibilização proporcional à menos intensidade da sanção. A pergunta que há de elaborar, enfim, é se é possível admitir uma “terceira velocidade” do Direito Penal, na qual o Direito Penal da pena de prisão concorra com uma ampla relativização de garantias político-criminais, regras de imputação e critérios processuais.²³³

Neste contexto, Meliá argumenta que o direito penal do inimigo pode ser considerado como a terceira velocidade do direito penal, “no qual coexistiria a imposição de penas privativas de liberdade e, apesar de sua presença, a “flexibilização” dos princípios e político-criminais e regras de imputação”. Questionando se esse direito penal pode ser legítimo indica que se retrata numa definição incompleta que “só se ajusta de maneira parcial, com a realidade” sendo que a essência desse conceito está numa intensa reação de combate do ordenamento jurídico, contra indivíduos perigosos, “que nada significam, já que de modo paralelo as medidas de segurança, supõe tão-só um processamento desapaixonado, instrumental, de determinadas fontes de perigo, especialmente significativas”. A partir dessa estrutura punitiva o Estado, para o autor, “não fala com seus cidadãos, mas ameaça seus inimigos”²³⁴. Trata-se de um instrumento de abordagem de fatos de emergência, de um controle preventivo, sobretudo, um Direito de medidas de segurança aplicáveis a imputáveis perigosos, que se apresentam formalmente como penas, em outras palavras, não haveria um direito penal, do inimigo, conforme Silva Sánchez resta a dúvida

se o direito penal do inimigo persiste sendo “Direito” ou se já é, ao contrário, um “não-Direito”, uma pura reação defensiva de fato perante sujeitos “excluídos”. Tratando-se de reações ajustadas ao estritamente necessário para fazer frente a fenômenos excepcionalmente

²³³ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 193-7.

²³⁴ MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 62-8.

graves, que possam justificar-se em termos de proporcionalidade e que não ofereçam perigo de contaminação do Direito Penal “da normalidade”. (...) os Estados vem gradativamente comodamente a lógica (...) da *perenne emergência*. À vista de tal tendência, não creio que seja temerário prognosticar que o círculo do Direito Penal dos “inimigos” tenderá, ilegitimamente, a estabilizar-se e a crescer.²³⁵

Nesta linha, Meliá questiona se o direito penal do inimigo deve ser concebido como inevitável segmento instrumental de um Direito penal moderno? E responde negativamente, sob três argumentos: em primeiro lugar, não deve haver direito penal do inimigo porque é politicamente errôneo ou inconstitucional; em segundo lugar, por não contribuir na prevenção policial-fática de delitos, e em terceiro lugar, por esboçar apenas uma análise prévia, interna ao sistema jurídico-penal. Dessa forma, “não existem concepções teóricas (estritamente jurídico-penais) que tornem invulnerável um ordenamento penal, frente a evoluções ilegítimas”.²³⁶

Para o autor o direito penal do inimigo deve ser interpretado como uma reação internamente disfuncional que, por determinar os grupos de infratores e sobre eles reagir, trocando o paradigma de princípios e regras de responsabilidade penal, corresponde a um direito penal do autor, incompatível com o direito penal do fato. Sob uma reação estruturalmente diversa reconhece a capacidade de questionar a norma do infrator através da demonização de grupos e autores, ou seja, na criação de critérios de identidades excludentes e nas formulações técnicas que já não se manifestam na definição de um fato, mas na definição do inimigo.²³⁷

Ademais, tratando das origens ideológicas do direito penal do inimigo Francisco Muñoz Conde visa evidenciar suas semelhanças com os modelos de intervenção estatal de regimes autoritários, como o nacional-socialismo alemão, com o objetivo de advertir acerca da incompatibilidade da coexistência de um direito penal do cidadão e um direito penal do inimigo. Segundo o autor, as características que definem o direito penal do inimigo são: a) aumento da gravidade das penas, para

²³⁵ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal...*, p. 197.

²³⁶ MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 69-75.

²³⁷ MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo...*, p. 76-81.

além da noção de proporcionalidade; b) abolição e redução das garantias processuais penais e c) criminalização antecipada de condutas que não implicam verdadeiro perigo para bens jurídicos concretos. Assim, abrisse espaço para um direito penal ilimitado, isto é, para o exercício ilimitado do poder punitivo estatal que determina o “Estado autoritário ou totalitário [na] negação do Estado de direito” e que, por isso, necessita do amparo de legislações de emergência que legitimam um Estado de exceção cotidiano sob o véu de um Estado de direito.²³⁸

Sobre os antecedentes do direito penal do inimigo, Conde Muñoz afirma que seria injusto considerá-lo uma “invenção jurídica criada por Jakobs”, outros autores alemães desenvolveram “teses análogas ou com o mesmo significado político-jurídico”, que não passaram da radicalização de diversas correntes ideológicas bastante elaboradas em outros países, como por exemplo, “nas ideias evolucionistas do darwinismo social, nas teorias lombrosianas do ‘delinquente nato’, nas leis de imigração, nas esterilizações obrigatórias de doentes mentais e de portadores de enfermidades hereditárias”. Todavia, é na ciência penal alemã onde se pode passar uma linha vermelha desde o fim do século XIX que conduz posições teóricas semelhantes à de Jakobs, nesse sentido,

podem-se mencionar os nomes de Franz Von Liszt, Karl Binding e Edmund Mezger, que, embora com diferentes nuances em épocas e regimes políticos diversos, defenderam ideias que podem ser consideradas como antecedentes imediatos do direito penal do inimigo. Além disso, esses autores, da mesma forma que Jakobs, também eram cultivadores da dogmática jurídico-penal, isto é, de uma concepção do direito penal fundamentalmente teórico-sistemática, em cujo respectivo âmbito, a partir do direito penal positivo, se elabora uma teoria geral da imputação na qual, de modo sequencial, passo a passo, vão-

²³⁸ Disto temos exemplos “na história recente da Alemanha com o nacional-socialismo, na Itália com o fascismo, na Espanha com a ditadura de Franco, na antiga União Soviética e em outros países do leste da Europa durante o regime das ditaduras comunistas, como também atualmente em outros muitos países, e especialmente nas atrocidades cometidas nos campos de detenção criados pelo governo dos Estados Unidos da América após o atentado terrorista de 11.09.2001, após a invasão do Afeganistão e Iraque, em Abu Chraig e Guantánamo”, além dos inúmeros confins carcerários que se mantêm como verdadeiros centros de neutralização antecipada de alguns seres humanos ou como campos de concentração instalados por toda a América Latina. CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo...*, p. 98-101.

se distribuindo sistematicamente os elementos ou categorias que fundamentam a responsabilidade penal: a tipicidade e a antijuridicidade do fato e a culpabilidade de seu autor. (...) Sua perduração durante ais de um século, apesar de suas distintas versões existentes (causalista, finalista, funcionalista), e sua recepção em outros países demonstram a solidez de suas bases metodológicas e sua utilidade para uma correta interpretação do direito penal positivo de qualquer país.²³⁹

O ápice desse tipo de legislação discriminatória se dá em plena segunda guerra mundial com a elaboração de um projeto de lei para o tratamento dos ‘estranhos à comunidade’, na qual “incluíam-se pessoas tão diferentes como vagabundos, mendigos, delinquentes com inclinação a cometer delitos patrimoniais de escassa gravidade”, delitos graves e sexuais, que para esses últimos se propunham, respectivamente, as penas de morte e de castração, “quando se possa esperar uma herança indesejável para a comunidade do povo”. Assim, ainda antes de Jakobs, intervindo de forma destacada nesse projeto, Edmund Mezger traçou um de seus informes, na direção de que no futuro haverá dois ou mais ‘direitos penais’: uma para a generalidade, na vigência das garantias jurídicas e, outro, para grupos especiais de determinadas pessoas, na suspensão das garantias jurídicas. Conde Muñoz considera que teorias do extermínio ou liquidação de Mezger sofreram influências ou, ao menos, seguem a mesma linha da teoria schmittiana na “qual o direito deveria diferenciar o amigo e o inimigo, conferindo a cada qual um tratamento jurídico específico”, ocorre que, como sabemos, a construção de um direito penal especial contra os inimigos foi sua eliminação física.²⁴⁰

Ademais, independentemente de quais sejam as relações dessas construções ideológicas e jurídicas antecedentes de trágicas consequências que fundamentaram o extermínio de milhões de pessoas com a tese de Jakobs que, certamente, cita

como antecedentes (filosóficos) de sua teoria opiniões mais ou menos, retiradas de seu contexto,

²³⁹ CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo...*, p. 101-2.

²⁴⁰ CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo...*, p. 110-3. Ver também: CONDE, Muñoz. Francisco. *Edmund Mezger e o direito penal de seu tempo: estudos sobre o direito penal no nacional-socialismo*. – Rio de Janeiro: 2005.

de ilustres filósofos como Kant, Fichte e Hobbes. Igualmente, ao longo da História da Filosofia poderiam ser encontradas muitas outras de outros autores não menos importantes que também se pronunciaram em favor da pena de morte, da guerra, da inferioridade da mulher frente ao homem, da escravidão, da consideração como animais dos índios ou dos negros etc. Mais próxima da tese de Jakobs poder-se-ia considerar a ideia maquiavélica de que o fim (nesse caso, a segurança cognitiva) justifica os meios. (nesse caso, o emprego do direito penal do inimigo). Referidas opiniões (...) não podem ser retiradas de um determinado contexto, e mesmo no contexto no qual se deram podem também ser discutíveis; em todo o caso, porém, são opiniões anteriores à construção do Estado de Direito e ao reconhecimento universal dos direitos humanos e emitidas em contextos culturais, sociais e econômicos completamente diferentes dos atuais.²⁴¹

Por conseguinte, a novidade da teoria de Jakobs encontra-se por admitir e inclusive legitimar a necessidade de um direito penal do inimigo nas sociedades constituídas conforme o modelo de um Estado de direito, em casos de ameaça a identidade e segurança, a sociedade tem o direito de manter-se contra sujeitos que em seu comportamento não demonstram o mínimo de segurança cognitiva que por abandonarem o direito devem ser dele excluído. Entretanto, nessa definição do inimigo, Jakobs menciona com vagueza “como os comportamentos que expressam essa inimizade” os ‘crimes organizados’, os delitos sexuais, o terrorismo, o narcotráfico, além da importância cedida em relação à habitualidade e reincidência, e isso implica “na possibilidade de se incluir nele tudo o que num determinado momento questione os padrões de segurança fixados pelos que detém o poder”. Por fim, Conde Muñoz escreve que se existe algum mérito na concepção de direito penal de Jakobs, só pode ser

o de nos fazer recordar que o direito penal do inimigo, tal como ele é o descreve e assume, não é privativo de uma determinada ideologia ou sistema político, mas sim uma amarga realidade.

²⁴¹ CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo...*, p. 114.

Em minha opinião, essa tendência cada vez mais evidente voltada a um direito penal *sui generis*, fora dos parâmetros do Estado de Direito, é um perigo que brota de forma ameaçadora sobre todos os cidadãos em um mundo no qual os limites entre direito penal do Estado de Direito e do direito penal do inimigo são cada vez mais difusos, e no qual a mais refinada dogmática jurídica pode caminhar paralela e inclusive servir de legitimação à barbárie revestida com a roupagem e o venerável nome do direito.²⁴²

Partindo de alguns dos mesmos fundamentos, Zaffaroni aduz que nas últimas décadas nos sistemas de regimes democráticos surgiram várias interpretações teóricas da situação política e jurídico-penal como o direito penal paralelo, subterrâneo, simbólico, as velocidades do direito penal, entre outros, que demarcam a introdução do inimigo no direito penal por intermédio da figura do autor, no qual os inimigos são identificáveis e diferenciados, e essa diferenciação somente a eles afeta, no entanto, se tais inimigos se encontram misturados no interior da sociedade, trata-se de um “Estado de direito que poderá limitar as garantias e as liberdades de todos os cidadãos com o objetivo de identificar e conter os inimigos”. Configura-se, assim, a “pretensamente inovadora e pós-moderna antecipação da tipificação”.

Portanto, admitir um tratamento penal diferenciado para inimigos não identificáveis nem fisicamente reconhecíveis significa exercer um controle social mais autoritário sobre toda a população, como único modo de identificá-los, e ademais, impor a toda a população uma série de limitações à sua liberdade e também o risco de uma identificação errônea e, consequentemente, condenações e penas a inocentes. Imaginar que é possível incrementar o poder punitivo só com relação a inimigos são identificáveis *ab initio* é uma ingenuidade, para não dizer uma grave falta de senso.²⁴³

Deste modo, o tratamento diferenciado de pessoas pode ser percebido claramente como um mecanismo de controle social do Estado autoritário que invoca o eficientismo penal que pode ser entendido

²⁴² CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo...*, p. 116.

²⁴³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 115-8.

“longe de suas máscaras – como uma tácita reclamação de legalização da tortura”, logo, tal proceder somente se sustenta na suspensão contínua do Estado de direito, denotando um Estado de exceção ilegal e cotidiano. Ontologicamente o inimigo nunca será compatível com o Estado de direito nem com os elementos do liberalismo político; o inimigo ao ser inserido no ordenamento jurídico de um contexto fora da guerra não se estabelece de maneira sustentável por trazer uma figura típica de guerra para um Estado que se encontra em “paz” é o paradoxo do inimigo sem guerra ou da guerra sem inimigo. Diante disso, não admitindo uma guerra irregular e permanente caracterizam-se “as medidas de exceção ou de emergência, em uma exceção abarcada pelo direito”. Entretanto, não se deve confundir uma guerra particular irregular e permanente com o Estado de exceção previsto nas constituições, pois, aquela é isenta do cumprimento das normas de uma guerra em sentido estrito e “ampara-se, sob o equívoco nome de direito penal, uma guerra que não conhece limites jurídicos” instaura-se uma desconcertante aporia político-jurídica.²⁴⁴

Sobre a contiguidade existente entre Estado de exceção e soberania, já abordada, Zaffaroni argumenta que a única introdução coerente do termo inimigo no direito seria a de Schmitt, pois, dessa forma, se admitimos a figura do inimigo indicando os seus limites, ao serem delimitados pelo poder definidor emergirá o direito de resistência do cidadão determinado ilegalmente como inimigo, o que, de certo, negaria o próprio poder de definição do Estado e a própria essência do político. Nessa perspectiva política não se pode resistir à sinalização de inimigo. Sobretudo, a proposta que pretende inserir o inimigo no Estado de direito prefere não chegar muito próximo da teoria schmittiana e não enxerga uma série de arbitrariedades e degradações impostas aos inimigos ao longo de toda a história do poder punitivo, além de desconsiderar que a definição do não-pessoa o reduz a *vida nua*. E entender ainda que o inimigo deva possuir alguns direitos que serão efetivados de acordo com a estrita medida de necessidade de neutralizar o perigo e gerar segurança.

A teoria do direito penal do inimigo ao desenvolver que, em casos excepcionais, o Estado de direito possui a função de proteger a nação ou a sociedade estando legitimado para isso em razão da necessidade que é definida pelo soberano se manifesta injustificável quando se sabe que o soberano recorrendo à necessidade define o inimigo conforme considerar oportuno e na medida do espaço de poder

²⁴⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 119 e 145-9.

que dispõe. A tática de contenção belicista do inimigo, de certa maneira, pode ser válida quando percebe um Estado de direito violado e admite uma fração de ilegalidade para evitar sua generalização. Contudo, na interpretação de Zaffaroni essa teoria tem uma visão estática do poder, pois se entregamos apenas um grupo de pessoas ao poder do Estado de polícia a tendência não será sua redução até cessar, pelo contrário, ante a realidade dinâmica do poder esse Estado de polícia se estenderá até o Estado absoluto.²⁴⁵

Caracteriza-se, então, um Estado total por não estabelecer os limites à atuação de sua própria força agindo violentamente nas entrelinhas de forma contínua se constituindo num Estado de exceção cotidiano, numa guerra irregular que fulmina o Estado de direito. Para o autor o Estado de direito se apresenta na contenção de um Estado de polícia, o qual foi conquistado penosamente no decorrer de uma história de luta contra o poder absoluto do soberano. Todavia, esse revestimento de direitos como contenção à violência não conseguiram chegar perto de eliminar o Estado de polícia, mas apenas o encapsularam. Transparece a dialética do Estado de direito e do poder punitivo. “O Estado de polícia que o Estado de direito carrega em seu interior nunca cessa de pulsar, procurando furar e romper os muros que o Estado de direito lhe coloca”, quanto maior a contenção mais perto se estará do modelo ideal. Já o alcance desse modelo ideal nunca ocorrerá, pois para tal seria necessária a destruição do próprio poder punitivo, dito de outro modo, da própria abolição do Estado de polícia.²⁴⁶

Segundo, Zaffaroni a coerência e o mérito de Schmitt estão em seu “esforço para negar a dialética entre Estado de polícia e o Estado de direito, pretendendo reduzir esse último a uma incômoda e oca ilusão perturbadora e conferindo realidade somente ao primeiro”. Nesse viés, entretanto, destaca que

existe uma diferença fundamental entre os discursos críticos e os inquisitoriais, que consiste no fato de que estes últimos mudam por completo seu conteúdo, dado que, de uma urgência a outra, só conservam a estrutura, não podendo fazer outra coisa devido à enorme disparidade de inimigos em que suas emergências legitimadoras se fundamentam. Já o discurso liberal não altera seu conteúdo, mas antes o conserva e enriquece,

²⁴⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p.163-7.

²⁴⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 170.

porque, definitivamente, tem um único competidor, que é o poder punitivo absoluto e arbitrário, ou seja, o Estado de polícia.²⁴⁷

O direito penal é inerente ao Estado de direito, referir-se a um direito penal garantista dentro do Estado de direito não passa de uma reflexão tautológica, uma não-questão devido às garantias se configurarem como o Direito desse Estado, ou seja, as garantias materiais e processuais lhes são próprias. O que não implica em não afirmá-las “devemos fazer o máximo esforço para responder os desafios do Estado de polícia ou Estado autoritário, com o Estado de direito constitucional”.²⁴⁸

Neste viés, Zaffaroni opta pela união do saber criminal na busca de conter a barbárie milenar do poder punitivo e indica a necessidade de um novo objeto de análise numa sociedade onde a comunicação social concentra-se em campos limitados, não se interessando por perspectivas que não se encontrem no seu foco de atenção. Trata-se da “chamada indiferença moral: todos sabem da existência atrocidades, porém se omite qualquer ato neste sentido, não existe desinformação, mas negação do fato”. O silêncio do mundo diante da destruição cotidiana de vidas, a banalização, como se fosse o curso natural das coisas ou como se não tivesse acontecido afeta diretamente, os estudos criminológicos.²⁴⁹

Independentemente do paradigma ideológico elegido os discursos criminológicos do século XXI devem enfrentar o seu maior desafio: o crime de Estado. O crime que mais sacrifica vidas humanas deve ser investigado pela criminologia. Assim,

Trata-se de analisar o comportamento dos protagonistas dos delitos, de seus atores, instigadores, cúmplices e encobridores e, por certo, também da opinião pública, e perguntar-se como funciona nessas análises a teoria das

²⁴⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal*. - Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 141.

²⁴⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo*. - Bogotá: Sello, 2009, p. 64.

²⁴⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo...*, p. 107.

técnicas de neutralização²⁵⁰ e em que consistem quando se referem a este gênero de crimes.²⁵¹

Indicando a teoria de Edwin Sutherland²⁵², no sentido de que a conduta criminal é o resultado de um processo de aprendizagem, Zaffaroni afirma que o crime de Estado também é produto de uma aprendizagem, de uma formação de longa data, de ensaios, muitas vezes profissional, político, científico ou técnico, “o crime de Estado é um delito altamente organizado e hierarquizado” e sempre se pretende justificado. Diferente de outros tipos de delinquentes, esse não nega os valores, pelo contrário, os reforça²⁵³.

Diante destas influências, interpretações e construções de teorias filosóficas, políticas e jurídico-penais que retratam, direta ou indiretamente, a realidade da engrenagem punitiva no Estado contemporâneo, passa-se a descrever algumas das mudanças culturais ocorridas principalmente a partir de fins do século XX, em diversos âmbitos que transformaram o modo de vida nas sociedades que de *per si* modificaram as formas de percepção e investigação da criminalidade e do sistema penal.

²⁵⁰ Segundo Sykes e Matza em sua análise à delinquência juvenil, as técnicas de neutralização como ampliações informais de causas impunidade: “a) negación de la responsabilidad; b) negación de la lesión; c) negación de la víctima; d) condenación de los condenadores; e) apelación a lealtades más altas”. SYKES, Gresham M. e MATZA, David. *Techniques of neutralization: a theory of delinquency* In: American Sociology Review, 1957. Para Zaffaroni essas técnicas de neutralização podem ser entendidas como mecanismos de fuga, analisando essas técnicas na perspectiva da ideologia que vai sustentar os massacres oficiais. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo...*, p. 115.

²⁵¹ “Se trata de analizar el comportamiento de los protagonistas de los delitos, de sus autores, instigadores, cómplices y encubridores y, por cierto, también de la opinión pública, y preguntarse cómo funciona para este análisis la teoría de las técnicas de neutralización y em qué consisten cuando están referidas a este género de crímenes”. (Tradução nossa). ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo...*, p. 111.

²⁵² SUTHERLAND, Edwin H. e CRESSEY, Donald R. *Criminology*. Lippincott, New York, 1978.

²⁵³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo...*, p. 113.

3 A CULTURA DO CONTROLE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Sobre o impacto da criminalidade nos modelos de exclusão no interior das sociedades hegemônicas do capitalismo neoliberal, Jock Young destaca como já havia indicado Stanley Cohen²⁵⁴, que a maioria dos temas pós-modernista se encontravam presentes “na criminologia desde os primeiros dias da teoria rotulacionista na década de 1960, passando pelo abolicionismo e o construtivismo social antes de desapontar como pós-modernismo maduro no final da década de 1980”. Dessa maneira, para compreender o desenvolvimento da criminologia torna-se necessário “situá-la no contexto dos problemas exteriores da criminalidade (...) e das correntes políticas e sociais mais amplas da época”, o que não significa dizer que a “história interior da criminologia não tenha impulso próprio, nem que não possa, em certas ocasiões, buscar intencionalmente isolar-se de influências de fora”, contudo, a história de “sucesso” da criminologia tradicional ou positivista tem sido somente essa, com isso se “explica a necessidade de hoje dizer o óbvio”.²⁵⁵

Os discursos críticos, de forma geral, revelaram a deslegitimação do direito penal moderno, a face racista, seletiva, eficientista e despersonalizante da criminologia positivista como ciência do controle sócio-penal e as técnicas de gestão política e econômica do controle punitivo. Por conseguinte, a racionalidade correcionalista/ressocializadora está sucumbindo como discurso oficial, em consequência dessas críticas, mas também, e, paradoxalmente, de concepções neoliberais e neoconservadoras sobre a criminalidade, além das influências das transformações culturais que modificaram a mentalidade da sociedade contemporânea dando acesso a uma racionalidade atuarial/neutralizante.

Com efeito, de acordo com Young, alguns fatores que se desenvolveram nos últimos tempos desorientaram a perspectiva da criminologia e do controle social moderno: a taxa crescente de criminalidade, a revelação das vítimas invisíveis, a problematização do crime, a universalidade do crime e a seletividade da justiça, e a problematização da punição e da culpabilidade, todos esses fatores “sensibilizaram a criminologia ao alento necessário para explicar a

²⁵⁴ COHEN, Stanley. *Visiones de Control Social. Delitos, Castigos y Clasificaciones*. - Barcelona: PPU, 1988.

²⁵⁵ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 59-61.

criminalidade, subvertendo e minando a complacência do paradigma modernista”.²⁵⁶

Sobre a *taxa crescente de criminalidade*, o autor afirma ser o motor principal da mudança, em aspectos teóricos o positivismo social desestabilizou-se por dois prismas: quando mesmo em períodos de pleno emprego ou com melhorias sociais das classes baixas, a criminalidade continua a aumentar e quando a própria natureza das estatísticas da criminalidade é questionada. Analisando o comportamento público, o medo do crime gera padrões de evitação de zonas proibidas, de privatização dos espaços públicos em termos de *shopping centers*, parques privados de lazer, de residências particulares gradeadas e de clamor pela fortificação extrema da vigilância. Assim, “a cidade se torna cidade das barreiras, excluindo e filtrando”. Toda a sociedade, os grupos e os vizinhos estão em alerta, seguem vigiando e vigiados. Nesses moldes, a criminalidade deixa de ser apenas questão institucional para fazer parte de uma questão política central de interesse público, o que David Garland trata como a distinção entre a função punitiva do Estado e o controle do crime.²⁵⁷

O segundo fator de mudança que desorientou a criminologia oficial se refere à *revelação das vítimas invisíveis* e desenvolve-se a partir da concepção da cifra oculta²⁵⁸ na distinção entre crimes visíveis e invisíveis. Desde a década de 1970 os grupos feministas mais radicais empreenderam uma variedade de pesquisas revelando a vitimização oculta das mulheres localizando a violência contra elas como um modo central de controlá-las numa sociedade patriarcal. Tal perspectiva de exposição da natureza íntima da violência, em âmbitos privados e nos relacionamentos entre homens e mulheres, revelou a extensão da violência abrindo uma brecha em certos ideais modernistas²⁵⁹. Em

²⁵⁶ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 61.

²⁵⁷ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 37-8 e 63-4.

²⁵⁸ Na Alemanha, em 1908, apareceu pela primeira vez o conceito cifra negra, cifra obscura ou oculta, na tradução do termo *dark number*. Contudo, foi a partir das pesquisas de Edwin Sutherland que os criminólogos desenvolveram uma série de investigações, sobre a diferença entre criminalidade real e criminalidade aparente, observando a disparidade entre todas as condutas tipicamente cometidas e as condutas registradas oficialmente, concluindo que as estatísticas somente revelam a criminalidade legal, ou seja, aquelas condutas registradas que geraram condenação, não capturando a totalidade da criminalidade aparente que se refere às condutas registradas que não alcançam a sentença final e, tão pouco, a criminalidade real que se trata de toda conduta típica realizada.

²⁵⁹ Sobre este aspecto ver a perspectiva crítica de ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 48. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

relação à *problematização do crime* o mais relevante é que o construtivismo social “sensibiliza o teórico para a natureza constantemente problemática, cambiante e contestada da criminalidade e dos problemas sociais”. A criminalidade se torna problemática, no decorrer dos últimos vinte anos surgem grupos de pressão visando “tanto estender as fronteiras da criminalização quanto introduzir descriminalizações, redefinir os problemas sociais, (...) recategorizar crimes e redefinir problemas”, como exemplo desses grupos pode-se citar os movimentos feminista, ambientalista, campanhas de legalização e de repressão ao uso de drogas ilícitas ou lícitas, em proteção à infância, contra a homofobia, etc. Assim, a ideia de crime passou a ser problematizada ficando sujeita ao debate público e aos especialistas do senso comum.²⁶⁰

No que se traduz à *universalização do crime e a seletividade da justiça* como fator de mudança nas concepções punitivas, Young afirma que a revisão teórica iniciada na década de 70 “apontou para a natureza endêmica da criminalidade e enfatizou o viés de classe sistemático do enfoque da justiça criminal”. Uma vez apresentadas as condutas criminosas das altas classes sociais, o poder social na construção de condutas desviadas²⁶¹, bem como na seletividade da atuação da justiça criminal as certezas do positivismo social ficaram abaladas. Por fim, tratando da *problematização da punição e da culpabilidade*, o autor argumenta que devido ao impacto de processos de corrupção, transação penal e seletividade intrínseca do sistema de justiça, desconstrói-se a justiça individualizada e passa-se a suspeitar de categorias sociais, dessa maneira, “a justiça torna-se resultado, não de uma culpa individual e uma punição proporcional, mas de um processo negociado, resultante de pressões políticas ou burocráticas, e não de obediência a padrões absolutos”.²⁶²

Todos estes fatores, mas, principalmente as altas taxas de criminalidade influenciaram na transição do saber oficial de uma criminologia neoclássica para uma criminologia administrativa ou atuarial que se ocupa tão-só com a minimização de riscos e limitação das perdas através de uma política extrema de prevenção que visa barrar e restringir as oportunidades para a criminalidade, em vez de preocupar-

²⁶⁰ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 66-9.

²⁶¹ Ver SUTHERLAND, Edwin H. *White-collar criminality*. In: American Sociological Review, vol. 05. - New York, 1940 e BECKER, Howard S. *Los extraños: sociología de la desviación*. - Buenos Aires: Tiempo contemporáneo, 1971.

²⁶² YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 71.

se com as questões de culpa e reabilitação do criminoso busca separá-lo dos “cidadãos de bem”. Ela interpreta a criminalidade como um “resultado inevitável de uma situação em que o estado universal de imperfeição humana é apresentado como oportunidade para condutas erradas”. Trata-se do que Garland denominou de *criminologias da vida cotidiana*, comentadas em seguida, que para Young retratam as criminologias da hegemonia da prática, o crime é um fato normal nas sociedades, por isso deve ser prevenido. Proteja-se! Ao contrário, acredita que a sociedade atual possui “forças poderosas (...) de criar demônios e ilusões que, em seguida, através do estigma e da opressão, assumem uma realidade própria”. Assim, discorda da história revisionista da criminologia de Garland que não nega a forte influência da criminologia crítica, mas, argumenta na direção, de que nem todas as criminologias dão relevância para o caráter da vida social cotidiana, algumas estabeleceram a inércia dos discursos acadêmicos em relação ao mundo real.²⁶³ O efeito da crítica, juntamente com outros reformadores serviu para minar a credibilidade da base intelectual de *welfare state* e da criminologia moderna. Para Young, a transição do positivismo para a teoria do controle do crime, não se definiu tão-só num reflexo da transição do sistema do *welfare state* assistencialista para o controle do crime preventista-privado. Além do que, a tradição crítica, tanto na teoria como na prática, de forma palpável, floresce.²⁶⁴

Diante deste contexto de incertezas e complexidades que rodeiam o saber criminal contemporâneo, surgem diversos discursos compondo o campo interdisciplinar da criminologia que Young denomina de florescimento da criminologia crítica em tempos de *Gulag*.²⁶⁵ A essa criminologia de uma época de retorno punitivo, “o que

²⁶³ GARLAND, David. *The commonplace and the catastrophic: Interpretations of crime in late modernity*. In: Review essay Theoretical Criminology. – London: Sage publications, 1999, p. 362. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/353.pdf>. Acesso: 20 de maio de 2011.

²⁶⁴ YOUNG, Jock. *Criminal criminology in the twentyfirst century: critique, irony and the always unfinished*. Disponível em: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/>. Acesso: 23 de abril de 2011.

²⁶⁵ Mark Lanier e Stuart Henry's *Essential Criminology* (1998), John Lea *Crime and Late Modernity* (2002), Rob White e Fiona Haines *Crime and Criminology* (2000), Gregg Barak *Integrating Criminologies* (1998), John Tierne *Criminology: Theory and Context* (1996), Wayne Morrison *Theoretical Criminology: From Modernity to Post-Modernism* (1995), Roger Matthews *Doing Time* (1999), Russell Hogg e Dave Brown *Rethinking Law and Order* (1998), Jayne Mooney *Gender, Violence and the Social Order* (2000), Ian Taylor *Crime in Context* (1999), Jeff Ferrell *Criminological Verstehen: Inside the Immediacy of Crime* (1997), Löic Wacquant *Les Prisons de la Misère*, Nils Christie *Crime Control as Industry* (2000), Vincenzo Ruggiero *Crime and Markets* (2000) (...) Jeff Ferrell *Cultural criminology* (1995). In:

é maciçamente necessário, é sua voz contra o neo-liberalismo e conservadorismo”.²⁶⁶

De certo, Young juntamente com outros criminólogos, desenvolveram estudos criminológicos sobre a perspectiva cultural; nomeados de criminologia cultural analisam as formas, os signos, as imagens e os significados sociais da punição procurando interpretar o comportamento desviante como maneira de resolver conflitos psíquicos muitas vezes relacionados com a própria cultura contemporânea. Dessa forma, a criminologia cultural se configura como uma “criminologia estética de análise de ícones e símbolos culturais mercantilizados pelos meios formais e informais de comunicação”. Assim, agregam-se ao seu “universo investigativo, os desvios tradicionais próprios do estudo do cotidiano das cidades”, bem como “as distintas tribos urbanas, o estilo de vida boêmio e *underground*, os moradores e artistas de ruas, os agenciadores do comércio e dos entretenimentos ilícitos”, dimensionando “o caráter significativo que tais imagens possuem na constituição de cultura do crime e na configuração dos crimes da cultura contemporânea.”²⁶⁷ Nas palavras de Young, trata-se, acima de tudo da

colocação do crime e seu controle no âmbito da cultura, isto é, observando tanto o crime quanto os órgãos de controle como produtos culturais - construções criativas. Como tal, eles devem ser lidos em termos dos significados que carregam. (...) Seu foco é sempre sobre a geração contínua de significados em torno da interação; regras criadas, regras quebradas, a constante interação moral do empreendedorismo, da moral da

YOUNG, Jock. *Criminal criminology in the twentyfirst century*.... Além outros estudos que tratam do controle do crime e da criminologia na sociedade contemporânea Máximo Sozzo (Org.) *Reconstruyendo las criminologías críticas* (2006). Bruce Arrigo e Bernard Thomas *Postmodern criminology in relation to radical and conflict criminology* (1997). Richard Sparks *Criminology, social theory and challenge of our times* (2000), David Garland *The cultural of the crime* (2001).

²⁶⁶ “Those who would seek to marginalise critical criminology fail to comprehend its purchase on the grain of social reality, those in our own camp who would narrow their definition of the ‘critical’ to the sectarian or the esoteric, fail to understand the central position of critique as a counterbalance to neo-liberalism and its administrative discourses. Let us set about our task keeping in mind the urgency of opposition, yet with an eye for irony imbued, as always, with a sense of fun”. (Tradução nossa). YOUNG, Jock. *Criminal criminology in the twentyfirst century: critique, irony and the always unfinished*. Disponível em: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/>. Acesso: 23 de abril de 2011.

²⁶⁷ CARVALHO, Salo de. *Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 17, n.º 81. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 326.

inovação e da transgressão. Indo ainda mais longe, ele se esforça para colocar este jogo no fundo a vasta proliferação de meios de imagens do crime e do desvio, onde todas as facetas de ofensa são refletidas em um grande salão de espelhos (...). São dois os elementos que fazem da criminologia cultural uma criminologia essencialmente da modernidade tardia: em primeiro lugar, há a extraordinária ênfase sobre o individualismo, a criatividade e a geração de vida no período atual juntamente com uma mídia de massa que se expandiu e proliferaram de forma a transformar a subjetividade humana. A partir desta perspectiva, a comunidade virtual se torna tão real quanto à comunidade externa uma porta de - grupos de referência, vocabulários de motivos onde as identidades se tornam globais em seus *demesne*. Em segundo lugar, há um entendimento comum de que foi no início do período moderno tardio que os antecedentes da criminologia cultural emergiram. Pois, foi em meados dos anos setenta que a virada cultural ocorreu no âmbito das ciências sociais.²⁶⁸

Com efeito, esses discursos críticos criminológicos da contemporaneidade, cada um a sua maneira, constroem outra concepção

²⁶⁸ “Above all else, it is the placing of crime and its control in the context of culture; that is, viewing both crime and the agencies of control as cultural products - as creative constructs. As such they must be read in terms of the meanings they carry. (...) Its focus is always upon the continuous generation of meaning around interaction; rules created, rules broken, a constant interplay of moral entrepreneurship, moral innovation and transgression. Going further still, it strives to place this interplay deep within the vast proliferation of media images of crime and deviance, where every facet of offending is reflected in a vast hall of mirrors (...). However, what makes cultural criminology quintessentially late modern is twofold: Firstly, there is the extraordinary emphasis on creativity, individualism and generation of lifestyle in the present period coupled with a mass media which has expanded and proliferated so as to transform human subjectivity. From this perspective, the virtual community becomes as real as the community outside one's door - reference groups, vocabularies of motive, and identities become global in their *demesne*. Secondly, there is a shared understanding that it was at the beginning of the late modern period that the antecedents of cultural criminology emerged. For it was in the mid-seventies that the cultural turn occurred within the social sciences”. (Tradução nossa). YOUNG, Jock. *Cultural criminology: some notes on the script*. Disponível em: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/>. Acesso: 14 de maio de 2011. Ver também FERREL, JEFF. HAYWARD, Keith. YOUNG, Jock. *Cultural criminology*. – London: Sage publications, 2008.

de criminologia por interagir, de forma necessária, com outras linhas e ramos de pensamento que tradicionalmente ficariam fora de seu campo de análise. Contudo, o objetivo não está em apresentar e discutir essas “novas” criminologias, apesar de tratá-las parcialmente, mas em descrever, as mudanças oriundas de alguns aspectos culturais e sociais que também transformaram o modo de vida das sociedades contemporâneas da América Latina e, especificamente, no Brasil gerando consequências extremas em suas formas de controle social. Portanto, visa-se perceber algumas características dos novos modos de vida intrínsecos a democratização do consumo com capacidades chocantes de diferenciações individuais e exclusão social que impulsionam as formas de controle social para situar dentro dos problemas oriundos dessa transformação, sua relação com o crime e a punição.

3.1 O MODO DE VIDA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O aspecto dominante da vida estética cotidiana é o imediato. Nesse caminho, manifesta-se “um novo tipo de relação entre o ser e as coisas, um novo sistema estético ligado à emergência da classe média, e da civilização de massa” que pode ser concebido no termo *Kitsch* correspondendo a um estado de espírito, a “uma época da gênese estética, a um estilo marcado pela ausência de estilo, a uma função de conforto acrescentada às funções tradicionais, ao supérfluo do progresso” trata-se da análise do estilo artístico no mesmo momento em que acontece, da interpretação dos reflexos mais visíveis da sociedade contemporânea em sua alienação ao objeto.

A palavra *Kitsch*, no sentido moderno, aparece em Munique, por volta de 1860, a palavra bem conhecida do alemão do sul: *Kitschen*, quer dizer atravancar, e em particular, fazer móveis novos com velhos, é uma expressão bem conhecida; *verkitschen*, que dizer trapacear, receptar, vender alguma coisa em lugar do que havia sido combinado. Neste sentido, existe um pensamento ético pejorativo, uma negação do autêntico. O *Kitsch* é uma mercadoria ordinária (*Duden*), é uma secreção artística derivada da venda dos produtos de uma sociedade em grandes lojas que assim se transformam, (...) em verdadeiros templos. O *Kitsch* está ligado à arte de maneira indissociável, assim como o falso liga-se ao autêntico.²⁶⁹

Abraham Moles desenvolve o conceito no livro *Psychologie du Kitsch: L'art du bonheur – 1971*, através de um método semântico-integrador que parte das áreas mais variadas da cultura de massa em busca de captar um fenômeno social. O *kitsch* é uma maneira de ser, um estilo, um fenômeno social permanente na compreensão universal, que se intensifica nas situações sociais mais privilegiadas onde o “mau gosto é a etapa prévia do bom gosto que se realiza na imitação das celebridades em meio a um desejo de promoção estética que fica pela metade”. O *kitsch* é também “fenômeno latente na consciência das línguas latinas”, uma figura conotativa e intuitiva, que deve ser revelada

²⁶⁹ MOLES, Abraham. *O Kitsch: a arte da felicidade*. – São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 10, 29-0.

e explicitada, para fora de sua constituição como fator estético oculto, em sua relação cotidiana com o ambiente.²⁷⁰

As categorias do ambiente continuam a serem pensadas como derivadas da Natureza e da existência do Outro, todavia, quando analisada na vida cotidiana a “Natureza diluiu-se dando lugar a um cenário artificial de plástico, aço e vidro, (...) [ela] não é mais natural, é igual ao objeto ou à casa, um produto de artifício”. No que tange à existência do Outro, esse nunca esteve tão presente diante de diversas representações que já assumiu, mas sempre sendo “um ser estranho”. Segundo Moles somente percebemos o homem comum, salvo algumas exceções, por meio dos meios de comunicação de massa. Hoje, o homem conhece a sociedade através dos produtos fabricados que surrupiaram o lugar da Natureza, num mundo dos objetos portadores de signos e valores da vida cotidiana, assim tendem a emergir novas formas de vida e valorização nessa relação do indivíduo com o ambiente a partir da atividade de consumo. Entretanto,

o consumo enquanto valor que rege os modos do ser constitui, é claro, um elemento novo da vida, embora, em fins do século XIX, o consumo tenha sido promovido, de um papel trivial e contingente que desempenhava nas culturas passadas, a uma significação especial. O fenômeno *Kitsch* baseia-se em uma civilização consumidora que produz para consumir e cria para produzir, em um ciclo cultural onde a noção fundamental é a de aceleração. Digamos que o homem consumidor está ligado aos elementos materiais de seu ambiente e que o valor de todas as coisas altera-se em virtude desta sujeição.²⁷¹

Neste âmbito, as recentes transformações sócio-econômicas nos aspectos da vida cotidiana constituem as condições necessárias ao *kitsch*, desde o momento em que a “burguesia impõe suas normas a produção artística” com suas “pinças de açúcar” construindo uma arte de viver que ainda compartilhamos atualmente, instaura-se o primeiro período do *kitsch*. O segundo se dá no momento vivido é o *Neokitsch* do consumível, o objeto perpetuamente provisório transforma-se no produto onde as “pinças de açúcar” antes com suas significações

²⁷⁰ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 10-4.

²⁷¹ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 13-5 e 20-1.

fundamentais passam a indicar a revelação do nível social. Podemos entender que o modo *Kitsch* se configura nessa “função social acrescida à função significativa de uso que não serve mais de suporte, mas de pretexto”. O elemento essencial do *Kitsch* é um sentimento dominante compreendido pelo termo *Gemütlichkeit* que “envolve os sentidos de comodidade, conforto, abundância, pachorra” que contraria os valores do Belo e do Feio transcendental a partir dos valores estéticos da felicidade.²⁷²

Tratando das relações psicológicas entre os homens e as coisas Moles indica que a própria ideia de beleza é substituída pela ideia de prazer, um prazer associado a uma maioria social que se aproxima do sistema hedonista, um certo conservadorismo como a aceitação da maioria, o *kitsch* é a democrática “arte do aceitável, aquilo que não choca nosso espírito por uma transcendência fora da vida diária, nem por um esforço que nos ultrapassa”, aquilo que se coloca entre a arte e o conformismo.²⁷³

O autor desenvolve uma tipologia do *Kitsch* analisando propriedades comuns dos objetos e de seus agrupamentos como portadores de signos para além de seus suportes técnicos e, estabelece que desses signos derivam uma variedade dialética de subdivisões no interior do *Kitsch* diante da multiplicidade de seus aspectos artísticos, fixando alguns de seus campos: *kitsch* exótico, erótico, picante, religioso. E apresenta os cinco princípios do *Kitsch*: princípio da inadequação, da acumulação, da sinestesia, do meio-termo e do conforto. Todos esses princípios constituem as funções econômico-cultural e pedagógica do *Kitsch* que recupera a arte subversiva no conforto da vida cotidiana, que representa “essencialmente um sistema estético de comunicação da massa”.²⁷⁴

Assim, o fenômeno do *Kitsch* baseia-se no desvio entre o valor de uso e a vontade de aquisição, entre necessidade socializada e necessidade real. A mentalidade *Kitsch* resulta de “uma situação sócio-cultural de aspiração à felicidade condicionada pela prosperidade de uma classe média que vem se ampliando” e pode ser representada no amor pelo conforto.²⁷⁵

No início do século XX surge o funcionalismo produzido por um conjunto de doutrinas fundamentais da arte moderna pautadas no

²⁷² MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 25-8.

²⁷³ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 32-3 e 38.

²⁷⁴ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 48-77.

²⁷⁵ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 98 e 112.

racionalismo funcional da arte desenvolvidos na Bauhaus de Weimar – 1926 - escola de construção e realização de formas em direção à racionalização da produção em contraposição às características essenciais do meio ambiente de objetos e formas propostos à burguesia. O princípio básico do funcionalismo “estabelece que os objetos devem ser rigorosamente determinados por sua função”, inspira-se na luta contra toda irracionalidade, combate a inutilidade que excede o objetivo do objeto. Essa interpretação filosófica do funcionalismo é em si ascética, introduz uma ideia de rigor, disciplina, uma técnica de criatividade estético-prática *anti-kitsch* que, contudo, foi superada pela hiperfuncionalidade do *gadget*²⁷⁶ das sociedades atuais que se caracterizam

pela vontade de fazer funcionar a máquina econômica através da demanda eterna do consumidor, ou seja, o mercado encontra-se envolvido em um processo de circulação que deve necessariamente acelerar-se. Trata-se de uma ética do supérfluo, da extinção planejada e do consumo forçado. “Quanto mais a gente repete, menos se embriaga, já dizia Huxley”. Segundo Baudrillard, a ética consumidora é anti-ascética, uma vez que o ascetismo da função constrói o objeto com vistas a uma eternidade razoável. Logo, deve necessariamente surgir um conflito pelo fato de que a sociedade criou o sistema neokitsch visando, em relação a cada um dos objetos inúteis que ela cria, neles incorporar uma funcionalidade.²⁷⁷

A preterição do *Neokitsch* possui em motor fundamental que “é a busca permanente de um prazer na escala do ser”. O objeto da sociedade de consumo tem que multiplicar suas funções aumentando e criando sempre novas necessidades em relação ao passado. Além desse crescimento efetivo das necessidades, ocorre a redistribuição das necessidades tanto na realização de uma série de funções técnicas variadas ligadas ao mesmo objeto quanto, ao contrário, relacionado a uma série de divisões de suas funções constituindo um ritual, e ainda, no

²⁷⁶ Trata-se de uma gíria eletrônica que se refere a objetos de uso prático no cotidiano que tem propósitos e funções específicas, tal como os dispositivos eletrônicos portáteis como celulares, *smartphones*, leitores MP3, *tables* entre outros.

²⁷⁷ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 142-168.

reagrupamento dessas funções estipulando um objeto para cada função. Ademais, implica a função do jogo puro, ou seja, “jogos com o pretexto de funcionalidade”, e na extinção incorporada que permite um envelhecimento mais rápido do produto, um desgaste maior da matéria que gera a oportunidade de renovação.

Uma das características do *Kitsch* contemporâneo é uma certa estética universal que também exerce uma função pedagógica devido à velocidade de rotação do ciclo sócio-cultural sobre as sociedades subdesenvolvidas, pois são “submetidas à irrigação dos meios de comunicação de massa que, na verdade, constituem meios de exploração das sociedades afluentes – desempenhando o papel de amplificadores de mercados”. Outra característica é sua íntima ligação com o sistema de distribuição em cadeias de lojas atraentes” onde objetos numa ideia de conjunto ou *display* são oferecidos num imenso e variado mostruário e, adquiridos pelos indivíduos que os reúnem “em sua casa, sua cidade, segundo um padrão espaço-temporal que condiciona seu estilo de vida”. Assim, a civilização cotidiana se constitui no “inventário dos artigos” expostos pelas grandes lojas, *departaments store*, hiper e supermercados, trata-se do que Moles chama de complexidade do sortimento que modifica a dinâmica anterior do preço fixo, dos cartéis e regulamentações estatais onde o preço agia como determinante de compra, agora, a diferença entre um local de venda e outro está na maior possibilidade de escolhas e de adequação das necessidades aos meios sendo elementos essenciais na motivação do ser.²⁷⁸

Nesta civilização *Neokitsch* aparece o *gadget*²⁷⁹ definido como o “objeto artificioso destinado a satisfazer pequenas funções particulares da vida diária”. O autor identifica-o como sócio-patologia do funcional, marcado pela desproporção entre os meios e os fins. É em si atraente, atrativo, “representa um jogo sutil entre o ser, sua razão e a natureza técnica”. Através do *gadget* e de sua profusão pode-se captar a alienação consumidora da atitude *Kitsch*. Portanto, a inserção dessa palavra-chave no ciclo sócio-cultural que

cria uma cristalização, um agrupamento, um fenômeno e prepara desse modo uma nova etapa do ciclo das ideias; ao banalizar o *Kitsch* e categorizá-lo, propõe, por isso mesmo, uma

²⁷⁸ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 170-199.

²⁷⁹ Atualmente pode-se considerar como uma gíria eletrônica que se refere a objetos de uso prático no cotidiano que tem propósitos e funções específicas, tal como os dispositivos eletrônicos portáteis como celulares, *smartphones*, leitores MP3, *tables* entre outros.

reação reativa contra ele, um questionamento a seu respeito, novos tipos de formas estéticas ou atitudes em face dos objetos. Ninguém pode ser totalmente Kitsch, se dele tomar consciência.²⁸⁰

Neste sentido, a atitude *kitsch* ou *neokitsch* como compreensão universalizante que se manifesta numa variedade de aspectos estéticos da vida cotidiana na relação entre o ser e o objeto e de suas consequências, deve ser questionada em todo ciclo sócio-cultural. Será que o modo de vida burguês *kitsch* pode influenciar no campo do controle social? Na mesma medida, vale trazer a reflexão de Alexandre Morais da Rosa que ao tratar do hiato entre a hermenêutica filosófica sobre a perspectiva da moda e a teoria da decisão judicial manejada pelo “senso comum teórico” sustenta que há muito tempo “nem tudo aquilo que acompanhamos com a consciência de nossa liberdade é realmente consequência de uma decisão livre. Fatores inconscientes, compulsões e interesses não dirigem apenas nosso comportamento, mas também determinam nossa consciência”.²⁸¹

3.1.1 A sociedade de consumo: consumidores ou consumidos?

A sociedade do consumo não tem mais seu centro na mão de obra das populações, mas sim na caracterização dos seus membros como consumidores. Os indivíduos são absorvidos pelo mundo das imagens e dos objetos numa cultura que lhes impõe o dever de comprar - é necessário consumir para viver ou viver para consumir. Assim,

quem não deve, não é. Devo, logo existo. Quem não é digno de crédito, não merece nome ou rosto: o cartão de crédito prova o direito à existência. Dívidas: isto é o que tem quem nada tem; (...). Diz-me quanto consumes, dir-te-ei quanto vales. Esta civilização não deixa ninguém dormir, nem as flores, nem as galinhas, nem as pessoas. Nas estufas, as flores são submetidas à luz constante, para que cresçam mais rapidamente. Nos aviários, a noite é proibida às galinhas. E as pessoas estão

²⁸⁰ MOLES, Abraham. *O Kitsch...*, p. 206-220.

²⁸¹ ROSA, Alexandre Morais da. *Garantismo jurídico e controle de constitucionalidade material: aportes hermenêuticos*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 100.

condenadas à insônia, pela ânsia de comprar e pela angústia de pagar.²⁸²

O consumidor vive em busca de novos objetos de desejo, vive continuamente a tensão de não haver outra forma de satisfação das vontades, está fadado a essa lógica de consumo, pensando ser livre.²⁸³

A característica mais proeminente da sociedade de consumo é transformar os consumidores em mercadorias. Para Bauman a “subjetividade do sujeito” sustenta-se no esforço de permanecer uma mercadoria vendável. O papel do consumidor na atividade de consumo está em “sair da invisibilidade”, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada. Trata-se do que o autor denomina de fetichismo da subjetividade que oculta a “realidade demasiadamente comodificada” da sociedade do consumo e fundamenta-se numa ilusão, pois tanto o fetichismo da subjetividade, quanto o anterior, fetichismo da mercadoria, mesmo se colocando em situações opostas na dialética sujeito-objeto “tropeçam e caem diante do mesmo obstáculo: a teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo”. Na sociedade do consumo a dicotomia sujeito-objeto se transforma em consumidor-mercadoria.²⁸⁴

O consumismo passa a ser um atributo da sociedade como “um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos” cotidianos e permanentes que se transformam na principal força propulsora e operativa da sociedade coordenando “a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, (...) a auto-identificação individual e de grupos, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais”, tal forma de proceder constitui a era da obsolescência dos objetos e serviços oferecidos pelo mercado num volume sempre crescente das intensidades de desejos e excesso de informação.²⁸⁵

A busca da felicidade por meio da aquisição de bens e serviços, exaltada nas campanhas de marketing ou crença de que ela pode ser alcançada com o aumento da renda, representa para Bauman o valor supremo da sociedade de consumo “talvez a única na história a prometer

²⁸² GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. - Porto Alegre: L&PM, 2007, p. 255-6.

²⁸³ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas...*, p. 92-3.

²⁸⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. - Rio de Janeiro: 2008, p. 20-30.

²⁸⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo...*, p. 41-4.

a felicidade na vida terrena, aqui e agora e a cada ‘agora’ sucessivo”, entretanto, o consumo não é um sinônimo de felicidade e nem é capaz de conquistá-la simplesmente com sua atividade. É justamente o oposto que move essa sociedade, ou seja, ela “prospera enquanto consegue tornar *perpétua a não-satisfação* de seus membros”, é no domínio dessa hipocrisia que a sociedade do consumo se mantém. Sobre a vocação consumista, o autor entende que essa se baseia nos desempenhos individuais.

os serviços oferecidos pelo mercado que podem ser necessários para permitir que os desempenhos individuais tenham curso com fluidez também destinam a ser a preocupação do consumidor individual: uma tarefa que deve ser empreendida *individualmente* e resolvida com a ajuda de habilidades e padrões de ação de consumo *individualmente* obtidos. Bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam, desempenhar suas obrigações sociais e proteger sua auto-estima – assim como serem vistos e reconhecidos por fazerem tudo isso -, consumidores de ambos os sexos, todas as idades e posições sociais irão sentir-se inadequados, deficientes e abaixo do padrão a não ser que respondam com prontidão a esses apelos.²⁸⁶

A vida do consumidor é, portanto, estar em movimento numa pressão constante de que “pode ser mais”, no desprezo pelas necessidades de ontem ou na procura por novos começos e renascimentos satisfatórios sempre “estimulada por essa cultura como um *dever* disfarçado de privilégio”, sendo que, o consumidor somente se constitui nessa sociedade como mercadoria de consumo, na forma de uma imagem vendável. Analisando a cultura consumista Bauman destaca um manual de moda editado em um jornal para a temporada outono-inverno: “meia dúzia de visuais-chave para os próximos meses... que vão colocar você à frente da tendência de estilo”, e afirma que ele

²⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo...*, p. 51-64 e 74.

em poucas palavras resumiu quase todas as preocupações e estímulos que nutrem a sociedade de consumo.²⁸⁷

Nesta linha, Jean Baudrillard estabelece suas análises sobre as profundas transformações da sociedade de consumo e seus reflexos nas estruturas mentais do indivíduo que participa de um sistema de significações onde realiza bem mais satisfações simbólicas do que funcionais. Tratando da lógica social do consumo indica que a felicidade se constitui na referência absoluta da sociedade de consumo, “revelando-se como o equivalente autêntico da *salvação*”. Essa felicidade como força ideológica da civilização moderna advém do *mito da igualdade*, toda virulência política e sociológica desse mito foi transferida para a felicidade que para representá-lo precisa ser um bem-estar mensurável.

A ‘Revolução do Bem-Estar’ é a herdeira, a testamenteira da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda a revolução que erige em princípio a igualdade dos homens sem a poder (ou sem a conseguir) realizar a *fundo*. O princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objecto e outros signos evidentes do êxito social e da felicidade.²⁸⁸

O mito do bem-estar é complementado pela noção de necessidade onde todos são iguais perante o valor de uso dos objetos, assim a sociedade do consumo deve superar suas contradições, aumentar o volume de bens chegando ao bem-estar total para todos. Essa crença de que do crescimento advém igualdade é equivocada, “o crescimento é em si função da desigualdade.” Toda a sociedade independentemente da quantidade de bens produzidos na perspectiva de Baudrillard “se articula ao mesmo tempo sobre um excedente estrutural”, sob uma lógica sistemática da desigualdade. A liturgia da abundância, do consumo, a comunicação, a cultura são novas forças produtivas instituídas e organizadas pelo próprio sistema que “conhece unicamente as condições da própria sobrevivência e ignora os conteúdos sociais e individuais”.²⁸⁹

²⁸⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo...*, p. 107 e 126-8.

²⁸⁸ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. – Lisboa: Edições 70, 2008, p. 49-50.

²⁸⁹ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo...*, p. 51-2.

Assim, a lógica social do consumo não é a da satisfação, mas “a lógica da produção e da manipulação dos significantes sociais”. O processo do consumo possui dois níveis fundamentais: a) como processo de significação e de comunicação onde, sob análise estrutural, o consumo se revela como um sistema de permuta e equivalente de uma linguagem; b) como processo de classificação e diferenciação social onde os objetos e signos designam mais que diferenças significativas no interior de um código, mas distribuição dos valores estatutários. Nesse nível o consumo assume uma dimensão ilimitada inexplicável pelas teorias da necessidade e da satisfação. De certo,

nunca se consome o objecto em si (no seu valor de uso) – os objectos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior. Contudo, o processo de diferenciação estatutária, que surge como processo social fundamental por cujo intermédio cada qual se insere na sociedade, apresenta um aspecto vivido e um aspecto estrutural; um consciente e outro inconsciente, um ético (é a moral do ‘*standing*’, da concorrência estatutária e da escala de prestígio), o outro estrutural – a inscrição num código cujas regras e condicionamentos de significação (por exemplo, as da língua) escapam ao essencial aos indivíduos.²⁹⁰

Neste sentido, a produção industrial das diferenças ou a lógica da distinção social se define como a maior força do sistema de consumo. Em se tratando do fenômeno do consumo dos objetos e de sua interação com o indivíduo, Baudrillard apóia-se na semiologia para indicar que o consumo supõe a manipulação ativa de signos. Sendo assim, estamos no tempo dos objetos “existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente”, isso implica numa complexa relação entre o consumidor e o produto:

já não se refere a tal objecto na sua utilidade específica, mas ao conjunto de objectos na sua significação total. A máquina de lavar roupa, o frigorífico, a máquina de lavar louça, etc.,

²⁹⁰ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo...*, p. 66.

possuem um sentido global e diferente do que têm individualmente como utensílios. A mostra, o anúncio publicitário, a firma produtora e a marca, que desempenha aqui papel essencial, impõem a visão coerente, colectiva, de uma espécie de totalidade quase indissociável, de cadeia que deixa aparecer como série organizada de objectos simples e se manifesta como encadeamento de significantes, na medida em que significam um ao outro como superobjecto mais complexo e arrastando o consumidor para uma série de motivações mais complexas.²⁹¹

Trata-se de uma descrição da ambiência contemporânea, os objetos deixam de manter qualquer relação com sua função requerendo a lógica do desejo, do prestígio. No amontoamento e sob a forma de coleção os objetos evidenciam a abundância. Nas *drugstores*, nos *shopping centers*, nas grandes lojas de departamento, nas lojas virtuais e de 1,99, nos super e hipermercados, o consumo invade toda a vida cotidiana como modo de atividade sistemática que serve a todo o sistema cultural.

Também retratando o *Kitsch* e o *gadget* o autor os configura como as maiores categorias do objeto moderno. Com a expansão e vulgarização dos objetos e dos signos o *Kitsch* torna-se categoria cultural. É a estética da simulação como a “estética de aculturação [burguesa] que desemboca na subcultura do objeto”. O *gadget* representa o “emblema da sociedade pós-industrial”, uma engenhoca reveladora da verdade do objeto. Sua relação com o indivíduo é de natureza mágica, fetichizada não possui tanto valor utilitário e simbólico, mas lúdico. O *gadget* representa, na atividade de consumo, a manipulação de signos de prestígio nas variantes da moda.²⁹²

Na obra *Le transparence du mal - 1990* Baudrillard caracteriza o atual estado das coisas como pós-orgia, o que significa dizer que depois da assunção de todos os modelos de representação e anti-representação, da liberação política, sexual, das forças produtivas, da mulher, da arte, das pulsões inconscientes onde foram percorridos “todos os caminhos da produção e da superprodução virtual dos objetos, de signos, de mensagens, de ideologias e de prazeres”, o que resta fazer?

²⁹¹ BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo...*, p. 15-6.

²⁹² BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo...*, p. 139-146.

Só podemos agora simular a orgia e a liberação, fingir que prosseguimos acelerando, mas na realidade aceleramos no vácuo, porque todas as finalidades da liberação já ficaram para trás, e o que nos preocupa, o que nos atormenta é essa antecipação de todos os resultados, a disponibilidade de todos os signos, de todas as formas, de todos os desejos. (...) Isso é o estado de simulação, aqueles que só podemos repetir todas as cenas porque elas já aconteceram – real ou virtualmente. É o estado da utopia realizada, de todas as utopias realizadas, em que é preciso paradoxalmente continuar a viver como se elas não estivessem. Mas, já que o estão e já que não podemos ter a esperança de realizá-las, só nos resta hiper-realizá-las numa simulação indefinida. Vivemos na reprodução indefinida de ideais, de fantasmas, de imagens, de sonhos que doravante ficaram para trás e que, no entanto, devemos reproduzir numa espécie de indiferença fatal.²⁹³

Por outro lado, trazendo uma perspectiva arrochada sobre a sociedade do consumo para Lypovetsky, estruturalmente, é o processo de moda que a define. Essa sociedade baseada na ampliação das necessidades, “é antes de tudo, aquela que retorna a produção e o consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação, aquela que faz passar o econômico para a órbita da forma moda”. Retornando ao *gadget* e sua hegemonia, o autor também percebe que a relação do indivíduo com os objetos já não se caracteriza num tipo utilitário, mas num tipo lúdico onde o que seduz são os jogos dos mecanismos, das manipulações e performances pode ser representada pelo

símbolo da economia frívola: o *gadget* e sua loucura tecnológica. Faca elétrica para ostras, lava-vidros elétricos, barbeador eletrônico com três posições de corte – estamos mergulhados no excesso e na profusão dos automatismos, num meio de deslumbramento instrumental. Muito se denunciou, ao longo dos anos 1960 e 1970, a ascensão dessa economia *neokitsch* consagrada ao

²⁹³ BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. – São Paulo: Papirus, 2001, p. 09-10.

desperdício, ao fútil, à ‘patologia do funcional’. O *gadget* pôde aparecer como a essência e a verdade do objeto de consumo, utensílio nem realmente útil nem realmente inútil: tudo desemboca potencialmente no *gadget*, do tostador de pão elétrico com nove posições ao aparelho de som estéreo sofisticado, todos os nossos objetos são destinados à moda, ao espetacular fútil, a gratuidade técnica mais ou menos ostensiva.²⁹⁴

Nesta direção, Lipovetsky questiona se é legítimo considerar o *gadget* como o paradigma do objeto de consumo, acrescentando que a inutilidade funcional dos objetos já não é o que representa o universo técnico atual. A moda nos objetos torna-se fonte de bem-estar e de pequenas excitações na vida cotidiana. E o que faz a diferença, cada vez mais, é a técnica como um todo.

Desde Georg Simmel em sua *filosofia da moda*, a moda passa a ser considerada um fenômeno social amplo relacionado a todos os aspectos sociais, não se resumindo ao vestuário. A moda expandiu seu processo, não sendo mais somente um setor específico, mas “uma forma geral em ação no todo social” que afeta diversas esferas da vida coletiva. Assim, “a forma moda não remete mais apenas aos caprichos do consumidor, passa a ser uma estrutura constitutiva da produção industrial em massa”. Nesse sentido, a partir dos anos 50, as indústrias do consumo começaram a inserir mudanças periódicas nos modelos correspondendo-se aos “métodos da moda feminina: mesma inconsistência formal, mesma obsolescência ‘dirigida’, permitindo tornar prescrito um produto por simples mudança de estilo e de apresentação”. A era do consumo coincide com esse processo de renovação permanente que ativa a dinâmica do desenvolvimento e revigora o mercado.²⁹⁵

Lipovetsky escreve que “após o sistema monopolista e aristocrático da Alta-costura, a moda chegou ao pluralismo democrático das etiquetas”. As roupas, as marcas e os objetos têm valores simbólicos que se baseiam num mecanismo de distinção social e seu consumo é motivado por um desejo de experimentar bem-estar e prazer. Aqui, distinguindo-se da noção de Baudrillard que conceitua a moda e o

²⁹⁴ LYOPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. – São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 184-6.

²⁹⁵ LYOPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero...*, p. 190-1.

processo de consumo não como uma lógica individual do desejo, mas tão-só como uma lógica da distinção social, o autor assinala a necessidade de reinterpretar a moda para além do seu significado, pois “a moda é menos signo das ambições de classes do que saída do mundo da tradição”.²⁹⁶

O papel histórico da moda é prosseguir a trajetória secular da conquista da autonomia individual institucionalizando o efêmero, variando constantemente os objetos, criando serviços, multiplicando as escolhas do indivíduo que se tornou um “sujeito aberto e móvel através do caleidoscópio da mercadoria”. Bastante influenciado pelas interpretações toquevillianas sobre o individualismo democrático afirma que, se a “moda é levada pela lógica do capitalismo, ela o é igualmente por valores culturais que encontram sua apoteose no estado social democrático”. Além de instrumento de manipulação e controle social o neo-hedonismo é um elemento de indeterminação e de afirmação da individualidade privada. Enfim, a proposta de Lipovetsky está em redinamizar a investigação da moda sendo que ela já não

é mais um enfeite estético, um acessório decorativo da vida coletiva, é sua pedra angular. A moda terminou estruturalmente seu curso histórico, chegou ao topo de seu poder, conseguiu remodelar a sociedade inteira à sua imagem; era periférica, agora é hegemônica. (...) a moda está no comando de nossas sociedades; a sedução e o efêmero tornaram-se, em menos de um século, os princípios organizadores da vida coletiva moderna; vivemos em sociedades dominantes frívolas, último elo da plurissecular aventura capitalista-democrática-individualista.²⁹⁷

Esta sociedade do consumo se anuncia na generalização da sedução que com a “profusão luxuriante de produtos, imagens e serviços, com o hedonismo ao qual induz, com seu ambiente eufórico de tentação e proximidade” como estratégia. Segundo Lipovetsky “o *self-service* e o atendimento *à la carte* designam o modo geral da vida nas sociedades contemporâneas”, é a lógica da sedução que dirige nosso mundo e o reconfigura em conformidade com um processo sistemático

²⁹⁶ LYPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero...*, p. 11 e 204-213.

²⁹⁷ LYPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero...*, p. 13 e 198.

de personalização cuja função se dá em multiplicar e diversificar a oferta.

A vida sem imperativo categórico, a vida *kit* que pode ser modulada em função das motivações pessoais, a vida flexível na era das combinações, das opções e das fórmulas independentes é possível graças a uma oferta infinita; é assim que a sedução opera. Sedução no sentido em que o processo de personalização reduz os quadros rígidos e coercitivos, funciona com suavidade respeitando as inclinações do indivíduo, seu bem-estar, suas liberdade e seus interesses.²⁹⁸

Nesta linha, a dinâmica da sedução se constitui numa socialização suave, tolerante, dedicada a personalizar-psicologizar o indivíduo “que se define pelo desejo de sentir mais” esse processo de socialização é um novo tipo de controle social desembaraçado da força opressora e de regulamentação. A ordem estética domina a economia do consumo remodelada pela sedução e pelo desuso acelerado.

3.1.2 A sociedade do controle: o medo e a mídia de massa

Pode-se afirmar que vivemos na sociedade mais segura que já existiu, então, porque sentimos tanto medo?

Absorvemo-nos em observar ‘os sete sinais do câncer’ ou os ‘cinco sintomas da depressão’ ou em exorcizar o espectro da hipertensão e do colesterol alto, do estresse ou da obesidade. Em outras palavras, buscamos alvos substitutos, nos quais possamos descarregar o excesso de medo impedido de ter acesso aos escoadouros naturais, e encontramos paliativos nas cuidadosas precauções com a fumaça do cigarro, a obesidade, a comida de lanchonete, o sexo desprotegido ou a exposição ao sol.²⁹⁹

²⁹⁸ LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. – Barueri/SP: Manole, 2005, p. 01-3.

²⁹⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 91-2.

O medo em relação à saúde é constantemente exaltado, ilimitado e desproporcional aos perigos reais. As expectativas de vida nunca foram tão longas, porém, não conseguem evitar o temor da bactéria assassina, do terrorismo, da catástrofe. O que se verifica, nesse contexto, é que quando mais contínuas e intensas forem essas atitudes preventivas do medo mais ele se alastra nas sensações humanas que percebem o mundo mais traiçoeiro e assustador. Assim, saber onde moram os ex-condenados de crimes sexuais aumentam a segurança ou o medo? Nas palavras de Bauman “nossos medos se tornaram autoperpetuadores e autoreforçadores”³⁰⁰.

A sociedade contemporânea está organizada em direção da constante busca de proteção e segurança onde os indivíduos, em geral, se sentem cada vez mais ameaçados. Essa “aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter uma segurança completa”. Visando o medo nas cidades globais o autor assinala que essas entraram numa nova fase histórica e se dividem em zonas urbanas de funções capitalistas avançadas numa lógica de redes e, em locais de intensos fluxos de populações e de redistribuição de rendas, o que pode ser compreendido como uma crescente verticalização entre uma elite global móvel e uma pobreza local imóvel. Tal diferenciação na cidade gera um difuso sentimento de medo.³⁰¹

Quando a sociedade percebe que não irá alcançar a segurança esperada explica o fracasso buscando um culpado, o responsável pela conduta desviada, um delinquente ou um criminoso. O medo do crime e do criminoso é uma das diversas características do sentimento de insegurança na sociedade contemporânea, a recusa da confiança, a substituição da solidariedade pela competição “foi como aplicar o sal do sentimento de culpa sobre a ferida da impotência, infectando-a. Derivou disso uma doença” – o medo de ser inadequado, de ser um indivíduo que não possui a habilidade de adquirir e conservar de forma razoável. Surgem às novas classes perigosas incapacitadas de reintegração, definidas como não-assimiláveis supérfluas e excluídas de modo permanente. Os supérfluos, os excluídos das classes (subclasses) não facilmente diferenciáveis dos criminosos são “indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das leis”. Isso resulta em dois modos de vida separados e

³⁰⁰ B AUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*..., p. 92.

³⁰¹ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 08-15.

segregados, num afastamento das localidades social e economicamente distantes. O fator medo influencia em novas estéticas de segurança nas construções das cidades, no incremento de mecanismos de afastamento, ampla segurança privada e vigilância nos espaços públicos, os projetos arquitetônicos e urbanísticos possuem o papel de dividir, segregar, proteger as novas elites globais de todos os que são considerados socialmente inferiores.³⁰²

Nas cidades o constante fluxo de estrangeiros assusta e gera uma notável dose de inquietação e desconforto, o medo do desconhecido, do forasteiro, do estrangeiro também é característica das sociedades contemporâneas que induz à *mixofobia*, ou seja, o medo de misturar-se, como consequência dos cenários de múltiplos tipos humanos e estilos de vida, no entanto, a tendência para uma “comunidade de iguais” não tem a capacidade de diminuir ou evitar os riscos, trata-se de uma ideologia segregatória que nutre a sensação de horror em relação ao diferente que impulsiona o desaparecimento da interação, do diálogo, da assimilação e da alteridade.³⁰³

Por conseguinte, diante das “inseguranças e incertezas do capitalismo tardio, o medo tem sido o condutor das subjetividades e um poderoso aliado dos dispositivos de controle social”. Nesse aspecto, “no Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem servido, historicamente, para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento do povo brasileiro”. Esse medo tem raízes coloniais, aponta Vera Malaguti Batista após descrever a formação do *processo civilizatório* de discriminação da sociedade urbana brasileira desde o século XIX, que nunca realizou algum tipo de projeto inclusivo para o ex-escravos, recorrendo a um processo de “medicalização da sociedade” que revela uma ideologia racista, foram desenvolvidos discursos médico-policiais afirmando que a população negra, os mestiços e os índios eram inferiores, degenerados, perigosos, além de transmissores de doenças, produzindo o medo de contaminação desses que agora se aglutinavam pela cidade. Conforme a autora,

compreender as permanências desta memória do medo na cidade do Rio de Janeiro hoje, pressupõe dar-se conta de alguns processos contemporâneos ligados ao capitalismo tardio: primeiro, uma estetização radical da cultura, colando o simbólico no econômico, produzindo uma

³⁰² BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade...*, p. 16-28.

³⁰³ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade...*, p. 36-46.

realidade cotidiana, que entra pelos olhos, que naturaliza uma rígida e hierarquizante ordem social. Segundo, a luta pela ordem, contra o caos, que passa hoje pela criminalização e desqualificação da pobreza, dos não-consumidores, dos novos impuros. Terceiro, esses processos, no Brasil, se reforçam com a herança escravocrata na implantação de um sistema penal que tem tradição genocida, seletiva e hierarquizadora. Por fim, para perpetuar um sistema penal de extermínio, é necessário um discurso moral sobre o crime. Esses processos sincrônicos estão todos impregnados do medo. De um medo que é insegurança globalizada, mas que se desdobra em um medo cotidiano muito concreto.³⁰⁴

Analisando o imaginário do medo na cidade do Rio de Janeiro em dois tempos: na corte imperial e na onda de pânico contemporânea³⁰⁵, Malaguti destaca que “a hegemonia conservadora de nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social”. Desde a visão colonizadora da América e seu modelo escravista até a constituição da República que inclui, excluindo numa perspectiva autoritária o medo vem sendo utilizado como fator de tomada de posições estratégicas no campo sócio-econômico e político. De acordo com a autora o medo pode ser retratado como um “projeto estético, que entra pelos olhos, pelo ouvido e pelo coração”, assim é através da estetização radical que concorre desde a ascensão da burguesia até o

³⁰⁴ BATISTA, Vera Malaguti. *Na periferia do medo*. In: Estados gerais da psicanálise: Segundo encontro Mundial. – Rio de Janeiro, 2003.

³⁰⁵ Nas palavras de Lóic Wacquant esta obra não se trata apenas de uma contribuição para “a historiografia do controle social da cidade maravilhosa” como também para outras três áreas da investigação social, sendo a “história cultural do medo e seu impacto difusor na vida social e política”, a “sociologia da história da escravidão e seus efeitos colaterais no meio urbano e nas formações de conhecimento e hierarquias sociais que este meio ancora” e “a antropologia da contenção material e simbólica das classes baixas da cidade, com destaque sobre o papel central aí desempenhado pela criminologia e pelas políticas criminais”. E afirma que “ao desentranhar suas raízes e revelar seus mecanismos reveladores no século XIX, Vera Malaguti nos permite compreender melhor tanto a atração como as limitações dos discursos do medo que cobrem com um manto fúnebre a metrópole brasileira no alvorecer do século XXI (...) uma agenda estimulante para uma sociologia histórica e comparativa do medo do outro na sociedade urbana da América Latina e para além.” BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. – Rio de Janeiro: Revan, 2003, prefácio.

capitalismo atual que o medo surge como um instrumento de hegemonia política, como reprodutor de uma ordem e de uma hierarquização social. Dessa maneira, observar o medo, a violência, e trabalhar a espacialidade urbana “equivale a trabalhar a concretude da criminologia e da política criminal”, deve-se tratar do discurso do medo tendo consciência de que seus efeitos estéticos transformam a cidade. Citando Bauman escreve que “a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra moradores pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes”. Nesse contexto,

Se o demônio que apossava a Idade Moderna era a Revolução, o demônio contemporâneo estaria condensado nos discursos do aumento da criminalidade. Para Bauman esse processo de criminalização é o próprio produto da sociedade de consumidores. A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. A multiplicação do comportamento classificado como criminoso não seria problema para a sociedade consumidora, mas seu pré-requisito. Os consumidores falhos são os novos demônios, isolados em guetos criminalizados e clientes potenciais o poder da “indústria da prisão” (...). Os efeitos deste processo de incriminação da pobreza podem ser detectados em todo o mundo “globalizado”.³⁰⁶

Nesta direção, Barry Glassner na obra *The cultural of fear – 1999* analisando o medo e sua disseminação no comportamento humano e nas diretrizes das políticas de segurança da sociedade norte-americana escreve que frequentemente “tememos as coisas erradas”, a difusão do medo se dá na “eficácia em exprimir ansiedades culturais profundas”. Falsos medos são resultantes de estimativas irrealistas que geram sofrimentos e a tomada de decisões políticas equivocadas. O paradoxo da cultura do medo está em que os problemas mais sérios, geralmente por de trás dos medos fictícios, são ignorados como a desigualdade de renda por exemplo. Para o autor uma das explicações para a expansão do sentimento de medo coletivo encontra-se na ação da imprensa, nas histórias sensacionalistas veiculadas na mídia para maximizar a

³⁰⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro...*, p. 21-3, 75-83.

audiência, os meios jornalísticos com suas manchetes e reportagens alarmistas produzem mais medos que as experiências reais.³⁰⁷

Destacando uma das principais representações do medo na sociedade contemporânea: o medo do crime e do criminalizado verifica-se na intensa veiculação de casos violentos, atitudes perversas, indivíduos com alto grau de periculosidade, índices crescentes de criminalidade, alertas contra novos golpes, denúncia de rotas do tráfico de drogas, matanças em zonas perigosas, entre outros cotidianamente exaltados nos meios de comunicação de massa que criam seus próprios significados simbólicos que influenciam na construção social da “realidade” que, por sua vez, transformam as formas de manifestação do controle punitivo.

Partindo do conceito de sociedade de risco³⁰⁸ onde “os ‘bens’ criados pelo desenvolvimento industrial ficam prejudicados por uma série muito óbvia de ‘males’” que produz todo o tipo de medo e insegurança nos indivíduos e na coletividade que reagem numa “atitude calculista” ou “atuarial” em sua defesa, Jock Young no campo do desvio observa a potencialização dos riscos e criação de medos através dos meios de comunicação de massa que

exibem uma pletora de imagens de criminalidade e desvio coletadas em todo o mundo. Essas mercadorias de mídia são caracterizadas, como toda a notícia, por sua natureza atípica – são “notícia” porque surpreendem e chocam. Em sua quantidade esmagadora e característica berrante, elas devem sem dúvida causar um “medo” da criminalidade desproporcional ao risco real.³⁰⁹

³⁰⁷ GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. – São Paulo: Francis, 2003, p. 12-7 e 27-31.

³⁰⁸ Trata-se de “uma sociedade na qual os riscos se referem a danos não delimitáveis, globais e, com frequência, irreparáveis; que afetam a todos os cidadãos; e que surgem de decisões humanas. BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. In: Revista Occidente, n°. 150, 1993, p. 19. “Uma sociedade que vê a si mesma como uma sociedade de risco se encontra – para utilizar a linguagem católica – na posição do pecador que confessa seus pecados para ao menos poder filosofar a respeito da possibilidade e do anseio de uma vida melhor, mais condizente com a natureza e a consciência universal. Pois na verdade são poucos aqueles que querem mudar o rumo do barco. A maioria quer ambas as coisas: quer que nada aconteça e quer ficar se queixando. Pois elas assim poderão desfrutar das boas condições de uma vida ruim”. BECK, Ulrich. *O que é globalização? equívocos do globalismo: resposta à globalização*. – São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 179. Ver também: BECK, Ulrich. *Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa?* In: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Modernidade Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. – São Paulo: UNESP, 1997, p. 207-218.

³⁰⁹ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 111.

Ao trata de mídia e sistema penal Nilo Batista indica que os sistemas penais no capitalismo tardio possuem a importante característica de uma especial vinculação com a mídia que opera como legitimadora ultrapassando da mera função comunicativa para a *executivização* das agências de comunicação social do sistema penal. A equação penal, ou seja, se houve um crime deve haver uma pena, “é a lente ideológica que se interpõe entre o olhar da mídia e a vida, privada ou pública”. O autor alerta que o jornalismo deixa de ser uma narrativa fidedigna sobre um crime ou um processo e “promove uma reconstrução dramatizada do caso – de alcance e repercussão fantasticamente superior à reconstrução processual –, passa a atuar politicamente” formando o discurso criminológico midiático do qual necessita para fundamentar sua *performance*, por isso que qualquer ideia que o deslegitime deve ser ignorada. Assim,

o discurso criminológico midiático pretende constituir-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura fundamentar-se numa ética simplista (a “ética da paz”) e numa história ficcional (...). O maior ganho tático de tal discurso está em poder exercer-se como discurso de lei e ordem com sabor “politicamente correto”. Naturalmente, esse discurso admite aliar-se a outros que não lhe reneguem o ponto de partida: a modernidade realizou-se plenamente, suas promessas estão cumpridas, e se o resultado final é decepcionante, tratemos de atenuá-lo pela caridade, pelo voluntariado, por campanhas publicitárias; mas lei é lei. Paralelamente a teorias sociais que excluem a conflitividade de suas costuras, caminham concepções jurídicas para as quais a teoria do delito é o mais audacioso limite da reflexão. Os conflitos sociais podem dessa forma ser lidos apenas pela chave infracional.³¹⁰

Com isto, a pena se torna o rito sagrado de solução dos conflitos, a única alternativa, imediata e incorporada à massa, segundo Batista promover a criminalização “é quase a única medida de que o

³¹⁰ BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso: 15 de maio de 2011, p. 04-7.

governante neoliberal dispõe”, no qual a mídia possui papel fundamental alavancando algumas crenças, fortalecendo preconceitos e mantendo “um silêncio sorridente sobre as informações que as desmintam”. Suas informações não se dirigem ao saber, mas a uma articulação retórico-demonstrativa de seu *credo* criminológico, à expansão da intervenção penal gerando a despolitização dos conflitos sociais e a politização da questão criminal, assim, os “*faits-divers* da antiga página policial migraram para a primeira página, e as páginas políticas recebem um tratamento policialesco”.³¹¹

De acordo, com Baudrillard a sociedade contemporânea pode ser caracterizada pela universalidade do *fait-divers* nas comunicações de massa, isto é, um procedimento jornalístico onde todo o tipo de informação (política, cultural, histórica, econômica) é oferecida da mesma forma, sem categorização. Reduzida a signos, a informação, não transmite a realidade, mas a vertigem da realidade por buscar sempre o “coração do acontecimento” enfatizando demais a realidade e a verdade produz a “vertigem de uma presença total do evento” que pelo fato de eu não ter estado lá me indica ser mais que verdadeira.³¹²

Trata-se de um circuito de informação-estetização-erotização que faz parte do cotidiano que é nele produzido pela mídia de massa. A lógica da mercadoria no capitalismo avançado é transformar-se num signo, a cultura do consumo e a televisão produzem imagens, signos e mensagens em abundância concebendo um mundo simulacional que não conhece as diferenças entre real e imaginário e percebe superficialmente a realidade.

Na vida cotidiana o deslocamento das categorias espaço-tempo acarretou, em certa medida, a ênfase contemporânea no campo da produção cultural em eventos, imagens de mídia e espetáculo. Nesta sociedade o valor de troca se generalizou colocando em circulação a cultura do simulacro a um grau que a imagem se transformou na forma final da *reificação*.³¹³

³¹¹ BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio...*, p. 03-4,08 e 14.

³¹² BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo...*, p. 24-5.

³¹³ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 45. Sobre reificação, segundo Georg Lukács, alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx trata-se do processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado. Ver LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos da dialética marxista*. – Porto: Escorpião, 1974.

Nesse ponto, o processo se reverte, e não são os produtos comerciais do mercado que se tornam imagens na propaganda, mas sim os próprios processos de diversão e de narrativa da televisão comercial que são, por sua vez, reificados e transformados em mercadorias: a narrativa serializada, com seus segmentos rígidos e quebras temporais reduzidos a fórmulas, a ação das tomadas da câmara sobre o espaço, a história, as personagens e as modas, incluindo também aí o novo processo de produção de celebridades e de estrelas que parece diferente das experiência histórica mais familiar que tínhamos dessas questões.³¹⁴

De fato, é este o sentido da derivação retórica da imagem como forma final da mercadoria desenvolvido em *La société du spectacle - 1967* por Guy Debord onde assinala que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação”, como uma visão de mundo que se objetivou. A sociedade do espetáculo é o mundo do espaço-tempo da “monotonia imóvel” em que o viver transformou-se numa representação da própria mercadoria, em que seu valor de troca acabou por dirigir o seu uso configurando a sociedade das pseudo-necessidades, da economia do consumo, da mercadoria como núcleo da vida social.³¹⁵

Esta absolutização da mercadoria na vida social por meio do espetáculo impõe a negação de um tempo histórico que avista na sua irreversibilidade intrínseca a caracterização do sentido da experiência social. O espetáculo paralisa o sentido social da história e da memória, sendo assim, traduz a “falsa consciência do tempo”. O espetáculo inverte o real é um produto, a relação social entre pessoas, mediada por imagens, se apresenta como a própria sociedade, uma parte da sociedade e instrumento de unificação, “a unificação que realiza tão somente a linguagem oficial da separação generalizada”. A alienação recíproca, da realidade que ascende no espetáculo e de que o espetáculo é real, denota

³¹⁴ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 283.

³¹⁵ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 09 - 18.

para Debord, a essência e a base da sociedade existente.³¹⁶ Nesta direção,

no espetáculo, uma parte do mundo se representa diante do mundo que lhe é superior. O espetáculo nada mais é que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro em que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas o reúne como separado. A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (...) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. (...). O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A expansão é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original. O homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado de seu mundo. Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida. O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem.³¹⁷

A origem do espetáculo está nessa perda de unidade do mundo, se revela na abstração do trabalho particular e na abstração geral da produção, a satisfação da mercadoria abundante seu valor de uso já não basta, necessita de seu valor como mercadoria, o uso como mercadoria em si, para o consumidor “é efusão religiosa diante da liberdade soberana da mercadoria”. O homem reificado que, sofre a imposição da cultura do consumo, “exibe a prova de sua intimidade com a

³¹⁶ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo...*, p. 108.

³¹⁷ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo...*, p. 23-5.

mercadoria”. Nos estilos de roupa de personalidades, em objetos especiais, lugares da moda, na aberração do *gadget*, em praticas promocionais e de desuso, na marca, nas revistas de decoração “é possível perceber a manifestação de uma entrega mística a transcendência da mercadoria”, de um “fetichismo da mercadoria que atinge momentos de excitação fervorosa. O único uso que ainda se expressa por aqui é o uso fundamental da submissão”. Na imagem, a feliz ilusão de unificação da sociedade de consumo, assim, nessa

unidade irreal que o espetáculo proclama é a mascara da divisão de classes sobre a qual repousa a unidade real do modo de produção capitalista. O que obriga os produtores a participarem da construção do mundo também é o que os afasta dela. O que põe em contato os homens liberados de suas limitações locais e nacionais é também o que os separa. O que alimenta o irracional da exploração hierárquica e da repressão. O que constitui o poder abstrato da sociedade constitui sua *não-liberdade* concreta.³¹⁸

Desta maneira, a expansão da produção capitalista de mercadorias se manifesta como a premissa da cultura do consumo que deu origem a acumulação de cultura material na forma de bens, serviços e consumo com o imprescindível auxílio da mídia de massa. Outra perspectiva sobre a cultura do consumo, traduz-se nas capacidades que as mercadorias têm de estabelecer vínculos ou distinções sociais. Além da criação dos prazeres emocionais do consumo, de desejos e sonhos no imaginário cultural consumista que produzem excitação física, euforia e prazeres estéticos.³¹⁹

Ao explicar este mundo simulacional contemporâneo, além da análise de classe e da normatividade, numa “alucinação estética da realidade”, o Baudrillard decreta o fim do social, no sentido da impossibilidade de explicações sociológicas convencionais na interpretação de códigos linguísticos e imagens da sociedade atual, esta desintegração no vínculo social torna a sociedade numa massa viscosa onde o social se fragmenta nas faixas de mercado.³²⁰

³¹⁸ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*..., p. 44-7.

³¹⁹ FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo*..., p. 31.

³²⁰ FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo*..., p. 57.

A massa não tem realidade sociológica, é “sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical”. Nem o eu, nem o outro existem na massa, ela é um gigantesco buraco negro que não pode ser manipulado, portanto, a massa também não é povo, não é classe, mas uma maioria silenciosa.

(...) Outrora se atribuía às massas um destino revolucionário contrariado pela servidão sexual (*Reich*), hoje se lhes atribui um desejo de alienação e servidão, ou ainda uma espécie de microfascismo cotidiano tão incompreensível quanto sua virtual pulsão de liberação. Ora, não há nem desejo de fascismo nem de poder nem desejo de revolução. Última esperança: que as massas tenham um inconsciente ou um desejo, o que permitiria reinventá-las como suporte ou suposto de sentido. O desejo, reinventado em toda parte, não é senão o referencial do desespero político. E a estratégia do desejo, após ter sido envolvida no marketing empresarial, hoje se purificou na promoção revolucionária das massas.³²¹

Assim, nas sociedades de massa não existe um significado social que nutra o significante político. As massas despolitizadas não estão aquém, mas além da política. O cotidiano, o privado, as pequenas perversões não estão aquém, mas além da representação. Trata-se da anulação do político, da resistência histórica do social, da banalidade e da inércia das massas transpolíticas.³²²

Neste contexto, Jameson descreve o que ele denomina “micropolítica” - a emergência de uma variedade de pequenos grupos políticos sem base em classe social - como uma política característica da sociedade pós-moderna, por outro lado, os grupos políticos que pretendem intervir na história tanto na direção de uma transformação socialista como para desviá-la para o restabelecimento regressivo, somente podem lamentar uma forma cultural de vício na imagem que percebe o passado como miragem visual e abandona o futuro como um projeto coletivo.³²³

³²¹ BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas*. – São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 12-4 e 19-23.

³²² BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas...*, p. 21 e 35-6.

³²³ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo...*, p. 72-3 e 322.

A sociedade saturada de informação consagra o individualismo, o sujeito se converte em um terminal isolado identificador de código-simulacro que faz o real parecer mais desejável, mais real que o real. É a representação do real em signo, em hiper-realidade. As mensagens cotidianas e a fantasia da personalização exclusiva confundem. O outro é “uma coisa diferente que devemos agora identificar”.³²⁴

³²⁴ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade...*, p. 151-2.

3.2 A CULTURA DO CONTROLE DO CRIME

As transformações estruturais ocorridas nas sociedades nos últimos trinta anos, de certa forma, na “evolução” da humanidade integram a complexidade do crime e, sobre ele, não se pode negar, vêm produzindo trágicas consequências. Por esse caminho observa-se que

o fim do século XX e os albores do XXI constituem cenário de barbárie aprofundada. O tão festejado *fim do socialismo* (talvez estejamos apenas começando) abriu espaço para uma hegemonia do capital e do mercado que ampliou a pobreza, a desigualdade e a violência no mundo. O domínio norte-americano parece não ter limites, nem aqueles impostos pela natureza. (...) Para conter as massas empobrecidas, sem trabalho e jogadas à própria sorte, o neoliberalismo precisa de estratégias globais de criminalização e de políticas cada vez mais duras de controle social: mais tortura, menos garantias, penas mais longas, emparedamento em vida... A mídia, no processo de inculcação e utilização do medo, produz cada vez mais subjetividades punitivas. A pena torna-se eixo discursivo da direita e de grande parte da esquerda, para dar conta da conflitividade social que o modelo gera. Lóïc Wacquant demonstrou como o Estado Previdenciário nos Estados Unidos é substituído pelo Estado Penal. O vento punitivo que sopra da América vai sendo difundido junto com a verdade única do mercado. O capital precisa cada vez mais da prisão, conjugada às estratégias de criminalização de condutas cotidianas (juizados especiais, penas alternativas, justiça terapêutica etc...) e mais a transformação das favelas e periferias do mundo em “campos de concentração”. O criminal e o bélico se amalgamam no que Raúl Zaffaroni analisa como *direito penal do inimigo*. Os territórios não controlados são classificados como Eixo do Mal, territórios a serem ocupados a partir da legitimação produzida por duas categorias fantasmáticas: o traficante e o terrorista. Os novos tempos produzem níveis de encarceramento nunca vistos na história da humanidade. O disciplinamento do tempo livre, da concorrência

desumana e da conflitividade social despolitizada vai requerer novos argumentos “científicos” (...). É importante ressaltar que os negócios do *crime* e da *criminalidade* vão fazer parte da “nova economia” e as ações das empresas que exploram a hotelaria punitiva integram o índice Nasdaq. A indústria do crime, a que se referiu Nils Christie, é um dos setores mais dinâmicos do capitalismo de barbárie.³²⁵

Diante deste quadro, são essas as questões que se colocam para nós, criminólogos no século XXI, destaca Vera Malaguti: “A que ordem servir? Na periferia do capitalismo, tudo isso vai se agregar ao genocídio colonizador, às marcas da escravidão, à república nunca consolidada, ao Estado previdenciário já *malhado* antes de nascer, aos paradoxos da cidadania”. Devemos, “ser os criminólogos que formularão a política criminal da ordem necessária à reprodução do capital vídeo-financeiro, ou estaremos na trincheira da resistência à barbárie?”³²⁶

Nesta linha, Vera Andrade argumenta que no horizonte de projeção do controle punitivo do capitalismo globalizado é imperioso para o criminólogo crítico “compreender, portanto, a própria dinâmica do poder ou dos poderes: poder econômico, financeiro, midiático, político, punitivo oficial (poder legislativo, policial, ministerial, judicial, acadêmico) micropoderes sociais”³²⁷. No mesmo sentido, Zaffaroni aponta que a função do criminólogo nessa hora globalizadora é “a busca do conhecimento profundo e detalhado do funcionamento do sistema [penal] e do exercício do poder punitivo”. Por uma criminologia que explique a operacionalidade do poder de punir como elemento orientador de um direito penal que se proponha a reduzir-se e limitar-se, sem negar “a importância heurística de propor a utopia e, por isso, discutir se é melhor o abolicionismo, o reducionismo ou o minimalismo.

³²⁵ BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. In: Revista Internacional de História política e Cultura Jurídica, vol. 01, n°. 02. – Rio de Janeiro, 2009, p. 27-8

³²⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal...*, p. 28.

³²⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal*. In: Revista de las disciplinas del Control Social, Capítulo Criminológico, vol. 37, n°. 03. – Maracaibo: Instituto de Criminología “Dr.^a Lolita Aniyar de Castro”, Universidad del Zulia, 2009, p. 35.

Toda ação redutora do atual poder punitivo deve ter um sentido mais geral”³²⁸.

Anteriormente na obra *Criminología: una aproximación desde el margen* Zaffaroni apresenta uma proposta em busca de um discurso a partir da realidade da margem, do realismo marginal. Tratando da dogmática jurídica, o autor adverte que a chave para a compreensão está na política criminológica e na sua estreita dependência da política geral, dessa forma, concebe a dogmática jurídico-penal como “um imenso esforço de racionalização de uma programação irrealizável”, e a criminologia tradicional como um discurso de poder racista e sempre colonialista.³²⁹ Para realizar a apromixação deve haver um saber criminológico que impulsione a transformação de nossa realidade com vistas ao desenvolvimento humano de nossas margens. No entanto, seguem alguns obstáculos à aproximação que deve se centrar dentro do poder mundial, assim

para tentar uma aproximação “a partir da margem latino-americana” é necessário, em primeiro lugar, assumir a posição marginal, que é relativamente difícil para o pesquisador, porque toda a preparação e formação o condiciona a discorrer de maneira universal como se “centro” e “margem” do poder não existisse. Este é o resultado de uma técnica de dominação mundial e da universalização do modelo de sociedade industrial central. Em segundo lugar, as dificuldades provêm da essência da tarefa a ser realizada, que será sempre limitada. Nossa aproximação será apenas de uma dessas margens, e por conseguinte, também será parcial, pois, existem outras margens as quais sabemos pouco. Há um isolamento intermarginal adicionado a um intramarginal. (Por exemplo: não há incentivo para que um pesquisador latino-americano se instrua do funcionamento dos sistemas penais na África e vice-versa). Em terceiro lugar, a dificuldade vem da nossa inevitável limitação instrumental. A

³²⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Globalização e sistema penal na América Latina: da segurança nacional à urbana*. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. – Rio de Janeiro: IBCCRIM, 1997, p. 35.

³²⁹ ZAFFARONI, Raúl, Eugenio. *Criminología: una aproximación desde el margen*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/10040573/Zaffaroni-Criminologia>. Acesso: 06 de junho de 2011.

maior dificuldade é a falta de instrumentos teóricos adequados, já que os disponíveis são elaboradas em conformidade com as necessidades de outros fenômenos. Essa limitação vai resultar inevitavelmente em uma aproximação “subdesenvolvida”. A criminologia, de fato, é repleta de valoração política, e sempre foi assim. A dificuldade que se gera ao negarmos qualquer encobrimento da dimensão política da criminologia, tem duas implicações: a primeira, é o considerável obstáculo para que no “centro” possam compreender as perspectivas políticas de nossa margem e a segunda, a tendência latino-americana tão arraigada a desqualificar qualquer desenvolvimento apelando ao etiquetamento político.³³⁰

Na interpretação de Malaguti, “pensando na criminologia como um rio e na aproximação pela margem”, Zaffaroni “indica os significados diversos que as ideologias dos países centrais apresentam na nossa periferia”, como “um fato de poder, poder letal, do centro para a periferia”. Só pode-se promover essa aproximação a partir da compreensão da “multiplicação latino-americana das perguntas centrais, somada à notória inferioridade no desenvolvimento teórico e nos recursos informativos disponíveis e também na dramaticidade do nosso

³³⁰ “1) Para intentar una aproximación “desde el margen latinoamericano” es necesario, en primer lugar, asumir la posición marginal, lo cual resulta relativamente difícil al investigador, porque toda la preparación y entrenamiento lo condiciona para discurrir en forma “universal”, como si “centro” y “margen” del poder no existiesen. Esto es el resultado de una técnica de dominio mundial y de la universalización del modelo de sociedad industrial central. 2) El segundo orden de dificultades proviene de la naturaleza misma de la tarea a emprender que siempre será limitada. Nuestra aproximación solo será desde uno de esos márgenes y por consiguiente, también será parcial pues hay otros márgenes, respecto de los cuales sabemos pocos. Hay un aislamiento intermarginal sumado a uno intramarginal. (Por ejemplo: no hay ningún estímulo para que un investigador latinoamericano se instruya del funcionamiento de los sistemas penales africanos y viceversa). 3) El tercer orden de dificultades proviene de nuestra inevitable limitación instrumental. La mayor dificultad se hallará en la escasez de instrumentos teóricos adecuados, ya que los disponibles están elaborados de conformidad con las necesidades de otros fenómenos. Esta limitación dará como inevitable resultado una aproximación “subdesarrollada”. 4) La criminología es un hecho pletórico de valoración política y siempre lo ha sido. La dificultad que se genera al negarnos a cualquier encubrimiento de la dimensión política de la criminología, tiene una doble implicación: la primera, es el considerable obstáculo para que el en el “centro” puedan comprenderse las perspectivas políticas de nuestro margen y la segunda la tendencia latinoamericana tan arraigada a descalificar cualquier desarrollo apelando al etiquetamiento político”. (Tradução nossa). ZAFFARONI, Raúl, Eugenio. *Criminología...*, p. [s/n].

cotidiano violento”. Desse modo, o realismo marginal analisa “as incorporações da periferia no colonialismo pela revolução mercantil, no neocolonialismo pela revolução industrial e no tecnocolonialismo pela revolução tecno-científica”. Assim, uma das técnicas do poder que restringe a comunicação com as margens se dá no monopólio da informação, nesse sentido, “incorporamos acriticamente a ideologia das prisões de segurança máxima norte-americana e não sabemos nada da questão criminal na África”.³³¹

Zaffaroni estabelece que a única função racional da criminologia das margens “é a de impulsionar o movimento contrário, redutor de violência estrutural”. A questão criminal contemporânea exige que a criminologia explique os “nossos sistemas penais, como operam, que efeitos produzem, porque e como nos ocultam esses efeitos, que vínculo mantêm com o resto do controle social e do poder, que alternativas existem a essa realidade e como se podem instrumentar”.³³²

Máximo Sozzo analisando as transformações das instituições penitenciárias argentinas “explora em detalhes o crescimento do encarceramento, a porcentagem de presos sem condenação, a superpopulação e superlotação, as condições de vida desumanas e o exercício da violência” e apresenta uma “leitura da transformação na sociedade contemporânea das prisões em termos de passagem daquele velho modelo normatizador a um modelo de prisão-jaula ou prisão-depósito”. Dessa forma, indica o surgimento de uma série de iniciativa legislativas, penais, processuais e de execução, que se inclinam explicitamente em direções diversas àquelas do projeto de normalizador disciplinador/correcional. Alterações que revelam “o pano de fundo de uma drástica transformação econômica e social que implicou numa extraordinária expansão da exclusão, da insegurança social e da ascensão de uma aliança de governo com componentes (...) neoconservadores e neoliberais”.³³³

O novo tipo ideal de prisão que complementa e, gradativamente, desloca o projeto disciplinador é o projeto securitário. Concebe-se como uma prisão que abandona a finalidade da pena

³³¹ BATISTA, Vera Malaguti. *O realismo marginal: criminologia, sociologia e a história na periferia do capitalismo periférico*. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org>. Acesso: 28 de maio de 2010.

³³² ZAFFARONI, Raúl, Eugenio. *Criminología...*, p. [s/n].

³³³ SOZZO, Máximo. *¿Metamorfosis de la prisión? Proyecto normalizador, populismo positivo y “prisión-depósito” en Argentina*. In: Revista latinoamericana de seguridad ciudadana, n°. 01. Programa de Estudios de la Ciudad de FLACSO Sede Ecuador. – Quito, 2007, p. 88 e 96.

declarada e se interessa por outros objetivos como legitimação de sua própria existência. Assim, de um lado, a retribuição do mal causado pelo crime através da produção intencional de sofrimento ao preso, de outro, a neutralização ou incapacitação do preso, durante o lapso temporal necessário e indicado para prevenir riscos e evitar delitos. É nessa direção que se constitui uma

prisão sem trabalho, sem educação, sem religião, sem família, sem observação, classificação e tratamento, sem aliviar o encerramento. Não é uma “prisão-fábrica” ou uma “prisão-escola” ou uma “prisão-convento” ou “prisão-família” ou “prisão-asilo” ou “prisão-hospital”. Somente o confinamento da prisão e do isolamento, regulamentação, supervisão e sanções. A “prisão-seguro”. A “prisão-jaula” ou “prisão-depósito”. Atualmente, a materialização agonizante deste tipo ideal são as prisões de segurança máxima dos Estados Unidos.³³⁴

Com efeito, a abordagem da prisão-depósito expressa, em certa medida, a realidade da prisão na Argentina, sob as seguintes características: a) enormes porcentagens de cumprimento de prisão provisória; b) superpopulação e superlotação e c) condições de vida subumanas, violências e mortes. Pode-se afirmar que o sistema penitenciário brasileiro também se define nessas características. Segundo Sozzo tais aspectos se destacam no marco da ascensão do populismo punitivo o qual devido à presença cotidiana do crime se configura na insegurança urbana, na emergência e na emocionalidade tornando-se um objeto de barganha política num processo de eleitoralização que se incrementa na severidade da pena e na expansão do sistema punitivo como estratégia de controle.

Nessa tendência, se constrói discursivamente uma representação do delinquente que estrutura o que David Garland chamou de uma *criminologia do outro*. Esta representação “negocia com

³³⁴ prisión sin trabajo, sin educación, sin religión, sin familia, sin observación, clasificación y tratamiento, sin flexibilización del encierro. Ni una “prisión-fábrica”, ni una “prisión-escola”, ni una “prisión-monasterio”, ni una “prisión-familia”, ni una “prisión-asilo” o “prisión-hospital”. Una prisión sólo encierro y aislamiento, reglamentación, vigilancia y sanción. Una prisión “segura”. Una “prisión-jaula” o “prisión-depósito”. En el presente, la materialización paroxística de este tipo ideal son las prisiones de “super-máxima seguridad” en los Estados Unidos. (Tradução nossa). SOZZO, Máximo. *¿Metarmofosis de la prisión?...*, p. 104.

arquétipos, imagens e ansiedades, em vez de se basear em análises meticolosas e em descobertas da investigação científica. Não é a voz do especialista que o discurso privilegia embora essa representação pode estar presente, no caso dos “novos especialistas” (...) mas, sim a do “político”, das “pessoas”, e da “vítima”. Que representa o delinquente como um “outro”, mais ou menos inassinalável a “nós”, como uma “espécie diferente” (...). Desta forma, se *essencializa* o que separa tais indivíduos do resto - em termos “biológicos” ou, mais frequentemente, “culturais” - que permite sua “demonização”, o que por sua vez, permite a implantação de níveis maiores ou menores de “atrocidade” (Young, 1999, 96-120). O “populismo punitivo” apela repetidamente por metáforas militares - a “guerra contra o crime” - que, obviamente, na Argentina, têm uma ressonância particular no nosso contexto cultural e político, em função de experiências políticas autoritárias das ditaduras militares recentes, em largamente implementada uma “militarização” das estratégias de controle do crime.³³⁵

Sobretudo, Sozzo alerta que esses novos caminhos de racionalização da prisão argentina, podendo ser alargado, de modo geral, para a América Latina não indica necessariamente a morte do ideal normatizador disciplinador/correcional, em âmbito legal, político e

³³⁵ “En esta tendencia, se construye discursivamente una representación del delincuente que estructura lo que David Garland ha llamado una “criminología del otro”. Esta representación “comercia con arquetipos, imágenes y ansiedades, en lugar de estar fundada en un análisis meticoloso y en los descubrimientos de la investigación científica”. No es la voz del “experto” la que habla privilegiadamente en esta representación – aun cuando puede estar presente, sobretudo en el caso de los “nuevos expertos” (...) sino más bien la del “político”, la “gente”, la “victima”. Se representa al delincuente como a un “otro”, más o menos inasimilable al “nosotros”, como una “espécie diferente” (...). De esta forma se “esencializa” aquello que separa a ese tipo de individuos del resto – en términos “biológicos” o, mas frecuentemente, “culturales”- lo que permite su “demonización”, que posibilita a su vez el despliegue de mayores o menores niveles de “atrocidad” (Young, 1999, 96-120). El “populismo punitivo” apela recurrentemente a metáforas bélicas - la “guerra contra el delito” - que evidentemente, en Argentina tienen unas particulares resonancias en nuestro contexto cultural y político, em función de las experiencias políticas autoritárias de las dictaduras militares recientes que, en buena medida, implementaron una “militarización” de las estrategias de control del delito”. SOZZO, Máximo. *¿Metamorfosis de la prisión?...*, p. 97 e 104-6.

institucional ele ainda tem alguma força. O autor “revela a estratégia da referência teórica sincrética contra as traduções estritas da criminologia do poder central”³³⁶. De certo,

grande parte da literatura contemporânea que refere às transformações atuais das estratégia penais e, que enfatiza a crítica a “nova punitividade” corre o risco de cair num gesto ético e político, muitas vezes indesejado, porem histórica e sociologicamente imprecendente . De certa forma, reinventam uma “idade de ouro”, cheia de valores e realidades positivas, anteriores das mudanças contemporâneas que aumentam a severidade penal e penitenciária. Na área da prisão isso pode levar ao paradoxo de reavaliação do projeto normatizador disciplinar/correcional como a antítese do que enfrentamos no presente, a “prisão-depósito” e a “prisão-jaula”. Em nosso contexto, embora eu suspeite que, em certa medida, em todos, inclusive nos países centrais, esse é um erro fatal, uma vez que o projeto foi e ainda é, em sua execução – um produtor sistemático de subjugação e humilhação. O atual desequilíbrio na maioria das prisões da Argentina de “economia mista” que tem caracterizado-a, até certo ponto, para os componentes associados com o tipo ideal de “prisão-depósito” ou “prisão-jaula” não é uma boa notícia para os presos e para aqueles interessados na luta contra a degradação e a exclusão. Porém, tão-pouco se trata da persistência do projeto de normalização disciplinar/correcional da prisão moderna. É simplesmente um elemento empírico, descritivo, que deve ser levado em conta necessariamente quando se pensa pistas para incentivar a única política carcerária admissível de modo ético, a busca pela redução de danos que a mesma gera diariamente.³³⁷

³³⁶ BATISTA, Vera Malaguti. *O realismo marginal...*, p. [s/n].

³³⁷ Mucha de la literatura contemporânea que se refiere a las transformaciones actuales de las estrategias penales y que enfatiza la crítica a la “nueva punitividad” corre el riesgo de caer en un gesto ético y político, muchas veces no querido, pero seguramente infundado histórica y sociológicamente. De alguna manera, reinventan una “edad de oro”, plagada de valores y realidades positivas, anterior a los cambios contemporáneos que incrementan la severidad penal y penitenciaria. En el terreno de la prisión esto puede llevar a la paradójica revalorización

Neste sentido, busca-se averiguar os discursos críticos criminológicos contemporâneos que apresentam os novos desdobramentos no controle social, a formação da cultura do controle do crime, e a tendência de uma nova racionalidade normatizadora fundada na prevenção dos riscos por meio da proposta atuarial que, vem emergindo nos países centrais, dada a nossa situação marginal de dependência no capitalismo mundial, as consequências de fora tendem a nos atingir, sempre de maneira mais intensa, de acordo com Rosa del Olmo disso decorre a importância de “detectar essas mudanças para avaliar seu significado para a América Latina”³³⁸. Portanto, a seguir, passa-se a descrever uma série de mudanças averiguadas no sistema de controle social oriundas, principalmente da nova lógica cultural do capitalismo tardio nos países hegemônicos, observando como essas novas formas de dominação, assim como, seus reflexos se desdobram na realidade latino-americana.

3.2.1 Alguns sinais da mudança: em tempos de *Gulag ou Depósito*

Tratando da cultura do controle do crime e da justiça criminal nas sociedades britânica e norte-americana³³⁹, David Garland apresenta

el proyecto normalizador/disciplinario/correccional como la antítesis de aquello a lo que nos enfrentamos en el presente, la “prisión-depósito”, la “prisión-jaula”. En nuestro contexto —aún cuando sospecho que, en cierta medida, en todos, incluso en los países centrales- este es un error fatídico, ya que dicho proyecto fue y sigue siendo —en su implementación pero ya desde su diseño- un productor sistemático de sometimiento y humillación. El desbalance actual en buena parte de las prisiones argentinas de la “economía-mixta” que las ha caracterizado —y aún caracteriza en cierta medida-, hacia los componentes asociables con el tipo ideal la “prisión-depósito” o la “prisión-jaula” no es una buena noticia para los presos y para todos aquellos preocupados en la lucha contra su degradación y exclusión. Pero tampoco lo es la persistencia del proyecto normalizador disciplinario/correccional de la prisión moderna. Simplemente se trata de un elemento empírico, descriptivo, que debe ser necesariamente tenido en cuenta para pensar los carriles mas viables para alentar la única política de la prisión admisible éticamente, la búsqueda constante de la reducción de los daños que la misma cotidianamente genera.

(Tradução nossa). SOZZO, Máximo. *¿Metarmofosis de la prisión?...*, p. 114.

³³⁸ DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e a sua criminologia*. – Rio de Janeiro: Revan, 2004, p.21.

³³⁹ Vale ressaltar, que “o presente estudo é baseado em dois livros meus anteriores: *Punishment and Welfare*, que descreveu o recrudescimento de uma forma previdenciária de justiça criminal no início do século XX, e *Punishment and Modern Society*, que desenvolveu uma teoria social da punição, a qual enfatizou tanto os elementos culturais como os políticos das instituições penais. A cultura do controle do crime completa a trilogia, pois fornece a atualização histórica de *Punishment and Welfare*, assim como utiliza a teoria social desenvolvida em *Punishment and Modern Society* para interpretar e explicar um grupo

uma análise crítica descrevendo os desdobramentos ocorridos nas últimas três décadas que impulsionaram as forças sociais, culturais, políticas e a resposta social ao crime. Mesmo sendo averiguadas, especificamente, nessas realidades centrais, por demonstrar mudanças estruturais no capitalismo globalizado e mudanças culturais que alteram de modo especial as relações sociais representam também, com as devidas adequações, as transformações ocorridas no modo de vida nas grandes cidades da América Latina e do Brasil, bem como, suas implicações nos sistemas de controle, inclusive levando em consideração o processo periférico tardio de industrialização e de turbulência no campo político até meados da década de 1980, pois, ao que tudo indica “os ventos pós-modernos que sopraram de Guantánamo chegaram até nós e nossos juristas, nossos homens de governos, nossa opinião pública são, como se sabe, bastante sensíveis a essas influências vindas dos Estados Unidos”. Num procedimento bizarro “canibalizamos as novidades e adaptamo-las à nossa realidade”³⁴⁰, sendo assim, as influências de políticas criminais excludentes, autoritárias, de redescobrimto da neutralização e de banalização da função da pena que vem de fora nos atingem sem nem sequer termos implantado de forma generalizada a inclusão democrática ou a recuperação social.

Deste modo, este processo de transformação cultural e social, conforme escrito no primeiro capítulo, em suas bases epistemológicas que demarcam ou não uma ruptura com a modernidade, vem alterando as relações sociais nas sociedades. A partir disso, Garland visa estabelecer “como este fator compartilhado de desenvolvimento histórico transformou a experiência do crime, da insegurança e da ordem social”, afirmando que “a dinâmica atual do controle do crime reproduz um certo tipo de ordem social nas sociedades pós-modernas”. O termo pós-modernidade é utilizado como modo de organização social contemporâneo desde 1970 e a economia de mercado são as duas forças fundamentais que moldam o controle do crime, para o autor o objetivo “não é pensar historicamente o passado, mas sim, através da história, repensar o presente” levantando a hipótese de que

as muitas transformações que ocorreram na lei penal e em sua aplicação podem ser mais bem entendidas através da análise do campo como um

concreto de instituições e ideias”. GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. – Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 36.

³⁴⁰ RAUTER, Cristina. *Para além dos limites*. In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e Subjetividade*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 47.

todo do que pela análise isolada de cada elemento. Mudanças em políticas, sentenças, punições, teorias criminológicas, filosofia penal, políticas penais, segurança privada, prevenção do crime e tratamento das vítimas, assim por diante, podem ser mais bem apreendidas se forem vistas como elementos que interagem no campo estrutural do controle do crime e da justiça criminal.³⁴¹

Assim, a investigação se desenvolve na tentativa de resolver, entre outras, a questão de “quais são os processos históricos e sociológicos que deram à luz as maneiras atuais de controlar o crime e de fazer justiça” seu foco central é escrever uma história do presente e apresentar um relato estrutural que “não reclama nada além da óbvia verdade de que a introdução de novas racionalidades, práticas e propósitos num campo³⁴² já existente terá consequências na operação e no significado dos elementos existentes naquele domínio”. A obra enfrenta esse problema que, para o autor é em uma só vez: histórico, sociológico e penalógico. Histórico “porque envolvem uma súbita e perturbadora subversão do padrão histórico assentado”. Sociológico, pois toda a transformação na configuração do campo social sinalizará para transformações em suas estruturas e das instituições sociais que lhe compõe. O campo do controle do crime se constitui no conjunto dos sistemas de controles formais e dos sistemas de controles informais possuindo certa autonomia e a capacidade de incorporar desenvolvimentos e mudanças, assim essas mudanças indicam que por trás da resposta do crime encontra-se um “novo parâmetro de mentalidades, interesses e sensibilidades”. E penalógico devido “a emergência das novas formas de pensar e agir com relação ao crime e ao concomitante descrédito” às crenças antigas e na orientação dos

³⁴¹ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 33-6 e 43.

³⁴² O autor indica que o termo campo é retirado do trabalho de Pierre Bourdieu no qual seu melhor resumo foi apresentado por Lóïc Wacquant “em sociedade avançadas as pessoas não se deparam com um espaço social indiferenciado. As muitas esferas da vida, arte, ciência, religião, economia, política, e assim por diante, tendem a formar micocosmos distintos, dotados de regras, regularidades e formas de autoridade próprias – é o que Bourdieu chama de campo. Um campo é, em primeira instância, um espaço estruturado de posições, um *campo de força* que impõe suas determinações específicas a todos os que têm escolha senão adquirir o mínimo ‘capital científico’ exigido e observar os valores e regras encampados pelo ambiente científico daquele tempo e lugar”. WACQUANT, Lóïc. *Pierre Bourdieu*. In: R. Stones (org.), *Key Sociological Thinkers*. – New York: New York University Press, 1998, p. 215-9 a 221 *apud* GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 79.

profissionais que num “permanente estado de crise e de anomia profissional”.³⁴³

Ao analisar os sinais da mudança, Garland argumenta na direção de tendências estruturais comuns que o leva a “supor que muitos dos problemas das inseguranças subjacentes são, ou serão em breve, familiares a outras sociedades pós-modernas, mesmo que suas reações culturais e políticas e suas trajetórias sociais venham a ser muito diferentes”³⁴⁴. Nesse sentido, dentre as mais importantes tendências de transformações estruturais dos últimos trinta anos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que o autor destaca, destacam-se as mais reflexivas e perceptíveis na conjuntura latino-americana e brasileira.

Por conseguinte, o primeiro sinal apontado refere-se ao *declínio do ideal de reabilitação* como um próprio ideal do saber penal moderno que ruíu no que diz respeito ao real significado que se revestiu a reabilitação nos sistemas de justiça atuais, as quais são subordinadas a outros objetivos político-penais como a retribuição, a neutralização, a prevenção e o gerenciamento dos riscos. Assim, a ideia de reabilitação como fundamento elementar da pena, bem como seus valores e práticas, foram praticamente dissipados sem maiores problemas.³⁴⁵ O que ocorre, diante dessa informação é que mesmo considerando a reabilitação ou ressocialização do condenado uma falácia que jamais poderá se completar, devido a função inversa do sistema punitivo, essa institucionalização e aceitação pública de técnicas de gestão discriminatórias demonstra o significado das políticas penais contemporâneas que diferentemente de algum tempo atrás, não necessitam de disfarces para executar o controle do crime. Nas políticas criminais do norte a lógica teórica de aplicação da pena migrou da reabilitação para a neutralização e o extermínio dos agentes produtores de riscos. No caso das políticas criminais brasileiras surge a adoção de políticas como o regime disciplinar diferenciado (RDD), a restrição do uso de exame criminológico para progressão de regime e concessão de livramento condicional que refletem mudanças no ideal de reabilitação não-realizado, indicando à neutralização num movimento de consolidação da incapacidade e da abdicação da função estatal em reabilitar:

³⁴³ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 43-7 e 72.

³⁴⁴ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 50.

³⁴⁵ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 50.

A autoridade penitenciária confessa publicamente que a classificação dos condenados à pena de prisão é hoje feita tendo-se em conta o que se denomina “facções criminosas”. (...) Todo o criminoso hoje pertenceria a alguma facção incluindo o ladrão furtivo de celular, os ladrões de comida em supermercado, os que saem correndo na rua com a bolsa da velhinha... Mas atenção: o mais incrível é que a própria autoridade quem classifica segundo facções criminosas! Tudo em nome da vontade cristã de evitar mortes no presídio. Talvez este seja, uma vez mais, nosso modo bizarro de implantação das novidades pós-modernas no campo penal. O sistema penal (...) pratica o endurecimento penal e a pena de morte sem sujar as próprias mãos, de modo econômico.³⁴⁶

Esta descrição representa a prática de nossos sistemas carcerários, este tipo de prisão-depósito de amontoados humanos, desperdício de vida, reprodução extrema da violência, do horror e da discriminação. Nessa retroalimentação da sociedade consumista ocorre a maciça criminalização da miséria, a radicalização da política punitiva e a construção de discursos justificadores de novas tecnologias de segregação que induzem a opinião massificada a requer a justiça sob a forma vingativa de mais repressão.

Outro sinal de transformação que compõe a cultura do controle do crime descrito por Garland é o *ressurgimento de sanções retributivas e da justiça expressiva* que se trata do reaparecimento da “retribuição justa” como objetivo político. Vive-se num período que se instaura um forte sentimento público punitivo que é prioritário nas análises dos especialistas geralmente vinculadas à mídia e nas decisões políticas, assim começam a surgir explicações racionais para justificar medidas retributivas. Podemos citar como exemplo o direito penal do inimigo de Jakobs, as incessantes manifestações públicas em favor de uma série de criminalizações de condutas contra mulheres, homossexuais, crianças ou, em favor da redução da maioria penal e de um tratamento mais rigoroso com o criminoso, até na expressão do sentimento de vingança em casos de intenso clamor público percebidos em cada canto. O próximo fenômeno de mudança apresentado pelo autor pode ser

³⁴⁶ RAUTER, Cristina. *Para além dos limites...*, p. 48-9.

compreendido, praticamente em decorrência desse, refere-se à *mudança no tom emocional da política criminal* na qual destaca que o medo do crime tomou novas formas e chegou a ser percebido como um problema em si, além de a percepção de um público amedrontado influir fortemente no conteúdo das políticas criminais. Segundo Garland “o crime foi redramatizado” e “as imagens modificadas para acompanhar a nova legislação tendem a ser esboços estereotipados de jovens rebeldes, de predadores perigosos e de criminosos incuravelmente reincidentes”.³⁴⁷

Com isto, levanta-se a hipótese de que na última década o sistema penal brasileiro em sua total amplitude também alterou sua forma de pensar, de se expressar e de se manter sob o declínio do discurso oficial da função de reabilitadora/ressocializadora da prisão como efeito do descrédito estatal em gerir os problemas criminais diante das altas taxas de criminalidade e encarceramento, e por outro lado, a intensificação da função retributiva da pena.

Dando sequência, outros dois sinais de mudanças recentes na lógica estrutural das sociedades são: *antes de mais nada, o público deve ser protegido*, que deflagra o discurso inflamado da defesa social, da segurança pública, da contenção do perigo, da prevenção ao delito e identificação do criminoso fundamentador de políticas arbitrárias sem limites como no caso das medidas cautelares ou prisões provisórias estabelecidas como principal meio de pena.³⁴⁸ E em relação à *politização e o novo populismo* que, de outras formas já se referiu anteriormente, significa dizer que a política criminal tornou-se um tema importante na competição eleitoral que não se baseia nas concepções criminológicas, mas no senso comum, “naquilo que todo mundo sabe”. A politização da questão penal, bem como, seu uso para agradar a massa representa na prática a atuação de um sistema que não coloca limites para proteger o que denomina de público.³⁴⁹

Dessa forma, o novo conjunto de práticas preventivas do delito, como resposta à angústia da insegurança “transcende a linha divisória entre o público e o privado e estende os contornos do controle do crime oficial para muito além das fronteiras institucionais do Estado”. Trata-se

³⁴⁷ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 51-4.

³⁴⁸ Conforme dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen, Departamento penitenciário nacional – Ministério da Justiça, sobre a população carcerária brasileira até dez./2010 cerca de 33% dos presos no Brasil são presos provisórios. Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso: 23 de maio de 2011.

³⁴⁹ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 56-8.

de outra mudança estrutural que Garland intitula *a sociedade civil e a comercialização do crime*, um movimento que passa a “pulverizar” a resposta ao crime, ao invés de monopolizá-la. É nessa linha, que o campo atual do controle do crime esta sendo reconfigurado, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos as funções do Estado foram crescentemente delegadas a empresas privadas, as quais se permite as regras de mercado e estão fadadas a consequências devastadoras “criando novas desigualdades de acesso e de provisão e facilitando um processo de expansão penal que, de outra forma, talvez fosse mais contido”.³⁵⁰

Vale dizer, que estas perspectivas do controle punitivo fundam-se na eficiência econômico-jurídica estabelecendo nas leis, as penas que são o custo da infração³⁵¹. O método de controle eletrônico de condutas, além das privatizações de prisões e de todo seu arcabouço de produtos e serviços, representa a intensa utilização tecnológica nos aparatos do controle social, assim, os *microchips*, os sistemas de trancas, alarmes, detectores de metal, de drogas, câmeras e pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas³⁵² servem como exemplo de instrumentos que monitoram a vida de pessoas que por algum motivo foram condenadas a esses meios de pena que, conforme alerta Zaffaroni diferentemente das prisões, não têm limites para sua aplicação.³⁵³

Neste contexto, Nils Christie na obra *Crime control as industry - 1998* analisando o sistema de pena domiciliar mediante vigilância ou liberdade vigiada, descreve que o

condenado recebe uma pulseira eletrônica em torno do pulso ou do tornozelo, ligada a um telefone. Se o condenado sai de casa, a conexão com o telefone é rompida e um alarme soa na delegacia de polícia ou no escritório dos *probation*

³⁵⁰ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 63-4 e 258-9.

³⁵¹ Neste sentido, sobre a análise econômica do direito ver HAYEK, Friedrich August Von. *Direito, Legislação e Liberdade*. – São Paulo: Visão, 1985, POSNER, Richard. Allen. *El análisis económico del derecho*. - México: Fondo de Cultura Económica, 2007 e *Para além do Direito*. - São Paulo: Martins Fontes, 2009 e FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. - São Paulo: Arte nova, 1977.

³⁵² No Brasil foi publicada, no Diário Oficial da União, no dia 16/06/2010 a Lei nº. 12.25/10 que autoriza o monitoramento eletrônico de condenados nos casos de saída temporária no regime semi-aberto e de prisão domiciliar. Tal monitoramento poderá ser realizado por meio de pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas.

³⁵³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito*. In: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 39-0.

officers. Há um florescente mercado para este aparelho, particularmente nos Estados Unidos, mas também em outros países. Em uma só transação, Cingapura comprou, recentemente, equipamentos no valor de US\$ 7 milhões.³⁵⁴

Ou ainda, apresentando o mercado do controle do crime e as formas de publicidade de seus produtos nos anúncios de publicações oficiais da revista *Corrections today*, o autor destaca na categoria construção de prisões: “você telefona, nos construímos. Seis meses depois de sua chamada, a prisão está pronta”. E na categoria de equipamentos para prisões, o gás lacrimogêneo e uma super armadura:

o sistema de TG GUARD, usado nas principais prisões, é um dispositivo estratégico de depósitos de gás lacrimogêneo instalados ao nível do teto. Eles podem ser acionados, por controle remoto, por pessoal protegido. O acionamento pode ser feito num padrão determinado e com vários níveis de concentração para forçar os presos a evacuarem uma área que você determinar. Se o gás não for suficiente, pode-se usar a armadura *Point Blank*: alguns presos adorariam apunhalar, espancar, esmurrar e queimar você. Mas não vão atravessar sua roupa *star special tactical anti-riot*.³⁵⁵

Nesta obra, Christie desenvolve um estudo importante sobre a indústria do crime na sociedade norte-americana e chama a atenção contra as tendências recentes no campo do controle nas sociedades ocidentais que enfrentam dois problemas principais, ou seja, a distribuição desigual de riquezas e o trabalho assalariado, sendo que, a indústria do crime fornece lucro e trabalho, além de exercer o controle sobre os perturbadores desse processo social. Assim, argumenta que “os maiores perigos do crime nas sociedades modernas não vêm dos próprios crimes, mas do fato de que a luta contra eles pode levar as sociedades a governos totalitários”. Foram criadas novas formas de técnicas de gestão com a eficiência mecânica da vigilância, essa nova situação compreende uma oferta ilimitada de atos indesejáveis que podem ser definidos como crime. O controle do crime deve ser visto

³⁵⁴ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental*. Tradução de Luis Leiria. – Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 120-1.

³⁵⁵ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime...*, p. 95-7.

como uma indústria, no qual o preso se transforma na matéria-prima, a punição é o produto e a prisão significa dinheiro. A questão central para o autor está em “até que ponto a privatização pode expandir e transformar a capacidade de punir do Estado” ampliando os meios de punição.³⁵⁶

Observando o controle de comportamentos ocorridos na modernidade, fundamentado nas ideias de Bauman³⁵⁷ no que representam uma terceira interpretação dos campos de extermínio da segunda guerra mundial como reflexo da “produção social da indiferença moral nas sociedades modernas”, Christie escreve que o termo *gulag* “é, assim, mais adequado para o que pode estar por vir do que campo de concentração”, onde “uma grande proporção de homens das classes mais baixas acaba vivendo a maioria de suas vidas ativas em presídios”. Nesse sentido,

a ideia da punição justa torna o sistema mais fluido e permite particularmente ignorar todos os outros valores que não sejam a gravidade do ato. O ideal de equiparar a gravidade do crime com uma porção de dor traz como consequência o fato de que todos os outros valores básicos, que os tribunais tradicionalmente têm que avaliar, sejam retirados dos procedimentos. O que era um sistema de justiça se converteu num sistema de controle do crime. A distinção clássica entre o Judiciário, o Executivo e o Legislativo se dissolveu em grande parte. Os tribunais se transformaram em ferramentas nas mãos dos políticos ou, nos casos mais extremos, os juízes – assim como promotores – também se transformam em políticos. Tudo isso, porém, está acima da crítica. Não apresenta nenhuma das graves ilegalidades que marcaram o Holocausto ou os *Gulags*. Agora, trata-se do controle democrático do crime aprovado pelo voto da maioria. Para isto, não há limites naturais, desde que as ações não prejudiquem essa maioria.³⁵⁸

³⁵⁶ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime...*, p. 02-5, 14, 101, 114 e 122.

³⁵⁷ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

³⁵⁸ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime...*, p. 171-7 e 187-8.

Para Christie o Direito, nas sociedades contemporâneas, foi “empurrado na direção da primeira classe geral de instituições, a da produção”, tornando-se um “instrumento utilitário, afastado das instituições culturais”, perdeu “suas raízes no núcleo da experiência humana”. Após descrever um caso de doação de órgãos de condenados executados em Taiwan, que quando fuzilados “estavam ligados a respiradores, para que sua circulação sanguínea e respiração não parassem subitamente”, trata do núcleo comum de Charles H. Cooley - no qual, todos os seres humanos têm bases comuns para compreender o que é certo ou errado por compartilharem das mesmas experiências humanas, ao menos, no que tange as primeiras experiências da vida humana -, apontando que ele não implica em garantias absolutas, pois, muitas vezes, funciona com aqueles que são mais próximos, podendo se tornar irrelevante dependendo da distância, das características do ambiente, ou ainda, devido à formação e prática profissional. “Não é estranho o que aconteceu à medicina nos tempos do nazismo”, já no contexto do Direito, “isso depende do tipo de justiça (...), de as leis estarem perto do âmago da experiência humana”. Assim, deve-se preservar a proximidade entre as instituições legais e as instituições culturais, “encontrar um nível adequado de dor não é uma questão de utilidade, de controle da criminalidade, ou de ver o que funciona. É uma questão de padrões baseados em valores. É uma questão cultural”. A punição pode ser compreendida como um reflexo de nossos valores que espelham normas que reinam na sociedade. Em contraposição ao mito utilitarista o autor visa destruí-lo e “trazer toda a operação de volta ao campo da cultura”.³⁵⁹

Após apresentar a expansão do mercado do controle do crime na cultura ocidental industrializada e indicar forças morais contrárias a ela como um caminho que “pode não ser a pior alternativa, quando a outra é a distribuição da dor”, observando os efeitos destas mudanças estruturais no sistema penal da América Latina, Zaffaroni sustenta que “o discurso do autoritarismo norte-americano é o mesmo que se instala no resto da América, porém, sua funcionalidade é tão diferente quanto à realidade do poder repressivo”. No Sul as prisões são superlotadas de gente sem condenação numa “generalizada medida de segurança por periculosidade presumida”³⁶⁰, o direito de execução penal é quase uma utopia, formalmente aplicável a uma minoria insignificante. Na realidade latino-americana,

³⁵⁹ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime...*, p. 189, 195 e 198-201.

³⁶⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal...*, p. 72-81.

o encarceramento deteriora conforme o modelo de instituição em que ele se dá: a) alguns tornam-se verdadeiros campos de concentração; b) outros, “guetos” administrados pelos próprios presos, que permanecem presos pela impossibilidade de criar alternativas fora das relações econômicas internas; c) outros tornam-se hotéis de quase nenhuma estrela, graças às propinas conseguidas pelos alojamentos de alguns presos com condições de pagar.³⁶¹

Perguntando o que existe de novo na globalização Zaffaroni afirma que para relacioná-la com o sistema penal torna-se necessário entendê-la em dois eixos: como *ideologia*, significa “um sistema de ideias que quer explicar a realidade, isto é, (...) a ideologia do mercado mundial” e como *realidade*, representa “um programa de exercício do poder mundial”. Desse modo, a dominação planetária se desenvolveu em três etapas, “ao colonialismo da revolução mercantil seguiu-se o neocolonialismo da revolução industrial e a este segue-se a globalização da revolução tecnológica”, em todas essas fases a América Latina levou a pior. Ademais, sob as características do sistema penal na periferia do capitalismo globalizado, fica difícil negar que esse fenômeno não produziu efeitos. Assim, esse poder punitivo tende a se agravar “nos aspectos negativos: violência, seletividade, efeitos reprodutor e deteriorante, corrupção e abuso de poder”, ou seja, se potencializa eliminando as suas limitações mais essenciais. O conceito jurídico é destruído passando a um *pragmatismo inquisitorial* que “responde a um pretense modelo novo de estado, ou estado pós-moderno, cujo paradigma não seria”³⁶² a justiça, mas a eficácia.³⁶³

Retornando a descrever os sinais de mudança estrutural das sociedades atuais apresentados por Garland estabelece-se no que o autor denomina de: *uma perpétua sensação de crise* que designa o

³⁶¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Globalização e sistema penal na América Latina...*, p. 27.

³⁶² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Globalização e sistema penal na América Latina...*, p. 31-4.

³⁶³ Sobre esse aspecto, na década de 60 surgiram na Universidade de Chicago estudos metodológicos de análise econômica do direito *Law and Economics* que partem dos princípios do liberalismo econômico para investigar e transformar o Direito. O sistema de justiça, para essa concepção, é um dos responsáveis pela estagnação econômica. Assim, o ordenamento jurídico deve se adequar ao critério do menor custo econômico possível. ROSA, Alexandre Morais da. *Processo penal eficiente? Não obrigado*. In: ROSA, Alexandre Morais da. e CARVALHO, Thiago Fabres de. *Processo penal eficiente e ética da vingança: Em busca de uma criminologia da não violência*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 22-5.

desconforto e a desmoralização que abalaram o campo da justiça, mais claramente, desde a década de 1990, transformando-a numa zona de perigo, num gerador constante de riscos.³⁶⁴

Por conseguinte, Vera Andrade aponta que a crise do judiciário, “enquanto coconstitutiva e sintoma da crise estrutural da modernidade estaria configurada pelo seu desenvolvimento desequilibrado entre regulação (excessiva) e emancipação (deficitária)”, esse desequilíbrio é “agravado no presente, pelo excesso de criminalização e pela colonização da justiça pela justiça penal”. De fato, “o problema do judiciário não é de velocidade, nem quantitativo, mas qualitativo, relativo às estruturas, às instituições e à cultura da modernidade”. Assim,

a presente era da globalização do capitalismo, que arrasta consigo a globalização dos conflitos e dos riscos, é marcada, sob o domínio legitimador da ideologia neoliberal, por um duplo movimento, a saber, de maximização do poder econômico globalizado x minimização do poder político nacional e fragilizado dos canais tradicionais de mediação política entre Estado e comunidade, ou seja, dos atores políticos tradicionais (partidos, parlamento, administração) e do espaço público democrático. No prolongamento deste movimento e como seu retrato intrassistêmico desenvolve-se um outro, de reengenharia institucional: o de maximização do Estado Penal x minimização do Estado Social (a que vimos no denominado Estado de mal-estar penal). O Estado neoliberal mínimo no campo social e da cidadania, passa a corresponder um Estado máximo, onipresente e espetacular, no campo penal. O Estado não apenas se retira da intervenção na ordem econômica social, agravando o profundo déficit de promessas não cumpridas, sobretudo de terceira geração, mas nesta retirada substitui o modelo de combate à pobreza, típico do *welfare-state*, pelo modelo de combate aos pobres e excluídos dos benefícios da economia globalizada.³⁶⁵

³⁶⁴ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 67-8.

³⁶⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do judiciário na era da globalização neoliberal*. In: Revista de estudos criminais. – Porto Alegre: Nota dez, 2009, p. 45-7. Ver também ANDRADE, Vera

Nesta linha, Löic Wacquant demonstra por trás de um Estado norte-americano sedimentado no mito do “sonho democrático” do Estado de bem-estar, o individualismo intrínseco de suas ações, no que se refere a investimentos sociais. O Estado caritativo dá lugar ao Estado penal, pois, o “novo Éden neoliberal é lutar em todas as direções não contra o criminoso, mas contra a pobreza e a desigualdade, isto é, contra a insegurança social que, impele ao crime e normatiza a economia informal de pregação que alimenta a violência”. Nesse cenário, as medidas sociais são quase aniquiladas e o fracasso financeiro é responsabilidade individual, o Estado se desvencilha do problema da exclusão social, o pobre esta encurralado, ou se sujeita a empregos alienantes sem possibilidade de progresso que são cada vez mais informais ou penetra na criminalidade que, mais cedo ou mais tarde, será “solucionado” pelo Estado penal. Trata-se, conforme o autor, da política estatal de criminalização das consequências da miséria.³⁶⁶

O Estado penal ocupa o lugar do Estado providência, possuindo como matrizes fundamentais: a construção social da criminalidade e a severa repressão a determinados grupos. Essa “reforma” visa diminuir a dependência dos pobres às medidas sociais do Estado, esse tipo de política tem grande aderência das classes médias, pois, a ideia comum dessas classes é que esse tipo assistencialismo despersonaliza o homem que perde a vontade de trabalhar se entregando ao ócio e a condutas criminosas. Entretanto, esses argumentos estão longe de descrever a verdade, pois, devido à inconstância do recebimento dos investimentos e também da sua diminuição de valor com o passar dos tempos, que em duas décadas baixou 45% o seu montante, os beneficiários trabalham e a assistência não é o seu único meio de vida. Segundo Wacquant em busca de soluções práticas emergem políticas socioeconômicas esdrúxulas como a possibilidade de o governo repassar os valores dos auxílios públicos aos empregadores que aceitarem empregar as pessoas assistidas. Outra tendência é a aceleração da mercantilização das políticas sociais com a privatização da função pública, colocando a miséria fora da lei e a sua responsabilidade sob os indivíduos e grupos desfavorecidos, os maiores exemplos são os mercados do encarceramento privado, descrito acima.³⁶⁷

Regina Pereira de. *Sistema Penal máximo x Cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

³⁶⁶ WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 12.

³⁶⁷ WACQUANT Löic. *Punir os pobres...*, p. 11 e 41-5.

Assim, tal “reforma” ampliou a demanda de serviços sociais ao mercado privado. As grandes empresas concorrem para realizar mediante remuneração as assistências caridosas no mercado de serviço aos pobres, acompanhando a população de assistidos e tutelando prisioneiros. Essas empresas são um complexo comercial carcerário e assistencial nunca antes ocorrido nas civilizações ocidentais. Como afirma o autor esse conjunto institucional se configura, por um lado, pela interligação entre as esferas públicas e privadas e, por outro, pela união das funções de marcação, de correção moral e de controle repressivo, características de um sistema estrutural capitalista neoliberal que resulta na explosão carcerária, no endurecimento das penas e da política judiciária ou em serviços de vigilância como, por exemplo, na disponibilidade dos prontuários penais dos presos pela internet. Dessa maneira,

graças ao *Look up on inmate*, qualquer empregador ou proprietário pode, antes da admissão de um assalariado ou do aluguel de um apartamento, assegurar-se sem a menor dificuldade de que o candidato não tenha antecedentes criminais e portanto, no caso contrário, discriminar na mais plena legalidade segundo prontuário judicial. Conforme explica, como se fosse uma evidência, a porta-voz da administração penitenciária: “afinal são criminosos, as pessoas têm todo o direito de ter esta informação para que possam se defender deles”.³⁶⁸

Nesta maneira, Wacquant argumenta que a “gestão penal da precariedade não se resume, contudo ao aprisionamento” possibilitando um crescente aumento da vigilância privada. Na Europa “a regulamentação punitiva das parcelas pauperizadas do novo proletário pós-fordista efetua-se principalmente por intermédio de dispositivos panópticos (...) ligados aos programas de proteção e assistência”. Refere-se a um mapeamento das áreas consideradas como “em dificuldade” e na sistematização da coleta de dados que coordenam suas intervenções em busca de “minimizar os riscos”.³⁶⁹ Assim, na balança dos custos e lucros do encarceramento e da assistência social percebe-se

³⁶⁸ WACQUANT Löic. *Punir os pobres...*, p. 49-50 e 55-63 e 68.

³⁶⁹ WACQUANT, Löic. *As prisões da miséria...*, p.121-2.

que o deslocamento da juventude criminosa dos guetos para os estabelecimentos carcerários parece ser a medida mais eficaz e acessível para destruir o problema da miséria, ou melhor, dos miseráveis. Nesse caminho, as prisões do início do século XXI se constituem em depósitos de indesejáveis.

De acordo com Garland nesse contexto político “as políticas previdenciárias (...) foram sendo paulatinamente consideradas luxos onerosos, que os contribuintes trabalhadores não poderiam mais sustentar”, seu argumento se dá, no sentido de que, essas transformações no controle do crime são efeitos das tendências culturais, econômicas, políticas e sociais da pós-modernidade que podem ser resumidas da seguinte forma:

(i) a dinâmica da produção capitalista e das trocas mercantis e os correspondentes avanços em tecnologia, transportes e comunicações; (ii) a reestruturação da família e do lar; (iii) mudanças na ecologia social das cidades e dos subúrbios; (iv) a ascensão dos *mass media* eletrônicos; e (v) a democratização da vida social e cultural.³⁷⁰

O impacto destas mudanças sociais no controle do crime se manifesta em elevadas taxas de criminalidade devido a aspectos como a maior facilidade e novas formas de prática e vigilância do delito, o aumento da população e da desigualdade social. No Brasil, conforme os dados oferecidos pelo *site* Ministério da Justiça a população carcerária atingiu a marca de 500.000 mil presos em 2010 (259, 17 presos para cada 100.000 habitantes), e desde o ano de 2003 o aumento da taxa de encarceramento é de 10% ao ano.³⁷¹

Conforme Garland estas altas taxas de criminalidade devido à vulnerabilidade da sociedade em relação a elas, em algumas perspectivas contemporâneas, dá ensejo ao último sinal de mudança *a transformação do pensamento criminológico oficial* que compreende o crime num fato social e cultural normal que deve ser evitado como princípio organizacional da vida diária. “O crime é visto como um risco rotineiro a ser calculado (...) em vez de uma aberração que precisa ser explicada”, uma forma generalizada de comportamentos a ser prevenidos. Nessa nova abordagem denominada de *criminologias da*

³⁷⁰ GARLAND, David. *A cultura do controle...*, p. 182-5.

³⁷¹ Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso: 25 de maio de 2011.

vida cotidiana “se incluem a teoria da atividade de rotina, o crime como oportunidade, a análise do estilo de vida, a prevenção do crime situacional e algumas versões da teoria da escolha racional” que também se voltam ao comportamento das vítimas no que se refere àquelas situações que criam oportunidades criminosas. Seu surgimento se dá na consolidação da inabilidade do Estado em controlar o crime. De certo,

depois de mais de um século de pesquisas em ciência social, que complicou e refinou a compreensão acerca do crime; depois de um conjunto acumulado de evidências para demonstrar que atos criminosos são tipicamente cercados e produzidos por relações sociais e psicológicas definidas, o modelo da escolha racional, abruptamente e sem cerimônia, varreu para longe todas aquelas descobertas empíricas e complexas. Com a certeza de filósofos acadêmicos e modelos econômicos, tal tendência insiste em que o crime é, afinal de contas, simplesmente uma questão de escolha individual – ou, de qualquer forma, pode ser tratado como se fosse. Seria errado dizer que a criminologia da escolha racional causou a mudança no sentido do endurecimento das penas e do aumento no uso de ameaças intimidatórias. Mas é certamente plausível argumentar que este tipo de razão tem funcionado para legitimar estas políticas mais severas, dando-lhes um verniz de respeitabilidade.³⁷²

Em virtude disso, percebe-se uma emergente distinção entre punição de criminosos como função do Estado e controle do crime que transborda e vai além do poder estatal que requer uma nova estratégia de responsabilização que se desloca da disposição individual para a oportunidade situacional, na qual o criminoso já não é concebido como o indivíduo socialmente desajustado, mas como oportunista racional ou contumaz, às vezes descrito, como “homem situacional” que “se ressentido de limites morais definidos ou de qualquer controle interno efetivo, a par da capacidade de cálculo racional e de uma saudável vontade de prazer”, nesse modelo o “ato criminoso se refere a uma conduta calculada, utilitária, resultante de um processo ativo de escolha

³⁷² GARLAND, David. *A cultura do controle do crime...*, p. 243-4 e 274-8.

individual”. Dessa forma, Garland indica as contradições da criminologia oficial que, atualmente, ao nível do “Estado como um todo e do seu impacto sobre o controle do crime, o resultado é um conjunto de políticas, cada vez mais dicotômicas, polarizadas e esquizofrênicas”, nessa tendência, *as criminologias da vida cotidiana*, são influenciadas por bases neoliberais e neoconservadoras:

existe uma *criminologia do Eu*, que caracteriza o criminoso como consumidores normais, racionais, assim como nós; e existe uma *criminologia do Outro*, do excluído, ameaçador, do estranho, do marginalizado, do revoltado. Uma é invocada para banalizar o crime, para mitigar os medos desproporcionais e para promover a ação preventiva. A outra funciona para demonizar o criminoso, para expressar simbolicamente os medos e ressentimentos populares e para promover apoio ao poder punitivo estatal.³⁷³

Portanto, essas duas criminologias diferentes compartilham em dar ênfase ao controle, encaram o crime como fato social normal e se colocam em combate às ideias de providencialismo penal. Dessa forma, para o autor a primeira delas, diz respeito, a uma criminologia pós-moderna que conseguiu “aprofundar mais a abordagem amoral da ciência social do que fez o correccionalismo”, ao enxergar o crime como um “resultado previsível de rotinas sociais normais e não de disposições distorcidas”, a segunda trata-se de uma “ciência anti-moderna e anti-social, que adota uma abordagem absolutista e moralista para o crime, insistindo em que os atos criminosos são voluntários, mas escolhas de indivíduos perversos”. Essas novas maneiras de sentir, pensar e agir sobre o crime e de uma “nova criminologia mais preocupada em gerir do que reformar que vem implicando numa profunda revisão dos princípios operacionais do sistema de justiça criminal”³⁷⁴ fundamentadas no modo econômico do pensamentos são reflexos de parte da lógica cultural da sociedade contemporânea que se caracteriza em termos de um colapso moral, no qual o individualismo de mercado configura a liberdade de alguns sustentada na exclusão e no controle de outros, as angustiadas classes médias, “buscam solucionar sua ambivalência zelosamente

³⁷³ GARLAND, David. *A cultura do controle do crime...*, p. 264, 277-8 e 288.

³⁷⁴ KOLKER, Tania. *Instituições totais do século XXI*. In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e Subjetividade*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 110.

controlando os pobres e excluindo os marginais”. As estratégias do controle do crime envolvem custos sociais:

(...) a intensificação das divisões sociais e raciais; o reforço de processos crimínogênicos; a alienação de muitos grupos sociais; o descrédito da autoridade legal; a redução da tolerância civil; a tendência ao autoritarismo – estes são resultados suscetíveis de serem produzidos pela confiança em mecanismos penais e manutenção da ordem. (...) O encarceramento em massa pode continuar a ser atraente para os Estados de “lei e ordem”, uma fonte de empregos muito oportuna para comunidades rurais e de lucros para companhias correcionais privadas. Mas a longo prazo é provável que seu conflito com os ideais da democracia liberal se torne cada vez mais aparente, notadamente onde a exclusão penal (e a privação que ela proporciona) esteja tão concentrada em minorias raciais. Um governo que rotineiramente sustenta a ordem social através da exclusiva maciça começa a se parecer com um Estado-*apartheid*.³⁷⁵

Para Garland a política deixa de ser a solução para se tornar o problema, entretanto, a lição mais importante do século XX, não é política, mas estrutural, o controle do crime na pós-modernidade revelou os fracassos do Estado soberano, nesse contexto complexo “o governo efetivo e legítimo deve devolver poderes e compartilhar a tarefa do controle social como organizações locais e comunidades”.³⁷⁶

3.2.2 Essencializando o outro no regime dos excessos

Retratando a dificuldade e a diferença na sociedade de riscos Jock Young observa, na obra *The exclusive society: on Social Exclusion, crime and difference in late modernity – 1999*, a “rápida esgarçada do tecido social do mundo industrializado do último terço do século XX, mapeando o crescimento do individualismo e das demandas de igualdade social emergentes”. Nessa nova sociedade, a exclusão se

³⁷⁵ GARLAND, David. *A cultura do controle do crime...*, p. 391-3 e 420-9.

³⁷⁶ GARLAND, David. *A cultura do controle do crime...*, p. 430

manifesta “em três níveis: exclusão econômica do mercado de trabalho, exclusão social entre pessoas da sociedade civil, e nas atividades excludentes” do sistema de justiça criminal. Assim, conforme o autor,

nós vivemos num tempo em que mudanças estruturais maciças estão em curso; em que houve mudanças fundamentais nos mercados de trabalho primários e secundários; em que os padrões de empregos da mulheres mudaram radicalmente; em que se criou o desemprego estrutural em grande escala, em que comunidades se desintegraram; em que novas comunidades emergiram num contexto multicultural; em que padrões de lazer foram flagrantemente reestruturados; em que os padrões de espaço social sofreram uma redefinição; em que as agências do Estado passaram por transformações sistemáticas e por uma reavaliação pelo público. E essas mudanças estruturais se fizeram acompanhar por mudanças culturais não menos dramáticas: padrões de desejo foram transformados; a aldeia global engendrada pelos meios de comunicação de massa tornou-se uma realidade onipresente; os velhos padrões de esforço e recompensa foram redefinidos; o individualismo institucionalizado penetrou em áreas até então sacrossantas da vida social; a linguagem naturalista do mercado questionou e ameaça a metanarrativa da democracia social e da modernidade. E tudo isso – deve ser relacionado com o salto qualitativo da criminalidade da incivilidade e com o debate sobre regras e critérios que experimentamos agora.³⁷⁷

A vida urbana é movida, portanto, por uma corrente consumista dirigida pelo mercado e a sociedade do consumo se dá na expressão da multiplicidade de estilos de vida. É no bojo dessa sociedade que emerge um novo individualismo preocupado com escolhas pluralistas, auto-realização, atitudes hedonistas, voluntaristas e imediatistas, uma cultura centrada em altas expectativas tanto materiais como pessoais que concebe o sucesso nesses termos. Entretanto, diante da diversidade de oportunidade de escolhas tanto de consumo como na demanda flexível de trabalho, dos questionamentos constantes das narrativas e crenças

³⁷⁷ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 11.

estabelecidas, bem como, de um aumento da auto-reflexão, da ausência de “trajetórias de vida pertinentemente embasadas” e do confrontamento com uma variedade de outros mundos sociais, origina-se o que Young chama de insegurança ontológica que, juntamente com a precariedade econômica exalta o individualismo, quando a auto-identidade não esta fundada na continuidade biográfica, “quando o casulo protetor que filtra as objeções e riscos dos nossos sentimentos de certeza se torna fraco e quando o sentido absoluto de normalidade se desorienta pelo relativismo dos valores”.³⁷⁸

Tanto o individualismo como a privação relativa - que se trata de “uma criatura da comparação, oriunda do fato de fazermos comparações” que pode ocorrer tanto quando as coisas vão melhor ou pior, desde que a comparação seja facilitada, também denominada por Sánchez de “perplexidade do relativismo” como uma desorientação pessoal que se manifesta num contexto de incerteza, aceleração, obscuridade e confusão, tratando-se de “uma dimensão filosófica e ética, pela perda de referências valorativas objetivas”³⁷⁹ - são as chaves para compreender as transformações que reconfiguraram o crime nas sociedades contemporâneas. Young em direção à perspectiva de Baudrillard, comentada acima, sobre o processo de consumo que se revela num sistema de permuta e equivalente de uma linguagem e de produção de identificações e diferenciações sociais, assim,

o mercado reúne amplas faixas da população no mercado de mão-de-obra, cria bases práticas de comparação: torna visíveis as desigualdades de raça, classe, idade e gênero. Projeta uma cidadania universal do consumo, ainda que exclua uma minoria significativa. Estimula uma diversidade ideal, um mercado de autodescoberta, ainda que só propicie um individualismo estreito e pouco recompensador à vasta maioria. Cria uma perturbação ininterrupta de todas as condições sociais, incertezas e agitação relativamente acrítica da ordem dada. O mercado floresce, se expande e acena, mas mina a si mesmo. Ele faz tudo isso, é verdade, mas não é uma mera correia de transmissão: os mores do mercado podem ser *ethos* dominante desta era, mas este éter de aspirações é moldado, desenvolvido e validado

³⁷⁸ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 79.

³⁷⁹ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal...*, p. 42-3.

pelos atores humanos envolvidos. É sob esta luz que os problemas nas duas esferas da ordem, privação relativa e individualismo, devem ser focalizados.³⁸⁰

A privação relativa origina um mal-estar que pode se apresentar de diversas formas, no qual o crime é uma delas, na constatação do autor, mesmo com o aumento da riqueza das últimas décadas esse sentimento foi exacerbado. O individualismo “leva os descontentes a gerarem as ‘selvas hobbesianas’ dos pobres urbanos, um universo em que os seres humanos vivem lado a lado, mas não como seres sociais”. A união dessas duas características nos modos de vida da sociedade é letal. O estilo de vida consumista atual funda-se na dificuldade (crimes, desordem e incivildades) e na diferença (diversidade e debate sobre as próprias regras), a combinação entre o crescimento de ambas “resulta não só numa mudança qualitativa da vida civil, mas também numa mudança no sistema de controle”, especificamente, pelo aumento de um sistema atuarial da justiça criminal. De certo,

as sociedades modernas recentes consomem diversidade: elas não recuam diante da diferença, elas a reciclam e a vendem no supermercado ou na revista local. O que estão menos inclinadas a suportar é a dificuldade. A transição da modernidade para a modernidade recente (...) envolve uma mudança notável: quase uma inversão das estruturas de tolerância. O mundo moderno é intolerante com a diversidade, que ele tenta absorver e assimilar, e relativamente tolerante com a dificuldade, dos obstinados e rebeldes recalcitrantes, cuja reabilitação e reforma ele vê como um desafio. O mundo moderno recente celebra a diversidade e diferença, que ele absorve e saneia prontamente; o que não pode aguentar são pessoas difíceis e classes perigosas, contra as quais ele busca construir as mais elaboradas defesas, não apenas em termos das pessoas de dentro e de fora do grupo, mas na população como um todo.³⁸¹

³⁸⁰ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 28-30, 33-6 e 78-9.

³⁸¹ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 80 e 94-6.

O atuarialismo é o motivo principal do controle na sociedade de gerenciamento dos riscos, “moralmente neutro, parte de uma sensibilidade pós-moderna” que não deseja compreender, mas, evitar os problemas, que prefere minimizar os perigos a julgá-los moralmente. Seu papel é criar barreiras para restringir as oportunidades de realização do crime e “construir uma política de prevenção que minimize riscos e limite perdas” ³⁸². Assim, Garland analisando as contradições da sociedade britânica indica que

as modalidades de expressão punitiva favoritas são (...), consideravelmente, as modalidades de segregação penal e de neutralização/incapacitação. A preocupação política hoje não é só punitiva (que poderia ser satisfeita por medidas de castigo corporal) nem somente orientada no sentido de proteção pública (o que, *anteriormente*, conduzia as medidas de detenção preventiva que minimizavam seu conteúdo punitivo). Existe a preocupação de produzir sanções que combinem essas duas concepções sob a forma de uma segregação e de uma neutralização/incapacitação punitivas. O novo ideal é que o público seja protegido e que os sentimentos se expressem. A segregação punitiva – pena de longa duração em prisões “sem sofisticações” e uma existência marcada, controlada de perto, para os que são finalmente soltos – vai-se impondo como escolha. ³⁸³

Em um mesmo movimento se produzem os outros desviantes como bodes expiatórios, inerentes ao poder de punir, que a essa altura já se chama inimigo, contudo, o que se quer destacar é a recente expansão de uma estratégia de segregação punitiva pós-moderna que “experimenta uma ‘dessolidarização’ estrutural (...) segundo critérios de interesse individual” ³⁸⁴, intensifica a diferença e mina constantemente qualquer estabilidade que “extravia a precisão tanto do infrator quanto

³⁸² YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 76 e 105-6.

³⁸³ GARLAND, David. *As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico*. – Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, ano 07, n.º. 11. – Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 73.

³⁸⁴ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal...*, p. 44.

da infração; os infratores estão em toda parte, a infração se mistura com uma horda de comportamentos anti-sociais”.³⁸⁵

Conforme Young as revoluções culturais que minimizaram a diferença entre mulheres e homens, héteros e homossexuais, negros e brancos, normais e desviantes resultaram na consciência de que as pessoas são diferentes e essa diferença deve ser respeitada por formas igualitárias de tratamento – paradoxo da igualdade – as múltiplas afirmações de diversidade, bem como, sua própria aceitação geram fortes noções essencialistas, no sentido de que “tais diferenças baseiam-se em essências aparentemente fixas e atemporais”. O essencialismo pode ser reivindicado por grupos ou por indivíduos (auto-essencialismo) e pode também ser aplicado a outros grupos e outros indivíduos tratando-se de uma dinâmica suprema do exclusionismo que distingue as pessoas com base na sua cultura ou natureza.³⁸⁶

A intensidade do essencialismo na modernidade recente caracteriza-se no aumento da insegurança ontológica que dissipa as identidades e busca essencializar o outro. Entre diversas consequências, o essencialismo *permite culpar o outro*, pré-requisito para a demonização de partes da sociedade. Demonizar é “desumanizar o outro e originar, um vocábulo de motivos que permite a inumanidade”. Essa demonização possui três elementos: o distanciamento, que objetiva negar qualquer relação entre o crime ou desvio e as relações nucleares da sociedade, a atribuição a um outro essencialista, que sugere o crime como produto de uma essência desviante inerente a alguns que fazem essa escolha e, a reafirmação da normalidade, que permite definir e reforçar as fronteiras da normalidade.³⁸⁷

O foco da demonização do outro é a fabricação de monstros, no qual a mídia de massa desempenha uma função central nos sistemas sociais informais e na disposição psicológica das pessoas, investigando, acusando, perseguindo e condenando o desviante bem antes das instituições formais, o que também acontece numa valorização inversa quando certos indivíduos são endeusados. Nota-se a construção de monstros, por um lado, e de santos por outro. Assim, o essencialismo combinado ao atuarialismo se torna facilitador do processo de exclusão social. Conforme Young, a falácia do essencialismo, se representa no “preconceito evocado contra os setores mais pobres da comunidade e os indivíduos mais vulneráveis, quando na verdade as pessoas são mais ou

³⁸⁵ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 196.

³⁸⁶ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 154 e 158.

³⁸⁷ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 157 e 169.

menos semelhantes”. Para uma concepção conservadora o essencialismo é uma realidade, no sentido de que um ladrão é um ladrão, para outra mais liberal é mera ilusão, todavia, refere-se, de fato, a “um mundo de aparências que parece construído de essências, cuja própria realidade tem uma qualidade estereotípica impassível”.³⁸⁸

Nesse sentido, no exercício do poder punitivo sempre se reprimiu de forma diversa os iguais e os estranhos, essa discriminação constante deriva de sua seletividade estrutural. O imigrante, os subversivos e indesejáveis, aqueles que não consomem, que são fontes de riscos, o terrorista e o narcotraficante, todas alegorias fantasmagóricas que, mesmo ressaltando, por um lado, a dinâmica de instabilidade de configuração do infrator como forma de expansão do controle do crime, no qual, qualquer um é suspeito. Para o Outro, há um agravamento da exclusão social através do sistema punitivo, são os perseguidos, os neutralizados, os exterminados, os representantes da nomeação do mal da cultura pós-moderna. Na política criminal brasileira, sob controle da geopolítica norte-americana contra as drogas, essencializa-se “um outro” na figura do narcoguerrilheiro ou narcotraficante, que nas palavras de Malaguti,

não tem mãe, pai muito menos, proveniente que é das favelas, capaz de controlar o crime organizado de dentro de uma solitária bloqueada nos confins desse Brasil profundo. O seu poder demoníaco só pode ser combatido como cruzada, suas mortes não contam, o emparedamento em vidas nas novas prisões pós-modernas são pouco diante das fantasias de horror que provocam no imaginário do *shopping center*. Essa categoria fantasmática é também totalizante: os traficantes apresentam uma classificação única, são todos iguais, se comportam da mesma maneira em qualquer lugar da cidade. Não têm história, não têm memória. São a encarnação do erro e apontam as baterias da sociedade para as favelas, revisitadas agora como o *locus* do mal, viveiro de monstros. A utilização dessa categoria, que migrou da crônica policial para as universidades, não é ingênua; ela produz

³⁸⁸ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 171-6.

efeitos concretos, políticas criminais mensuradas à base de “auto de resistência”.³⁸⁹

Deste modo, reflete-se à retórica da guerra contra o crime e contra as drogas, no entanto, conforme Young é na mobilização da agressividade que se nota o paralelo extraordinário entre guerra e criminalidade. Para criar um “bom inimigo” torna-se necessário convencer: a) que eles são a causa de grande parte do problema, o que faculta dirigir a animosidade contra eles, e b) que são diferentes, que “resumem a corrupção, o mal, a degradação”, o que permite usar de violência extrema contra eles. “Isto é, apontar precisamente o objeto e essencializar”. Nesse aspecto, a exclusão social reafirma e realiza o essencialismo.³⁹⁰ Assim, a sociedade dos riscos se movimenta, de acordo com Sánchez “desloca[ando] para a marginalidade não poucos indivíduos, que imediatamente são percebidos pelos demais como fonte de riscos e pessoais e patrimoniais”.³⁹¹

Numa outra perspectiva de análise da exclusão social administrada pelo Estado penal e das transformações ocorridas no sistema punitivo a partir da década de 1970, Alessandro De Giorgi investiga a economia política da pena sob orientação da criminologia crítica fornecendo uma interpretação da história da penalidade “na qual o objeto fundamental consiste em relacionar as categorias de derivação marxista à reconstrução dos processos de desenvolvimento das principais instituições penais” reconstruindo seu percurso até os dias atuais e procurando estabelecer uma contribuição original a esse desenvolvimento na passagem do período fordista para o período pós-fordista.³⁹²

De acordo com De Giorgi “podemos certamente falar de um segundo grande internamento” ao observar as “tecnologias de controle que emergem no caso do século XX e anunciam a aurora do século

³⁸⁹ BATISTA, Vera Malaguti. *A nomeação do mal*. In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e Subjetividade*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 45.

³⁹⁰ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente...*, p. 173.

³⁹¹ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal...*, p. 36.

³⁹² Vale trazer como o autor interpreta o pós-fordismo: “é um termo que alude mais a determinadas tendências e ao espaço indefinido que se estende entre ‘não mais’ e o ‘não ainda’, do que à consolidação de um paradigma claramente definível”. Ademais, “o próprio fato de se referir mais à percepção de tendências do que à identificação de um modelo definido faz com que ele possa ser utilizado para descrever fenômenos diversos entre si e muitas vezes até mesmo contraditórios”. De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. – Rio de Janeiro: Revan, 2006, p.10-1 e 63-4.

XXI”, entretanto, a reedição atual não parece cultivar nenhum tipo de utopia disciplinar. O novo internamento funciona como um espaço de contenção em torno das populações excedentes e caracteriza, na concepção o autor, numa nítida separação entre *biopolítica* e *disciplinaridade*, na qual a primeira se manifesta na negação da segunda. Nesse sentido, não se trará mais de *fazer viver e repelir a morte*, mas talvez de *fazer viver através do rejeitar a morte*, assim,

este *repelir a morte*, imposto a uma parte da força de trabalho global, parece constituir-se hoje no pressuposto para *fazer viver* a produtividade social conjunta do capitalismo pós-fordista. Falamos aqui de uma morte que se concretiza na violência institucional dos dispositivos de controle que sustentam o domínio capitalista, de uma morte que incide sobre a existência afetiva, social e econômica dos indivíduos e que se apresenta como limitação das expectativas subjetivas, como expropriação de possibilidades, como negação do direito de circular livremente. Antes e ainda mais do que da morte biológica, falamos da morte como experiência biográfica da força do trabalho contemporânea, que se materializa na biografia dos migrantes que morrem nos confins da fortaleza européia, na tentativa de exercer um “direito de fuga” negado, nas biografias dos dois milhões de prisioneiros encarcerados no *gulag* americano ou nas daqueles para quem o horizonte de vida tende a coincidir com a fronteira de um gueto.³⁹³

Com efeito, a disciplinaridade como técnica de gestão ou ideologia do controle resta inadequada em relação às novas relações de produção capitalista, aos processos de constituição do proletariado e às formas produção de subjetividade, e modalidades de exploração da força de trabalho. Isso demonstra uma transição que se consoma no esgotamento da estrutura produtiva fordista, dando ensejo à estrutura produtiva pós-fordista que com novas articulações nas relações de produção inscreve novas formas de controle. De Giorgi apresenta uma economia política da pena que, desde Rusche e Kirchheimer, permite a relação entre economia e controle social, “reconstruindo as coordenadas

³⁹³ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p.28-9.

que parece manter juntas determinadas formas de produzir e determinadas modalidades de punir”³⁹⁴. Nas palavras de Rusche “constitui a tarefa de enfrentar, portanto, o estudo das diferentes épocas da história da criminalidade em sua relação com o andamento da economia e a história da luta de classes, a fim de utilizar o resultado destas inter-relações na análise sistema penal atual”³⁹⁵. Dessa maneira, trata-se, portanto,

de superar uma dimensão teórica da criminologia enquanto ciência da criminalidade, como saber-poder sobre as causas individuais e sociais do desvio, e de construir uma crítica histórico-econômica da formação dos sistemas repressivos. A emergência de formas determinadas de penalidade é o resultado da convergência de forças culturais, políticas e sociais, que embora que embora não sendo o reflexo necessário de determinadas articulações das relações de produção, estão intimamente conectadas a essas últimas. A estrutura da sociedade informa a geografia das relações de domínio e subordinação que aí prevalecem e, ao mesmo tempo, acelera o processo de consolidação das instituições sociais que reúnem condições de favorecer a sua reprodução. A história da pena deverá, por conseguinte, tornar-se uma história econômica e social dos aparelhos repressivos que se constituem como dispositivos reguladores das relações de classe.³⁹⁶

Por conseguinte, o regime disciplinar do período fordista desde fins do século XVIII quando a prisão nasce como instituição subalterna à fábrica e se consolida como mecanismo orientado à produção e à reprodução de uma subjetividade operária materializando o ideal da

³⁹⁴ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 30-1.

³⁹⁵ “Constituye la tarea a afrontar por lo tanto, el estudio de las diferentes épocas de la historia de la criminalidad en su relación con la marcha de la economía y la historia de la lucha de clases, a fin de utilizar el resultado de estas interrelaciones para el análisis de actual sistema penal”. (Tradução nossa). RUSCHE, Georg. *Mercado de trabajo y ejecución penal: reflexiones para una sociología de la justicia penal*. In: *Derecho penal y criminología*, vol. VI, n°. 19. – Bogotá: Revista del instituto de ciencias penales y criminología de la universidad externado de Colombia, 1983, p. 103.

³⁹⁶ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 38-9.

sociedade capitalista industrial num processo de “desconstrução” (redução do diverso ao homogêneo) e “reconstrução” (de conceito abstrato a figura socioeconômica real) do indivíduo no interior do cárcere que, como desenvolve Massimo Pavarini, permite o cumprimento do projeto hegemônico burguês:

do não-proprietário homogêneo ao criminoso, do criminoso homogêneo ao preso, do preso homogêneo ao proletário. Isso significa, em outras palavras, que o não-proprietário-presos deve existir apenas como proletário, como quem aceitou o estado de subordinação, como quem se reconhece apenas na disciplina do salário. As práticas deste *caos disciplinado* que é o cárcere são, portanto, teleologicamente orientado: educação para o trabalho expropriado, educação para o trabalho assalariado como único meio para satisfazer as próprias necessidades, educação-aceitação do próprio não-ser proprietário.³⁹⁷

Nesta direção, segundo De Giorgi define-se em “reproduzir um proletariado que considere o salário como justa retribuição do próprio trabalho e a pena como justa medida dos seus próprios crimes”. Passando à sociedade industrial avançada a partir de interpretações criminológicas marxistas as quais percebem que o “incremento do encarceramento não está, portanto, ligado genericamente ao desemprego, mas sim ao desemprego que atinge alguns estratos sociais considerados perigosos”, o autor abandona as hipóteses mais ortodoxas da economia da pena devido à dificuldade de comprovar a existência de uma relação imediata entre o mercado de trabalho e o sistema punitivo e, segue com “interpretações mais articuladas da relação entre economia e penalidade e [com] uma reavaliação dos elementos extra-econômicos”, assim a abordagem deve se estabelecer em aspectos qualitativos através da análise dos fatores sociais “que convergem para a qualificação do desemprego: composição étnica da população, relações de gênero, transformações abrangentes do mercado de trabalho”, nesse modo, a relação entre encarceramento e desemprego é equilibrada “por uma percepção da marginalidade social como ameaça à ordem constituída, que se torna hegemônica nos períodos de crise econômica”. Traçando,

³⁹⁷ MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. – Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 231.

portanto, o limite da economia política da pena no capitalismo fordista, o autor indica que³⁹⁸

a tradução dos conceitos de estrutura social e pena, nos termos da relação entre desemprego e encarceramento, que constitui uma constante da criminologia marxista, restringe indevidamente o campo de observação da relação entre economia e dispositivos de controle. As transformações que afetam, sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 1970, os dispositivos de controle da sociedade contemporânea, não podem ser referenciadas apenas às mutações do mercado de trabalho e às taxas de desemprego. Na verdade, elas não constituem mais uma representação adequada da dinâmica capitalista atual.³⁹⁹

Neste sentido, a relação entre estrutura social e penalidade é dinâmica e rejeita qualquer dimensão estática; cada sistema de produção tende a descobrir formas de punir correspondentes às próprias relações de produção, essa correspondência se modula de tempos em tempos, em consonância com a mudança nos aspectos econômicos e sociais; além disso essa relação se revela complexa e tendencial, num processo de redefinição contínuo. Com isso, conforme De Giorgi “nos encontramos no limiar. Atrás de nós, o universo econômico do cárcere disciplinar, (...) à nossa frente a crise desse universo e um processo de transformação das relações de produção” e da estrutura da relação entre produção e formas de controle. Pode-se caracterizar a passagem do fordismo ao pós-fordismo como o movimento de um regime produtivo representado pela carência para um regime produtivo definido pelo excesso, na leitura do autor, essa transição concebe a vitória do capital sobre a força do trabalho. Ou é o conjunto das transformações que atingem a força do trabalho contemporânea, pois, essa força de trabalho se configura como totalidade produtiva indistinta, como uma multidão que “exprime a crescente irredutibilidade às categorias do domínio político e econômico” e pretende expressar o caráter múltiplo da força de trabalho em relação à qual um conjunto de caracterizações e

³⁹⁸ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 47-55.

³⁹⁹ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 55.

distinções referente à classe operária indicando a perda progressiva de consistência⁴⁰⁰, nesse caminho,

o termo multidão define um processo de subjetivação em andamento, um “tornar-se múltiplo” das novas forma de trabalho sobre as quais convergem as tecnologias de controle pós-disciplinar. Multidão indica, sobretudo, a impossibilidade de uma *reductio ad unum* das diversas subjetividades produtivas comparáveis àquela que permitia individualizar, na classe operária. (...) A partir do conceito de multidão veremos então que aquela que, à primeira vista, se revela como inadequação das tecnologias disciplinares em relação ao novo horizonte produtivo, configura-se, na realidade, como excesso daquilo que deve ser controlado. (...) Será então possível afirmar que a construção de um governo do excesso expressada pela multidão produtiva pós-fordista torna-se uma prioridade das atuais estratégias de poder.⁴⁰¹

Desta forma, ocorre que a multidão produtiva excede as relações de produção capitalista pós-fordista e sobre ela se recortam novas estratégias no regime de governo dos excessos. Assim, o processo produtivo atual não necessita de toda a força de trabalho que está disponível, a inserção das novas tecnologias de informação diminuiu “o *quantum* de trabalho vivo necessário à valorização do capital, até reduzi-lo ao mínimo”. O desemprego se transforma em fenômeno estrutural e não apenas conjuntural. A criação e a inovação são, agora, os fundamentos desse processo, no qual ocorre uma separação entre criação, direção e execução do trabalho tornando-se um ciclo horizontal. Essa nova força de trabalho possui como aspecto existencial a disponibilidade absoluta à flexibilidade e a novas escravidões e, se fragmenta num “arquipélago de trabalhadores atípicos”. A multidão expressa “a crescente irredutibilidade do real às categorias do domínio político e econômico”, esgotada a soberania estatal baseada na

⁴⁰⁰ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 57-80.

⁴⁰¹ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 31.

disciplinaridade, o poder de controle *biopolítico* da multidão é reduzido a puro comando.⁴⁰²

Assim, o regime de excesso se divide no excesso negativo que possui os aspectos de desemprego, de marginalidade e de exclusão social se expressa num conjunto de subjetividades que excedem a lógica governamental - o conceito *governamentalidade*, desenvolvido por Foucault, representa o exercício de uma forma muito específica e complexa de poder que infiltra a economia política na racionalidade estatal – e exaltam “a contradição entre uma cidadania social ainda baseada no trabalho e uma esfera produtiva que cada vez menos necessita de trabalho vivo”. E no excesso positivo que se baseia nos aspectos de trabalho imaterial, de intelectualização da produção e de trabalho linguístico e define-se como um conjunto de subjetividades que excedem a racionalidade capitalista, pois acentuam “a contradição entre uma produção que cria obstáculos à autonomia do comando capitalista, impondo às relações de produção uma valorização baseada na competição”. Nesse sentido, ainda tratando das contradições que deflagram a vulnerabilidade das formas do domínio do capital em sua relação com a nova força de trabalho imaterial, De Giorgi acompanha a interpretação de Debord sobre a imagem como o maior grau de acumulação do capital:

de um lado, apenas o acesso universal – potencialmente indiscriminado e horizontalmente co-dividido às informações – aos dados, aos signos e ao espaço virtual permite à produtividade linguística e imaterial exprimir-se plenamente; de outro lado, exatamente o acesso a esta co-divisão generalizada parecem minar os próprios fundamentos da expropriação e da valorização capitalista dos novos produtivos, visto que privam de sentido os mesmos conceitos de “apropriação” e “propriedade”. No momento em que estende o próprio domínio para além da esfera do real, projetando-o sobre a dimensão virtual, o capital lança, paradoxalmente, as bases para a própria dissolução, inaugurando continuamente novas frentes em que se materializa o excedente da força de trabalho pós-fordista.⁴⁰³

⁴⁰² De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 66, 70 e 77-81.

⁴⁰³ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 90 e 106-7.

Diante destas novas capacidades de apropriação de recursos e de novas formas de produção de riqueza social, requer-se também novas formas de controle, numa transição do controle da troca de bens para o controle da troca de conceitos, da “produtividade fundada no *saber-poder*” para o “domínio fundado no *não-saber do poder*”. O *saber-poder* que informava as tecnologias de gestão fordista era “particularizado e minucioso a respeito do corpo, dos indivíduos e das formas de cooperação produtiva às quais estes deviam ser submetidos”, trata-se de um saber retirado do corpo, que, ao organizar-se retorna ao corpo pelo controle disciplinar. No regime dos excessos, da espacialização do tempo, o saber é extraído do corpo produtivo da multidão. Esse *não-saber* explica que o saber permanece firmemente sob o poder das forças de trabalho pós-fordistas, ele “escapa aos dispositivos de controle, recusa os seus aparatos de captura e se mostra irreduzível às categorias que empregam: valor-trabalho, competição, tempo de trabalho, e tempo de não-trabalho, produção e reprodução”. As estratégias pós-disciplinares convergem na constituição de um regime de governo de excessos que controla esse *não-saber* da multidão.⁴⁰⁴

Conforme De Giorgi, essas estratégias de controle podem se definir em: o cárcere atuarial, já comentado acima, que se manifesta como a racionalidade do controle na sociedade contemporânea; a metrópole punitiva onde “barreiras simbólicas e fronteiras materiais produzem exclusão e inclusão”; e a rede, o ciberespaço, o não-lugar que “concretiza” a cooperação produtiva da multidão, além de um “campo de conflito potencial em contínua expansão”. Essas novas formas de encarceramento e de neutralização se vinculam na busca por desenvolver espaços de contenção, assim

quando afirmamos que o controle pós-fordista assume progressivamente a forma de um simulacro, que pretendemos desmaterializá-lo, nem mesmo subestimar a violência que o inspira e as consequências factuais que daí derivam. As novas estratégias de segregação urbana, de destruição do espaço público, de encarceramento de massa e de limitação do acesso a informação são fenômenos extremamente reais. Produzem sofrimento, isolamento, desespero, chegando mesmo, muitas vezes, a impor aquela morte biográfica. (...). É impossível negá-lo. Assim

⁴⁰⁴ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 91-3 e 104-9.

como é impossível não ver até que ponto este arsenal de violência do controle que vemos desenvolver-se na sociedade contemporânea demonstra toda a sua pobreza diante da riqueza das subjetividades produtivas que pretende controlar. Aqui, a incapacidade de compreender e governar o real determina a transição a um poder de controle do excesso que não é mais produção, mas sim pura destruição de subjetividades.⁴⁰⁵

As transformações estruturais que geraram estas novas estratégias de controle também podem impulsionar novas formas de resistência. Na perspectiva do autor, as resistências no período pós-fordista “se configuram como práticas de contestação dos dispositivos que obrigam os indivíduos a aceitar identidades pré-concebidas e, como consequência, a colocar-se em espaços pré-dispostos”, onde os sujeitos reais são imagens retorcidas e o controle se desenvolve na imposição de categorias virtuais estereotipadas. Os conflitos que emergem em torno desse controle e se definem na multiplicidade de formas, na hibridação e ampliação constante das práticas e também na irredutibilidade a qualquer práxis hegemônica, assim, a resistência deve se manifestar como processos de auto-resistência que, se articulam politicamente “no cotidiano silencioso das formas de vidas e das experiências biográficas individuais”.⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 93-7 e 106-112.

⁴⁰⁶ De GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal...*, p. 109-113.

CONCLUSÃO

Por fim, buscou-se demonstrar que as transformações ocorridas no modo de vida das sociedades contemporâneas em especial no contexto latino-americano podem ser observadas como dominantes culturais que surgem em reflexo de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo, e que os desdobramentos dessas novas lógicas estruturais e culturais alteraram sensivelmente as maneiras de conceber e suportar a experiência do crime, da criminalidade e do controle social.

Desta maneira, foram indicadas algumas mudanças específicas na estrutura da economia de mercado e as diversas características que formam o cenário da cultura pós-moderna ou da modernidade tardia, no qual, as mais relevantes, são: o achatamento da história na imediatidade dos acontecimentos numa consagração do presente, o lugar ocupado pelas altas tecnologias incontroláveis, os progressos da democracia neoliberal e o desenvolvimento do individualismo, o retraimento do papel do Estado social, a transformação da cultura em mercadoria como uma segunda natureza, a supremacia da cultura do consumo, a massificação dos modos de vida, a *mass media*, a busca plena saúde e proteção, as diversidades de identidades e sexuais, e a transformação do Direito em um juridismo procedimental.

Assim, esses traços foram tomados e relacionados de várias maneiras como influenciadores determinantes da mutação atual na engrenagem do controle social e punitivo. Na investigação do poder de punir estatal contemporâneo visou-se revelar a partir de estudos político-jurídicos contemporâneos e do debate filosófico moderno, cuja atualidade e contribuição na análise do presente são decisivas, para apontar um Estado de direito corroído por práticas autoritárias que se configura como um Estado de exceção cotidiano e revela o esgotamento da soberania estatal com bases em estratégias de normalização disciplinar para a emergência de um domínio autoritário com base no controle *biopolítico* da massa.

Num relato histórico em busca do inimigo constatou-se que no decorrer da história da penalidade, os meios de punição sempre foram e são utilizados de forma diversa para os amigos e para os inimigos, para nós e para os outros, isso foi revelado claramente pela crítica nas teorias da rotulação e da seletividade do sistema penal. O que não implica em negar que desde o projeto iluminista, o direito penal conquistou igualdade formal, impedindo a diferença em seu ordenamento, assim, tentou-se demonstrar o paradoxo do direito penal do inimigo que a partir

de uma técnica autoritária na tentativa desesperada por prevenção no contexto das ameaças terroristas inverte a lógica jurídica numa proposta perigosa. E por outro lado, como efeito da cultura pós-moderna, a intensificação dos estereótipos advindos das inseguranças ontológicas e da necessidade de essencializar num intenso processo de demonização e santificação. A nomeação do mal na figura do outro que expande o direito penal na medida de novas necessidades de controle indica a severidade das penas, as técnicas de neutralização do *homo sacer* e a ambivalência do tratamento criminal no autoritarismo *cool*.

Nesta tendência, as transformações estruturais e culturais no modo de vida contemporâneo foram destacadas por influenciar nesse mesmo movimento a justiça criminal e o controle social produzindo como seu próprio reflexo a cultura do controle do crime. Desse modo, descreveu-se os sinais da mudança mais significativos na realidade latino-americana: declínio do ideal de reabilitação, novo tom emocional das políticas criminais, proteção do público, politização e novo populismo, industrialização do crime, permanente sensação de crise, transferência do pensamento criminológico oficial, ressurgimento da justiça retributiva e o redescobrimento da neutralização.

Neste contexto, buscou-se analisar esses sinais que podem ser resumidos a uma preocupação com o campo criminológico crítico, na medida em que se percebe uma transição da racionalidade disciplinar estruturada a maneira a adaptar-se aos processos individualizantes da justiça criminal moderna para a racionalidade atuarial estruturada para fundamentar a justiça criminal em tempos de *gulag* ou depósito no discurso da criminologia oficial com extremos impactos na América Latina.

Sob uma espécie de teorização do controle foi demonstrado que surgem teorias neoliberais de abordagem amoral e neoconservadoras de abordagem autoritária e moralista fundamentadoras de estudos sobre prevenção situacional, escolha racional, crime como oportunidade que definem o custo do crime e privilegiam qualquer tipo de incapacitação e neutralização do criminoso.

Desta forma, verificou-se essa transferência no discurso criminológico oficial no encarceramento de massa, na *vida nua* do inimigo e também através de políticas educativas de prevenção da população, de fortes sistemas de vigilância pública e privada, campanhas e programas políticos de prevenção e combate ao crime, isto é, numa variedade de restrições de liberdades em nome do controle e em busca de prevenção como uma nova dinâmica do controle do crime.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. – São Paulo: Editora 70, 2005.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Horizonte de projeção do controle penal no capitalismo globalizado*. In: Revista de las disciplinas del control social, vol. 37, n.º 3. Instituto de Criminología Dr.ª Lola Aniyar de Castro. Universidad del Zulia. – Maracaibo, 2009.

_____. *A colonização da justiça pela justiça penal: potencialidades e limites do judiciário na era da globalização neoliberal*. In: Revista de estudos criminais, ano IX, n.º 33. Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais. - Porto Alegre: Notadez, 2009.

_____. *Minimalismos, Abolicionismos e Eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão*. In: Revista jurídica do Ministério Público do Mato Grosso, ano 3, n.º 4, jan. - jun., 2008.

_____. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 48. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. (Homo sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmman. Coleção Estado de sítio. – São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. - Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. *Estado de exceção (Homo sacer II)* Tradução de Iraci D. Poleti. Coleção Estado de sítio. Tradução Henrique Burigo. – São Paulo: Boitempo, 2007.

APONTE, Alejandro. *Derecho penal vs. Derecho penal del ciudadano: Günther Jakobs y los avatares de um derecho penal de la enemistad*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.º 51. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. – Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. Alessandro. *Ética e pós-modernidade*. In: KOSOVSKI, Ester (org.). *Ética na comunicação*. – Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

_____. *Funções instrumentais e simbólicas do direito penal: lineamentos de uma teoria do bem jurídico*. - São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 05, 1994.

_____. *Criminología y dogmática penal. Pasado y futuro del modelo integral de la ciencia penal*. In: Revista del instituto de ciencias penales y criminología de la Universidad externado de Colombia. Derecho penal y criminología, vol. VII, n.º 24. – Bogotá: DPN, 1984.

BARBOSA, Wilmar do Valle. *Tempos pós-modernos*. In: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso: 17 de maio de 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *O realismo marginal: criminologia, sociologia na periferia do capitalismo*. Disponível em: <http://www.ovp-sp.org>. Acesso: 28 de maio de 2010.

_____. *Criminologia e política criminal*. In: Revista Internacional de História política e Cultura Jurídica, vol. 01, n°. 02. – Rio de Janeiro, 2009.

_____. *A nomeação do mal*. In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e Subjetividade*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. *Vida nua e Soberania*. Resenha Bibliográfica. In: Revista Discursos sediciosos: Crime, direito e sociedade, n° 12, 2005.

_____. *Na periferia do medo*. In: Estados gerais da psicanálise: Segundo encontro Mundial. – Rio de Janeiro, 2003.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. – Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas*. Tradução de Suely Bastos. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *A sociedade de consumo*. Tradução de Artur Morão. Título original *La société de consommation*. – Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Tradução de Juremir Machado da Silva. – Porto Alegre: 1997.

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. – São Paulo: Papirus, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas*. Tradução de José Gradel. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. – Rio de Janeiro: 2008.

_____. *Vida líquida*. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Ética pós-moderna*. Tradução de João Rezende Costa. – São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *Globalização: As consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Título original *Postmodernity and its discontents*. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Modernidade e Holocausto*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. In: Revista Occidente, n°. 150, 1993.

BECKER, Howard. *Los extraño: sociologia de la desviación*. Tradução de Juan Tubert. – Argentina: Tiempo contemporâneo, 1971.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. – São Paulo: Cultrix, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. In: Escuela de Filosofia Universidad ARCIS. Disponível em: <http://www.philosophia.cl>. Acesso: 19 de abril de 2011.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. – Lisboa: Assírio Alvim, 2004.

BENTO, Antônio. *Teologia e Mitologia política: um retrato de Carl Schmitt*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bento-antonio-carl-schmitt-teologia.pdf>. Acesso: 11 de abril de 2011.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. – Belo Horizonte, 1998.

CARVALHO, Salo de. *Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 17, n.º 81, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Título original *Criminología de la reacción social*. – Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Criminologia da reação social*. Tradução de Ester Kosovski. – Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. *Prevención del delito y médios de comunicación: Entre la caguedad y lo imposible*. In: Revista del instituto de ciências penales y criminología de la Universidade externado de Colombia. Derecho penal y criminología, vol. IX, n.º 32-33, may-dic. – Bogotá: DPN, 1987.

CHAMECKI, Eduardo. *A hermenêutica filosófica à hermenêutica crítico alternativa: caminhos para a descolonização do saber jurídico*. – Curitiba: UFPR, 2010.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidades e Política*. – Salvador: EDUFBA, CEAO, 2004.

CHRISTIE, Nills. *A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAG's em estilo ocidental*. Tradução de *La industria del control de delito*, Luís Leira. – Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COHEN, Stanley. *Visiones de Control Social. Delitos, Castigos y Clasificaciones*. – Barcelona: PPU, 1988.

CONDE, Muñoz. Francisco. *As origens ideológicas do direito penal do inimigo*. – São Paulo: Revista dos tribunais, nº 83, 2010.

GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. – Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL OLMO, Rosa. *A América Latina e a sua criminologia*. – Rio de Janeiro: Revan, 2004.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento mítico da autoridade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. – São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. – Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *1492 - el encubrimiento del outro: hacia el origen del “mito de la modernidad”*. – La Paz: UMSA, 1994.

_____. *Caminhos de libertação latino-americana: reflexões para uma teologia da libertação*. – São Paulo: Paulinas, 1984.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

_____. *As ilusões do pós-modernismo*. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. – Porto Alegre: L&M, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Tradução de Julio Assis Simões. Título original *Consumer culture & postmodernism*. – São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: Teoria do garantismo penal*. Tradução de *Derecho y Razón*, Ana Paula Zomer, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *Democracia y garantismo*. Edição por Miguel Carbonell. Madrid: Trotta, 2008.

FILHO, Roberto Lyra. *Criminologia e Dialética: Estudo comemorativo do bicentenário de Hegel - 1770-1970*, primeira parte. In: Revista de Direito Penal, n.º 1, jan. – mar. Diretor: Heleno C. Fragoso. Instituto de Ciências Penais da Faculdade de Direito Cândido Mendes. – Guanabara/RJ: Borsoi, 1971.

_____. *Criminologia dialética*. – Guanabara/RJ: Borsoi, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. Título original *Naissance de la biopolitique*. - São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Em defesa da sociedade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalheite. Título original *Surveiller et punir*. – Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Tradução Sérgio Faraco. - Porto Alegre: L&PM, 2007.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. – Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. *As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico*. – Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade, ano 07, n.º. 11. –Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *The commonplace and the catastrophic: Interpretations of crime in late modernity*. In: Review essay Theoretical Criminology. – London: Sage publications, 1999. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/353.pdf>. Acesso: 20 de maio de 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. – São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Modernidade: um projeto inacabado*. In: ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto modernos de Jürgen Habermas*. – São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. – São Paulo: Loyola, 2003.

HULSMAN, Louk H. C. *La perspectiva abolicionista*. In: Revista del instituto de ciencias penales y criminología de la Universidad externado de Colombia. Derecho penal y criminología, vol. VIII, n.º 25. – Bogotá: DPN, 1985.

JAKOBS, Günther e MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. *Sociedade, norma e pessoa: teoria de um direito penal funcional*. - Barueri/SP: Manole, 2003.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. - São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Sobre a substituição de importações literárias e culturais no Terceiro mundo: o caso da obra testemunhal*. In: *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson*. Ana Lúcia Almeida Gazzola (org.). - Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. *A cultura do dinheiro: Ensaio sobre a globalização*. - Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. *O marxismo tardio: Adorno, ou a perspectiva da dialética*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Título original *Late marxism. Adorno, or, the persistence of the dialectic*. - São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*. In: KAPLAN, E. Ann. (org.). *O mal estar no pós-modernismo*. - Rio de Janeiro: 1993.

_____. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. - New York: Cornell University Pres, 1986.

KIRCHHEIMER, Otto e RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social*. Tradução de Gizlene Neder. Coleção pensamento criminológico, vol. 3. Instituto Carioca de Criminologia. - Rio de Janeiro: Revan, 2004.

KLEIN, Claude. *De los espartaquistas al nazismo: la República de Weimar*. - Barcelona: Península, 1970.

LIPOVETSKI, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. - São Paulo: Companhia das letras, 2009.

_____. *A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Tradução de Therezinha Monteiro Deutsch. – Barueri/SP: Manole, 2005.

_____. *Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna*. In: *Os tempos hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. – São Paulo, Barcarolla, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

_____. *Moralidades pós-modernas*. Tradução de Marina Appenzeller. – Campinas/SP: Papirus, 1996.

_____. *Rules and paradoxes or svelte appendix*. In: *Cultural critique*, nº 05. – University of Minnesota Press, 1986-1987.

LYOTARD, Jean-François. *Resposta à questão: o que é pós-moderno?* In: *Arte em revista*, ano 05, nº 07, 1983. Disponível em: <http://www.consciencia.org>. Acesso: 26 de fevereiro de 2011.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MAFFESOLI, Michel. *Liberdades intersticiais*. In: MORIN, Edgar e BAUDRILLARD, Jean. *A decadência do futuro e a construção do presente*. – Florianópolis: UFSC, 1993.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos. Título original *Der Spatkapitalismus: Versuch einer marxistischen Erklärung*. – São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Tradução de Giasone Rebuá. – Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MELOSSI, Dario e MASSIMO, Pavarini. *Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário – séculos XVI - XIX*. Tradução de Sérgio Lamarão. – Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MEMMI, Albert, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. – Rio de JANEIRO: Paz e Terra, 1977.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Catanheira e Sérgio Lessa. São Paulo:Boitempo, 2002.

MOLES, Abhaham. *O Kitsch: a arte da felicidade*. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

RAUTER, Cristina. *Para além dos limites*. In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e Subjetividade*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

ROSA, Alexandre Morais da. *Garantismo jurídico e controle de constitucionalidade material: aportes hermenêuticos*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. e CARVALHO, Thiago Fabres de. *Processo penal eficiente e ética da vingança: Em busca de uma criminologia da não violência*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. *Decisão penal: A bricolage de significantes*. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

RUSCHE, Georg. *Mercado de trabajo y ejecución penal: reflexiones para uma sociología de la justicia penal*. In: Derecho penal y criminología, vol. VI, n°. 19. – Bogota: Revista del instituto de ciencias penales y criminología de la universidad externado de Colombia, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. – São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Tradução de Elisete Antoniuk. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCHMITT, Carl. *La defensa de la Constitución*. Tradução de Pedro Veja e Manuel Sarto. Madrid: Tecnos, 1998,

_____. *O conceito de político*. Tradução de Alvaro L. M. Valls. T - Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

_____. *La dictadura: Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clase proletaria*. – Madrid: Revista Occidente, 1968.

_____. *Teoría de la Constitución*. – Madrid: Revista de Derecho Privado, [s/d].

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SOZZO, Máximo. *¿Metarmofosis de la prisión? Proyecto normalizador, populismo positivo y “prisión-depósito” em Argentina*. In: Revista latinoamericana de seguridad ciudadana, n°. 01. Programa de Estudios de la Ciudad de FLACSO Sede Ecuador. – Quito, 2007.

SUTHERLAND, Edwin H. *White-collar criminality*. In: American Sociological Review, vol. 05. - New York, 1940.

TOURAINE, Alain. *La sociedad post-industrial*. – Barcelona: Ariel, 1971.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia dónde va el poder punitivo*. Universidad de Medellín. Bogotá: Sello, 2009.

_____. *Un replanteo epistemológico en criminología (a propósito del libro de Wayne Morrison)*. Academia de Ciencias Penales da America Latina - ACIPAL. In: Revista Latinoamericana de Derecho Penal y Criminología Iuspenalismo. - Buenos Aires: Matías Bailone, 2007.

_____. *O inimigo no direito penal*. Tradução de Sérgio Lamarão. Título original *El Derecho Penal del enemigo*. Coleção pensamento criminológico, vol. 14. Instituto Carioca de Criminologia. 2ª edição. - Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *Buscando o inimigo: De Satã ao Direito Penal Cool*. In: *Criminologia e Subjetividade*. MENEGAT, Marildo e Neri, Regina (Org.). - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. *Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito*. In: Abertura da Conferência Globalização, sistema Penal e ameaças ao Estado democrático de direito. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. *Globalização e sistema penal na América Latina: Da segurança nacional à urbana*. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Tradução de Carlos Magno Nazaretti Cerqueira. Título original *La globalización y el sistema de justicia penal en América Latina: de la seguridad nacional a las urbana*. Instituto Carioca de Criminologia. - Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Dimension política de um poder judicial democrático*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 1, n.º 4, out. – dez. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimação do sistema penal*. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Título original *En busca de las penas perdidas*:

deslegitimación e dogmática jurídico-penal. - Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. *Criminología: aproximación desde un margen*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/10040573/Zaffaroni-Criminologia>. Acesso: 06 de junho de 2011.

WACQUANT, Löic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Título original *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. - Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

_____. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Pierre Bourdieu*. In: R. Stones (org.), *Key Sociological Thinkers*. - New York: New York University Press, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. - Petrópolis: Vozes, 1994.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Tradução de Renato Aguiar. Coleção pensamento criminológico, vol. 7. Instituto Carioca de Criminologia. - Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *Criminal criminology in the twentyfirst century: critique, irony and the always unfinished*. In: Jock Young.org.uk. In: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/>. Acesso: 26 de julho de 2010.

_____. *Cultural criminology: some notes on the script*. Disponível em: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/>. Acesso: 14 de maio de 2011.